UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

PÁTRIA GRANDE À VISTA:

TeleSUR e as contradições da integração da América Latina

Gláucia da Silva Mendes Moraes

Rio de Janeiro
2015

Gláucia da Silva Mendes Moraes

Pátria Grande à vista:

TeleSUR e as contradições da integração da América Latina

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura. Área de concentração: Mídia e Mediações Socioculturais.

Orientador: Dr. Eduardo Granja Coutinho

Rio de Janeiro

2015

M827 Moraes, Gláucia da Silva Mendes
Pátria Grande à vista: TeleSUR e as contradições da integração da América Latina / Gláucia da Silva Mendes Moraes. 2015.
287 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2015.

1. Telecomunicação. 2. Política de Comunicação – América Latina. 3. TeleSUR. 4. Ideologia. I. Coutinho, Eduardo Granja II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD: 343.0994

Gláucia da Silva Mendes Moraes

Pátria Grande à vista:

TeleSUR e as contradições da integração da América Latina

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura. Área de concentração: Mídia e Mediações Socioculturais.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho (UFRJ) - orientador

_____

Profª Drª Suzy dos Santos (UFRJ)

_____

Profª Drª Sonia Virgínia Moreira (UERJ)

_____

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF)

_____

Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho (UFF)

Rio de Janeiro

2015

A tantos “Silva”, “Mendes” e “Moraes”

que, sob outros codinomes,

representam as classes populares

de *Nuestra* América

AGRADECIMENTOS

Essa tese encerra um ciclo de praticamente dez anos, iniciado na graduação, quando, ainda com as limitações da iniciação científica, decidi estudar os processos comunicacionais na América Latina. Nesse percurso, tive a sorte de encontrar pessoas que contribuíram decisivamente para minha formação, intelectual e humana, às quais expresso minha gratidão.

Ao meu esposo, Lúcio, companheiro de toda essa longa jornada, por ter alimentado esse sonho junto comigo e ter feito tudo que esteve ao seu alcance para torná-lo realidade, apesar das inúmeras renúncias pessoais que isso significou. Em seus gestos, conheci o sentido mais sublime da palavra amor.

Ao orientador Eduardo Coutinho, por ter me acolhido na Eco, acompanhado paciente e diuturnamente o desenvolvimento desse trabalho - inclusive nos primeiros dias de vida da bela Luna – e por me chamar de volta à dialética quando a esperança parecia se esvair.

Ao mestre Paulo Roberto Figueira Leal, por estar presente em todas as fases do meu desenvolvimento intelectual e por ter acreditado que seria possível chegar até aqui. Seu apoio e confiança foram essenciais para essa caminhada.

À professora Suzy dos Santos, por quem senti uma simpatia imediata. A ela devo uma das experiências mais desafiadoras da vida: morar sozinha em outro país pela primeira vez.

Aos professores Sônia Virgínia Moreira e Adilson Vaz Cabral, por aceitarem o convite para compor a banca e trazer novos olhares e contribuições, presentes e futuras, para essa investigação.

Aos professores Micael Herschmann e Roberto Leher, por terem aceitado gentilmente o convite para a suplência da banca.

Aos professores Martín Becerra e Santiago Marino, que me acompanharam na experiência de Doutorado Sanduíche na Argentina.

Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação, especialmente Thiago Couto e Jorgina Costa, pelo apoio nas atividades acadêmicas.

Aos meus pais, Ilma e Luiz Carlos, que, apesar da pouca escolaridade, souberam incutir em mim a importância dos estudos, atividade que exerço com grande satisfação. A eles devo minha vida, em seu pleno sentido.

À amada vó Helena, mulher guerreira e angelical que nunca perdeu a ternura, apesar das imensas dificuldades da vida.

Aos meus sobrinhos-afilhados, Víctor e Laís, que nasceram e cresceram praticamente junto com meu interesse acadêmico na América Latina, por me proporcionarem outras felizes descobertas.

Aos demais familiares, com os quais deixei de conviver em tantos momentos, em nome dos compromissos de pesquisa.

À amiga Marcela da Paz, com quem pude compartilhar os sonhos, as angústias e as conquistas da vida acadêmica desde a faculdade. Que seu exemplo, hoje no pós-doutorado, continue me servindo de fonte de inspiração.

Às amigas Carina Santos, Danúbia Andrade e Elaine Carvalho, novas irmãs que o Rio de Janeiro me trouxe.

A todos que me acolheram nos constantes deslocamentos das montanhas de Minas para as planícies carioca, portenha e campista. Sem a companhia de cada um, suportar a saudade da família e dos amigos teria sido muito mais difícil.

Às agências de fomento Capes, CNPq e Faperj, por terem financiado distintos momentos dessa pesquisa.

Não queremos, certamente,

que o socialismo seja na América

decalque e cópia.

Deve ser criação heroica.

José Carlos Mariátegui

RESUMO

MORAES, G.S.M. **Pátria Grande à vista**: TeleSUR e as contradições da integração da América Latina. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A ascensão dos denominados "governos progressistas" na América Latina conduziu à criação da TeleSUR, emissora de televisão multiestatal que se propõe a promover a integração simbólica dos países do continente mediante a representação unificada da diversidade social da região. Essa tese analisa se e em que medida tal ideal é concretizado, desvelando as contradições inerentes ao projeto comunicacional. A partir da aplicação do método materialista dialético, a pesquisa procura compreender a institucionalização da emissora enquanto aparelho de contra-hegemonia e, principalmente, sua cobertura jornalística, em articulação com a correlação de forças vigente nos âmbitos nacional e internacional. O ponto de partida materialista remete a um cenário de inserção subordinada da América Latina em um sistema-mundo imperialista, do qual deriva a singular estratégia adotada por determinadas vertentes da esquerda no continente: a formulação de projetos nacionalistas com vocação internacionalista. A opção por esse caminho revela-se ambivalente, podendo assumir um caráter progressista e/ou conservador, na medida em que envolve a formação de alianças entre frações de classe antagônicas, provenientes da burguesia e das camadas populares. Essa contradição encontra-se na origem dos paradoxos do projeto comunicacional da TeleSUR que se almeja evidenciar. A pesquisa parte da hipótese de que, embora todos os governos progressistas tenham surgido como parte do mesmo processo histórico de contestação do imperialismo neoliberal e sejam marcados por alianças entre grupos sociais antagônicos, cada um deles é constituído por uma aliança nacional singular. Tais contradições e singularidades repercutem dialeticamente na esfera cultural, expressando-se tanto nos contornos assumidos pela TeleSUR enquanto aparelho de contra-hegemonia quanto em suas construções ideológicas. Enquanto aparelho de contra-hegemonia, sustenta-se que a TeleSUR encarna majoritariamente os valores associados à *praxis* terceiromundista de emancipação comunicacional; entretanto, ela também é atravessada pelas distintas lógicas das políticas nacionais de comunicação dos governos signatários, inexistindo, portanto, uma política integrada a respeito. No plano ideológico-cultural, procura-se evidenciar que a cobertura jornalística referente a cada um dos governos progressistas é marcada por importantes paradoxos, dialeticamente relacionados às contraditórias formações sociais que se encontram na base desses processos políticos. Além disso, quando comparadas entre si, as coberturas relativas a cada país não remetem a um projeto político unificado, mas sim a distintos projetos nacionais, cujas orientações políticas divergem em aspectos centrais.

Palavras-chave

Governos progressistas. TeleSUR. Políticas de comunicação. Ideologia. Identidades.

ABSTRACT

MORAES, G.S.M. **Patria Grande in sight:** TeleSUR and the contradictions of Latin America`s integration. 2015. Thesis (Doctorate in Communication and Culture) - School of Communication, Federal University of Rio de Janeiro, 2015.

The rise of the so-called "progressive governments" in Latin America has led to the creation of TeleSUR, a pluri-state television broadcaster that aims to promote the symbolic integration of the countries in the continent through the unified representation of the region's social diversity. This thesis discusses if and to what extent such an ideal is reached, unveiling the inherent contradictions in the communication project. Applying the method of dialectical materialism, the research tries to analyse the institutionalisation of the television broadcaster as an apparatus of counter-hegemony, and mainly its press coverage articulated with the correlation of forces both nationally and internationally. The materialistic starting point alludes to a landscape of subordinate insertion of Latin America in an imperialist world-system, from which derives the singular strategy adopted by certain left-wing branches at the continent: the development of nationalist projects with internationalist vocations. The option for this path reveals itself ambivalent, and may assume a progressive and/or reactionary nature, as it envolves the forging of alliances between antagonistic class fractions, coming from both the bourgeoisie and grassroots classes. This contradiction is at the origin of the paradoxes in the communications project of TeleSUR that we aim to highlight. The research starts from the hypothesis that, even though all progressive governments originated as part of the same historical process of challenging the neoliberal imperialism and are characterized by alliances between opposing social groups, each one of them is formed by an unique national alliance. Such contradictions and singularities reverberate dialectically at the cultural sphere, expressing themselves both in the outlines assumed by TeleSUR as an apparatus of counter-hegemony and in its ideological constructions. As an apparatus of counter-hegemony, it is argued that TeleSUR incarnates predominatly the values associated with the Third World oriented *praxis* of communicational emancipation; however, it is also affected by the different approaches of the national communication policies of the signing countries, therefore lacking an integrated policy about it. At the ideological-cultural level, the aim is to highlight that the press coverage about each one of the progressive governments is marked by significant paradoxes, dialectically related to the contradictory social formations that are at the root of these political processes. In addition, when compared between themselves, the coverages related to each country do not point to an unified political project, but rather to distinct national projects whose political orientations diverge in central aspects.

Keywords

Progressive governments. TeleSUR. Communication policies. Ideology. Identities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **11**

2 NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO NA *PRÁXIS* PROGRESSISTA LATINO-AMERICANA **32**

2.1 RAÍZES DO NACIONALISMO DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA **35**

2.1.1 Nacionalismo e internacionalismo no pensamento de Marx e Engels **35**

2.1.2 Imperialismo e questão nacional na América Latina **47**

2.1.3 O pensamento de Bolívar e a *práxis* revolucionária da América Latina **57**

2.1.3.1 O descompasso entre Estado e Nação **66**

2.2 IMPERIALISMO, NEOLIBERALISMO E GOVERNOS PROGRESSISTAS **76**

2.2.1 Governos progressistas fundadores da TeleSUR: uma abordagem a partir do nacional e do popular **82**

2.2.1.1 Argentina: em busca da comunidade nacional perdida **89**

2.2.1.2 Uruguai: o convívio democrático com o "outro" **94**

2.2.1.3 Venezuela: da refundação da Nação ao discurso socialista **101**

3 A TELESUR NO CONTRADITÓRIO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE NOVOS SISTEMAS MIDIÁTICOS **109**

3.1 SISTEMAS MIDIÁTICOS CONTRA-HEGEMÔNICOS: APORTES CONCEITUAIS **110**

3.1.1 Nacionalismo e internacionalismo na *práxis* comunicacional latino-americana **110**

3.1.1.1 Deslizamentos do sentido de "público" **121**

3.2 SISTEMA DE MÍDIA CONTEMPORÂNEO: UM "NOVO" MODELO

DE DESENVOLVIMENTO **128**

3.3 AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO DOS GOVERNOS PROGRESSISTAS FUNDADORES DA TELESUR **133**

3.3.1 Argentina: da política ambivalente à Lei de Mídia 136

3.3.2 Uruguai: o impulso midiático "a partir de baixo" 142

3.3.3 Venezuela: o fortalecimento das comunicações comunitária e estatal 147

3.4 TELESUR: UM MULTIMEIO PÚBLICO CONTRADITÓRIO **154**

3.4.1 TeleSUR e o imperialismo subalterno brasileiro 176

4 SER COMO OS OUTROS PARA SERMOS NÓS MESMOS: O DILEMA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DA TELESUR 183

4.1 O APORTE METODOLÓGICO DE BAKHTIN PARA O ESTUDO DAS IDEOLOGIAS **185**

4.2 JORNALISMO: DE INSTRUMENTO POLÍTICO A GÊNERO DO CONHECIMENTO **196**

4.3 NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO NO NOTICIÁRIO DA TELESUR **202**

4.3.1 Uruguai: democracia, *pero no mucho* 206

4.3.2 Argentina: a refundação da Nação sobre bases democráticas e desenvolvimentistas 226

4.3.3 Venezuela: entre o Estado nacional-desenvolvimentista e as comunas 243

4.3.4 O noticiário da TeleSUR: diversidade de vozes, mas ainda sem unidade 260

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRADIÇÕES, POLIFONIA E O FUTURO DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA 265

6 REFERÊNCIAS 273

1 INTRODUÇÃO

> Contra vento e maré, literalmente. O navio José Leonardo Chirinos chegou ao principal terminal portuário do país, após se esquivar da principal tormenta que castigou Montevidéu nos últimos sete anos. Vencendo todos os obstáculos, como tem se caracterizado historicamente a construção da integração, o barco se transformou, assim, em um símbolo da cooperação entre ambos os países.
> […]
> O navio representa boa parte do sonho da união latino-americana. Um sonho que criaram os libertadores e que hoje ratificam os governos e o povo do Uruguai e da Venezuela. Uma verdadeira integração (14 MIL …, 2012).

A analogia entre o trajeto do navio e o processo de integração latino-americana, extraída de uma narrativa jornalística veiculada pela emissora de televisão multiestatal TeleSUR, encontra-se repleta de simbolismos que dizem muito sobre o sonho de construção da "Pátria Grande", cuja concretização vem sendo perseguida desde as lutas pela independência de nosso continente, no século XIX, até os dias atuais, quando voltou a ganhar força, animado por governos como os de Uruguai e Venezuela.

Os ideais por trás desse projeto internacionalista encontram suas raízes no pensamento e na prática política dos "libertadores", personalidades ilustres como os líderes da independência regional Simón Bolívar e José Artigas. Também têm como antecedente a luta de personagens populares nem sempre justamente reconhecidos pela historiografia oficial, como o escravo negro venezuelano José Leonardo Chirinos, que morreu em nome de uma América Latina livre e igualitária, em um contexto marcado por forte opressão social e colonialista.

O contemporâneo renascimento dessas ideias tem como base uma aliança social similar àquela que caracterizou determinadas fases da independência dos países latino-americanos, sob a influência das revoluções democrático-burguesas vivenciadas pela Europa do século XVIII. Assim como naqueles processos históricos regionais, os governos de tendências de esquerda[1] conhecidos como "progressistas" surgiram a partir da articulação

[1] Ao se referir à "esquerda", o presente trabalho adota como referência a acepção de Bobbio (1995), segundo a qual tal vertente do espectro político tem como princípio fundador a "igualdade". Em vez de proclamar um igualitarismo absoluto, no entanto, o autor sustenta que o conceito de igualdade é relativo, devendo ser considerados em sua definição: os sujeitos entre os quais os bens e os ônus devem ser repartidos; os bens e os ônus a serem repartidos e o critério com base no qual a repartição é realizada. A diversidade de combinações possíveis entre as três variáveis permite que uma ampla variedade de projetos políticos sejam considerados de

entre frações da elite e das classes populares nacionais.

A ascensão ao poder dessas forças políticas implicou, portanto, a escolha de um caminho reformista para a perseguição da meta internacionalista, que reaviva um dilema candente no seio da esquerda mundial, problematizado por Rosa Luxemburgo (1900) no início do século XX: é possível alcançar o socialismo por meio de reformas políticas e econômicas graduais realizadas nos marcos do sistema capitalista ou a revolução, a conquista do poder político, é um passo indispensável rumo a esse objetivo?

Na América Latina, tal dilema assume contornos singulares, pois a região não passou por uma clássica revolução democrático-burguesa. O surgimento e a consolidação, pelas mãos da burguesia regional, de uma estrutura de poder autoritária impediu que as tarefas nacional-populares fossem cumpridas nessas latitudes. Por conseguinte, a transição ao socialismo no continente requer inevitavelmente a resolução dessa questão nacional. A diferença é que, enquanto os reformistas defendem sua realização nos marcos do capitalismo, a partir de alianças com segmentos burgueses considerados progressistas, os revolucionários propõem a incorporação dessas metas em um programa do qual essas alianças sejam descartas.

Outra singularidade a considerar no caso da América Latina é sua condição periférica no sistema econômico mundial. A esse respeito, Boron (2010) pondera que o desenvolvimento do capitalismo, tal como ocorrido na Europa e nos Estados Unidos, não consiste em um caminho universal. Uma das características fundantes do sistema é a promoção do desenvolvimento de um pequeno grupo de nações à custa da exclusão de benefícios para todas as demais. Dessa forma, a aposta no desenvolvimento capitalista representaria a insistência em um caminho há muito fechado e conduziria a uma situação paradoxal: o aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento.

No plano simbólico, o dualismo reforma-revolução associa-se a outro dilema, tão antigo quanto a América Latina: devemos ser como os outros para sermos nós mesmos? Nossa identidade deve ser recortada segundo o modelo oferecido pelas nações capitalistas centrais? Dilema diante do qual Simón Bolívar e outros "libertadores" se posicionaram refutando projetos político-culturais que resultem em cópia ou decalque de padrões alheios e defendendo a adoção de um caminho original, adequado às singularidades objetivas e subjetivas regionais.

---

esquerda, como aqueles que reivindicam a igualdade formal entre os cidadãos; a igualdade das nações à autodeterminação e uma maior igualdade material entre grupos sociais distintos.

Retornando à analogia estabelecida na matéria, os "ventos e marés" que impediram historicamente de alcançar a Pátria Grande, adiando o percurso do navio da integração por tempo indeterminado, em geral provieram do recrudescimento do caráter conservador dos movimentos reformistas. Desde a Independência, as frações burguesas incorporadas ao processo revelaram uma face regressiva diante da iminência de fortalecimento das camadas subalternas. Nesses momentos, elas fizeram o movimento retroceder, entregando a condução da região às forças imperialistas que deveriam combater.

A narrativa jornalística reproduzida acima tenta convencer que agora a situação é diferente. O navio José Leonardo Chirinos, enfim, consegue aportar em um continente unido, graças a personalidades como Hugo Chávez e José Mujica. A ascensão ao poder dos governos progressistas, como resultado da crise da hegemonia do imperialismo neoliberal, estaria transformando em realidade o sonho dos líderes da independência regional de construir uma América Latina livre e unida.

Esta visão reitera o discurso sobre si produzido pela própria TeleSUR, emissora criada pelo governo venezuelano em 2005, com o apoio inicial de Cuba, Argentina, Uruguai, e, posteriormente, também de Equador, Bolívia e Nicarágua. Inaugurada sob o simbolismo do dia 24 de julho, data de comemoração do aniversário de Simón Bolívar, a multiestatal apresenta-se como uma iniciativa destinada a promover a integração latino-americana, possibilitando "a todos os habitantes dessa vasta região difundir seus próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias ideias e transmitir seus próprios conteúdos, livre e equitativamente" (TELESUR *apud* MORAES, 2009, p.126).

Seria possível, de fato, afirmar que o processo histórico em curso na região promove a integração almejada? Que os latino-americanos enfim transmitem seus próprios valores, em vez de serem representados a partir de modelos estrangeiros? O presente trabalho questiona essas assertivas, filiando-se à tradição do pensamento progressista, que tem como um de seus principais traços a adoção de uma postura dialética diante da realidade. Procura-se desvelar as contradições do projeto de integração comunicacional encarnado pela TeleSUR, entendendo-as em articulação com o antagonismo de classe acima referido.

Ao se guiar por essa linha de investigação, a presente tese almeja evidenciar que, se a Pátria Grande encontra-se à vista no horizonte, em virtude da atuação dos governos de progressistas latino-americanos, novos "ventos e marés" ainda podem lançar o navio da integração de volta a um percurso indefinido. A escolha do caminho dependerá da evolução

das relações de forças internas e externas. Se os movimentos nacional-populares penderem para o conservadorismo, o projeto internacionalista provavelmente será adiado mais uma vez, se a radicalização popular ocorrer, o sonho unionista terá chances de se concretizar.

A reportagem parcialmente transcrita acima ilustra um pouco das contradições que se almeja evidenciar nessa tese. A integração latino-americana é simbolizada ali por um fato econômico: a chegada do primeiro carregamento de produtos da Venezuela ao Uruguai, no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Embora atribua também um caráter "cooperativo" e "solidário" ao feito histórico, a notícia se concentra especialmente no aspecto mercantil deste.

Ao sintetizar a visão do presidente uruguaio José Mujica, o texto afirma que, para além dos laços políticos existentes entre os países, a Venezuela revela-se um "mercado atrativo" ao Uruguai. A declaração de Mujica reforça a ideia, ao destacar a complementaridade existente entre a economia dos dois países. A avaliação realizada pelo operário uruguaio Daniel Placeres assume similar teor. Para a fonte, a chegada do navio representa "uma rota de ida e volta que se abre no aspecto comercial, no aspecto de integração, no quadro da cooperação" (14 MIL …, 2012).

Nesse caso, a união latino-americana assume uma feição predominantemente econômica, remetendo à ideia de integração entre mercados. Aproxima-se, dessa forma, do projeto capitalista hegemônico, para o qual a "interconexão mundial" é sinônimo de mercado e consumo de massa (SODRÉ, 2005). Por conseguinte, entra em contradição com o projeto integracionista latino-americano que a matéria diz representar, pois em vez de contribuir para a emancipação concedendo a palavra aos sujeitos históricos regionais, acaba reforçando a condição de submissão do continente a um projeto econômico mundial no qual os sujeitos assumem uma atitude meramente contemplativa.

Contradições como essa, manifestas no nível político-ideológico, são condicionadas em última instância pela aliança entre frações de classe antagônicas que se encontra na origem dos governos progressistas. Os grupos sociais envolvidos nessas coalizões expressam visões de mundo particulares, que remetem a processos universais divergentes entre si.

Ainda que a coalizão entre classes sociais antagônicas seja um traço comum aos governos progressistas, é necessário não perder de vista que, em cada país, ela pode assumir um contorno singular, dependendo das frações sociais envolvidas. Consequentemente, as visões de mundo particulares e universais expressas por esses grupos não necessariamente

coincidem entre si, podendo, pelo contrário, vocalizar valores divergentes.

Da articulação entre essas questões é que emerge o **problema de pesquisa**. A TeleSUR propõe-se a promover a integração comunicacional latino-americana, inspirada no ideal bolivariano de construção da Pátria Grande, mediante um projeto político-ideológico adequado às singularidades objetivas e subjetivas da região. Mas, os sujeitos particulares cujas vozes ecoam na produção jornalística da emissora mantêm-se fiéis a esse ideal universal? Para além disso, é possível identificar um projeto internacionalista comum aos diferentes projetos políticos nacionais representados nesse meio de comunicação?

No cerne desta investigação, encontra-se a relação dialética entre particular e universal, nacionalismo e internacionalismo. A pesquisa tem o **objetivo geral** de analisar a cobertura jornalística realizada pela TeleSUR, evidenciando as contradições político-ideológicas aí existentes. Procura-se avaliar se e em que medida o veículo promove uma integração comunicacional emancipadora, a partir do estudo das notícias referentes aos governos progressistas de três países fundadores do projeto comunicacional: Venezuela, Argentina e Uruguai.

O recorte abarca os países conduzidos por forças progressistas que estão envolvidos com o projeto comunicacional desde seu sua concepção e lançamento, em 2005. Embora Cuba tenha ajudado a fundar a emissora, o país não foi incluído por não se tratar de um governo "progressista" surgido no contexto regional contemporâneo, a partir de alianças entre segmentos de classes antagônicas. Bolívia, Equador e Nicarágua também não foram considerados por terem se somado posteriormente ao projeto – o primeiro, em 2006 e os demais em 2007.

A pesquisa é realizada com base no método materialista histórico e dialético e, em virtude disso, procura compreender o fenômeno imerso na totalidade social. O trabalho jornalístico realizado pela TeleSUR é analisado como parte de um novo "bloco histórico", isto é, como um processo de produção ideológica dialeticamente relacionado às mudanças nas relações de força ocorridas na região com a ascensão dos governos progressistas (GRAMSCI, 2011).

Na aplicação do método, incorporam-se as contribuições proporcionadas pelo pensamento político de Gramsci. Isto implica considerar a complexificação da superestrutura ideológica provocada pelo surgimento de uma esfera de mediação entre a base material e a sociedade política (o Estado *stricto sensu*): a sociedade civil. Sob essa perspectiva, a TeleSUR

é considerada um "aparelho de hegemonia", uma instituição material da sociedade civil na qual se travam as disputas pela liderança ideológico-cultural da sociedade.

Em consonância com tais definições, considera-se que a concretização do propósito central desta pesquisa requer a realização dos seguintes **objetivos específicos**:

- caracterizar os governos de Argentina, Uruguai e Venezuela à luz da racionalidade progressista, desvelando as singulares alianças sociais por trás desses governos, bem como as contradições que lhes são inerentes;
- contextualizar a criação da emissora multiestatal TeleSUR, procurando compreender as contradições constitutivas do projeto comunicacional com base nos heterogêneos quadros social e midiático elucidados;
- desvelar as distintas vozes sociais evocadas pelas matérias relacionadas a cada um dos governos progressistas, analisando dialeticamente cada uma delas, elucidando as contradições existentes entre elas e tentando identificar um projeto político que lhes seja comum.

Nesta investigação, parte-se da **hipótese** de que, embora os governos progressistas latino-americanos tenham surgido como parte do mesmo processo histórico de contestação do imperialismo neoliberal e sejam marcados por alianças entre grupos antagônicos, cada um deles é caracterizado por uma formação social singular. Tais contradições e singularidades, por sua vez, repercutem dialeticamente na esfera cultural, expressando-se tanto nos contornos assumidos pela TeleSUR enquanto aparelho de contra-hegemonia, quanto em suas construções ideológicas.

Enquanto aparelho de contra-hegemonia, acredita-se que a TeleSUR encarne os valores associados à *práxis* terceiromundista de emancipação comunicacional, embora recaia em algumas contradições. No que diz respeito à institucionalização da emissora, parte-se também da suposição de que ela seja atravessada pelas distintas lógicas das políticas de comunicação implementadas pelos governos signatários em âmbito nacional, inexistindo uma política integrada a respeito.

No plano ideológico-cultural, sustenta-se que a cobertura jornalística referente a cada um dos governos é marcada por importantes paradoxos, dialeticamente relacionados às contraditórias formações sociais que se encontram na base desses processos políticos. Quando comparadas entre si, as coberturas relativas a cada país não remetem a um projeto político

comum, mas sim a distintos projetos nacionais, cujas orientações políticas divergem em aspectos centrais.

Este trabalho é realizado com base em uma metodologia que articula revisão bibliográfica e análise empírica de material audiovisual. Os fundamentos teóricos são essencialmente de orientação marxista. O recorte empírico é constituído por reportagens audiovisuais produzidas entre os anos de 2009 e 2013 pelas equipes jornalísticas mantidas pela TeleSUR na Argentina, no Uruguai e na Venezuela. A intenção inicial era abarcar os nove anos de existência do veículo, condição que não foi possível devido às limitações materiais de acesso ao conteúdo. Entretanto, tal restrição não prejudicou a perseguição dos objetivos traçados.

A coleta do material foi realizada por meio do sistema de busca disponível no site da emissora. Nesta primeira seleção, foram adotados como critérios de pesquisa os campos "país", "categoria" - este preenchido com as opções "economia" e "política" - e "período". Das notícias retornadas, foram coletadas apenas aquelas referentes a políticas de abrangência nacional. Durante o trabalho de coleta, o sistema de busca foi reformulado: ele perdeu o campo "período", causando um impacto significativo na constituição do *corpus*. A mudança inesperada dificultou o acesso às notícias passadas, sobretudo aquelas relacionadas ao governo venezuelano, e acabou por gerar uma contradição: justamente o principal idealizador e propulsor da TeleSUR foi aquele a respeito do qual se obteve menos material.

Desta primeira seleção resultaram 249 notícias: 83 referentes ao governo da Argentina, 85 ao do Uruguai e 81 ao da Venezuela. A análise inicial do *corpus* revelou que, na cobertura referente a cada um dos países, havia notícias cujo conteúdo não contribuía para a discussão do problema levantado pela presente tese. Além disso, muitas daquelas que contribuíam tratavam determinados temas de forma recorrente e evocavam sentidos também reiterativos. Tendo em vista a finalidade de realizar uma análise minuciosa de conteúdo, para que esta não se tornasse repetitiva e enfadonha, optou-se por identificar e selecionar, neste universo inicial, as notícias que melhor evidenciassem as relações dialéticas entre nacionalismo e internacionalismo presentes na cobertura realizada pela TeleSUR a respeito dos três governos. Com o novo recorte, foram selecionadas 57 notícias para a análise de conteúdo mais detalhada: 19 sobre a Argentina, 21 sobre o Uruguai e 17 sobre a Venezuela.

A tese foi organizada com o propósito de fornecer uma visão da totalidade social, em seus distintos momentos constitutivos. Enquanto o capítulo 1 dedica-se às questões estruturais

associadas à ascensão dos governos progressistas latino-americanos, os capítulos 2 e 3 abordam o fenômeno a partir da perspectiva superestrutural. No capítulo 2, a TeleSUR é tratada como um aparelho de contra-hegemonia e no último são abordados os aspectos propriamente ideológicos da emissora. Obviamente tais divisões não são estanques, mas sim articuladas dialeticamente umas às outras.

O primeiro capítulo procura evidenciar que a luta política da esquerda na América Latina assumiu uma feição distinta daquela observada nos países europeus. Enquanto nestes o internacionalismo foi vislumbrado desde o princípio como o horizonte imediato, na América Latina o nacionalismo adquiriu proeminência singular, interpondo-se como uma mediação necessária para a consecução dos objetivos internacionalistas. Como consequência, parte da esquerda regional passou a priorizar projetos políticos embasados por alianças entre grupos sociais regidos por interesses antagônicos.

Essa formação contraditória derivou da singular condição histórica das sociedades latino-americanas, marcada não só pela exploração capitalista de determinadas frações de classes sobre outras, como também pelo domínio de um grupo de nações em relação às demais, sob a forma de submissão imperialista. Incentivadas por esse cenário e pela ausência de uma clássica revolução democrático-burguesa na região, determinadas vertentes da esquerda regional passaram a advogar a necessidade de união nacional entre forças políticas antagônicas para combater o inimigo externo.

Apesar de essa estrutura social ser comum aos três governos enfocados na pesquisa, o capítulo também demonstra que as alianças por meio das quais ela se concretiza não são homogêneas. A análise das distintas conjunturas nacionais revela a existência de uma diversidade de projetos políticos nacionais e populares, assentando as bases para a compreensão das contradições do projeto de integração comunicacional da América Latina.

O capítulo dois situa a TeleSUR no sistema-mundo de comunicação. Analisando sua constituição enquanto aparelho de contra-hegemonia, evidencia os elos que a associam historicamente à luta internacionalista pela construção de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC). Reconstitui esses liames sem descurar, no entanto, do enraizamento da emissora nas políticas de comunicação implementadas nacionalmente pelos governos estudados.

Ao adotar essa perspectiva, considera-se as singularidades e contradições provenientes da correlação de forças interna aos governos progressistas latino-americanos. Os contornos

institucionais da TeleSUR delineados nesse capítulo procuram evidenciar, portanto, que ela consiste em uma emissora perpassada por contradições, na qual é possível identificar tanto aspectos revolucionários quanto conservadores.

Como último aspecto relacionado à constituição da emissora latino-americana enquanto aparelho institucional, o capítulo aborda uma questão que se reveste de singular interesse para os brasileiros: a ausência do país na composição acionária da TeleSUR. A opção pela não integração ao projeto comunicacional também é explicada à luz da correlação de forças interna ao governo brasileiro e à relação dialética entre as esferas particular e universal, nacional e internacional.

O capítulo três foca as questões político-culturais. Por meio da análise da cobertura jornalística relacionada aos governos de Argentina, Uruguai e Venezuela, submete à crítica a autoimagem da TeleSUR como um meio de comunicação destinado a promover a integração comunicacional da América Latina com base nos ideais bolivarianos. Evidencia que as alianças sociais contraditórias por trás desses governos originam um discurso também perpassado por várias contradições.

O estudo detido das notícias revela a existência de uma multiplicidade de vozes sociais, que ecoam tanto visões de mundo revolucionárias quanto conservadoras. No primeiro caso, distintos sujeitos sociais assumem uma posição ativa na proposição de projetos nacionais portadores de sentidos universais revolucionários; no segundo, os sujeitos regionais são reduzidos a uma atitude meramente contemplativa diante de modelos nacionais estrangeiros adotados como parâmetros universais.

Além de entrarem em contradição entre si, tais visões de mundo destoam do projeto político-cultural encarnado pela TeleSUR. O diálogo polifônico organizado pela emissora a partir da adoção de uma consciência integracionista bolivariana é marcado pela manifestação de sujeitos que alçam suas vozes não para advogar um caminho emancipatório original, mas sim para anunciar a repetição dos passos dados pelos países capitalistas centrais.

*****

Antes de partir para o detalhamento das questões acima referidas, adentrando as discussões específicas de cada capítulo, apresenta-se a seguir um levantamento bibliográfico das pesquisas acadêmicas a respeito da TeleSUR. Sem a pretensão de abarcar todas as produções científicas sobre o tema publicadas até o momento, procura-se identificar as principais linhas de investigação que vem sendo seguidas.

Como uma primeira forma de abordagem, figuram trabalhos que questionam a autonomia da TeleSUR em relação aos governos coproprietários. Insere-se nesse rol a monografia de Ávila (2008), que visa apreender a proposta da emissora e a visão de mundo que ela constrói, verificando se ela de fato cumpre o autoproclamado objetivo de ser uma rede de televisão independente. A pesquisa abrange a análise de conteúdo de 14 edições dos programas TeleSUR Notícias e Sintesis Latinoamericana, veiculadas entre julho de 2007 e janeiro de 2008.

Ávila parte de um referencial teórico que procura compreender a inserção da América Latina na Nova Ordem Mundial e na globalização. Adota uma visão crítica em relação a esses processos, procurando evidenciar como eles contribuem para o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas mundiais. Foca os vínculos existentes entre a globalização e a constituição de um sistema de mídia dominado por conglomerados transnacionais de comunicação. Como contraponto, oferece uma visão panorâmica sobre a resistência regional a esses processos comunicacionais globais.

A partir de estudos vinculados à economia política, o trabalho contextualiza o surgimento da televisão na América Latina. Destaca a participação ativa de empresas estrangeiras nesse processo, tanto em termos econômicos quanto tecnológicos e culturais. Argumenta ainda que as rotinas de produção televisiva e o fazer telejornalístico ancoram-se em modelos que também podem se confundir com a lógica do sistema capitalista.

Traçado esse cenário, o autor procura avaliar se a visão da América Latina construída pelas TeleSUR contrapõe-se ao domínio exercido pelos grandes meios de comunicação. Observa a esse respeito que o noticiário sobre a região veiculado pela emissora é fruto de produção própria, o que, por si, configura-se como um importante contraste em relação à mídia tradicional, que costuma retratar a América Latina a partir do olhar das agências de notícias internacionais.

Entretanto, quando o conteúdo jornalístico da TeleSUR é submetido à análise, verifica-se que a alegada independência editorial é inexistente. Os dados demonstram que os

coproprietários do canal não só ocupam a maior fatia de tempo dos telejornais, como também são referenciados por notícias positivas. Ao contrário, governos latino-americanos de tendências ideológicas distintas, quando se tornam noticiáveis, aparecem majoritariamente sob enquadramentos negativos.

> Desta forma, a imagem política retratada do continente pelas lentes da Telesur é a mesma que envolve as críticas dos partidos políticos de esquerda latino-americanos frente à globalização, ao neoliberalismo e aos grandes monopólios comerciais e de comunicação. Tanto o Telesur Noticias como o Sintesis Latinoamericana mostram um continente afundado na pobreza e nos problemas sociais, na manutenção do grande latifúndio e na dependência econômica dos países desenvolvidos. As matérias sobre política, favoráveis aos governos de esquerda exibidos no noticiário, tratam das ações desses países em combater todos estes problemas estruturais e históricos (ÁVILA, 2008, p.79).

A independência também é colocada em xeque por pesquisas que enfocam países aliados aos governos mantenedores do canal. Esse é o caso do estudo de Júnior e Gonçalves (2008), que procura evidenciar como o Brasil é construído sob o olhar da TeleSUR, a partir da análise de reportagens veiculadas no programa Realidades, entre agosto e novembro de 2006. A pesquisa demonstra que o material transmitido ou é uma forma de tentar pressionar o governo brasileiro a adotar posturas valorizadas pelos coproprietários da multiestatal, ou de manifestar apoio em momentos cruciais, como o período eleitoral.

Uma das reportagens analisadas trata da administração de uma indústria de plásticos por trabalhadores brasileiros, que teve início no princípio do mandato de Lula. Embora a iniciativa seja apresentada como viável e rentável, a matéria termina com uma reivindicação ao governo brasileiro, para torná-la ainda mais lucrativa: “Os funcionários da Cipla esperam que o governo tome a empresa”.

Com a proximidade das eleições no Brasil, foi exibida em Realidades uma reportagem sobre o mercado de trabalho do país, que destaca a redução do índice de desemprego a um patamar historicamente baixo. Ela concede “espaço e notoriedade ao trabalho realizado pelo governo Lula nos últimos quatro anos no Brasil. A matéria não entra no mérito do governo ter cumprido ou não promessas de campanha, já que, antes de assumir a presidência, Lula prometia a geração de 10 milhões de vagas de trabalho durante seu mandato” (JÚNIOR; GONÇALVES, 2008, p.131). As análises levam os autores a concluírem que,

> por se tratar de uma multiestatal, a TeleSUR sofre influência direta das eleições que

> acontecem na América Latina, especialmente quando essas se dão em seus países membros. Isso não quer dizer que o canal esteja associado tão somente aos chefes de estado de seus países. Mais do que isso, a TeleSUR Tv está ligada aos projetos de governo e de como os presidentes associados entendem a América Latina (JÚNIOR; GONÇALVES, 2008, p.134).

A declarada independência da emissora também é questionada por Bisbal (2009). Baseado na análise de programações exibidas em julho de 2006 e janeiro de 2009, o autor afirma que a TeleSUR assume um perfil ideológico-governamental. Este transparece não só nos noticiários - ao conferir destaque a fatos que marcam a popularidade dos governos mantenedores da emissora, em detrimento de ações opositoras, e assumir postura crítica em relação às políticas norte-americanas -, mas também nos documentários e nos conteúdos voltados ao entretenimento, que são perpassados por uma agenda sócio-política.

Os resultados levam o autor a introduzir a distinção entre meios de comunicação públicos e estatais, denominações adotadas como sinônimo pela TeleSUR. A pesquisa enfatiza que os principais traços de um serviço público de radiodifusão são a independência em relação aos governos - tanto no que diz respeito à gestão quanto aos conteúdos – e o estímulo à participação cidadã na criação e no controle da programação. Por conseguinte, enquanto um veículo cuja gestão é centralizada pelo Estado e cujo conteúdo associa-se aos interesses deste, a TeleSUR não pode ser considerada um canal público.

Outra temática abordada por Bisbal é a integração regional via políticas de comunicação. Ao avaliar se a emissora mantém distanciamento em relação a seus coproprietários, o autor coloca em questão a possibilidade de o projeto cumprir o propósito integracionista assumindo uma orientação democrática.

> TeleSUR se enquadra nos planos e reflexões […] emanados de todo conjunto de discussões que ocorreram sobre a NOMIC, as PNCs, sobre a radiotelevisão de serviço público e até nas ideias da chamada comunicação alternativa-popular-comunitária. O projeto nasce dentro de um governo de evidentes traços autoritários que responde a uma ideia de país e sociedade centralizada a partir do Estado, com claros sinais hegemônicos para inverter o sentido gramsciano do termo, isto é, colocar a cidadania a serviço do Estado totalitário e não o Estado democrático a serviço da sociedade civil (BISBAL, 2009, p.71, tradução nossa).

Bento (2007) adota orientação divergente ao enfocar a TeleSUR sob a perspectiva das políticas públicas para a integração regional. Avançando um pouco mais no tempo, enquadra a multiestatal no movimento pela diversidade e pluralidade na produção audiovisual, que

ganhou fôlego na América Latina em meados da década de 1990, procurando promover a abertura dos países do continente a um maior intercâmbio cultural por intermédio da estrutura dos blocos comerciais (Mercosul, Pacto Andino).

Tal cooperação inspira-se na política de "exceção cultural" defendida pela Europa frente às tentativas de mercantilização da cultura e da comunicação pela OMC. Legitima a intervenção regulatória e financeira dos poderes públicos no setor para corrigir as distorções da economia de mercado no campo da cultura, garantindo às nações e regiões o direito de construir sua própria identidade e, por extensão, de configurar um espaço público realmente representativo.

Ao abordar a TeleSUR nesse contexto, o autor situa-a ao lado de iniciativas como a política cinematográfica do Mercosul, a TV Brasil-Canal Integración – emissora internacional criada pelo governo brasileiro para se comunicar com a audiência da América do Sul - e a Televisión América Latina (TAL) – criada como uma entidade sem fins lucrativos e desvinculada do Estado.

Inerente a esses últimos trabalhos acadêmicos, encontra-se um debate sobre dominação cultural que reaparece na pesquisa de Rizotto e Catalina (2008), desta vez dissociado das questões sobre políticas de comunicação. No artigo, a TeleSUR é observada como uma forma de resistência à influência cultural norte-americana, exercida na região como parte de um processo mais amplo de dominação, que abarca também os âmbitos econômico e político.

As autoras procuram ressaltar que essa subjugação cultural não é exercida totalmente a partir do exterior. Ela adquire eficácia ao encontrar respaldo entre as classes dominantes da própria região, que extraem dela o benefício de exercer um controle interno sobre as massas. Um dos principais instrumentos empregados para esse fim são os meios de comunicação que, protegidos por uma imagem de objetividade e imparcialidade, difundem notícias perpassadas pelos interesses dominantes e imperialistas.

Como oposição a esse cenário é que a TeleSUR adquire relevância. Para ilustrá-lo, Rizotto e Catalina (2008) realizam uma breve análise do noticiário produzido pela emissora a respeito do conflito gerado por ocasião do ataque do governo colombiano às Farc em território equatoriano. O acontecimento é escolhido porque, embora em tese se restrinja à política doméstica de ambos os países, na prática adquire proporções hemisféricas, contrapondo os interesses geopolíticos dos Estados Unidos na região a um projeto de

soberania latino-americana.

As autoras contrastam a série de notícias televisivas à reportagem sobre o assunto publicada pela revista brasileira Veja. Como resultado da análise, chegam às seguintes conclusões:

> Enquanto a reportagem da Veja fala sobre as Farc como uma organização que tem como únicos objetivos o sequestro e o narcotráfico, a TeleSur fala dela sob outro ângulo, dando um espaço para que ela própria possa mostrar sua legitimidade. Enquanto a reportagem da Veja responsabiliza Hugo Chávez e a Venezuela pela guerra e por todo mal que pode acontecer ao território e ao povo da América Latina, a TeleSur mostra a responsabilidade dos EUA e do neoliberalismo na tentativa de continuar exercendo o controle dos países do sul (RIZOTTO, CATALINA, 2008, p.13).

A TeleSUR é inserida nas disputas internacionais pelo poder simbólico também no trabalho de Valente e Santoro (2006). Nele, a emissora é associada à "diplomacia midiática", campo no qual os recursos comunicacionais são utilizados para obter eficácia nas negociações externas, seja com governos, empresas ou organizações internacionais. Os autores sustentam que a multiestatal consiste em uma estratégia destinada a "fortalecer um projeto de integração da América Latina, em especial da América do Sul, e criar mecanismos de proteção contra a ação da diplomacia midiática norte-americana, feita por meio dos veículos de comunicação globalizados, principalmente as redes de TV e as agências de notícias" (VALENTE; SANTORO, 2006, p.3).

A proposta integracionista de Hugo Chávez é caracterizada pelos autores como um nacionalismo militar, expresso pela recuperação das ideias políticas de governantes militares latino-americanos que iniciaram – ou tentaram iniciar – reformas sociais. Dentre eles, destaca-se o líder da independência Simón Bolívar e seu plano de construir a "Pátria Grande" por meio de uma luta anticolonial, já marcada pela hostilidade aos Estados Unidos.

Valente e Santoro (2006) consideram que a difusão desse discurso via mídia não consiste em uma estratégia para promover a escalada da Venezuela no cenário internacional. O principal objetivo da "diplomacia midiática" do país é transmitir notícias de forma independente para uma ampla audiência. O recurso assume grande relevância para uma nação que viveu uma situação ilustrativa do poder exercido pelo discurso único dos conglomerados midiáticos transnacionais: a tentativa de golpe de Estado de abril de 2002.

> Valente (2005) demonstra que o fato levou mais de 48 horas para ser classificado pela mídia internacional como golpe de Estado. Neste período, principalmente durante a prisão de Chávez, um levantamento feito pelo autor revela que as principais reportagens disseminadas pelas agências internacionais de notícias falavam sobre a tranquilidade do mercado internacional do petróleo em virtude "da posse" do novo governo venezuelano. Um trecho de um flash noticioso da agência americana AP distribuído na noite do dia 12 de abril, reproduzido pelo autor, mostra claramente essa tendência, com a expressão "deixou o poder" sendo usada no lugar da expressão "foi deposto" ou outras similares. De acordo com o levantamento, todas as notícias publicadas pelas agências internacionais naquele dia tiveram a mesma estrutura editorial (VALENTE; SANTORO, 2006, p.9-10).

Apesar de considerarem a TeleSUR uma iniciativa inovadora, os autores identificam problemas na estratégia. Avaliam que o caráter governamental da emissora gera prejuízos em termos de credibilidade e penetração: as estratégias bem-sucedidas de diplomacia midiática em geral são aquelas de uso implícito e indireto. Também ponderam que, por ser de propriedade estatal, o canal encontra dificuldades para atuar no mercado global, especialmente como difusor primário de informação, à semelhança das agências de notícias.

Cañizalez e Lugo (2007) seguem uma linha similar de argumentação; no entanto, focam-se muito mais na questão da integração regional, suscitando o tema das identidades culturais. Adotam como ponto de partida o duplo objetivo a que a TeleSUR se propõe: o de atuar como um veículo contra-hegemônico em relação às grandes cadeias informativas internacionais, consolidando-se, ao mesmo tempo, como um espaço para a integração política e cultural da região.

Em relação ao primeiro, sustentam que, desde o princípio, o veículo consiste em um projeto político da Venezuela, cujo propósito é garantir ao país presença internacional e projeção geopolítica, servindo especialmente como instrumento de confrontação com os Estados Unidos. Também relembram a importante atuação dos meios de comunicação na tentativa de golpe de Estado sofrida por Chávez em abril de 2002 e argumentam que acontecimentos desse tipo podem converter as cadeias de notícias em referentes geopolíticos cruciais. “Telesur poderia certamente enfrentar uma situação similar ante possíveis crises políticas na Venezuela, em Cuba ou na Bolívia, em um futuro próximo” (CAÑIZÁLEZ; LUGO, 2007, p.59, tradução nossa).

No que diz respeito à proposta integracionista, os autores consideram que ela parte da suposição de que haja, ou possa existir um dia, uma esfera pública comum na região. Entretanto, adotam uma postura cética em relação a esse objetivo, ponderando que a busca de

espaços comuns consiste em uma visão romântica, derivada de uma concepção da América Latina como região homogênea.

> Essa visão se baseia em interpretações atemporais que, em geral, ignoram os níveis de diversidade cultural e política que predominam na América Latina. De acordo com essa interpretação, argentinos, bolivianos, brasileiros, cubanos, uruguaios e venezuelanos deveriam compartilhar não só valores culturais, mas também uma esfera pública comum. Em outras palavras, é um paradigma pseudo-epistemológico com uma base teórica débil (CAÑIZÁLEZ; LUGO, 2007, p.54-55, tradução nossa).

Sob essa perspectiva, a afirmação da existência de uma identidade regional derivaria de observações superficiais ancoradas em elementos do passado, como o simbolismo indígena, o compartilhamento do idioma, da religião e de antecedentes históricos comuns. Ignoraria, portanto, a atual realidade urbana, marcada pela heterogeneidade e diversidade dos espaços e povos latino-americanos.

Segundo Cañizalez e Lugo (2007), esse discurso integracionista sempre foi muito recorrente na história latino-americana, tendo marcado presença entre forças situadas tanto à esquerda quanto à direita do espectro político. Seu eco se faz presente em iniciativas que vão desde a criação de mercados comuns – tais como o Pacto Andino e o Mercosul – até empreendimentos culturais e científicos conjuntos, abarcando nos últimos tempos também propostas que envolvem os meios de comunicação de massa.

No último caso, a irrupção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na vida diária é encarada como um fator de desenvolvimento. “Aqueles que abraçam essa ideia veem os meios de comunicação eletrônicos como um elemento de transformação que pode permitir a formação de espaços políticos comuns e contribuir com a democratização, o desenvolvimento e a convergência institucional (‘integração' no caso da América Latina)” (CAÑIZÁLES; LUGO, 2007, p.60, tradução nossa).

Essa concepção é marcada especialmente pelas tradições pós-coloniais e de descolonização, que nas décadas de 1960/1970 adquiriram expressão na América Latina por intermédio da teoria da dependência e de estratégias de desenvolvimento via políticas públicas. É ela que ganha novo fôlego contemporaneamente, reavivada pelos líderes “progressistas” que ascenderam ao poder no último decênio.

No entanto, Cañizález e Lugo (2007) consideram esta retomada paradoxal. Sustentam que o renascimento do ideal integracionista via meios de comunicação ocorre em um cenário

no qual estes ainda se encontram enquadrados e definidos por prerrogativas do Estado-Nação. Neste contexto é que procuram compreender a TeleSUR.

> O projeto da Telesur como rede de televisão latino-americana se enquadra nessa dinâmica. Embora tente ser uma expressão de espaço comum, com capacidade para promover a integração político-cultural, é, ao mesmo tempo, um meio para extrapolar os interesses geopolíticos nacionais, tanto dentro da Venezuela como no exterior (CAÑIZÁLEZ; LUGO, 2007, p.55, tradução nossa).

Os autores argumentam ainda que nem todos os países latino-americanos têm o mesmo grau de compromisso com o projeto integracionista, e sequer são guiados por um único plano de coesão regional. Consequentemente, a criação de um espaço comum precisaria ser avaliada e discutida também como um projeto vinculado às hegemonias regionais, muitas vezes contraditórias entre si.

A relevância deste fator ajudaria a explicar as diferentes posturas em relação à emissora como, por exemplo, a decisão do Brasil de não aderir à iniciativa: a TeleSUR seria vista, tanto entre as elites políticas de direita quanto de esquerda, como uma possível ameaça às próprias ambições hegemônicas do país na região. Mesmo Cuba, um dos principais parceiros do canal e importante aliado político da Venezuela, teria um envolvimento diverso com o projeto, razão pela qual teria optado por realizar uma transmissão seletiva do conteúdo da multiestatal em seu território.

Gentilli e Rocha (2010) também realizam uma abordagem sobre a proposta de integração da TeleSUR que foca a questão identitária. Em seu estudo, respaldam-se em uma visão da identidade como algo que se constitui na relação com o "outro". Partem, portanto, de uma perspectiva dinâmica e relacional, que assinala o aspecto mutável dos processos de identificação e sublinha o jogo entre semelhanças e diferenças em sua construção.

Com o foco na ideia de Nação, procuram evidenciar o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa na construção das identidades. Retomam Benedict Anderson, para quem o nacionalismo consiste em uma "comunidade imaginada", a criação política de um sentimento de pertencimento a um grupo social limitado e soberano, para cuja consolidação a mídia contribui criando um "tempo homogêneo vazio" em que um público disperso se conecta mediante a ideia de simultaneidade de leitura.

Neste quadro conceitual, o "bolivarianismo chavista" é considerado um projeto ideológico que visa recriar o nacionalismo em um contexto mais amplo: a América Latina. A

construção dessa identidade é realizada tendo como referência um "outro" representado pelas "nações imperialistas", assim como no passado as colônias em luta pela independência procuravam se afirmar em oposição às metrópoles.

> No contexto de reação às ofensivas expansionistas do capital, por meio da globalização neoliberal, o bolivarianismo relaciona-se muito com o sentimento nacionalista, por também evocar a cultura, a diversidade dos povos da região, a identidade da América Latina em resistência às fontes imperialistas de poder. Por partir desse princípio, o bolivarianismo associa as semelhanças da matriz cultural das nações com as semelhanças nos modelos de exploração econômica que essas sofreram ao longo de suas histórias como princípio agregador. O anti-imperialismo serve como um fator agregador ideológico, assim como serviu o anticolonialismo no período das lutas pela independência. Promove o sentimento de que todo o continente possui um passado comum de exploração, além de um período de libertação em comum (GENTILLI; ROCHA, 2010, p.472).

Na abordagem sobre integração regional, Nogueira (2007) enfoca a tensão entre diversidade e universalidade. A autora o faz questionando se a multiestatal cumpre o propósito de ser uma alternativa regional ao "imperialismo midiático das grandes cadeias de comunicação", conciliando o pluralismo latino-americano com sua inserção no projeto político "bolivarianista". Enfatiza que, desde sua gestação, a emissora vem se autoproclamando um veículo a serviço da diversidade da América do Sul e do Caribe. A possibilidade de conceder espaço à manifestação de quem é excluído da mídia internacional ou retratado de forma parcial ou desfavorável sempre foi apontada como uma das razões de ser do canal.

A autora menciona pesquisas que parecem assinalar os limites desse ideal pluralista, como a de Salö e Terenius (2008), realizada com base em análises da grade de programação e dos conteúdos tanto do portal web quanto de telejornais da multiestatal. Os pesquisadores concluem que o canal contribui para a produção de uma televisão internacional mais plural na medida em que se caracteriza por uma estrutura, propriedade e agenda únicas. Contudo, ele não é considerado pluralista em si mesmo: serve apenas como um complemento dos outros veículos, na medida em que assume um claro posicionamento à esquerda, em vez de seguir valores jornalísticos como a objetividade.

Nogueira (2007) afirma que dados próprios colhidos a partir do acompanhamento das atividades do site da TeleSUR, de 2006 a 2008, apontam uma realidade similar. Apesar de não ter realizado uma análise sistemática e metodologicamente rigorosa das informações, avalia

que a seção de opiniões ilustra bem a orientação política do canal. “A seção recebe colaborações variadas em relação ao país de origem, mas nem tanto em relação às abordagens – há uma predominância de temas políticos, todos com claro posicionamento anti-hegemônico, ou de temas outros abordados com enfoque político” (NOGUEIRA, 2007, p.8).

No entanto, a autora considera que a proposta da TeleSUR de conceder espaço à “pluralidade de vozes” não deve ser avaliada a partir de parâmetros do campo midiático, como a objetividade e a imparcialidade. O respeito à diversidade e o combate à “ditadura midiática” devem ser entendidos associados à luta dos povos, o que, na perspectiva de Nogueira (2007), requer metodologias de análise distintas.

Em outro estudo sobre o papel da TeleSUR no processo de integração regional, Nogueira (2009) detém a atenção no “bolivarianismo chavista”. Partindo do campo das Relações Internacionais, adota uma perspectiva de abordagem construtivista, para a qual a evolução dos processos de integração deve ser entendida a partir do plano das ideias, e não das condições materiais.

> Com existência atrelada ao ideal “bolivariano” de integração latino-americana, a rede de comunicação multiestatal Telesur se insere em um projeto político e social mais amplo. Sua atuação junto à coletividade ocorre em uma dimensão cognitiva, cujo objetivo principal é a construção de uma visão cultural compartilhada, ainda que esta homogeneidade desejada ocorra tendo por base a pluralidade e a diversidade regional (NOGUEIRA, 2009, p.3).

Por conseguinte, a autora compartilha a visão de que a atualização do bolivarianismo pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez não consiste na adoção de uma doutrina ou um corpo teórico político-econômico destinado a solucionar os problemas reais da Venezuela e da América Latina. Sob esta perspectiva, o ideal integracionista aparece como um mero conteúdo simbólico, cuja finalidade é reconstruir o sentido da história nacional e continental.

Segundo Nogueira (2009), a utilização dos meios de comunicação de massa para a difusão de tal ideário insere-se em um projeto político de difusão cultural. O discurso de integração regional da TeleSUR tem por objetivo veicular símbolos e valores compartilhados por Estados que supostamente são marcados por experiências e memórias passadas comuns, bem como por um presente similar em termos de posicionamento anti-hegemônico.

Strassburger (2011; 2012) lança olhares totalmente diversos sobre a multiestatal. Seu primeiro trabalho envolvendo a emissora consiste em uma reflexão sobre as relações entre

mídia, poder e enfermidade. O foco da análise é o noticiário produzido pelo portal TeleSUR sobre a primeira intervenção cirúrgica sofrida por Hugo Chávez, em 10 de junho de 2011, e a posterior confirmação da existência de um tumor cancerígeno.

O referencial teórico adotado aborda a interdependência entre mídia e política. Evidencia como os dois campos se entrecruzam contemporaneamente em termos de poder, informação e finanças. Chama atenção especialmente para a importância dos meios de comunicação na construção da imagem de lideranças políticas, que serve de base para a edificação do poder simbólico. Confere destaque a esta última forma de dominação, que pode se manter praticamente inabalada em situações de debilidade real, como uma enfermidade.

Neste contexto, o trabalho trata da representação do homem público e da necessidade de que ela seja coerente com o personagem que lhe foi associado de forma duradoura, especialmente quando a realidade parece fugir ao controle. Aproximando-se do caso de Hugo Chávez e do que ele procura representar, traz à luz o conceito weberiano de dominação pelo carisma, que se exerce com base na veneração do poder heroico ou de caráter exemplar de uma pessoa.

A manutenção ou não dessa imagem quando da divulgação da doença do ex-presidente venezuelano é o que, em última instância, a autora avalia ao analisar o noticiário veiculado pelo portal da TeleSUR. Os dados empíricos levam-na a concluir que,

> no que se refere à imagem de Chávez frente ao poder da Venezuela e ao espaço que ocupa como líder na América Latina, apesar de uma alteração inicial ter colocado a fragilidade, a insegurança e o temor do presidente, na continuidade das notícias, observa-se a manutenção dos mesmos formatos presentes nos discursos anteriores à enfermidade. O governante continua sendo apresentado com sua firmeza, postura decidida e determinação nas decisões que toma, também por seus pronunciamentos ácidos e polêmicos, e pelas relações com os Chefes de Estado da região. A imagem de herói permanece, de certa maneira, inabalada (STRASSBURGER, 2011. p.13).

Em um trabalho posterior, que consiste na única dissertação brasileira de mestrado dedicada à abordagem da TeleSUR, Strassburger (2012) adota como foco de análise as manifestações e expressões sobre a América Latina formuladas por sujeitos que mantêm uma interação constante com o portal multimídia da emissora. Constrói um objeto de pesquisa que se constitui na interseção entre o portal de comunicação, a América Latina e os sujeitos envolvidos na recepção.

A autora procura avaliar ainda como todos esses elementos são perpassados pela

"Cidadania Comunicativa". O conceito remete ao reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e de demanda no âmbito da comunicação pública; ultrapassa a dimensão jurídica, envolvendo o desenvolvimento de práticas que contribuam para a garantia e ampliação dos direitos junto ao campo da comunicação e a materialização das possibilidades de ação no espaço público.

A pesquisa refere-se aos receptores como sujeitos comunicantes. O termo é cunhado a partir do resgate das ideias de autores que focalizam o homem ordinário, com o propósito de indicar que, em sua interação com o portal, os sujeitos atuam não só como leitores, mas também como colaboradores e fruidores; realizam uma recepção ativa, apropriando-se das informações e transformando-as para diferentes usos.

Adotar essa perspectiva implica observar os sujeitos em suas distintas relações. Em virtude disso, os principais instrumentos metodológicos empregados são a entrevista individual e a realização de um fórum de inter-relação. Por intermédio da primeira, a autora procurou conhecer os participantes, suas trajetórias de vida e comunicativa, seu entendimento sobre cidadania e as manifestações e expressões sobre a América Latina. O segundo foi um momento em que os pesquisados se relacionaram entre si e com o portal.

Participaram da pesquisa apenas três "sujeitos comunicantes", cujos perfis revelaram grandes semelhanças:

> […] pelas *entrevistas individuais* ficaram perceptíveis as semelhanças entre os entrevistados, tanto nos gostos culturais e midiáticos quanto nos interesses pelo âmbito comunicacional. Mesmo a identidade é análoga, por exemplo, os três se reconhecem como latino-americanos, valorizam as realidades que são suas e demonstram um sentimento compartilhado por tudo que se refere à região, buscando sempre conhecer mais a história, os povos, os meios de comunicação, cenários e elementos de modo amplo (STRASSBURGER, 2012 p.151).

2 NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO NA *PRÁXIS* PROGRESSISTA LATINO-AMERICANA

Marx já não crê que a expansão imperial dos países mais desenvolvidos seja uma vitória do progresso sobre o atraso. Há quinze anos, porém, não havia discordado de Engels quando Engels aplaudiu a invasão do México pelos Estados Unidos, acreditando que assim os camponeses mexicanos virariam proletários e cairiam do pedestal os bispos e os senhores feudais.

Eduardo Galeano

Embora tenha empreendido uma detalhada análise crítica do capitalismo, Marx não deixou de destacar também os aspectos revolucionários do sistema. A obra do autor evidencia que a ruptura com o feudalismo propiciada pela construção de Estados nacionais baseados na atividade industrial significou não só a instauração de um novo mecanismo de exploração social, mas também importantes conquistas econômicas, sociais e culturais para a humanidade.

A admissão do caráter emancipatório da "revolução democrático-burguesa" foi acompanhada pelo reconhecimento de que as transformações por ela empreendidas visando à satisfação de particulares interesses de classe continham um potencial universalizante. Antes que o antagonismo entre burguesia e proletariado aflorasse juntamente com a nova sociedade, os burgueses haviam representado objetivamente os interesses da totalidade do povo em sua luta contra o conservadorismo absolutista-feudal.

A capacidade que Marx demonstrou de captar faces contraditórias de um mesmo processo histórico e apreender na imediaticidade dos fenômenos suas contribuições universais adveio da adoção de uma racionalidade progressista que, de acordo com Coutinho (2010), articula-se em torno de três eixos. Imbricam-se aí o humanismo, ou a teoria segundo a qual o homem é produto de sua história coletiva; o historicismo concreto, isto é, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso da espécie humana, e a razão dialética, em sua dupla acepção: como unidade entre contrários e relação entre os âmbitos particular e universal.

A racionalidade progressista consiste em um modo de conhecimento no qual o mundo é compreendido como síntese entre possibilidade e realidade, como uma totalidade concreta

em constante evolução. O método surgiu como parte do movimento histórico de ascensão político-econômica da burguesia, sob uma feição idealista cuja formulação mais acabada encontra-se nos escritos de Hegel. Entretanto, Marx apropriou-se dialeticamente da herança hegeliana, imprimindo um caráter materialista ao pensamento progressista, que levou ao surgimento do materialismo histórico dialético.

Se, ao procurar conhecer a realidade, Marx (re)formulou um método que enfatiza as contradições, poderia a construção de seu próprio pensamento ser considerada isenta de contradições? O presente capítulo explora esta questão, procurando evidenciar as consequências daí advindas para a apreensão da realidade latino-americana e a formulação de estratégias políticas para o continente que, conforme se espera demonstrar, encontram ressonância na *práxis* dos contemporâneos governos latino-americanos de tendências de esquerda.

Ao se apropriar criativamente da racionalidade hegeliana, Marx incorporou também uma noção de irracionalidade que reverbera em seus escritos sobre contextos não europeus, especialmente naqueles relacionados à América Latina. Revelando-se incapaz, naquele momento de construção de seu pensamento, de apreender a singularidade histórica da região e, por conseguinte, de aplicar o método materialista dialético no conhecimento dessa realidade, o filósofo alemão lançou-a ao reino da irracionalidade e submeteu-a a uma análise não dialética, na qual o progresso assumiu uma conotação positivista.

De acordo com essa perspectiva, a América Latina se encontrava em uma situação de "atraso" e só conseguiria alcançar o "progresso" percorrendo o caminho trilhado pelas nações capitalistas europeias. Isto implicaria, em primeiro lugar, realizar uma revolução democrático-burguesa de estilo clássico, introduzindo nos países do continente as transformações econômicas, sociais e políticas vivenciadas alhures. Qualquer diferença deste processo em relação àquele adotado como "norma" deveria ser considerada uma "aberração", um "desvio" em relação ao caminho original.

As visões irracionalista e positivista que ecoam nesse tipo de argumentação caminham de mãos dadas e rompem com a tradição progressista. Como observa Coutinho (2010), elas empobrecem a racionalidade progressista, assumindo uma postura conservadora diante da realidade, de apologia ao progresso do capitalismo. Contraditoriamente, portanto, a interpretação marxiana da singular história da América Latina se encaminhou muito mais na direção da defesa da reprodução das relações capitalistas nessa parte do globo do que rumo à

emancipação socialista.

O presente trabalho procura evidenciar que essas contradições – de certa forma compreensíveis no período histórico vivenciado por Marx, no qual o imperialismo apenas começava a se enunciar – encontram eco nas propostas da esquerda latino-americana, inclusive no mundo contemporâneo. Os projetos traçados por essas forças políticas regionais revelam-se ambivalentes ainda hoje, resvalando ora para concepções revolucionárias-emancipatórias – que incorporam e superam dialeticamente os avanços democrático-burgueses -, ora para posições conservadoras-positivistas – que cedem a exclusivismos nacionais, identificando o modelo político europeu como uma norma a ser seguida.

Esse capítulo aborda a questão principalmente a partir de um ponto de vista estrutural, concentrando-se sobretudo na discussão de seus aspectos econômicos e sociais. Na primeira parte, argumenta-se que tais contradições derivam da singular formação das sociedades latino-americanas, na qual a exploração capitalista de determinadas frações de classes sobre outras associa-se ao domínio exercido por um grupo de nações em relação às demais, sob a forma de submissão imperialista.

Conjugada à ausência de uma clássica revolução democrático-burguesa na região, essa especificidade histórica fez com que a luta política da esquerda do continente assumisse uma feição distinta daquela observada nos países capitalistas europeus. Enquanto nestes o internacionalismo foi vislumbrado desde o princípio como um horizonte imediato, na América Latina o nacionalismo adquiriu proeminência singular, interpondo-se como uma mediação necessária para a consecução dos objetivos internacionalistas. Como consequência, parte da esquerda regional tem priorizado sistematicamente a formulação de projetos nacionais a partir da formação de alianças entre grupos sociais regidos por interesses antagônicos.

A segunda parte do capítulo evidencia como essas questões teóricas reverberam na conjuntura latino-americana contemporânea. Adota como ponto de partida uma abordagem que revela as bases imperialistas do modelo capitalista hegemônico, também conhecido como neoliberal. Em seguida, propõe uma perspectiva analítica que resgata a racionalidade progressista, enfatizando as contradições sociais inerentes aos governos latino-americanos de tendências de esquerda, bem como a dialética particular-universal evocada pelos grupos sociais que se encontram na base desses projetos políticos.

A aplicação desse método, realizada nesse capítulo a partir um ponto de vista estrutural, desvela as singulares formações sociais que amparam os governos de Argentina,

Uruguai e Venezuela. A análise conjuntural evidencia a existência de uma diversidade de projetos políticos abrigados sob a denominação de "progressismo", assentando as bases para a compreensão das contradições presentes na institucionalização da TeleSUR como aparelho de contra-hegemonia e no discurso jornalístico de integração continental.

2.1 RAÍZES DO NACIONALISMO DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

2.1.1 Nacionalismo e internacionalismo no pensamento de Marx e Engels

O socialismo foi, desde seus primórdios, concebido como um modelo econômico-social fundamentalmente internacionalista. Já no Manifesto Comunista*,* primeira formulação sistemática deste pensamento político, Marx e Engels (1998) sustentam que a construção de uma sociedade justa e igualitária requer a solidariedade entre os trabalhadores de todo mundo. A afirmação deriva não de uma visão utópica e romântica, mas de uma análise materialista histórica e dialética da realidade, na qual a luta de classes se configura como um aspecto central.

Os autores observam que a construção e a consolidação do capitalismo nos países da Europa ocidental foram protagonizadas por um sujeito coletivo nascido no seio da antiga sociedade: a burguesia. Detentora dos meios de produção industriais, a nova classe liderou uma revolução nacional-popular que pôs fim ao regime agrário-feudal até então preponderante. A transformação foi acompanhada pelo surgimento de uma nova forma de opressão, baseada na exploração econômica daqueles que dispunham apenas de sua força de trabalho para sobreviver: o proletariado. Instaurou-se, desta forma, um novo antagonismo social, expresso pela oposição fundamental entre burguesia e proletariado.

Tributários de uma visão da totalidade social, Marx e Engels consideram que essa opressão econômica e social encontra correspondência na esfera política. A dominação burguesa completa-se com a emergência histórica de um aparato destinado a resguardar seus interesses: o Estado moderno. Em vez de ser o portador da vontade universal – como imaginava Hegel e fazia crer a burguesia –, este consistiria em um instrumento de dominação da particularidade, agiria como um "comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda burguesia" (MARX; ENGELS, 1998, p.12). Neste universo superestrutural, a única parte

destinada ao proletariado era o aparelho repressivo, criado com a finalidade de desatar sua violência sobre aqueles que ousassem questionar a ordem vigente.

O mecanismo que permitia revestir de universalidade uma criação histórica circunscrita ao âmbito da particularidade já havia sido desvelado por Marx e Engels em A ideologia alemã (1987). Neste escrito, considerado a primeira expressão acabada do método materialista histórico dialético, os autores argumentavam que a filosofia idealista de Hegel operava uma inversão da realidade, apresentando o mundo concreto como a emanação do Espírito absoluto, encarnado na figura do Estado. Como consequência, uma institucionalidade gerada pela ação histórica do homem sobre o mundo aparecia como uma forma alienada de seus criadores, projetando-se em um plano transcendente de onde passava a comandá-los.

Esta inversão ontológica, que transformava os verdadeiros sujeitos da história em seu predicado, e vice-versa, consistia em um mecanismo de dominação de natureza ideológica, que ficou conhecido como "falsa consciência". Para Marx e Engels, a opressão realizada no plano econômico encontrava sustentação no predomínio de um corpo de ideias que apresentavam as criações e interesses particulares da burguesia como o interesse de toda a sociedade. Adquiria especial relevância nesse sentido a categoria de Nação, que acompanhou a formação dos Estados modernos camuflando sob o disfarce de uma pretensa unidade nacional a reivindicação de privilégios burgueses.

Tais processos sócio-históricos, que descreviam o funcionamento do capitalismo nos países da Europa ocidental, revelavam um enorme potencial de expansão. A necessidade vital do novo sistema econômico de ampliar permanentemente suas fronteiras para garantir a reprodução ampliada do capital encerrava uma tendência de replicação dessas relações sociais por todo o globo. Marx e Engels (1998) anteviram-na em sua época afirmando que a burguesia industrial europeia construiria "um mundo a sua imagem" - perspectiva que, como será evidenciado a seguir, ganhou novos matizes no pensamento dos autores e adquiriu uma formulação mais consistente na teoria de Lenin sobre o imperialismo.

A realização desse potencial estenderia o regime de dominação capitalista a praticamente todo o globo, levando ao surgimento de novos Estados-nação mediante a ação revolucionária de novas burguesias industriais. Por conseguinte, conduziria a uma ampliação correlata da classe proletária, que também passaria a ter uma existência mundial. A submissão ao capital tornaria, assim, as condições de vida dos trabalhadores similares em praticamente todo o mundo: independente do país em que eles se encontrassem, a forma de dominação a

que estariam sujeitos seria substancialmente a mesma.

Como corolário desse movimento histórico, o regime de opressão capitalista ultrapassa as fronteiras estabelecidas pelos Estados, assumindo um caráter internacional. Embora as burguesias das distintas nações concorram entre si na busca por mercados, quando se trata de resolver os antagonismos de classe, elas se unificam. Em virtude disso, o caminho para a verdadeira emancipação social também passa pela atuação unificada dos trabalhadores. Eles devem abandonar sua condição de existência particular, erigindo-se como classe social universal, mediante laços de solidariedade internacional.

Por esta razão, Marx e Engels afirmam que os trabalhadores não têm pátria. Eles não podem ter como meta a unidade nacional, pois o apelo a particularismos nacionais consiste em uma estratégia política burguesa que mantém intacto sob seu manto as desigualdades sociais, contribuindo para dividir o proletariado por meio de práticas chauvinistas. Ao contrário, sua luta deve se encaminhar para a supressão dessas diferenças superficiais, sob as quais reside um substrato comum de opressão e, por extensão, também objetivos comuns de emancipação.

Não por acaso, o socialismo visa à superação do Estado. Na medida em que este consiste em uma entidade histórica cuja gênese encontra-se associada ao exercício do poder de uma classe sobre as demais e cuja função precípua é justamente a de manter esta cisão, reafirmando na esfera política a hegemonia do mundo burguês, uma sociedade na qual as diferenças sociais entre os homens se esvaece só pode ser concebida como uma realidade na qual o poder público perde seu caráter político, com a supressão das delimitações estatais.

Embora neguem o nacionalismo proletário, Marx e Engels não descuram das tarefas nacionais que se impõem à classe. “Já que o proletariado deve, primeiro, conquistar a supremacia política, deve se erguer para ser a classe líder da nação; deve constituir, ele próprio, a nação; ele é, até agora, nacional, apesar de não ser no sentido burguês da palavra” (MARX; ENGELS, 1998, p. 39). Na luta contra a burguesia, portanto, o primeiro passo a ser dado pelo proletariado dever ser sua transformação em classe portadora da vontade coletiva nacional-popular.

Mas esses não são os únicos sentidos evocados pelo Manifesto a respeito das relações entre nacionalismo e internacionalismo. Encontram-se aí também passagens que assumem um tom laudatório em relação à expansão do capitalismo, visto como o caminho para o abandono das “bárbaras” características do período feudal. Nesse percurso histórico, a revolução

socialista consistiria em um prosseguimento do processo “civilizatório" iniciado pela sociedade burguesa.

> A burguesia, pelo aperfeiçoamento rápido de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, até a mais bárbara, para a civilização […] Compele todas as nações, sob a pena de extinção, a adotar o modo de produção burguês. Compele-as a introduzirem o que chama de civilização no seu meio, ou seja, a se tornarem burguesas (MARX; ENGELS, 1998, p. 15).

Como sublinham Aricó (1982) e Löwy (2000), afirmações como essa expressam uma visão determinista da história, adquirem um tom evolucionista, evocando uma suposta trajetória natural que todas as nações devem percorrer, cujos pontos de referência fundamentais coincidem com aqueles adotados pelos primeiros países capitalistas da Europa ocidental: da condição bárbaro-feudal à capitalista-civilizada para, por fim, chegar ao socialismo.

Concorda-se com os autores que o pensamento marxiano não deve, em virtude de assertivas desse tipo, ser reduzido a uma visão que deduz o movimento histórico de uma suposta lei natural. O próprio Marx chegou a alertar para o perigo que representava a transformação de “seu esboço da gênese do capitalismo na Europa ocidental” em uma “teoria histórico-filosófica acerca do avanço geral que se impõe fatalmente a todos os povos, qualquer que seja a situação na qual eles se encontrem” (MARX, *apud* LÖWY, 2000, p. 33).

Refutar tais considerações seria negar o grande legado deixado por Marx: não um dogma, mas o método materialista histórico e dialético de interpretação da realidade. Apesar disso, considera-se indispensável atribuir relevância a essas afirmações, pois elas tiveram importantes implicações políticas e ideológicas no desenvolvimento do socialismo. Como se pretende evidenciar na sequência, ela influenciou a elaboração de estratégias políticas e revolucionárias, especialmente no caso que ora nos interessa: o dos países latino-americanos.

É indiscutível que, na concepção materialista dialética predominante na totalidade da obra de Marx, a proposta internacionalista tem como horizonte uma visão de mundo humanista. Já nessa perspectiva, que assume um cunho econômico-determinista, a universalidade reitera as feições assumidas por uma particularidade específica: a visão de mundo eurocêntrica, que se erige como uma “norma” a ser seguida por todos os povos como uma condição para a transformação socialista.

Aricó (1982) pondera que esse paradoxo é fomentado pela relação contraditória de Marx e Engels com o pensamento de Hegel. A negação e o diálogo ao mesmo tempo estabelecidos pelos autores com essa vertente filosófica provocaram, em suas reflexões iniciais sobre a realidade não europeia, a herança da noção de "povos sem história". Embora afirme que o binômio "nações históricas" e "nações sem história" é apropriado pelos autores sem uma fundamentação teórica precisa - tornando-se, em virtude disso, objeto de conotações diversas, em épocas e em referência a regiões distintas –, Aricó identifica uma de suas acepções como a fonte de tensão do pensamento socialista: aquela na qual os termos aparecem como etapas de um mesmo processo histórico.

Sob essa perspectiva, Marx e Engels interpretam a expansão das relações capitalistas como a constituição de uma "história universal" e colocam em questão as condições necessárias para que os "povos sem história" possam abandonar seu estágio estacionário de existência, tornando-se capazes de participar do desenvolvimento histórico. Os conceitos de nações históricas e a-históricas são tratados em estreita relação com o grau de desenvolvimento histórico dos diversos povos e com as perspectivas da revolução europeia.

Neste *continuum*, o termo "nações sem história" refere-se a certo modo de existência que, dependendo do curso das transformações futuras, poderia se tornar apenas transitório. As condições necessárias para abandonar essa etapa, ascendendo à condição de "nação histórica", são pensadas em termos de opressão e emancipação nacional, mas em um sentido bastante preciso: no de uma transformação baseada em uma "regeneração social" capaz de destruir a ordem sobre a qual se funda a dominação colonial das grandes potências.

Não se trata, no entanto, de afirmar o direito de todo e qualquer povo ao desenvolvimento histórico, mas somente o daqueles que contribuíssem com a revolução socialista. A vitalidade política de uma "nação sem história" não poderia consistir apenas na capacidade de expressar sentimentos nacionais e de constituição de um Estado independente. A luta nacional deveria estar subordinada a um objetivo maior: a luta do proletariado pela libertação dos povos oprimidos.

Aricó (1982) observa que essa perspectiva expressa a possibilidade de uma unidade teórica e política entre os momentos "nacional" e "social"; entretanto, assenta-se sobre duas premissas básicas: uma teoria do progresso social e a crença na proximidade de uma revolução socialista na Europa ocidental. Da primeira, decorreria uma concepção evolucionista da história, que tende a situar as nações "históricas" e "a-históricas" em etapas

sucessivas de um desenvolvimento linear; da segunda, a visão de que a luta nacional deveria estar subordinada a uma luta proletária concebida em moldes aceitáveis para o contexto histórico europeu.

Como implicação dessa última premissa, a existência conceitual do proletariado enquanto classe universal traduzia-se na afirmação das específicas feições assumidas pelos trabalhadores "nacionais" que melhor expressavam a condensação das energias revolucionárias: o operário industrial urbano da Europa ocidental. Por conseguinte, a transição das "nações sem história" para sua condição histórica só ocorreria no momento em que as forças produtivas nacionais assumissem tais atributos, tornando possíveis as condições para a revolução socialista.

Fazer essas considerações é reconhecer a existência de tensões no pensamento de Marx, que se revelam na abordagem das relações entre a luta internacionalista e a situação dos países situados fora do núcleo central europeu onde o capitalismo foi gestado. Contradições essas que, como será abordado adiante, foram matizadas e/ou negadas por Marx e Engels em elaborações posteriores sobre a questão, mas voltaram a se expressar com vigor na formação do movimento socialista mundial.

Ainda que não sejam consensuais em termos de periodização histórica, Scaron (1974), Aricó (1982) e Löwy (2000) coincidem em afirmar que os escritos de Marx e Engels sobre a questão nacional não consistem em um todo coerente; trata-se de um conjunto de ideias que permaneceram em um estado inacabado, não chegando a constituir propriamente uma teoria. Apesar disso, é possível identificar um claro desenvolvimento dessas reflexões, que Aricó (1982) considera encontrar-se estreitamente associado à tentativa de compreensão histórica da sociedade burguesa e das condições concretas para a realização da revolução socialista.

O primeiro momento é aquele em que a atenção se concentra na gênese do capitalismo, a partir da análise de sua matriz inglesa, europeia, ocidental. A visão da iminente revolução social na Europa induziram Marx e Engels a captar a especificidade histórica do mundo "não ocidental" com base em uma perspectiva teórica alheia a esta. O argumento preponderante aqui é aquele expresso no Manifesto: o capitalismo exerce uma influência "civilizadora" sobre os "bárbaros" países não capitalistas, retirando-os de um estado de imobilismo para lançá-los no caminho do "progresso".

No que se refere à América Latina, são desse período os escritos de Engels e Marx a respeito da conquista da Califórnia - território até então pertencente ao México - por parte dos

Estados Unidos. A invasão foi saudada por Engels como um fator de "progresso", pois, por meio dela, um país até então ocupado exclusivamente consigo mesmo seria "lançado pela violência ao movimento histórico" (ENGELS, 1975, *apud* SCARON, 1974, p.183, tradução nossa), produzindo vantagens não só para o desenvolvimento do próprio México, mas para o de todo o continente.

Entre a particular vontade soberana de um povo na definição de seu próprio destino e a violação desse princípio em nome da universalização de relações sociais que supostamente criariam as condições necessárias para o levante socialista global, Engels não hesitou em deixar clara sua opção pela segunda. Mesmo ciente de que se tratava de uma conquista burguesa, cujos frutos imediatos se destinariam exclusivamente a frações da classe dominante estadunidense, mostrava-se convencido de que ela seria muito mais benéfica à "civilização" do que o abandono da região à própria sorte. Em nome desse bem maior, considerava legítimo sacrificar a independência de um povo "inferior".

> […] acaso seria uma desgraça que a magnífica Califórnia tenha sido arrancada dos preguiçosos mexicanos, que não sabiam o que fazer com ela? O é que os enérgicos ianques, mediante a rápida exploração das minas de ouro que existem ali, aumentem os meios de circulação, concentrem na costa mais apropriada desse apetecível oceano, em poucos anos, uma densa população e um ativo comércio, criem grandes cidades, estabeleçam linhas de barco a vapor, estendam linhas férreas de Nova York a São Francisco, abram na realidade pela primeira vez o Oceano Atlântico à civilização e, pela terceira vez na história, imprimam uma nova orientação ao comércio mundial? A "independência" de alguns espanhóis na Califórnia e no Texas sofrerá com isso, talvez; a "justiça" e outros princípios morais quiçá sejam vulnerados aqui e ali, mas o que importa isso frente a tais acontecimentos histórico-universais? (ENGELS, 1849 *apud* SCARON, 1974, p.189-190, tradução nossa).

Acompanhado por Marx, Engels voltou a se referir à região um ano depois, para anunciar com entusiasmo os progressos civilizatórios que os estadunidenses já haviam realizado em tão pouco tempo, alterando profundamente a feição de um território e um povo até então condenados à barbárie.

> Faz dezoito meses que se descobriram as minas californianas e os ianques já se destinaram à construção de uma ferrovia, de uma grande rodovia, de um canal no golfo do México; os barcos a vapor já navegam em viagens regulares de Nova York a Chagres, do Panamá a São Francisco; o comércio do Oceano Pacífico já se concentra no Panamá e a travessia pelo Cabo de Hornos já está antiquada. Uma costa que se estende ao longo de 30 graus de latitude, uma das mais belas e férteis do mundo, até hoje pouco menos que desabitada, transforma-se ante nossa vista em um país rico, civilizado […] O ouro californiano se derrama em rios sobre a

> América e a costa asiática do Oceano Pacífico e arrasta os arredios povos bárbaros ao comércio mundial, à civilização (MARX; ENGELS, 1850 *apud* SCARON, 1974, p.191-192, tradução nossa).

Essas posições iniciais de Marx e Engels a respeito da relação entre as esferas nacional e internacional sofreram uma inflexão na segunda metade da década de 1850. Aricó (1982) identifica como principais razões dessa mudança o novo curso que vinha sendo assumido pelo desenvolvimento capitalista e suas consequentes implicações para as possibilidades revolucionárias. A Europa ocidental vivenciava então um extraordinário crescimento econômico, expandindo seu raio de atuação sobre o mundo e criando uma rede de interdependência que subordinava vários povos a seus desígnios. Este contexto e a recente falência da experiência revolucionária no centro capitalista sinalizavam que uma nova tentativa emancipatória por parte do operariado europeu tornava-se remota.

As novas condições históricas, um prenúncio do salto qualitativo que conduziria ao imperialismo, impuseram a Marx a alteração de seu objeto de investigação inicial – a matriz europeia do capitalismo -, obrigando-o a ampliar a perspectiva de análise por meio da efetiva incorporação de novos campos. O "cosmos burguês" foi então dilatado, passando a incluir em seus limites o exame do sistema colonial, que não só tinha sua existência condicionada pelo modo capitalista de produção industrial, como também transformava as próprias condições internas de desenvolvimento deste.

Importante aquisição teórica do período, segundo Aricó (1982), foi a percepção de que a acumulação capitalista não ocorria de forma homogênea em todas as partes do globo. Ao contrário do previsto no Manifesto, a expansão do capitalismo não gerava um mundo à imagem da realidade vivenciada pela Europa ocidental, era marcada por um desenvolvimento desigual. Reconhecia-se, assim, a existência de assimetrias entre os países, que acabavam por situá-los em dois polos opostos: o de nações dominantes e o de nações oprimidas.

Diante desta realidade, Marx e Engels passaram a aventar a possibilidade de que a revolução, cujas condições por ora se encontravam bloqueadas no centro do capitalismo, pudesse ser iniciada na periferia. Ocorreu aí uma inversão da perspectiva inicial dos autores: se, até o momento, consideravam que a transformação socialista mundial seria liderada pela classe proletária urbana e industrial europeia e, em virtude disso, as demandas emancipatórias nacionais deveriam se submeter a esse objetivo maior, agora propugnavam que a libertação

nacional dos países oprimidos era uma condição necessária à emancipação social dos trabalhadores do centro capitalista e de todo o mundo. Sustentavam, em última instância, que um povo não poderia libertar outro se ele mesmo não fosse livre.

Scaron (1974) vê uma passagem gradual para essa nova posição. Afirma que, em um primeiro momento, situado aproximadamente entre 1856 e 1864, Marx e Engels denunciaram os atropelos expansionistas das grandes potências europeias, mas não chegaram a revisar claramente suas concepções teóricas sobre a relação entre as nações capitalistas centrais e o mundo colonial. A crítica centrou-se na defesa do direito dos povos à autodeterminação, argumento que trouxe uma contribuição fundamental ao desenvolvimento da visão internacionalista, por estabelecer uma condição de igualdade entre povos distintos, indispensável à solidariedade entre os trabalhadores do mundo.

Notório nesse sentido foi o posicionamento de Marx diante de uma nova investida contra o México: a invasão franco-hispano-britânica, na década de 1860. "A projetada intervenção no México, por parte da Inglaterra, França e Espanha é, em minha opinião, uma das empresas mais monstruosas jamais registradas nos anais da história internacional" (MARX, 1861 *apud* SCARON, 1974, p.256, tradução nossa). Isso porque ela não só se apoiava em objetivos "insanos", como também empregava os meios mais "imbecis" para a consecução de tais fins.

Marx ironizou a liderança exercida pela Inglaterra na investida apelando ao direito dos povos à autodeterminação. O país, que fora o primeiro a reconhecer a independência do México e se erigira como porta-voz do princípio da não intervenção, revelava agora uma face totalmente antagônica. "Intervenção autoritária em salvaguarda da ordem! É literalmente o jargão da Santa Aliança, e na boca da Inglaterra, com seu enaltecimento do princípio da não intervenção, soa realmente de modo muito notável" (MARX, 1861, *apud* SCARON, 1974, p. 259, tradução nossa).

Por outro lado, no entanto, o autor considerou tal protagonismo um fato de enorme relevância para a Europa, pois viu nele a subordinação da política expansionista de Luís Bonaparte à de outra potência europeia. Como será abordado adiante, no mundo capitalista de sua época, Marx nutria especial ojeriza contra o governo estabelecido pelo herdeiro de Napoleão que, na perspectiva do autor, não passava de uma encarnação da concepção estatal hegeliana, sobre cuja crítica construíra sua própria teoria do Estado.

O que a aversão de Marx não o deixou perceber foi que, sob tal subordinação,

iniciava-se silenciosamente a expansão da política bonapartista para além-mar: a participação da França na empreitada mexicana inaugurou a estratégia bonapartista de conquistar as ex-colônias americanas para a constelação que Luís Bonaparte almejava criar. Mas se a liderança prático-material da operação coubera inquestionavelmente à Inglaterra, como poderia a França obter êxito em seus objetivos? Apelando à esfera das ideias. De acordo com Aricó (1982), o país forneceu um fundamento ideológico muito expressivo à intervenção, que sobreviveu não só ao fracasso desta, mas do próprio projeto bonapartista.

As intenções francesas foram sintetizadas em uma palavra: o adjetivo "latinas". Para justificar a expansão que já vinha empreendendo em território europeu – e que, em breve, se espraiaria pelo continente americano -, o país cunhou a expressão e arrogou para si o papel de defensor das nacionalidades "latinas".

> […] a vontade de conceituar era em grande parte a capa ideológica com a qual se tratava de legitimar a política exterior protetora das nacionalidades que caracterizava a luta pela conquista da hegemonia europeia empreendida pelo império bonapartista […] O destino declarado da França estava marcado, portanto, pelo seu propósito manifesto de contribuir para a conquista da unidade nacional e de sua independência estatal por parte dos países europeus divididos – em primeiro lugar a Itália. E em função dessa tarefa, que escondia por trás das grandes palavras de ordem da revolução de 1789 os obscuros desígnios de um capitalismo atrasado com presunção de poder, a França devia reivindicar para si a direção e proteção das raças "latinas". Tal foi o argumento no qual se apoiaram os piemonteses em sua luta pela unificação da Itália, mas foi também o fundamento ideológico da desafortunada intervenção no México. Se a "hispanidade" servira para unificar o imenso território conquistado pela Espanha e Portugal, uma vez destituída a ordem colonial, era preciso encontrar um novo conceito que, negando esse passado, pudesse, não obstante, caracterizar o traço distintivo da unidade continental. É por isso que o descobrimento do caráter "latino" que mancomunava as repúblicas do sul não era outra coisa senão uma expressão ideológica bonapartista de conquistá-las econômica, política e culturalmente para a constelação francesa que Napoleão III sonhava criar (ARICÓ, 1982, p.93).

Esta construção ideológica produziu importantes repercussões na formação histórica das nações recém-libertas do jugo hispânico, assim como no tratamento que o próprio Marx passaria em breve a dispensar à região. Tais influências serão abordadas com detalhes na sequência; por ora, o mais importante a observar em relação ao episódio mexicano é a mudança de posição do autor a respeito da relação entre as potências europeias e o mundo não ocidental, que passou do elogio à condenação dos propósitos expansionistas capitalistas, em sua versão britânica, francesa ou em qualquer outra.

De acordo Scaron (1974), essa nova postura adquiriu outra conotação por volta de

1864, ano de fundação da Internacional Socialista. A participação de Marx no movimento encabeçado pelos operários ingleses e franceses foi essencial para o desenvolvimento do internacionalismo socialista; o envolvimento prático com a questão ajudou o filósofo alemão a superar as contradições que ainda se manifestavam no plano teórico, sob a dicotomia civilização/barbárie.

A virada fundamental ocorreu com a mudança de posição em relação à questão irlandesa. Enquanto, no ano de 1848, Marx defendera a formação de uma aliança entre os povos da Irlanda e da Grã-Bretanha, por acreditar que a revolução do proletariado inglês – uma realidade que parecia iminente à época – conduziria à libertação dos irlandeses, a partir de 1864, inverteu totalmente sua perspectiva. A partir de então, defendeu que a classe operária inglesa só se libertaria se a Irlanda conquistasse a independência nacional.

Isto porque os laços de dominação e dependência existentes entre os países criavam um antagonismo entre suas respectivas classes trabalhadoras. O proletariado inglês via o irlandês como um concorrente e culpava-o pelo rebaixamento de seu nível de vida. Abraçava, em virtude disso, o xenofobismo nacionalista alimentado pela burguesia inglesa em relação ao povo subordinado, tornando-se, assim, instrumento da própria dominação capitalista. Do lado irlandês, os sentimentos eram similares: os trabalhadores desse país viam seus pares ingleses como cúmplices da dominação a que estavam sujeitos.

> Pouco a pouco cheguei à convicção, falta apenas inculcá-la na classe operária inglesa, de que ela nada poderá fazer de decisivo, aqui na Inglaterra, enquanto não romper da maneira mais clara, em sua política irlandesa, com a política das classes dominantes; enquanto não associar seus interesses aos dos irlandeses, também não tomará a iniciativa de dissolução da União forçada de 1801 e de sua substituição por uma confederação igualitária e livre. É preciso visar esta meta, não por simpatia à Irlanda, mas como uma reivindicação no próprio interesse do proletariado inglês. Senão, o povo inglês continuará a ser tutelado pelas classes dirigentes, pois ele é obrigado a unir-se a elas para enfrentar a Irlanda. Todo movimento popular, na própria Inglaterra, está paralisado de antemão pela contenda com os irlandeses, que constituem, na própria Inglaterra, uma fração muito importante da classe operária. (MARX, 1869, s/p).

Löwy (2000) observa que essa nova interpretação do caso irlandês suscitava importantes questões sobre a relação entre os âmbitos nacional e internacional. Em primeiro lugar, tornava visível que a libertação do povo oprimido é condição imprescindível para a união internacional do proletariado contra a burguesia, pois somente ela permitiria superar as divisões e os ódios que fazem os trabalhadores se contraporem como inimigos. Por meio dela

também se desferia um importante golpe contra a influência do nacionalismo burguês sobre os operários do país dominante, que encontrava parte de sua fortaleza na opressão de uma nação sobre outra. Por fim, a emancipação do povo oprimido enfraquecia as bases econômicas, políticas e ideológicas das classes dominantes da nação opressora, contribuindo, assim, para a luta revolucionária da classe operária deste país.

A mudança de perspectiva também provocou um deslocamento do modelo proletário-ocidental. A nova posição em relação à questão irlandesa colocou em xeque a identificação entre o agente revolucionário e o operário urbano-industrial, não porque a unidade teórico-analítica do sujeito da emancipação humana tinha perdido sua validade, mas sim porque este não se restringia à manifestação concreta da classe oprimida que, em função de condições históricas muito singulares, emergiu nas nações centrais do capitalismo. Por conseguinte, a partir desse momento ocorreu uma valorização de sujeitos sociais oprimidos que não se enquadravam no perfil do proletariado europeu ocidental.

Marx percebe ainda que a revolução social dos países oprimidos distingue-se daquela prenunciada para a Europa ocidental não só em termos políticos, mas também econômicos. Pondera que, no mundo colonial, as tarefas nacionais necessárias à transformação econômica da sociedade são totalmente inéditas: devem incluir principalmente a realização de uma revolução agrária e o estabelecimento de tarifas protecionistas para salvaguardar a indústria e o comércio nacional da exploração das potências capitalistas.

A mudança de perspectiva inerente à questão irlandesa representou, na visão de Aricó (1982), uma virada importante no pensamento socialista. Com ela, os resíduos hegelianistas, que induziam a identificar as condições de libertação dos povos oprimidos com o desenvolvimento capitalista e a presença de uma classe proletária internacionalmente homogênea, foram abandonados em prol de uma interpretação política que fez da articulação dialética entre as emancipações nacional e social o cerne da revolução socialista.

Entretanto, o autor observa que Marx praticamente manteve fora dessas novas considerações uma região que desempenhava papel decisivo na conformação do sistema capitalista mundial: as ex-colônias latino-americanas. Além disso, as referências aos países do continente que ele se sentira compelido a fazer na época soavam como anacrônicas: ao contrário do que se podia observar em relação à Ásia e à Europa não ocidental, os escritos sobre a região continuavam a repercutir a visão eurocêntrica. O que teria motivado tal contradição? Como será abordado em breve, as chaves desse paradoxo residem nas

singularidades do processo de independência latino-americana, que produziram repercussões na constituição dos Estados e nações regionais.

Por ora, no entanto, é importante deter em uma questão suscitada pelo caso irlandês e os desdobramentos que ela produziu no pensamento sobre a articulação dialética entre os âmbitos nacional e internacional. O novo posicionamento de Marx permitiu entrever que a expansão do capitalismo para fora do eixo europeu ocidental foi acompanhada pela emergência de uma nova forma de opressão, desconhecida em seus primórdios: a de uma nação sobre outra. A dominação capitalista, que começara com a submissão do proletariado à burguesia no interior de cada Estado, adquiria nova complexidade articulando essa forma de opressão àquela que passava a ser exercida pelas nações capitalistas centrais sobre o resto do mundo.

Quem melhor captou esse movimento e lhe forneceu uma formulação teórica nos quadros marxianos foi Lenin. Partindo da aplicação do método materialista histórico dialético de interpretação da realidade, o socialista russo observou que, na virada do século XIX para o XX, o desenvolvimento do capitalismo conduziu-o a um estágio qualitativamente superior, caracterizado por uma conformação das relações de classe que acentuou os antagonismos sociais. Essa nova etapa conferiu ao sistema uma face imperialista.

2.1.2 Imperialismo e questão nacional na América Latina

Em uma análise focada sobretudo nos aspectos econômicos – que não perde de vista, no entanto, a totalidade social -, Lenin (2011) observou que a concentração e a centralização do capital atingiram um patamar tão elevado nas nações capitalistas centrais que o sistema se transformou em sua antítese. O modelo econômico inicialmente concorrencial cedeu lugar a outro de cunho monopolista, no qual um reduzido número de empreendimentos de grande porte passou a dominar o mercado interno organizando-se em associações monopolistas.

Tal concentração foi acompanhada por uma ampliação das operações monetárias, que converteu os bancos de simples intermediários em agentes fundamentais do sistema. Eles se transformaram em uma espécie de “capitalista coletivo”, abrigando sob sua tutela o capital-dinheiro do conjunto de capitalistas. Também reduzidos a poucos estabelecimentos, passaram a exercer um controle monopolista sobre a sociedade, subordinando a seus ditames todas as

operações comerciais e industriais.

Esse domínio provocou uma união íntima entre os bancos e as grandes empresas comerciais e industriais: mediante a posse de ações, um passou a intervir na condução do outro. O resultado foi a fusão entre capital bancário e industrial, com a consequente formação do capital financeiro e a transformação dos bancos em instituições cuja finalidade precípua passou a ser a condução dos destinos da grande indústria.

O surgimento do capital financeiro alterou significativamente as relações sociais. Vinculada a ele emergiu uma nova fração da classe dominante dotada de grande poder econômico e político: a oligarquia financeira, que se ramificou nas altas esferas da indústria, das finanças e do Estado. Responsável pela gestão dos monopólios, tal segmento social acentuou a separação entre propriedade do capital e produção, posicionando-se hierarquicamente acima de empresários e trabalhadores.

A acumulação sob o regime monopolista implicou ainda a formação, no coração do sistema, de excedentes de capital sem precedentes históricos. A ausência das condições necessárias para se realizar completamente nesses territórios fez com que eles se movessem para o exterior, em direção aos países "atrasados" que começavam a se incorporar ao mercado mundial. O capital financeiro tornou-se, assim, um produto de exportação, passando a estender seu raio de abrangência por todo o globo.

A escalada crescente dos fluxos monetários, que rapidamente ultrapassaram a comercialização internacional de mercadorias, transformou o mundo em uma esfera de influência dos bancos e das associações monopolistas. Os grandes grupos econômicos, que já dominavam os países avançados mediante acordos de partilha do mercado interno, replicaram-se em âmbito mundial e alargaram sua esfera de atuação, estabelecendo laços entre si por meio da formação de cartéis internacionais, que passaram a ditar os termos da divisão econômica do mundo.

Tais relações foram acompanhadas por uma política correlata. Para assegurar a partilha econômica do globo, os Estados capitalistas centrais envolveram-se em lutas pelo controle de territórios estrangeiros e realizaram uma partilha do planeta, submetendo a seu poder regiões ainda independentes ou disputando entre si a influência sobre aquelas já ocupadas. Dessa política resultaram distintas formas de dependência, expressas não só na tradicional relação metrópole-colônia, mas também na subordinação financeira e diplomática de países formalmente independentes, como a América Latina.

> Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal.
> Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática (LENIN, 2011, p.212).

Esta desigual expansão capitalista, por meio da qual as nações onde o sistema foi originalmente gestado acabaram por submeter a seu domínio países em transição para o modelo socioeconômico, levou Lenin (1975) a identificar novas complexidades para a construção do internacionalismo socialista. Em sua ótica, o mundo de então era constituído por três tipos de países, cujas diferenças entre si implicavam distintas estratégias revolucionárias concernentes à questão nacional.

Os países capitalistas centrais formavam um grupo de Estados plenamente constituídos, nos quais os movimentos nacionalistas burgueses já haviam solucionado a questão nacional. Por conseguinte, a ação do proletariado nesses territórios deveria coincidir com aquela indicada por Marx em relação ao caso irlandês. No leste da Europa, na Ásia, na Áustria e na Rússia, a luta nacional assumia naquele momento um caráter agudo, impondo ao proletariado a necessidade de abraçar o direito das nações à autodeterminação, tanto para garantir o êxito do movimento democrático local quanto para ajudar a revolução socialista em outros países. Por fim, havia os países semicoloniais ou coloniais, nos quais os movimentos burgueses mal tinham iniciado ou estavam longe de terminar. Neles,

> os socialistas não só devem reivindicar a libertação imediata, sem condições, de resgate, das colônias (e esta reivindicação, na sua expressão política, não é senão o reconhecimento do direito das nações a disporem de si próprias); os socialistas devem manter de maneira mais resoluta os elementos mais revolucionários dos movimentos democráticos burgueses de libertação nacional desses países e ajudar à sua insurreição (ou, se for o caso, à sua guerra revolucionária) *contra* as potências imperialistas que os oprimem (LENIN, 1916 *apud* LENIN *et al.,* 1975, p.75).

Essas estratégias implicam a adoção de diferentes posturas em relação ao nacionalismo. Embora compartilhe a visão de que o nacionalismo burguês e o internacionalismo proletário são inconciliáveis, Lenin considera vão abordar a questão em termos abstratos, sem levar em conta a realidade das nações oprimidas e opressoras. Para o

autor, a "pátria" consiste em uma noção histórica, adquire significados distintos de acordo com o momento no qual é reivindicada: quando se trata de lutar contra o jugo imperialista, ela assume uma expressão progressista, que é renegada quando ela sobrevive para além desses movimentos de libertação.

O nacionalismo comportaria, assim, uma dupla dimensão: uma, emancipatória, e a outra, conservadora. Libertário e, portanto, afim com a transformação socialista, é o conteúdo democrático da autodeterminação nacional, o combate à opressão em nome da igualdade entre os povos. Conservadora é qualquer aspiração à exclusividade nacional, qualquer forma de privilégio que conduza a práticas xenofóbicas e chauvinistas.

> *Na medida* em que a burguesia da nação oprimida luta contra a opressora, *nessa medida* nós somos sempre e em todos os casos e mais decididamente que ninguém *a favor,* pois nós somos os inimigos mais audazes e consequentes da opressão. Na medida em que a burguesia da nação oprimida defende o *seu* nacionalismo burguês, nós somos contra. Luta contra os privilégios e as violências da nação opressora e nenhuma tolerância para com a aspiração aos privilégios por parte da nação oprimida (LENIN, 1914, s/p, grifo do autor).

Por conseguinte, a política do proletariado em relação à questão nacional não deveria coincidir com a burguesa. O primeiro deveria apoiar a causa da segunda tendo em vista apenas a plena igualdade de direitos entre as nações, na medida em que esta consistia em um aspecto primordial para a luta socialista internacional. Portanto, deveria valorizar a reivindicação nacional a partir do ângulo da luta de classe, como uma estratégia necessária à concretização da aliança dos proletários de todas as nações.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores deveriam manter sua independência em relação a qualquer forma de nacionalismo burguês. O apoio, por menor que fosse, aos privilégios da burguesia do próprio país minaria as condições para a solidariedade internacional: a adesão aos particularismos nacionais geraria desconfiança entre os proletários de diferentes nações, atuando como um fator de divisão, propício à dominação da burguesia nos âmbitos interno e externo.

Sob a influência desse pensamento, vertentes da esquerda latino-americana imprimiram ênfase ao nacionalismo. Partindo do diagnóstico de que os países do continente ainda se encontravam em um estágio de existência pré-capitalista, objetiva e subjetivamente pouco propício à realização imediata da revolução socialista, elas interpretaram que a tarefa

primordial na região não era promover a solidariedade entre os trabalhadores do continente para enfrentar sua burguesia, mas sim reunir as forças progressistas nacionais – incluindo as frações burguesas com essa orientação – com a finalidade de combater a opressão externa realizada pelas forças imperialistas.

Löwy (2012) observa que essa perspectiva adquiriu forte presença na *práxis* revolucionária do continente, especialmente entre 1930 e 1959. Partidos comunistas e socialistas presentes em diversos países latino-americanos atuaram, no período, guiados pela convicção de que era necessário superar a condição de "atraso" regional, passando por uma etapa histórica de metas anti-feudais e democráticas, similar àquela vivenciada pela Europa nos séculos XVIII e XIX. Em outras palavras, tornava-se premente realizar na região uma revolução democrático-burguesa, de estilo europeu, como um requisito inelutável para criar as condições propícias à revolução socialista.

Em termos econômicos, tal transformação implicaria a remoção das arcaicas estruturas agrárias, que mantinham a região presa ao regime feudal. O monopólio da terra e as relações pré-capitalistas de produção no campo deveriam ser liquidados, por meio de uma reforma agrária de moldes burgueses, que atendesse às demandas do campesinato de repartição e distribuição da terra como propriedade privada. Concomitantemente, os países latino-americanos deveriam ser conduzidos ao caminho do "progresso" por meio do impulso ao processo de industrialização, pois somente o florescimento econômico do capitalismo propiciaria o surgimento do sujeito histórico que lideraria a transição ao socialismo.

Os objetivos sociais, por sua vez, encontravam-se circunscritos à implantação de um governo democrático e popular, que fosse capaz de eliminar os privilégios feudais e instaurar as bases do Estado de direto. Almejava-se promover uma democratização radical da sociedade, conduzindo a uma maior equalização das condições entre os cidadãos por meio da extensão, ao conjunto da nação, dos direitos humanos fundamentais gestados pelas revoluções burguesas europeias.

Para o cumprimento dessas tarefas históricas, considerava-se que as classes proletárias deveriam se unir à burguesia regional. A orientação política predominante era a formação de governos de "unidade nacional", compostos basicamente pelo proletariado, pelo campesinato rural e pelas frações progressistas da burguesia. Reconhecia-se que essa composição de forças heterogênea encerrava tensões internas: os grupos que a compunham possuíam interesses contraditórios e se esforçariam para fazer prevalecer seus pontos de vista. No entanto, havia

também uma unidade em torno de interesses comuns, que justificava a coalizão e possibilitava a superação ou suspensão temporária das tensões no interior do bloco.

Sob essa perspectiva, o antagonismo entre proletariado e burguesia tendia a ser atenuado. Apesar da exploração a que o primeiro era submetido pela segunda, as condições históricas indicavam que eles deveriam priorizar a união em torno do objetivo comum de lutar pelo desenvolvimento nacional independente e progressista, como atesta um documento histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB): "[…] objetivamente, num país atrasado como o nosso, a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva" (PRESTES, 1944 *apud* CARONE,1982, p.22).

A composição das forças internas, bem como os objetivos revolucionários, eram pensados em relação com o cenário internacional. O viés nacionalista dessa primeira etapa da transformação socialista, sinalizado por sua característica democrático-burguesa, era reforçado pela interpretação da correlação de forças externas. Em vez de assumir a feição de uma solidariedade internacional que visasse à construção do socialismo mundial, o anti-imperialismo dos marxistas latino-americanos consistia em uma afirmação da autonomia nacional.

Em consonância com isso, o antagonismo em relação às classes dominantes agrárias era interpretado como uma contraposição às próprias forças imperialistas. Acreditava-se que era por meio desses grupos sociais que o capital financeiro se imiscuía na região e procurava submetê-la aos seus desígnios econômico-políticos. Enquanto isso, as demais frações de classe burguesa – especialmente a industrial –, eram vistas como diretamente prejudicadas por esses arranjos externos e tendiam, em virtude disso, a ser identificadas como sujeitos dotados de potencial revolucionário – embora passíveis de pender para o lado oposto a qualquer momento.

Apesar de possuir metas burguesas, esta etapa histórica era considerada pelas forças socialistas continentais parte da revolução do proletariado. Em virtude disso, ainda que a aliança com os segmentos da burguesia fosse vista como uma necessidade, a liderança do processo, por sua vez, era considerada uma atribuição dos trabalhadores. Ponderava-se que somente esse sujeito histórico, sob a orientação de seu partido de vanguarda, seria capaz de manter a unidade do bloco nacional-revolucionário e garantir a coerência na concretização dos objetivos de instauração de um governo democrático e popular e de impulso a um

desenvolvimento econômico benéfico à nação como um todo.

Como líder do processo, o proletariado deveria salvaguardar sua independência política e ideológica no interior da coalizão de unidade nacional. No entanto, não podia descurar das diferenças entre a batalha que deveria empreender nesse âmbito e aquela que o levara a se unir a forças contraditórias contra o inimigo comum. A orientação fornecida pelo P.C.B. nesse sentido, por exemplo, era que, dentro da frente única, o proletariado deveria tentar conquistar o apoio da burguesia para seus interesses específicos, mas sem elevar as contradições internas ao nível da contradição principal, com o imperialismo norte-americano e seus agentes. O isolamento deveria ser buscado apenas neste âmbito; no primeiro, a unidade deveria se sobrepor a qualquer divergência (CARONE, 1982).

Essa feição nacionalista do socialismo latino-americano, como bem observa Löwy (2012), deriva de uma tentativa de enquadrar a qualquer custo a realidade regional no pensamento político formulado por Marx e Engels a partir da análise materialista histórica e dialética do surgimento e consolidação do capitalismo na Europa ocidental, como se existisse um único e inelutável caminho para a transformação social. Assume um viés economicista-eurocêntrico de interpretação da realidade, cujas raízes remontam a contradições presentes no próprio pensamento dos pais do socialismo, conforme foi elucidado acima.

> Para cada aspecto da realidade europeia estudado por Marx e Engels - a contradição entre forças produtivas capitalistas e relações feudais de produção, o papel historicamente progressista da burguesia, a revolução democrático-burguesa contra o Estado feudal absolutista – procurou-se laboriosamente o equivalente latino-americano, transformando assim o marxismo em um leito de Procusto, sobre o qual a realidade era impiedosamente "recortada" ou "esticada" conforme as necessidades do momento […] Nessa problemática, toda a especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada, e o continente concebido como uma espécie de Europa tropical, com seu desenvolvimento retardado de um século, e sob o domínio do império americano (LÖWY, 2012, p.10-11).

O caráter antidialético assumido por essa perspectiva fica mais evidente quando se observam as semelhanças de fundo existentes entre ela e uma vertente do pensamento positivista que adquiriu grande projeção no continente em meados do século XX: a teoria do desenvolvimento. Neste último caso, como bem observa Mattelart (1994), a ideologia positivista do "progresso" metamorfoseia-se na "ideologia do desenvolvimento", passando a nortear os debates internacionais à sombra da crescente hegemonia imperialista norte-americana.

Boron (2010), Sodré (2005) e Martins (2011) são unânimes em apontar a teoria da modernização e o livro de Walt Rostow sugestivamente intitulado "As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista" como a expressão mais acabada desse pensamento. Escrito sob o pretexto metodológico de combater um suposto economicismo da visão histórica de Marx, o livro incorre exatamente nesse erro ao se propor a analisar a trajetória da humanidade em direção ao desenvolvimento. Nele, o autor sustenta a tese de que existe um caminho universal a ser seguido por todas as nações rumo ao desenvolvimento.

Rostow elenca cinco fases sucessivas de desenvolvimento (sociedades tradicionais, pré-condições para a arrancada, arrancada, maturidade e consumo de massas) e afirma que, para galgá-las, as nações devem cumprir uma série de imperativos técnicos, relegando a política ao segundo plano. Nessa concepção linear e cumulativa da história, os "obstáculos" ao desenvolvimento são imputados não a questões estruturais ou a restrições econômicas mundiais, mas sim a fatores endógenos.

> Nesse modelo, as relações de dominação econômicas e políticas mantidas pelo colonialismo europeu nos séculos XIX e XX (tráfico de escravos, exploração predatória de matérias-primas, comércio em termos desiguais etc) não aparecem como responsáveis pela depauperação de regiões mundiais hoje dadas como subdesenvolvidas. As causas seriam simplesmente endógenas (bloqueio cultural, atraso tecnológico etc), de modo análogo à explicação liberal para o empobrecimento individual – "falta de iniciativa" e outras (SODRÉ, 2005, p. 26).

Não se pretende, com essa comparação, equiparar o nacionalismo das forças de esquerda com o das de direita. Reconhece-se que, em consonância com o pensamento de Lenin, a esquerda nacionalista latino-americana assume um caráter nitidamente anti-imperialista. Por conseguinte, sua luta pela autodeterminação nacional contribui para abalar as bases do sistema de opressão internacional das nações capitalistas centrais.

Por seu turno, a teoria da modernização, conforme sublinha Boron (2010), assenta-se sobre duas falsas suposições. Primeiramente, considera que as sociedades situadas nas posições extremas (subdesenvolvimento e desenvolvimento) compartilham a mesma natureza e são essencialmente iguais. Em segundo lugar, parte da premissa de que a organização dos mercados internacionais carece de assimetrias estruturais capazes de afetar as chances de desenvolvimento das nações periféricas.

A intenção aqui é tornar mais nítida as contradições do projeto político da esquerda.

Assim como nas teorias da modernização, na perspectiva revolucionária em questão o processo histórico é reduzido a um caminho único e linear que deve ser trilhado por todas as nações. Tal percurso se confunde com aquele percorrido pela Europa e pelos Estados Unidos na implantação do sistema capitalista - o que, no caso da vertente de esquerda, conduz à situação paradoxal de contribuir para a reprodução e consolidação do sistema cuja superação é, em última instância, almejada.

A visão subjacente a essas duas vertentes políticas foi submetida à critica por uma corrente teórica que procurou explicar o subdesenvolvimento da América Latina a partir de outra perspectiva: a teoria da dependência. Os estudiosos vinculados a essa linha de pensamento contestaram a ideia de que o "atraso" consiste em uma ausência de desenvolvimento e propuseram que ele fosse entendido como o resultado do desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema mundial constituído por nações situadas em posições assimétricas.

Marini (2000) observa que a apropriação do legado marxista na região havia produzido até então dois tipos de desvio: por um lado, a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato; por outro, a alteração da teoria em nome de uma realidade rebelde, cujo resultado era um ecletismo conceitual e metodológico pouco satisfatório. Ambos compartilhavam a mesma origem: a tentativa de entender a realidade latino-americana adotando como parâmetro o capitalismo das nações centrais.

Vistas por esse ângulo, as singularidades regionais eram reduzidas a manifestações insuficientes ou deformadas do desenvolvimento capitalista "normal". Esta falácia alimentava noções como a de "pré-capitalismo", que explicava a formação econômico-social predominantemente agrária da América Latina como resultado de um desenvolvimento ainda insuficiente das relações capitalistas no continente. Enquanto isso, a realidade por trás daquele conceito remetia justamente à situação inversa: tratava-se de uma manifestação concreta do capitalismo, que assumia uma feição *sui generis* na região e nunca alcançaria o nível de desenvolvimento expresso pelas economias "avançadas".

A raiz do problema torna-se mais evidente quando se faz remissão ao processo de industrialização da América Latina após a Segunda Guerra Mundial. Aquele que fora tão almejado como um sinal de progresso, assumiu no continente uma feição que denunciava, uma vez mais, a insuficiência de nosso desenvolvimento em relação à dos países capitalistas centrais. As indústrias pesadas e poluentes aqui instaladas começavam a abandonar, no

mesmo período, a paisagem norte-americana e europeia, cedendo lugar às tecnologias de ponta.

O que esses descompassos evidenciam, segundo Marini, é que o subdesenvolvimento latino-americano não pode ser imputado à persistência de relações sociais pré-capitalistas. As origens do "atraso" regional devem ser buscadas em outro lugar: no sistema capitalista global, cuja estrutura e funcionamento criam uma rede de interdependência entre as nações, na qual o desenvolvimento dos países periféricos é induzido e limitado pelo dos países capitalistas centrais. Isto implica adotar uma visão na qual a dialética entre os âmbitos nacional e internacional seja pensada a partir da noção de "dependência".

Mas como essa abordagem se distingue daquela sobre o imperialismo, realizada por Lenin? Santos (1970) explica que ela complementa – e, como parte desse movimento, reformula – a teoria imperialista clássica, abarcando um aspecto não contemplado por aquela: o ponto de vista dos países periféricos. Enquanto a primeira analisa o problema na perspectiva das nações desenvolvidas, o enfoque na questão da dependência permite compreender a formação, expansão e consolidação do capitalismo integrando em uma única história o desenvolvimento dos países centrais e o subdesenvolvimento da grande periferia do sistema.

A dependência não deve ser considerada um fator estrutural externo que comanda demiurgicamente o processo nacional. Os contornos assumidos pela economia dos países periféricos são condicionados pela expansão do capitalismo dos países centrais, mas em sua definição os componentes internos também desempenham papel decisivo. Além disso, a dependência consiste em uma condição que se replica no interior dos países, estabelecendo laços de subordinação também entre espaços nacionais, como o campo e a cidade.

Sob essa perspectiva, questões como as evocadas por Gunder Frank (1972) lançam importantes desafios à vertente nacionalista do socialismo. É pertinente interpretar a realidade latino-americana a partir de uma visão "dualista", como se uma estrutura capitalista urbano-industrial convivesse lado a lado com resquícios do regime agrário-feudal, ou considerar ambos como parte do mesmo sistema? A burguesia agrária encontra-se aprisionada em relações sociais feudais ou se une indelevelmente à burguesia urbano-industrial mediante laços de interdependência recíprocos? Uma revolução democrático-burguesa é capaz de promover o desenvolvimento capitalista independente das nações periféricas?

Se, como asseguram os teóricos da dependência, a formação predominantemente agrária da América Latina não pode ser dissociada nem do desenvolvimento capitalista global

nem do nacional, a coalizão entre as forças populares e os segmentos revolucionários da burguesia em nome do desenvolvimento nacional independente encontra-se fadada ao fracasso, por duas razões principais. Em primeiro lugar, porque inexiste uma fração da burguesia que esteja desconectada do projeto imperialista global. Em segundo, porque o desenvolvimento capitalista autônomo é impensável em um contexto de irreversível interdependência das nações.

Frente a isto, os dependentistas propõem a retomada do projeto socialista original de luta entre burguesia e proletariado. Ponderam que o combate ao imperialismo deve visar não um alvo externo, mas sim o inimigo imediato, representado pelas burguesias nacionais:

> […] embora possa parecer paradoxal, afirmamos que, na América Latina, a mobilização popular contra o inimigo de classe imediato nos níveis nacional e local gera um desafio mais poderoso e provoca um confronto mais importante com o inimigo principal colonial ou imperialista do que a mobilização direta contra o inimigo imperialista; e a mobilização nacionalista contra o imperialismo como inimigo principal não leva a uma confrontação adequada do inimigo de classe capitalista latino-americano em nível nacional ou local. Ainda que o imperialismo seja o inimigo principal, é preciso combatê-lo pela luta imediata contra o inimigo de classe, em cada país (GUNDER FRANK, 1972, p.395).

O que impedia os socialistas latino-americanos de chegar a essa compreensão era a adoção de uma postura ortodoxa em relação ao marxismo. Eles se mostravam incapazes de entender que a formulação teórica de Marx e Engels, concebida a partir da análise materialista histórica da realidade europeia, era inadequada para o estudo das singularidades regionais. Tal dificuldade em interpretar o processo histórico do continente revelava-se nos próprios escritos dos pais do socialismo, conforme foi salientado acima. Encontrou ressonância também na tentativa de Marx de ler as particularidades do processo de independência regional. Tentativa que, conforme será abordado na próxima seção, produziu uma visão negativa sobre um personagem político central da América Latina e também deste trabalho: Simon Bolívar.

2.1.3 O pensamento de Bolívar e a *práxis* revolucionária da América Latina

Ao lançar um olhar panorâmico sobre o processo de independência da América Latina, um aspecto adquire proeminência: o desencontro entre as ideias que inspiraram a emancipação e as ações práticas adotadas. Romero (1985) nota uma forte influência dos ideais

democrático-burgueses concebidos ao longo das revoluções europeias e estadunidense, que foram adotados pelas colônias rebeldes como verdades incontestes. Paradoxalmente, observa que, no momento de sua realização, tais pensamentos sofreram uma transmutação, por lidarem com uma realidade distinta daquela da qual emergiram. Originava-se, assim, uma contradição entre forma e conteúdo da revolução.

> O pensamento escrito dos homens da Emancipação, o pensamento formal, poderia dizer-se, que inspirou os precursores e aqueles que dirigiram tanto o desenvolvimento da primeira etapa do movimento – o tempo das "pátrias bobas" - como o da segunda, mais dramático, iniciado com a "guerra ou morte", fixou a forma da nova realidade latino-americana. Mas nada mais que a forma. O conteúdo foi fixado pela realidade mesma, a nova realidade que começou a se constituir no dia seguinte ao colapso da autoridade colonial. Então, começou a contradição, cuja expressão foram as guerras civis, os vagos movimentos sociais, as controvérsias constitucionais, as lutas de poder, sempre movidas pelo jogo indissolúvel entre as ambições de grupos ou pessoas e as encontradas concepções sobre as finalidades da ação e as formas de alcançá-las (ROMERO 1985, p.X).

A luta pela emancipação foi inspirada no espírito republicano. As elites crioulas que lideraram o movimento de independência colocaram-se, desde o princípio, a meta de construir novos estados sobre bases jurídicas e políticas "modernas" e "avançadas". Para tanto, nutriram-se dos modelos institucionais considerados mais "perfeitos" à época: a monarquia parlamentar inglesa, a república francesa e o federalismo estadunidense, todos inerentemente igualitários e democráticos.

Mas esses elevados ideais coexistiram, na prática revolucionária, com velhos preconceitos. A visão negativa que as elites, de origem hispânica, sempre sustentaram em relação às classes populares, em sua maioria de distinta origem étnica, ainda se encontrava plenamente em vigor, a despeito do discurso igualitário: "[...] a 'gente decente' continuava depreciando o índio, o escravo ou simplesmente o indigente" (ROMERO, 1985, p. XXXIV). Francisco de Miranda, um dos principais líderes da independência da Venezuela, afirmava temer muito mais a anarquia e a confusão que as camadas populares poderiam causar do que a própria dependência em relação à Espanha.

Tratava-se de um preconceito étnico-social que, como sublinha Romero (1985), era corolário de uma realidade material muito específica: o modelo econômico colonial. Admitir a igualdade entre todos colocaria em xeque o sistema de trabalho regional, calcado na servidão indígena e na escravidão negra. Em outras palavras, implicaria empreender uma profunda transformação das bases social e econômica.

Essa contradição foi captada por uma das lideranças mais radicais do movimento independentista - o militar venezuelano Simón Bolívar - e traduzidas em um projeto revolucionário que reconhecia a necessidade de recorrer vias distintas daquelas trilhadas pelos países capitalistas centrais para construir nações democráticas e igualitárias na região. Fundamentado, em sua essência, nos mesmos princípios que já inspiravam o movimento independentista, o projeto adquiria uma feição totalmente original por partir de uma lúcida percepção da singularidade histórica do continente.

Bolívar começou a esboçar suas ideias a partir da análise do próprio processo revolucionário. As primeiras considerações nesse sentido foram tecidas quando procurou compreender a queda do primeiro governo independente da Venezuela. Mediante a ponderação de diversos fatores, concluiu que a derrota devia-se sobretudo à transposição mecânica para o país dos modelos políticos-institucionais concebidos na Europa ocidental e nos Estados Unidos. Embora reconhecesse o grau de perfeição a que estes chegaram, questionou sua validade histórico-geográfica.

> Os códigos que nossos magistrados consultavam não eram os que podiam ensinar-lhes a ciência prática do Governo, senão os que foram constituídos por certos bons visionários que, imaginando repúblicas aéreas, procuraram alcançar a perfeição política, pressupondo a perfeição da linhagem humana. De maneira que tivemos filósofos em vez de chefes, filantropia em vez de legislação, dialética em vez de tática, e sofistas em vez de soldados. Com semelhante subversão de princípios e coisas, a ordem social se sentiu extremamente comovida, e a partir de então o Estado correu a passos agigantados para a dissolução universal, que rapidamente se viu realizada (BOLÍVAR, 1812, p.8, tradução nossa).

Ancorado no pensamento político de Montesquieu, o líder independentista considerava que um governo devia ser adequado às circunstâncias, ao tempo e aos homens sobre os quais se erigia. Por conseguinte, o aparato político-institucional adotado pelos nascentes países em busca da constituição de repúblicas genuínas não poderia ser cópia ou decalque daquele construído por europeus e estadunidenses; deveria, em vez disso, adquirir feições próprias, em sintonia com a realidade regional.

Sob essa perspectiva, a formação social deveria ser adotada como o ponto de partida para o desenho de um modelo político-institucional. Bolívar realizou esse movimento resgatando os principais traços herdados da colonização. Ressaltou que o domínio espanhol conduziu a América Latina a um nível de submissão sem precedentes históricos: não só transformou os habitantes do continente em força de trabalho cativa da metrópole, como

também destituiu-os da liberdade de tomar decisões a respeito de seu sistema econômico - tanto em termos de produção quanto de consumo – e, pior ainda, negou-lhes a condução dos negócios públicos domésticos.

Somadas a isso, a subjugação colonial produziu profundas desigualdades étnico-sociais. Concentrou, no topo da pirâmide social, uma reduzida classe de proprietários agrários de origem hispânica, que levava um estilo de vida aristocrático e usufruía de privilégios negados a outros sujeitos sociais. Enquanto isso, na escala inferior da estratificação social, uma multidão de negros e índios eram submetidos às formas mais vis de exploração do trabalho.

De uma sociedade como esta, fundada em valores inversos ao da justiça, da liberdade e da igualdade, só poderia surgir um povo dominado por vícios. Educado na obediência ao poder absoluto, no privilégio de classes e na diferenciação de raças, o ser latino-americano encontrava-se em uma condição que dificultava sua emancipação. "A posição dos moradores do hemisfério americano tem sido há séculos puramente passiva; sua existência política era nula. Nós estávamos em um grau ainda mais baixo de servidão e, por isso mesmo, com mais dificuldade para nos elevar ao gozo da liberdade" (BOLÍVAR, 1815, p. 53, tradução nossa).

Tal visão não deve ser confundida com o preconceito em relação às camadas subalternas existente entre a elite *crioula*, da qual Bolívar provém. O líder incluía em sua definição ambas as classes, considerando-as enquanto constitutivas do "ser" latino-americano. A indistinção fica patente na crítica à adoção das eleições populares no primeiro governo venezuelano: a inadequação desse mecanismo democrático na região foi imputada tanto ao rústico homem do campo, em virtude de sua ignorância, quanto aos moradores da cidade que, com sua ambição, teriam conduzido ao faccionismo (BOLÍVAR, 1812). Encontra eco também na avaliação de que, quando chamada a exercer o poder, desprovida como estava da ciência e da prática da administração pública, a elite regional só conseguira implantar governos que intensificaram a opressão ou se diluíram na anarquia (BOLÍVAR, 1815).

Em função dessa degeneração social generalizada, a questão identitária ocupou uma posição central no projeto político revolucionário. Para Bolívar, a aplicação dos princípios democráticos e igualitários requeria a existência de homens virtuosos e ilustrados. Por conseguinte, a república só se tornaria viável na América Latina quando os povos nativos se tornassem portadores de tais atributos. "Enquanto nossos compatriotas não adquirirem os talentos e as virtudes políticas que distinguem nossos irmãos do Norte, os sistemas

inteiramente populares, longe de nos serem favoráveis, temo muito que venham a ser nossa ruína" (BOLÍVAR, 1815, p.57).

Ao contrário do que poderia sugerir uma interpretação equivocada dessa assertiva, Bolívar não propunha que os americanos adotassem as nações do Norte como modelos a serem seguidos. Em sua perspectiva, eles deveriam visar os valores democráticos universais aos quais aquelas conseguiram ascender, mas estes só poderiam se manifestar na medida em que fossem acompanhados pelo reconhecimento da singularidade dos povos nativos. Somente no momento em que deixassem de se considerar uma cópia do homem europeu, aceitando suas raízes africanas e indígenas, os habitantes da região seriam capazes de erguer um aparato político-institucional baseado na igualdade e na liberdade. A identidade do americano, ainda uma possibilidade em aberto, deveria constituir a base das novas repúblicas.

> Tenhamos presente que nosso povo não é europeu, nem o americano do norte, que é mais um composto da África e da América do que uma emanação da Europa, pois até a Espanha mesma deixa de ser Europa por seu sangue africano, por suas instituições e pelo seu caráter. É impossível determinar com propriedade a que família humana pertencemos. A maior parte do indígena foi aniquilada, o europeu mesclou-se com o americano e com o africano, e este se mesclou com o índio e com o europeu. Nascidos todos do seio de uma mesma mãe, nossos pais, diferentes em origem e sangue, são estrangeiros, e todos diferem visivelmente na epiderme; esta dessemelhança impõe uma dívida da maior relevância (BOLÍVAR, 1819, p. 7, tradução nossa).

Portanto, a possibilidade de instauração de repúblicas democráticas na América Latina encontrava-se diretamente condicionada a uma transformação social que incidisse tanto sobre as condições concretas de existência quanto sobre o mundo espiritual e cultural do americano. A primeira adquiriu expressão no projeto revolucionário principalmente por meio da defesa da libertação dos escravos e dos direitos dos povos indígenas, inclusive sobre a posse da terra, temas que foram objeto de várias resoluções e decretos (vide, por exemplo, BOLÍVAR, 1820; BOLÍVAR, 1825; BOLÍVAR, 1827).

Como sublinha Mijares (1985), Bolívar inovou no pensamento de sua época ao inverter o mais forte argumento acionado por aqueles que se contrapunham à liberdade diante da lei: o de que os homens nascem desiguais e esta condição natural deve ser preservada. Partindo do mesmo princípio - a desigualdade entre os homens -, o líder independentista advogou em favor da igualdade, defendendo que a natureza não deveria ser obedecida, mas sim corrigida em benefício da ordem e da justiça social. Mais de dois séculos depois, Bobbio

(2001) identificaria o primeiro pensamento como um dos traços distintivos da direita, enquanto consideraria o segundo um qualificativo das forças de esquerda.

No que diz respeito à regeneração moral, o projeto bolivariano atribuía destacado papel à educação. Assentava-se na crença de que, por meio desta, seria possível ao americano adquirir as qualidades virtuosas necessárias ao exercício da soberania republicana. "A educação popular deve ser o cuidado primogênito do amor paternal. Moral e luzes são os polos de uma república; moral e luzes são nossas primeiras necessidades" (BOLÍVAR, 1819, p.16, tradução nossa). Para a concretização desse projeto, Bolívar chegou a conceber o Poder Moral, uma instância que, por meio da intervenção direta do Estado, deveria zelar pela formação do cidadão idealizado, exercendo a autoridade sobre a educação e os costumes públicos.

Rejeitado à época, o Poder Moral trazia em seu cerne os principais traços do aparato político-institucional idealizado por Bolívar. Não se tratava de uma república democrático-popular, inviável à região; tampouco de uma monarquia absoluta, que acabaria por aprofundar os males dos quais era necessário se desvencilhar; consistia em um modelo situado a meio caminho entre ambos os extremos: um Estado forte e centralizado, cuja função precípua seria conduzir a sociedade ao caminho da virtude. "Os Estados americanos têm necessidade dos cuidados de governos paternais que curem as chagas e as feridas do despotismo e da guerra" (BOLÍVAR, 1815, p.58). Nas palavras de Mijares (1985), por não acreditar que a sociedade do seu tempo pudesse fornecer uma base estável à reorganização do Estado, Bolívar inverteu os termos forjando um Estado que fosse a base de uma nova sociedade.

Democracia radical e autoritarismo: estes foram, em síntese, os dois polos da dialética bolivariana. Ao mesmo tempo em que almejava a construção de sociedades independentes, justas e igualitárias, identificava como o caminho possível para a consecução desse objetivo a instauração de um modelo institucional caracterizado pela presença de um Estado forte. Acreditava que, para o povo se tornar protagonista de sua própria história, necessitava passar por um período de submissão ao domínio estatal.

O projeto político-institucional bolivariano possuía ainda outro traço singular: propunha que as antigas colônias hispânicas se congregassem em uma única Nação - a "Pátria Grande" -, em vez de formarem vários Estados nacionais independentes entre si. A unificação regional não consistia em um detalhe destituído de importância, mas sim em uma estratégia indispensável para a emancipação: se o estado degradado e servil no qual se encontrava o

americano derivava diretamente do domínio estrangeiro, os países do continente só poderiam alcançar a verdadeira independência por meio de uma cooperação mútua. Já que seus infortúnios advinham de uma história compartilhada de opressão, a libertação dessas amarras também só seria factível mediante a integração.

Apenas a união poderia tornar os países americanos suficientemente fortes para se autodeterminarem, postando-se em condições de igualdade perante os demais. Bolívar alertava que ignorar essa necessidade premente, mantendo-se isolado de seus semelhantes e estabelecendo formas de colaboração e associação com Estados mais fortes, seria um modo de preparar a própria subordinação. "Formando uma vez o pacto com o forte, já é eterna a obrigação do fraco. Tudo bem considerado, teremos tutores na juventude, amos na maturidade" (BOLÍVAR *apud* ZEA, 1974, p. 15, tradução nossa).

Se, na acepção bolivariana, a adesão aos princípios republicanos encontrava-se condicionada à realização de uma reforma moral do homem americano, na qual suas singularidades fossem reconhecidas e exaltadas, o ideal de uma grande nação não poderia ser pensado dissociado desse projeto. A Pátria Grande só se tornaria possível na medida em que sua construção política fosse acompanhada por um trabalho de valorização da história e cultura compartilhadas por todos os povos do continente; isto é, pela construção de uma identidade continental.

> É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Mundo Novo uma só nação com um só vínculo, que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma mesma origem, língua, religião e costumes deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que devem se formar [...] (BOLÍVAR, 1815, p.61, tradução nossa).

Como sublinha Zea (1974), subjacente a esse projeto integracionista encontra-se uma concepção de comunidade distinta daquela que rege as nações capitalistas centrais. Nestas, os laços tecidos entre os homens e os povos têm como finalidade última a geração da riqueza e, em virtude disso, resultam em relações assimétricas de subordinação e opressão dos elos mais frágeis da cadeia. A nação bolivariana, por sua vez, pressupõe uma interdependência solidária, ancora-se em relações cooperativas entre povos iguais em direitos e deveres, que se aliam na busca de um futuro comum. Consiste, portanto, em uma concepção *sui generis* de nação, que não se apresenta como cópia ou decalque de modelos estrangeiros.

Ainda que em um primeiro momento circunscrevesse seu raio de ação aos povos do

continente, esse projeto político assumia uma dimensão universal. Segundo Mijares (1985), Bolívar estava ciente que o internacionalismo americano inseria-se em uma luta mais ampla: aquela que opunha em âmbito mundial as forças revolucionárias e conservadoras. A união das repúblicas americanas consistia apenas em um ponto de partida para a construção de uma comunidade mundial sobre bases mais democráticas, na qual todos os povos fossem considerados iguais em direitos e deveres.

> Ideal de comunidade que Bolívar fazia extensivo em seu pensamento a todo o mundo. Este ideal poderia ter sua origem na América entre povos de um mesmo sangue, de um sangue que não temia se misturar com outros de tipo diverso; de uma mesma língua, capaz de assimilar e compreender expressões de outras; de uma mesma religião, capaz de chamar de irmãos e de tratar como semelhantes outros homens; de uma mesma origem, a que havia tornado possível os povos da América Latina, mescla de raças e culturas (ZEA, 1974, p.14, tradução nossa).

Esse projeto revolucionário acabou por se degenerar na prática. À medida que o processo independentista avançava, ia se tornando cada vez mais conservador e, mesmo as alas mais radicais do movimento – dentre as quais se encontrava Simón Bolívar, – mostraram-se incapazes de fazer as ideias progressistas avançarem. O resultado foi uma ênfase crescente naquele que era o aspecto mais autoritário do projeto: a formação de um Estado forte e centralizado, que encontrou notória expressão no Código Boliviano.

Como consequência, o aparato político-institucional implantado na região após a independência degradou-se da original concepção bolivariana de Estado para uma república oligárquica, que introduziu uma distinção até então inexistente entre o valor intrínseco e o valor prático dos princípios igualitários e democráticos. Constitucionalmente, os Estados recém-formados ancoraram-se nos valores democráticos. Entretanto, o exercício do poder foi delegado não à soberania popular, mas a corpos colegiados de alta dignidade, formados por uma elite aristocrática de homens "sábios". O "povo", os cidadãos referidos pelas constituições, restringiram-se a essas elites.

A singular constituição dos Estados latino-americanos foi acompanhada também por um singular processo de construção da Nação. Aricó (1982) relata que raramente houve a constituição de um sentimento nacional no período de independência: à exceção de dois ou três países, não existiu um forte nacionalismo nem entre as elites burguesas, nem entre as massas. Por conseguinte, a ideia de Nação não surgiu no continente associada à concretização de uma nacionalidade previamente construída; apareceu, em vez disso, como um problema

futuro, uma possibilidade aberta na história.

A ausência de uma "vontade nacional" entre as elites crioulas e o divórcio estabelecido entre estas e as classes populares deslocaram a tarefa de construção da Nação para o Estado que, conforme elucidado acima, foi conduzido de forma arbitral por elites aristocráticas. Por conseguinte, a expressão de um sentimento nacional foi, por muito tempo, protagonizada por minorias que defendiam apenas interesses setoriais.

> As formações nacionais se apresentavam assim como meras construções estatais impostas sobre um vazio institucional e sobre a ausência de uma vontade popular, incapazes de se construírem devido à gelatinosidade do tecido social. As guerras independentistas não foram por isso as portadoras de um vasto movimento de renovação social, mas sim as tentativas de recompor uma nova ordem capaz de controlar a violência plebeia desencadeada (ARICÓ, 1982, p.88).

No processo de construção da Nação, as elites crioulas que assumiram o controle do Estado após a independência americana adotaram entusiasticamente a designação de repúblicas "latinas" que, conforme mencionado anteriormente, consistia na expressão ideológica do imperialismo francês da era de Luís Bonaparte. Apoiadas em uma visão cultural positivista, identificaram-se com o projeto bonapartista, que prometia conduzi-las ao caminho da "civilização" e do "progresso".

A adesão a esse projeto significou a substituição da proposta integracionista revolucionária por outra visão unionista, totalmente inversa em seus propósitos. Enquanto Bolívar concebera a unidade dos povos americanos como um passo decisivo para a definitiva conquista da independência em relação às potências capitalistas, a construção simbólica da América Latina significava, ao contrário, a submissão voluntária de um povo recém-liberto à dominação externa.

> Se a 'hispanidade' servira para unificar o imenso território conquistado pela Espanha e Portugal, uma vez destruída a ordem colonial, era preciso encontrar um novo conceito que, negando esse passado, pudesse, não obstante, caracterizar o traço distintivo da unidade continental. É por isso que o descobrimento do caráter "latino" que mancomunava as repúblicas do sul não era outra coisa senão uma expressão ideológica bonapartista de conquistá-las econômica, política e culturalmente para a constelação hegemônica francesa que Napoleão III sonhava criar (ARICÓ, 1982, p.93).

As contradições inerentes ao processo de independência das antigas colônias ibéricas são decisivas para compreender a atitude por vezes omissa, por vezes excessivamente crítica

que Marx passou a adotar em relação aos povos latino-americanos. Como será evidenciado na sequência, a singular formação do Estado e da nação nos países do continente escaparam aos preceitos teórico-metodológicos marxianos e acabaram por conduzir o autor a uma leitura nada dialética do movimento histórico regional.

2.1.3.1 O descompasso entre Estado e Nação

O silêncio que, segundo Aricó (1982), Marx impôs à América Latina na terceira fase de seus escritos sobre a questão nacional foi rompido por uma análise antidialética do processo de independência da região. O texto, que havia sido encomendado para compor a New American Cyclopaedia, consistia em uma biografia do líder da emancipação dos países do continente, Simon Bolívar. Entretanto, em vez de se pautar em uma análise materialista histórica da realidade, restringia-se a interpretar as ações do revolucionário a partir de seu suposto caráter pessoal.

Na biografia, Marx (1858 *apud* SCARON, 1974) apresenta Bolívar como um aristocrata, descendente de uma das famílias que, no período de dominação colonial, constituíam a nobreza *crioula* venezuelana. A evocação desta condição de classe ajuda a compor a imagem do líder da independência, representado como alguém com os olhos voltados para o exterior desde a mais tenra idade, preocupado muito mais com festejos do que com a conquista da independência e seduzido pelo desejo de pompa e glória. Entretanto, o que ela não explica são os fluxos e influxos do processo revolucionário.

Estes são atribuídos em grande medida a um sujeito que parece agir sobre o mundo sem nenhuma mediação social. As principais causas dos retrocessos da batalha são buscadas no caráter pessoal de Bolívar: a traição com que fora capaz de entregar à coroa espanhola Francisco de Miranda, uma das principais lideranças do movimento; a covardia que o levou a abandonar a luta em vários momentos decisivos, e a ambição de poder, que desviou reiteradamente a atenção de questões centrais para secundárias.

A isso ainda se soma o questionamento das qualidades militares de Bolívar. Em distintas passagens, Marx atribui derrotas sofridas pelos americanistas a erros de estratégia, chegando mesmo a sugerir que, coincidentemente, em momentos nos quais o general se encontrava fora do combate, este evoluía de modo mais satisfatório. Já as conquistas, por

vezes, são apresentadas como fatos contingentes, obras do acaso, como a entrada triunfal de Bolívar em Caracas realizada sem o disparo de um único tiro, após a inesperada fuga do então governador, tomado repentinamente pelo pânico.

Mas, de todos os atributos negativos elencados, o que mais ressalta na biografia é a ambição de poder. Ela é, inclusive, apontada como o fator que explica a adesão de Bolívar ao processo independentista: na versão de Marx, esta só ocorre quando postos de comando são oferecidos ao aristocrata. A partir daí, cada nova movimentação político-militar bolivariana parece ser regida muito mais por um anseio particular de acumulação de poder do que pelo desejo coletivo de autonomia regional.

Nem o projeto de integração dos países do continente escapa a essa interpretação. Para Marx, ele não passa de um verniz democrático destinado a mascarar intenções autoritárias. Sob esta perspectiva, o verdadeiro objetivo subjacente à realização do Congresso do Panamá não seria a formação de uma Pátria Grande democrática, mas sim de uma ditadura internacional. "A intenção real de Bolívar era unificar toda a América do Sul em uma república federal, cujo ditador seria ele mesmo. Enquanto dava assim amplo voo aos seus sonhos de ligar meio mundo a seu nome, o poder efetivo escorria rapidamente de suas mãos" (MARX, 1857 *apud* SCARON, 1974, p.90-91)

Ao procurar entender as motivações do filósofo alemão com base nos próprios fundamentos teóricos deste, Aricó (1982) pondera que a biografia de Bolívar foi construída a partir da articulação de duas linhas de pensamento presentes nas elaborações de Marx desde sua juventude, que emergem de uma relação contraditória com a filosofia de Hegel. Uma repudia esse sistema filosófico, negando a concepção do Estado como uma instância produtora da sociedade civil. A outra estabelece com ele um diálogo, resgatando a noção de "povos sem história".

O ponto de partida para compreender as impressões marxianas a partir dessa perspectiva é a crítica aos pressupostos ontológicos da filosofia hegeliana. No fundo, o que se coloca em questão é a precedência do Espírito sobre o real, a concepção da Ideia como princípio gerador do mundo. Aricó (1982) invoca tais fundamentos associados à crítica da concepção hegeliana de Estado, interpretando o tom da biografia de Bolívar como uma decorrência do fato de o líder latino-americano representar um modelo estatal repudiado por Marx.

Mas que modelo de Estado é esse? O mesmo alvejado na Crítica à filosofia do Direito:

uma instância suprema que, agindo a partir de seus próprios desígnios, engendra as esferas concretas da família e da sociedade civil. Trata-se de uma concepção estatal que inverte as relações entre o real e o imaginário, tornando os elementos propriamente ativos do mundo em momentos objetivos de uma Ideia situada em um plano superior e dotada de significado próprio. Nela,

> não é o próprio curso de vida da família e da sociedade civil que as une ao Estado, mas é o curso de vida da Ideia que as discerniu de si. Elas devem sua existência a um outro espírito que não é o delas próprio, são determinações postas por terceiros, não autodeterminações. A finalidade de sua existência não é essa existência mesma, mas a Ideia segrega de si esses pressupostos "para ser, a partir da idealidade delas, espírito real e infinito para si", quer dizer, o Estado político não pode ser a base natural da família e a base artificial da sociedade civil; elas são para ele *condition sine qua non*. Mas a condição torna-se o condicionado, o determinante torna-se o determinado, o produtor é posto como o produto de seu produto (MARX, 2010, p.30).

O Estado descrito nesses termos filosóficos realizava-se institucionalmente por meio de uma monarquia constitucional absolutamente soberana tanto no interior como no exterior, caracterizada por uma administração fortemente centralizada e por um corpo de funcionários profissionais. Na Europa capitalista de então, suas feições eram encarnadas pelo governo de Luís Bonaparte, como sugere a descrição deste, realizada por Marx em O 18 Brumário*,* como um poder executivo "formado por uma complexa e artificiosa maquinaria de Estado", "com uma imensa organização burocrática e militar" (MARX, 2011).

Não é difícil perceber as semelhanças entre esse modelo estatal e a *práxis* bolivariana, que se encaminhou para a institucionalização de um Estado forte e centralizado. Aricó (1982) procura demonstrar que tais similitudes não escaparam à percepção de Marx recorrendo ainda a outra analogia: aquela estabelecida entre Bolívar e o imperador haitiano Soulouque, com a qual Marx procurou justificar para Engels o tom adotado no texto enciclopédico. "Seria passar dos limites querer apresentar como Napoleão I o canalha mais covarde, brutal e miserável. Bolívar é o verdadeiro Soulouque" (MARX, 1858b *apud* SCARON, 1974, p.94).

A comparação é bastante elucidativa, por evocar exatamente a mesma figura a que Marx e Engels recorriam com o propósito de ridicularizar Luís Bonaparte. Na visão de Aricó, trata-se de uma referência indireta, realizada por meio de uma terceira pessoa, a um personagem intensamente repudiado pelos pais do materialismo histórico. Leva a supor, por conseguinte, que Marx via em Bolívar uma cópia imperfeita do bonapartismo. Daí a

conclusão do autor de que a recusa desse modelo de Estado que se erige como instância produtora da sociedade civil encontra-se na origem da crítica de Marx a Bolívar.

> […] não é difícil imaginar de que modo o Bolívar que Marx constrói deveria ser o herdeiro arbitrário e despótico daquela tradição político-estatal contra a qual sempre havia combatido de uma dupla perspectiva teórica e política. *Teórica,* porque a própria constituição de seu pensamento se realiza contra o sistema de Hegel, porém não contra uma parte determinada dele, mas sim em oposição à sua teoria *política.* Dessa forma […], o jovem Marx desemboca na crítica da política como instância autonomizada da sociedade civil (ARICÓ, 1982, p. 109).

Na biografia, Marx tenta convencer sobre a impossibilidade da autonomia do momento político atribuindo ao Estado bolivariano uma incapacidade congênita de impor ordem à sociedade, como se ela derivasse da própria essência dos sujeitos que conduziam a máquina estatal. Quando se refere, por exemplo, ao volátil governo implantado pelos revolucionários em Caracas, em 1813, avalia que aquela "ditadura" rapidamente se transformou em uma anarquia militar porque Bolívar e seus compatriotas eram naturalmente incapazes de qualquer esforço de longo alento (MARX, 1858 *apud* SCARON, 1974, p.79).

A negativa de Marx em reconhecer a autonomia relativa do momento político, subordinando sua compreensão à crítica da economia política, produziu um efeito contraditório: a incapacidade de perceber que a independência relativa da esfera estatal derivava da própria dinâmica das lutas sociais. Assim como não compreendera que a "autonomização do executivo" no Estado bonapartista consistia em uma expressão da relação de forças já consolidadas na esfera econômico-produtiva, também revelara sua limitação de apreender que o autoritarismo de Bolívar derivava da dinâmica real das forças sociais.

O que explicava a degradação do projeto revolucionário bolivariano em um Estado autoritário não era a inexistência de uma poderosa classe social, mas sim o fato de que, na ausência de tal classe, as forças sociais aglutinadas em torno de Bolívar revelaram-se carentes de vontade revolucionária para fazer avançar o processo.

> […] a *forma* bonapartista e autoritária do projeto bolivariano não expressava, como a entendeu Marx, as características pessoais de um indivíduo, mas a debilidade de um grupo social avançado que, em um contexto continental e mundial caracterizado pelo avanço da contrarrevolução, só pôde projetar a construção de uma grande nação moderna a partir da presença de um estado forte, legitimado por um estamento profissional e intelectual que, graças a suas próprias virtudes, fosse capaz de conformar uma opinião pública favorável ao sistema, e por um exército disposto a sufocar a subversividade das massas populares. Por isso podemos afirmar que,

> traindo o que constituía a essência de sua maneira de analisar os processos sociais, Marx substantivou na pessoa de Bolívar o que se negou de fato a analisar na realidade latino-americana: as forças sociais que provocaram seu auge e decadência. De uma maneira idealista, o "movimento real" foi substituído pelas desventuras de um falso herói (ARICÓ, 1982, p. 114).

Esta incapacidade de desvelar o núcleo racional do processo provocou o ressurgimento da noção de "povos sem história", sob uma conotação diversa da já referenciada. Na negação a Hegel, Marx recorreu, contraditoriamente, à matriz de pensamento hegeliana, apropriando-se de um de seus aspectos centrais: a reflexão sobre a racionalidade do vir a ser. Para Hegel, o processo geral e histórico humano devem ser entendidos como imanentes, interiores ao desenvolvimento do Espírito universal. Indo direto ao ponto que ora interessa, isto implica afirmar que os povos com destino histórico são aqueles capazes de sintetizar dialeticamente a herança deixada pelo desenvolvimento do Espírito, recuperando e ao mesmo tempo negando o conjunto das diversas figuras adotadas por este ao longo de uma história.

A racionalidade do processo é expressa justamente por essa interioridade. Por conseguinte, a noção de historicidade implica a negação da "positividade", isto é, da exterioridade do processo em relação ao desenvolvimento do Espírito. O que ocorre fora dessas margens é visto como pertencente ao reino da arbitrariedade, do absurdo, da irracionalidade. Nesse espaço Hegel situa os povos sem história. E Aricó identifica os acontecimentos históricos protagonizados por Bolívar, tal como estes foram descritos por Marx.

> Resumindo, pode-se afirmar que foi através do privilegiamento do caráter arbitrário, absurdo e irracional do processo latino-americano, pela impossibilidade de visualizar nele a presença de uma luta de classes que fosse expressão de seu movimento real e que, portanto, firmasse sua sistematização lógico-histórica, que Marx se viu obrigado a recolocar a noção, sempre presente no fundo do seu pensamento, de "povos sem história". Porém, entendida de maneira não abstrata, como tendem a pensar os que querem explicar tudo pelas crenças preconceituosas eurocêntricas de Marx, mas como um círculo temático dentro do qual gira o fantasma da irracionalidade ou a positividade na história. Isto, como é natural, remete-nos a algo que não pertence exclusivamente ao pensamento marxiano, mas que constitui a linha dominante do pensamento ocidental, de que é parte inseparável: a busca de uma legalidade histórica dos processos sociais (ARICÓ, 1982, p.106).

À luz desse argumento tornam-se compreensíveis passagens da biografia bolivariana que explicam o desenrolar do processo revolucionário não a partir do método materialista histórico, mas, ao contrário, de uma perspectiva que privilegia a arbitrariedade, como se os

acontecimentos históricos resultassem de uma soma de casualidades e fatos gratuitos. É o que se observa, por exemplo, na interpretação marxiana de um momento decisivo da guerra de libertação, no qual a iminente derrota foi revertida: "a uma deserção seguia-se outra, e tudo parecia caminhar para um descalabro total. Neste momento extremamente crítico, uma conjunção de *acontecimentos afortunados* modificou novamente o curso das coisas" (MARX, 1858a *apud* SCARON, 1974, p.85-86, grifo nosso).

A incapacidade de Marx em apreender a racionalidade desse processo histórico implica que, nos quadros da teoria social de extração marxista, não é possível pensar a singularidade da América Latina e formular uma estratégia socialista para a região nas quais as relações entre nacionalismo e internacionalismo possam ser pensadas a partir de uma perspectiva materialista histórica e dialética? Acredita-se que as chaves interpretativas adequadas às especificidades regionais podem ser encontradas no pensamento político de Antônio Gramsci.

Sem colocar em xeque a centralidade ontológica das relações de produção na explicação da sociedade, Gramsci inova no pensamento marxista ao reconhecer a autonomia relativa do momento político. Como afirma Coutinho (2011a), a obra do comunista italiano consiste especialmente em uma reflexão sobre as ações e as instituições políticas que, sem perder o ponto de vista da totalidade, procura examinar a relação entre todas as esferas do ser social partindo das relações que elas estabelecem com a política.

Mas não é apenas esse reconhecimento da autonomia relativa do momento político que torna o aporte teórico gramsciano particularmente relevante para a compreensão da realidade latino-americana. Ele também adquire esse *status* porque algumas de suas importantes formulações foram concebidas a partir da observação de um contexto histórico-geográfico que também escapava ao esquema interpretativo marxiano: a Itália do início do século XX, que remetia a questões similares às evocadas pelas ex-colônias ibéricas.

O Estado italiano, recém-unificado na época gramsciana, também havia se constituído por meio de uma revolução conduzida pelas classes dominantes sem a participação das camadas populares. Para caracterizar esse processo singular de emancipação, Gramsci cunhou a expressão "revolução passiva" (COUTINHO, 2011a). Ao contrário da tradicional revolução democrático-burguesa, protagonizada pela burguesia mediante o exercício da liderança sobre as camadas populares, a revolução passiva assume a forma de uma modernização capitalista que resulta de um acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, do qual as

forças populares encontram-se excluídas.

Trata-se, portanto, de uma transformação na qual o elemento radical-jacobino está ausente. Consiste em uma revolução realizada "pelo alto", e não "de baixo para cima", como aquelas que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa ocidental. Assume um aspecto restaurador, pois no fundo é uma reação à possibilidade de transformação efetiva e radical por meio do subversivismo popular. Apesar disso, não elimina completamente a renovação; ao contrário, acolhe parte das demandas radicais. Constitui-se, portanto, a partir de uma relação dialética entre restauração e renovação.

As formações sociais engendradas por revoluções passivas têm como traço distintivo a presença de um Estado forte e autoritário. Este se torna o protagonista dos processos de transformação e assume a tarefa de dirigir politicamente as próprias classes economicamente dominantes. Desempenha o que Gramsci denomina "ditadura sem hegemonia", exercendo a liderança de uma parte do grupo dominante sobre o conjunto deste e relacionando-se com as grandes massas por meio de seus aparelhos coercitivos.

Essa singular conformação da esfera política subverte também o processo de construção da Nação, tal como este se apresentara na tradicional revolução democrático-burguesa. Nesta, como explica Aricó (1982), a formação do Estado foi antecedida pela construção de um sentimento de pertencimento nacional; a transformação das estruturas econômicas e sociais surgiu paralelamente a uma problemática cultural, da qual emergiu um sujeito histórico nacional e popular. Foi esse sujeito quem passou a pressionar por sua existência política e acabou por conduzir à constituição do Estado nacional autônomo. Estado e Nação surgiram, portanto, como partes do mesmo processo histórico.

As formações sociais oriundas de revoluções passivas, por sua vez, caracterizam-se pelo descompasso entre Estado e Nação. O distanciamento das classes dominantes em relação às camadas populares impede a formação de uma identidade ao mesmo tempo nacional e popular. Apartada do povo, incapaz de conferir expressão nacional aos sentimentos e aspirações deste, a camada intelectual erige-se como uma casta cujas produções culturais manifestam a particular visão de mundo dos segmentos burgueses:

> [...] a "classe culta", com sua atividade intelectual, está separada do povo-nação, não porque o povo-nação não tenha demonstrado ou não demonstre se interessar por esta atividade em todos os seus níveis, dos mais baixos (romance de folhetim) aos mais elevados, como o atesta o fato de que ele procura os livros estrangeiros adequados, mas sim porque o elemento intelectual nativo é mais estrangeiro diante do povo-

nação do que os próprios estrangeiros (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p.349).

Como é possível depreender, o conceito de revolução passiva descreve com precisão a singular relação estabelecida entre Estado e sociedade nos países latino-americanos. Relação essa que não ficou circunscrita ao período independentista: foi perpetuada por distintos processos de transformação política e modernização capitalista vivenciados pela região, como sublinha Coutinho (1989) em uma abordagem centrada na análise da realidade brasileira, mas perfeitamente transponível aos demais países do continente, em virtude das similaridades dos processos históricos. Para ficar apenas em dois exemplos que encontram correspondentes na história latino-americana, basta lembrar o que foi a "Revolução" de 1930 e a ditadura militar de 1964.

A "Revolução" de 1930 - comumente referenciada como um regime "populista", à semelhança de movimentos como o peronismo argentino - consistiu em uma resposta ao período popular iniciado em 1922, com a fundação do PCB e a primeira revolta tenentista. As pressões exercidas a partir de baixo pelo movimento operário e pelas camadas médias urbanas emergentes foram neutralizadas com a formação de um novo bloco no poder, que instituiu um estado de compromisso entre diferentes classes dirigentes destituídas de poder representativo e incluiu, de forma subalternizada, também as classes populares. Nessa nova correlação de forças, o Estado assumiu um caráter arbitral, colocando-se acima das frações de classe e conduzindo um processo de modernização capitalista calcado na industrialização e na concessão "pelo alto" de direitos às massas concentradas no novo ambiente urbano-industrial.

A ditadura militar de 1964-1984, qualificada por Coutinho como a "expressão extrema e radicalizada" das revoluções passivas, também emergiu como reação a uma possível irrupção das classes subalternas no cenário político. O regime autoritário radicalizou então a tendência de exclusão das grandes massas populares, tanto dos frutos do desenvolvimento econômico quanto das decisões nacionais, criando as condições políticas necessárias para a implantação no Brasil de uma modalidade dependente de capitalismo monopolista de Estado, que conciliou o desenvolvimento industrial monopolista com a modernização do grande latifúndio.

Apesar das similaridades existentes entre esses momentos políticos e o movimento de independência da América Latina, Coutinho também identifica uma importante diferença entre eles, que remete a um aspecto central da teoria gramsciana: a complexificação da

estrutura e da função do Estado na sociedade capitalista contemporânea. Se é correto afirmar que o Estado instituído pela emancipação regional caracterizou-se pelo exercício de uma "ditadura sem hegemonia", a mesma assertiva torna-se questionável na referência aos processos sociais do século XX. Isso porque importantes desdobramentos histórico-políticos atribuíram ao Estado uma feição ampliada em relação à concepção marxista original.

Como foi mencionado anteriormente, na acepção de Marx, o Estado é caracterizado como uma superestrutura ideológica que se erige sobre a base material da sociedade. Consiste, em síntese, em um "comitê executivo da burguesia", que se identifica institucionalmente com a burocracia e os aparelhos político-militares e assume os contornos de um aparelho repressivo dotado do monopólio legal e/ou de fato da força e da violência, desempenhando um papel coercitivo e dominador na manutenção da sociedade burguesa.

A formulação, apesar das limitações já apontadas, ainda poderia ser aceita para o período histórico em que foi gestada, porque, como sublinha Coutinho (2011a), a época de Marx e Engels caracterizava-se por uma escassa participação política. Naquele momento, a atuação dos trabalhadores, quando existente, limitava-se a vanguardas combativas pouco numerosas e clandestinas. O Estado cumpria então a função de um aparelho repressivo, que se valia do monopólio da coerção e da violência para conter as forças opositoras.

Contudo, a socialização da política, ocorrida com a conquista do sufrágio universal e a criação dos sindicatos e partidos operários de massa, forçou o Estado capitalista a abarcar outros interesses, que não apenas os da burguesia. Sem deixar de ser um instrumento de classe, o aparato estatal adquiriu então certa autonomia em relação aos grupos economicamente dominantes. A abertura foi acompanhada pela ampliação de sua estrutura, bem como de sua própria função.

A análise materialista histórica da realidade da Europa ocidental do início do século XX possibilitou a Gramsci captar esses desenvolvimentos históricos e concluir que, nas sociedades capitalistas modernas, o Estado passa a ser constituído não só pela "sociedade política" (o aparato governamental coercitivo), mas também por uma nova esfera: a "sociedade civil" (COUTINHO, 2011). Ocorre, portanto, a formação de uma nova arena de batalha social, dotada de leis e funções relativamente autônomas e específicas.

A sociedade civil conta com uma materialidade institucional própria, que a diferencia tanto do mundo econômico quanto da sociedade política. Trata-se dos "aparelhos de hegemonia", um conjunto de organismos coletivos como igrejas, sindicatos e meios de

comunicação. Estes, por sua vez, contribuem de um modo singular para a manutenção do poder de classe: não exercem a dominação mediante a coerção, mas sim a direção político-ideológica a partir da conquista do consenso social.

A sociedade civil consiste desta forma, em uma esfera de mediação entre a estrutura econômica e o Estado-coerção. Ela é o espaço material-ideológico no qual se trava a batalha pela conquista do consenso. É no interior dos aparelhos de hegemonia que se realizam os processos de organização e reorganização cultural por meio do qual os grupos sociais procuram conquistar apoio para seus projetos políticos.

Embora se distingam em termos estruturais e funcionais, tanto a sociedade política quanto a sociedade civil consistem em momentos superestruturais e concorrem para a formação de uma mesma unidade: o Estado. Por intermédio de ambas, um grupo exerce a supremacia sobre os demais, operando de dois modos distintos: “um grupo social domina os grupos adversários, que visa a 'liquidar' ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados” (COUTINHO, 2011, p.290).

A singularidade das revoluções passivas latino-americanas do século XX acima mencionadas pode ser compreendida, nas palavras de Fontes (2005), como resultado de uma “ampliação limitada ou restrita do Estado”. À diferença da situação observada por Gramsci na Europa, os processos políticos vivenciados no continente foram marcados pelo surgimento e consolidação de aparelhos de hegemonia das classes dominantes e pela concomitante obstacularização dos processos de organização dos grupos subalternos.

A contenção das formas associativas populares foi realizada sobretudo por meio da repressão direta. Referindo-se ao Estado Novo, a autora afirma que as agências, as formas e os procedimentos coercitivos (Exército, polícias) foram centralizados, reforçando o poder do Estado sobre as classes subalternas, urbanas e rurais. Nessa nova estrutura repressiva estatal, as frações de classe dominantes passaram a contar com espaços institucionalizados para exercer a violência sobre os grupos subordinados.

Entretanto, a relação com os grupos subalternos não podia se circunscrever à coerção. Para assegurar a hegemonia, era necessário atender parte das reivindicações populares que ganhavam expressão por meio das instituições coagidas. Assim, enquanto mantinha sob a estrita repressão essas organizações coletivas autônomas, o Estado atuava como uma espécie de “doador”, realizando várias concessões ao povo.

Promovia-se, dessa forma, o que Fontes (2005) denomina “nacionalização truncada”.

O Estado tornava-se nacional, na medida em que passava a agregar a multiplicidade das frações dominantes, por meio de associações de interesse e da representação em agências e instâncias públicas. Contudo, tratava-se de uma nacionalização truncada, que não admitia a incorporação dos grupos subalternos.

2.2 IMPERIALISMO, NEOLIBERALISMO E GOVERNOS PROGRESSISTAS

A contemporânea expansão do capitalismo ainda se processa sob os moldes imperialistas, mas se manifesta de modo qualitativamente distinto do fenômeno descrito por Lenin. É o que sustenta Fontes (2010) ao cunhar a expressão "capital-imperialismo" para se referir à crescente financeirização da economia contemporânea. Com o termo "capital" pretende evidenciar que o fenômeno em curso consiste em uma manifestação do próprio movimento de expansão do capitalismo, antevisto por Marx. "Imperialismo", por sua vez, indica a filiação ao novo patamar de acumulação instaurado no início do século XX, enquanto a expressão em sua totalidade marca a diferença qualitativa entre os dois momentos históricos.

> Capital-imperialismo nos permite recuar e avançar: enfatizar a contribuição marxiana sobre as tendências de expansão do capital, incorporar as modificações que o imperialismo introduziu, tal como Lenin o formulou, e tentar abarcar as características próprias, resultantes da expansão do imperialismo sob determinadas condições históricas (FONTES, 2010, p.149-150).

A expressão é usada para designar o momento histórico iniciado após a Segunda Guerra Mundial, marcado tanto por continuidades quanto por mudanças qualitativas em relação ao cenário do início do século XX. Em termos de continuidades, observa-se que a tendência ora em curso já estava contida em germe em transformações econômicas da virada do século XX, como o surgimento de grandes monopólios, a separação entre a propriedade e a gestão do capital, a assunção do capital financeiro e de uma oligarquia a ele associada.

No que diz respeito às mudanças qualitativas, destaca-se o expressivo aumento da concentração e centralização do capital, que acabou por convertê-lo naquilo que Marx denominou *pura propriedade capitalista*: o relativo isolamento dos grandes proprietários do capital monetário em relação ao capital produtivo. A partir da Segunda Guerra, a "união

íntima" entre capitais de diferentes espécies, que estivera na origem do capital financeiro, cedeu terreno a uma concentração sob a pura forma monetária, superando a propriedade imediata dos meios de produção e indo muito além da junção entre capitalistas industriais e bancários.

Do ponto de vista do detentor do capital monetário, a extração de mais-valor passa a se resumir ao *tempo* intercalado entre o empréstimo e o retorno; a ele não interessa diretamente o processo de produção do qual provém seus rendimentos. Isto não implica que o capital monetário perca eficácia no processo de valorização. Como uma expressão das contradições capitalistas, ele se torna o recurso "[...] que *exige e impõe que outros, os capitalistas funcionantes, extraiam mais-valor em ritmo sempre acelerado* […] para reembolsá-lo e assegurar sua própria reprodução enquanto extração de mais-valor" (FONTES, 2010, p.33, grifo da autora).

Portanto, sob o predomínio do capital monetário o que se verifica não é uma tendência à redução do processo produtivo, mas sim sua expansão, e em ritmos cada vez mais acelerados. A função de extração de mais-valor permanece central, ainda que subalternizada, com o capital produtivo se submetendo aos ditames do capital monetário. "No momento em que a pura propriedade do capital se evidencia, a determinação social antagônica, do comando sobre o trabalho alheio, está colocada de forma generalizada [...] Longe de reduzir-se, a contradição central entre trabalho e capital torna-se mais aguda […]" (FONTES, 2010, p.35).

Outro aspecto que se expressa de modo qualitativamente diverso a partir da Segunda Guerra Mundial é a dominação externa do capital. A partilha do mundo passa a ser realizada sob novos termos, afins com as injunções do momento histórico. Influenciada pelas lutas de descolonização dos continentes africano e asiático, bem como pela polarização econômico-ideológica da Guerra Fria, ela foi formatada de modo a recompor o quadro anterior de subalternização colonial, mas sob um clima de convivência pacífica entre as nações imperialistas, necessário à luta contra o comunismo.

O novo arranjo imperialista assumiu então a forma de alianças econômicas e políticas - não isentas de contradições - entre países que competiam entre si no plano internacional. De um lado, elas foram guiadas pelo propósito de erigir os Estados Unidos como uma liderança econômico-militar contraposta à União Soviética; de outro, a assegurar o domínio econômico sobre o mundo das potências imperiais. A principal expressão desse acerto de contas não foi a adesão a um ideário explicitamente americanista, mas sim a implantação de um modelo

organizativo assimilado por todos no plano internacional: as multinacionais.

> O que era um anúncio precoce do capital monopolista, em 1914, se concretizaria de fato no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, através da enorme expansão de empresas multinacionais que, centradas em países específicos, admitiam participação societária de capitais forâneos. Sua característica mais importante para nosso intuito foi sua escala de atuação, uma vez que passaram a implantar subsidiárias em outros países e a atuar tanto no mercado quanto na produção em níveis mundiais, impelindo a um salto organizativo, a formas de gerenciamento ampliadas e resultando em enorme lucratividade (FONTES, 2010, p. 157).

As multinacionais espraiaram-se por todo o globo, promovendo uma concentração e uma centralização do capital até então inauditas. Regidas pelo capital financeiro - sob a forma de pura propriedade capitalista -, elas impuseram uma necessidade crescente de abertura de novas fronteiras para a reprodução ampliada do capital, que não se circunscreveu à pressão pela conquista de novos mercados, envolveu também a apropriação de territórios geográficos e formas de existência até então pouco explorados pelo capital.

Fontes (2010) considera esta última forma de abertura de fronteiras a expressão máxima da dominação capital-imperialista. Por meio dela, o capital financeiro vem expandindo seu domínio não só sobre recursos sociais e ambientais até então inexplorados, mas também sobre a própria vida humana, valendo-se de práticas como a criação de patentes sobre plantas, a clonagem de espécies animais, a fertilização *in vitro*, a supressão de direitos educacionais e culturais.

Paralelamente à expansão das multinacionais, foi gestada ao longo do tempo uma rede original de associações intercapitalistas, voltadas não necessariamente para a extração direta de mais-valor, mas para a geração das condições socioeconômicas, políticas e culturais necessárias à realização daquela. Uma grande variedade de agências políticas, econômicas e militares foi criada ou redesenhada sob forte influência estadunidense, conformando um "intelectual coletivo" de um grupo de países capital-imperialistas.

Tais organizações intercapitalistas apareceram na forma de instituições oficiais – como o Grupo Banco Mundial (GBM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) -, mas também de entidades juridicamente privadas, associadas diretamente ou não às agências estratégicas de seus países de origem. Inspirada em Gramsci, Fontes (2010) interpreta esse último modelo como uma espécie de "aparelho privado de hegemonia", pois embora tais instituições usufruíssem de certa autonomia, assumiam o aspecto de "frentes móveis internacionais",

atuando como trincheiras avançadas dos Estados capital-imperialistas de origem.

Essa rede de associações intercapitalistas difundiu-se juntamente com as multinacionais, oferecendo-lhes suporte direto ou indireto na promoção de seus interesses. O resultado dessa atuação conjunta foi uma transformação que afetou o sistema capitalista global, aprofundando a divisão internacional do trabalho entre Norte e Sul, alterando a inserção mundial dos países imperialistas e produzindo, inclusive, mudanças comportamentais e culturais.

Gestadas no pós-Segunda Guerra, as transformações acima descritas foram transmutando o imperialismo em capital-imperialismo, até este atingir sua maturidade na década de 1970/1980. O momento coincide com o início do que muitos denominam "neoliberalismo", mas Fontes (2010) prefere continuar identificando-o com o termo que cunhou, em virtude dos sentidos aí evocados.

> A categoria de neoliberalismo também continha um teor fortemente descritivo, aplicando-se a uma política, a uma ideologia e a práticas econômicas que reivindicavam abertamente o ultraliberalismo, porém com forte viés de denúncia. Tem como núcleo o contraste fundamental com o período anterior, considerado por muitos como "áureo" (keynesiano ou Estado de Bem-estar Social), o que reduz a percepção do conteúdo similarmente capitalista e imperialista que liga os dois períodos [...] (FONTES, 2010, p.154).

Embora empregue o termo neoliberalismo, Martins (2011) traça um panorama das mudanças ocorridas na América Latina nesse período em certa medida afim com as preocupações de Fontes (2010), ao adotar como referência a teoria da dependência – que, conforme supracitado, reinterpreta o imperialismo sob a ótica da periferia. O autor explica que o neoliberalismo chegou à região por meio de algumas experiências esparsas na década de 1970, ganhou certo impulso nos anos 1980, mas atingiu o ápice apenas nos anos 1990, quando os Estados Unidos traçaram um novo projeto de inserção latino-americana no sistema internacional.

Sintetizado no documento que ficou conhecido como Consenso de Washington, o novo projeto de inserção internacional propunha uma revisão das políticas públicas, cuja finalidade precípua era promover a hegemonia do capital financeiro e especulativo na região. Entre os principais pontos previstos no programa constavam as orientações de estabelecer uma forte disciplina fiscal; tornar as moedas nacionais competitivas, mediante a valorização do câmbio; desmontar as barreiras tarifárias e promover políticas comerciais liberais; abrir as

fronteiras ao investimento estrangeiro; privatizar empresas públicas e desregulamentar a economia.

O receituário ditado por Washington foi apresentado como uma promessa de retomada do desenvolvimento, elevação da competitividade e redução da pobreza das economias latino-americanas. Entretanto, o legado que deixou foi justamente o inverso:

> [...] o período que o neoliberalismo abriu entre 1980 e 2002 [...] desarticulou a arquitetura do crescimento e aprofundou a periferização e a desigualdade: taxas de crescimento econômico medíocres para a região, a desnacionalização e destruição dos segmentos de maior valor agregado do aparato produtivo, o aprofundamento da superexploração do trabalho para suas formas mais graves e a deterioração ecológica foram os seus resultado (MARTINS, 2011, p.315).

A expansão do capital financeiro pela América Latina teve como um de seus principais efeitos deletérios a desnacionalização da economia regional. Como observa Martins, parcela significativa dos investimentos estrangeiros na região foi realizada sob a forma de privatização de bens públicos ou de aquisição de empresas privadas nacionais. Dados apresentados por Kupfer e Rocha (2001 *apud* MARTINS, 2011) revelam que, na Argentina, 59,7% das inversões registradas entre 1992 e 2002 assumiram esse perfil. No Brasil, 62,5% dos US$ 117,3 bilhões envolvidos na transferência de propriedade das 350 empresas líderes nacionais proveio do exterior.

Paralelamente, ocorreu uma perda de participação no PIB dos segmentos produtivos de maior valor agregado. No Brasil, o desempenho da indústria caiu de 33,6%, em 1980, para 19,8%, em 2000. A indústria argentina, por sua vez, registrou uma queda de 27,9% para 16,7% no mesmo período. A perda de competitividade do setor secundário latino-americano teve como contrapartida a reprimarização de sua pauta exportadora, centrada em um modelo de exploração agrícola e mineral de forte impacto ecológico, como a produção de soja, apontada como responsável por grande parte do desflorestamento regional.

Em termos sociais, os resultados não foram menos desanimadores. A ilusão de maior igualdade social, gerada pelo aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores proporcionado pela valorização das moedas nacionais, ruiu tão logo esse artifício tornou-se economicamente insustentável. Foi assim que o contingente populacional argentino situado abaixo da linha da pobreza, estimado em 32,3% no ano de 1980, caiu e manteve-se em torno de 25% até 1999, para duplicar logo em seguida (54,3%), com o fim da convertibilidade, em 2002. A

especulação ajudou a mascarar o problema, enquanto sua raiz estrutural ia se aprofundando com a ampliação do desemprego - que pulou de 5,3%, em 1988, para cerca de 14%, em 2002.

O caráter fortemente excludente desse modelo gerou uma onda de insatisfação popular por toda a América Latina. Algumas manifestações de magnitude massiva despontaram precocemente, como o fenômeno conhecido como *Caracazo*, que sacudiu o cenário venezuelano já em 1989 (MENDES, 2012). Entretanto, a maioria emergiu em meados da década de 1990, começando pela guerrilha zapatista em 1994, no México, logo após a assinatura pelo país do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) (MORAES, 2011), e passando por pontos altos como os sucessivos e massivos protestos de rua ocorridos na Argentina entre o final de 2001 e o início de 2002, em meio à bancarrota sofrida pelo país (CAMPIONE; RAJLAND, 2006).

De acordo com Martins (2011), também a articulação entre as burguesias locais e o imperialismo estadunidense sofreu uma crise de legitimidade no fim da década de 1990. Isso porque o programa neoliberal alterou a própria configuração histórica assumida pela dependência, até então assentada em uma situação de compromisso entre os capitais nacional e estrangeiro, na qual o primeiro dirigia o Estado como instrumento de conciliação entre as frações de classe burguesa, em um movimento relativamente autônomo de desenvolvimento das forças produtivas internas. Conforme supracitado, a abertura ao capital financeiro destruiu amplamente as estruturas produtivas das burguesias locais, desnacionalizando as economias regionais; além disso, restringiu a capacidade de iniciativa do Estado nacional, submetendo-o às regras internacionais de circulação de capitais e mercadorias.

Esse contexto de forte abalo das relações de força vigentes constituiu o terreno propício para a ascensão ao poder de uma série de mandatários que colocavam em xeque o modelo imperialista neoliberal. Hugo Chávez e Nicolás Maduro, na Venezuela; Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina; Lula e Dilma, no Brasil; Michele Bachelet, no Chile; Evo Morales, na Bolívia; Fernando Lugo, no Paraguai[2]; Ollanta Humala, no Peru; Tabaré Vázquez e José Mujica, no Uruguai; Rafael Correa, no Equador, e Daniel Ortega, na Nicarágua, empreenderam uma guinada política, implantando governos nacionalistas de esquerda na América Latina.

[2]Eleito em 2008, o presidente paraguaio Fernando Lugo foi destituído do cargo em 2012, por meio de um processo parlamentar considerado ilegal e ilegítimo por muitos governantes latino-americanos. A deposição de Lugo abriu caminho para o retorno da direita à presidência, com a vitória de Horácio Cartes, do Partido Colorado, no pleito de 2013.

A eleição de tais governantes conduziu a região a uma situação até então inédita. Dos dez países de origem ibero-americana existentes na América do Sul, apenas a Colômbia não chegou a ser conduzida por um mandatário de tendência de esquerda na última década. Os presidentes Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos mantiveram o país sob a influência do imperialismo neoliberal, estabelecendo estreitas relações com os Estados Unidos.

A caracterização dos novos governos latino-americanos como nacionalistas de esquerda parece remeter a um grupo homogêneo. O fenômeno, assim entendido, expressaria bem a realidade contemporânea ou camuflaria distinções relevantes? Quais seriam os traços fundamentais dessas administrações? Que critério adotar para caracterizá-las? A próxima seção procura responder a esses questionamentos expondo algumas tentativas de classificação, propondo um método afim com as bases teóricas desta pesquisa e aplicando-o à análise dos governos de três países fundadores da TeleSUR: Argentina, Uruguai e Venezuela.

2.2.1 Governos progressistas fundadores da TeleSUR: uma abordagem a partir do nacional e do popular

Até o momento foram realizadas várias tentativas de definir os contemporâneos governos nacionalistas de tendências de esquerda da América Latina. Sem a pretensão de realizar um inventário exaustivo desses esforços, discute-se muito brevemente a seguir algumas dessas caracterizações, procurando avaliar a pertinência ou não de sua aplicação ao presente trabalho, a partir do horizonte referencial constituído pelos fundamentos teóricos anteriormente elucidados.

Como uma voz praticamente solitária, Cleary (2006) sustenta que a ascensão dos contemporâneos governos de esquerda na região pode ser explicada a partir de fatores estruturais. O mais óbvio deles é a grave e endêmica desigualdade econômica da América Latina, que oferece uma base de apoio "natural" à esquerda. Mas este elemento por si só não é suficiente para aclarar o fenômeno: ele encontra suas raízes também na organização política. A esquerda só floresceu em países nos quais já existia uma estrutura organizacional de mobilização massiva, fosse ela derivada de processos históricos passados, fosse resultante da redemocratização latino-americana.

Embora essas questões possam, em alguma medida, auxiliar na caracterização de tais

governos, acredita-se que elas não constituem sua razão principal de existência. O problema da argumentação encontra-se no ponto de partida assumido: uma perspectiva segundo a qual as estruturas por si só explicam os fenômenos sociais. O autor relega a uma posição marginal os processos sociais que se desdobram nesses países, deixando de lado não só suas especificidades constitutivas, como também o aspecto central da emergência dos governos progressistas: a ação de sujeitos históricos e concretos sobre o mundo.

A essa posição isolada contrapõe-se a visão praticamente consensual de que os governos de tendências de esquerda constituem um grupo heterogêneo (PARAMIO, 2006; CASTAÑEDA, 2006; GALLEGOS, 2006; LANZARO, 2008), ainda que compartilhem alguns traços em comuns: a busca por um modelo econômico que produza crescimento combinado com resultados sociais, superando a agenda neoliberal (PARAMIO, 2006; GALLEGOS, 2006; LANZARO, 2008) e recuperando o papel ativo do Estado (GALEGOS, 2006).

Apesar de reconhecerem a existência de matizes, vários desses autores procuram enquadrar as experiências contemporâneas em classificações mais abrangentes. O resultado é a constituição de categorias que, embora recebam denominações distintas, assentam-se em princípios constitutivos similares. Tal perspectiva baseia-se em dicotomias como populista/moderno (CASTAÑEDA, 2006); populista/social-democrata (LANZARO, 2008); populista/democrático (PARAMIO, 2006). O primeiro termo dos dualismos costuma se referir a administrações como as de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa; já o segundo remete a governos como os de Lula e Dilma, Tabaré Vázquez, José Mujica e Michele Bachelet.

Gallegos (2006) pondera que esse tipo de interpretação apoia-se em pares de oposição acionados com a finalidade de consagrar um polo (o moderno, social-democrata, democrático) e desqualificar o outro (o populista). Isso seria verdadeiro tanto para as classificações propostas por declarados partidários da direita, como Castañeda, quanto por aqueles que buscam uma fundamentação mais "asséptica" na ciência política, como Lanzaro. Procurando avançar na crítica, sustenta-se aqui que tais oposições retomam, em essência, a dicotomia atraso/progresso que, conforme elucidado acima, assenta-se em uma perspectiva positivista.

Esses sentidos são evocados a partir da retomada de uma concepção do populismo que adquiriu grande força tanto nas ciências sociais e políticas quanto entre os partidários da esquerda e da direita. Conforme sublinha Weffort (2003), a inserção das massas latino-

americanas no sistema político, realizada em meados do século XX pelos então denominados governos "populistas", a partir do estabelecimento de uma relação autoritária e paternalista entre Estado e sociedade, foi interpretada como uma forma de manifestação política atrasada.

Adotando como parâmetros supostamente objetivos de desenvolvimento democrático-popular os caminhos seguidos pelas nações europeias, as ciências sociais e políticas, bem como os representantes das duas extremidades do espectro político, interpretaram a particularidade política latino-americana como uma "aberração" provocada pelos "desequilíbrios" e "irracionalidades" provenientes da situação de "atraso" da região em relação às nações "modernas". Supuseram a existência de um caminho único e linear para se chegar à democracia e desqualificaram qualquer fenômeno singular como um modelo desviante.

A construção das dicotomias mencionadas é sintomática dessa orientação. Paramio (2006) fundamenta sua distinção entre governos democráticos e populistas na afirmação de que os primeiros emergiram em países nos quais havia partidos de esquerda com trajetória histórica de origem socialista, reformista ou revolucionária, enquanto os segundos surgiram onde ainda não existiam alternativas políticas de esquerda viáveis ou estas tinham se constituído "de forma atípica, ao menos do ponto de vista europeu" (PARAMIO, 2006, p. 66). A esquerda moderna de Castañeda (2006) também corresponde àquela que "tem seguido um caminho similar ao da esquerda do resto do mundo", e a populista consiste em um fenômeno "peculiarmente latino-americano", que emergiu de uma "estranha contribuição regional para a ciência política".

Lanzaro (2008) também desenvolve raciocínio similar, ao identificar a estreia de uma "social-democracia *crioula*" em países caracterizados pela existência de sistemas partidários estáveis. Pondera que a importação desse modelo político europeu ocorreu na região a partir de um revisionismo ideológico e pragmático realizado por tradicionais partidos de esquerda. Enquanto isso, o populismo ressurgiu com um aspecto mais ou menos renovado onde os sistemas partidários tinham ruído ou encontravam-se marcados por debilidades consideráveis.

Se, por um lado, sustenta-se aqui que a adoção apriorística da concepção positivista de progresso é problemática para a caracterização dos governos latino-americanos de tendências de esquerda, por outro, defende-se que a racionalidade progressista inerente ao método materialista histórico dialético revela-se apropriada para essa finalidade. Por intermédio dela, é possível observar as contradições internas às alianças sociais que embasam esses governos e

elucidar os projetos político-culturais particulares e universais a elas associados.

É importante frisar que a adoção dessa racionalidade para a análise dos governos de esquerda latino-americanos não exclui definitivamente a possibilidade de que eles evoquem visões de mundo de matiz positivista. A análise, no plano simbólico, das contradições entre forças revolucionárias e conservadoras pode revelar a existência de projetos políticos cuja dialética particular-universal se encaminhe nessa direção.

Ademais, processos históricos que a princípio possam não ter assumido uma feição conservadora não se encontram totalmente isentos dessa possibilidade. Isto porque a correlação de forças entre grupos antagônicos é dinâmica, tal como foi observado em "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". Nesta detalhada análise da conjuntura francesa de fevereiro de 1848 a dezembro de 1851, Marx (2011) evidenciou que a gradual transformação da Revolução de Fevereiro de 1848, de matiz socialista, na dominação autoritária de direita de Luís Bonaparte derivou da conformação de sucessivas alianças, que articularam de modo diverso não só distintas classes sociais, mas também frações de uma mesma classe.

Nesse interregno, o operariado social-democrata francês assumiu inicialmente a liderança do movimento, apoiado por distintas frações da burguesia, guiadas por interesses diversos. Embora os trabalhadores tenham conseguido realizar a revolução e instaurar a República Social, esta durou apenas o tempo suficiente para que as demais frações se rearticulassem e os afastassem do poder. A partir de então, sucessivas reconfigurações das relações de força tornaram o movimento cada vez mais conservador, até chegar ao ponto culminante da instauração da ditadura bonapartista.

A referência fornecida por esse cenário torna possível afirmar que as alianças por trás dos contemporâneos governos de esquerda do continente são marcadas por um equilíbrio instável entre forças políticas com interesses antagônicos. O "progressismo" latino-americano consiste, portanto, em um fenômeno datado, cujo destino deve ser selado pelo desdobramento da luta de classes travada em seu interior, pendendo seja a favor dos segmentos mais revolucionários, seja dos conservadores.

As contradições sociais internas aos governos progressistas condicionam, em última instância, a esfera ideológica. Por conseguinte, uma abordagem sobre o fenômeno empreendida a partir da perspectiva da totalidade social deve ser complementada por uma análise político-cultural. Coutinho (2011b) considera que, nesse âmbito, o principal aspecto a se considerar é a articulação entre o nacional e o popular, isto é o sentido que o "popular"

assume em cada projeto nacional e processo universal ao qual este se associa.

Tendo em vista a exposição teórica precedente, considera-se que, nesse trabalho, a relação entre o nacional e o popular pode assumir duas possíveis configurações. Por um lado, o povo pode ser representado como um sujeito revolucionário ativo na construção da Nação, tal como na concepção gramsciana do "nacional-popular". Por outro, ele pode ser tratado como um sujeito passivo, cuja consciência revolucionária "autêntica" lhe é alheia. Neste último caso, ele se aproximaria da tendência que Coutinho (2011b) denomina "nacionalista de esquerda".

O nacional-popular gramsciano permite pensar as tarefas nacionais que se impõem às classes oprimidas sob um entendimento de nacionalismo diverso daquele sustentado pela burguesia. Ele desliza entre dois extremos que, como sublinha Portantiero (1988), procura rechaçar: o "cosmopolitismo", de um lado; e o "particularismo" ou "nacionalismo", de outro. Além disso, comporta duas dimensões fundamentais: uma cultural e outra política.

Em termos culturais, o nacional-popular remete à necessidade histórica de constituir o popular culturalmente como nação, por meio de uma "reforma intelectual e moral" da sociedade cujo ponto de partida seja a cultura popular ou o "senso comum", concepção de mundo que, por sua própria natureza, é fragmentária e incoerente.

> O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o "folclore da filosofia" e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, adequada à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. Quando na história se elabora um grupo social homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia coerente e sistemática (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p. 148).

Em meio a esse mosaico, atravessado por superstições, crendices e valores dominantes, é possível encontrar um "núcleo sadio" formado por fragmentos culturais progressistas. Identificar e reelaborar estes elementos consiste na grande tarefa à qual se deve proceder na busca por uma cultura capaz de conduzir à transformação da sociedade. Portanto, a elevação das massas a uma concepção de mundo superior não resulta da introdução de elementos culturais novos e alheios à vida dos sujeitos, mas sim de uma atitude polêmica e crítica em relação ao pensamento concreto. Ela advém da superação dialética do senso comum, da conservação e reinterpretação dos elementos criadores e progressistas e da concomitante desmistificação e negação dos elementos fossilizados e reacionários.

Esse trabalho de organização cultural não pode prescindir da mediação de intelectuais, entendidos não como uma camada distinta e destacada, mas sim organicamente articulada ao povo, capaz de sentir e compreender as paixões populares e, por conseguinte, relacioná-las dialeticamente em uma concepção de mundo superior. O intelectual coletivo orgânico encontra-se estreitamente associado à realidade concreta das classes subalternas, conhece e sente suas necessidades e aspirações. O que ele procura é transformar a *práxis*, que inova o mundo físico e social, no fundamento de uma nova e integral concepção de mundo.

A "reforma intelectual e moral" articula-se organicamente à formação de uma "vontade nacional-popular". Na perspectiva gramsciana, os momentos cultural e político são considerados faces de uma mesma moeda, a elevação das massas a uma concepção de mundo superior é vista como parte do próprio processo de construção do sujeito revolucionário. Por meio dela, criam-se as condições necessárias para que as classes subalternas assumam a direção da sociedade.

A constituição das classes populares como nação ajuda-as a superar uma visão de mundo meramente corporativa, presa a interesses egoístico-passionais, que as impedem de ir além do conflito social imediato. Ela possibilita a passagem para um momento ético-político, no qual os trabalhadores adquirem uma consciência da totalidade social e assumem a liderança de uma iniciativa política que engloba todos os estratos sociais de uma nação, seja como aliados ou adversários. Permite, enfim, que o proletariado ascenda à condição de classe universal.

Assim como a reforma intelectual e moral da sociedade, a formação da vontade nacional-popular não deve consistir em um ato totalmente subjetivo, cujo resultado seja a construção de um mito desconectado da realidade objetiva das massas. Ela deve ser alcançada a partir da elevação das necessidades reais das massas à consciência e de sua consequente conversão em práxis transformadora. Isto é, deve promover uma verdadeira síntese dialética entre os momentos objetivo e subjetivo de luta, imprimindo direção consciente aos movimentos espontâneos das massas.

Mais uma vez, este é um trabalho que requer mediação. A articulação entre as condições históricas e a consciência nacional-popular deve ser realizada por intelectuais organicamente vinculados às classes proletárias. Inspirado n'*O Príncipe* de Maquiavel, que atribui a formação da vontade coletiva transformadora a um único indivíduo, e atento às particularidades das sociedades capitalistas contemporâneas, Gramsci afirma que o agente da

vontade coletiva não pode mais ser uma pessoa singular, deve ser um organismo social. Identifica então o partido político como o "moderno Príncipe" aquele que, sendo expressão de um grupo social, tem como tarefa primordial a superação dos interesses imediatos de classe.

> Embora todo partido seja expressão de um grupo social, e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um só grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e arbitragem entre os interesses de seu próprio grupo e os outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso e a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários (COUTINHO, 2011, p.300).

Em contraste com o nacional-popular, a concepção nacionalista de esquerda parte da premissa de que a cultura popular é "inautêntica", mero reflexo da alienação da cultura dominante. Por conseguinte, o intelectual deve agir politicamente junto às massas, elevando sua consciência e criando as condições necessárias para a transformação sociedade. Contudo, esse processo político-cultural assume uma feição diversa daquele descrito por Gramsci: não se trata de superar dialeticamente a cultura popular, mas sim de substituí-la pela cultura revolucionária "autêntica", da qual o intelectual é o porta-voz (COUTINHO, 2011b).

Subjaz ao pensamento nacionalista de esquerda, portanto, a suposição de que existem culturas inferiores e superiores. Em vez de ser considerada uma concepção de mundo fragmentária passível de ser reelaborada, a cultura popular é descartada como mero reflexo da condição de "atraso" das massas. Ela deve ceder lugar à consciência revolucionária avançada dos "intérpretes esclarecidos" dos sentimentos populares, que representa a verdadeira "essência do popular".

Essa forma de articulação entre o nacional e o popular implica a adoção de outra postura por parte do intelectual. Este fala para e sobre o povo, mas não se encontra a ele organicamente vinculado. Tendo optado voluntariamente por ser povo, o intelectual assim concebido estabelece um processo "educacional" de mão única, assumindo paternalisticamente a função de direção político-ideológica das massas.

Perpassadas pelas questões metodológicas acima descritas, as subseções a seguir dedicam-se à análise da dialética social interna aos três governos progressistas que integram o núcleo original da emissora multiestatal TeleSUR: a Argentina, o Uruguai e a Venezuela.

2.2.1.1 Argentina: em busca da comunidade nacional perdida

A irrupção de Néstor Kirchner no cenário nacional argentino ocorreu no contexto do que Rajland (2012) qualifica como uma crise integral do sistema de dominação, provocada pela agressiva investida do neoliberalismo. Os deletérios efeitos econômicos e sociais gerados no país pela implantação do receituário do Consenso de Washington conduziram à quebra da hegemonia até então exercida pela oligarquia financeira sobre as demais frações da classe burguesa e a uma intensificação das lutas sociais, que culminaram com a derrubada dos poderes instituídos por uma ampla mobilização popular, em dezembro de 2001.

Carrera e Cotarelo (2006) observam que a recessão econômica gerada em 1998 pela política de convertibilidade intensificou as disputas travadas no seio da burguesia. A liderança da oligarquia financeira sobre as demais frações de classe fraturou-se diante das discussões sobre quem arcaria com o ônus da crise. Emergiram várias linhas de confrontação, como aquelas que opunham capitais locais e estrangeiros, mais ou menos concentrados, ligados à produção, à circulação, ao mercado interno e à exportação. Grupos como esses se enfrentavam com propostas econômicas inconciliáveis: dolarização da economia, pesificação, estabelecimento de barreiras aduaneiras etc.

Concomitantemente, manifestações populares emergiram por todo o país. Vendo suas condições de vida degradadas por um modelo fortemente excludente, vários segmentos sociais começaram a se organizar coletivamente e a expressar seu descontentamento. Agentes como os trabalhadores ocupados ou desocupados, as camadas sociais mais empobrecidas da população, os pequenos proprietários e a pequena burguesia assalariada iniciaram um ciclo de rebelião social que atravessou a década de noventa, sob a forma de mobilizações locais e nacionais de distintas naturezas.

Uma amostra da crise da institucionalidade vigente foi exibida nas eleições legislativas de outubro de 2001. No pleito, que colocou em jogo cargos parlamentares nos âmbitos nacional, provincial e municipal, mais de 40% dos eleitores expressaram seu repúdio ao sistema de representação e à forma do exercício da política no país, sobretudo por meio do chamado “voto bronco”, manifestação de descontentamento que consistiu na anulação do voto por meio de irregularidades (como a inscrição de palavras de protesto nas cédulas eleitorais). Por sua vez, aqueles que votaram dentro das regras eleitorais imputaram uma significativa derrota ao governo, entregando o Congresso à oposição, representada pelo Partido

Justicialista.

A insatisfação estampada nesse episódio atingiu o ápice pouco tempo depois, em dezembro do mesmo ano, quando o governo de Fernando de la Rúa tomou mais uma decisão contrária aos interesses das amplas maiorias: a limitação dos saques bancários, que incidiu sobre a poupança da classe média e também sobre os salários. A medida provocou uma forte reação popular, que Carrera e Cotarelo (2006) articulam ao ciclo de rebeliões iniciado na década de 1990, mas ao mesmo tempo procuram sublinhar seus traços diferenciais.

O que a princípio se apresentou como uma continuidade daquelas lutas sociais acabou adquirindo um novo formato. As mobilizações sociais realizadas no dia 12 de dezembro, tendo como foco pautas imediatas definidas por entidades como sindicatos, organizações empresariais e organizações de desocupados, extravasaram paulatinamente o âmbito institucional até adquirirem a forma de uma manifestação espontânea das massas no dia 20, configurando uma nova unidade impossível de ser representada pela mera soma de suas partes. Emergiu, desta forma, um novo sujeito coletivo, com metas nacionais e populares.

> Se se atém à fisionomia e à natureza do fato, observa-se que ele é nacional, tanto por sua forma quanto por seu conteúdo: não só porque abarca a quase totalidade do território e toda a nação se envolve com ele, mas também porque nas ações de rua se constituem como alvos privilegiados os que são visualizados como símbolos do imperialismo; é popular no sentido de que expressa o interesse das frações sociais excluídas do poder político; e é democrático, no sentido de que essas frações pretendem influir no desenvolvimento dos *negócios públicos* em defesa de seus interesses imediatos, e para isso se dão suas próprias formas de ação e organização. Esse caráter popular e democrático do fato também é observável nas ações mesmas, quando se esboça como inimigo não só o governo e os políticos, mas também a oligarquia financeira internacional, visualizada nos bancos, nas empresas privadas e certas cadeias comerciais (CARRERA; COTARELO, 2006, p.90, tradução nossa).

Campione e Rajland (2006) relatam que, nos meses posteriores a dezembro, as manifestações prosseguiram sem perder em intensidade e massividade. Sob as palavras de ordem “Vão todos embora”, o novo sujeito coletivo expressava um forte rechaço à política profissionalizada e às organizações verticais e hierárquicas. Tal posicionamento, contudo, acabou produzindo um efeito perverso para a própria mobilização: ao insistirem em afirmar sua autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos, os manifestantes não conseguiram se plasmar em uma força política que representasse uma alternativa institucional.

O resultado foi um progressivo arrefecimento do movimento popular, provocado não só pelo natural esgotamento do ponto alto das mobilizações, mas também por um processo de

recomposição gradual da autoridade estatal e de pacificação do conflito, conduzido pelo poder político. Mediante a adoção "a partir de cima" de medidas destinadas à estabilização econômica e à assistência social elementar, o governo de Eduardo Duhalde conseguiu obter a tolerância da população para superar o momento mais crítico da crise.

As eleições presidenciais de 2003 confirmaram a tendência em curso, reconduzindo o sistema político a certo grau de normalidade. Desprovidas de uma estratégia comum e sem repetir o sucesso do "voto bronco", as forças associadas às mobilizações de 2001 não puderam impedir o retorno à institucionalidade vigente. Embora também sob o efeito da crise, que o levou a se apresentar no mesmo pleito com três alternativas eleitorais, o Partido Justicialista – o mesmo que, sob o governo de Carlos Menem, havia protagonizado os feitos por trás da grave crise Argentina – foi reconduzido ao poder.

Os três candidatos peronistas alcançaram mais de 60% dos votos no primeiro turno e dois deles voltariam a se enfrentar em um novo pleito: o ex-presidente Carlos Menem e o até então pouco conhecido governador da província de Santa Cruz, Néstor Kirchner. Entretanto, antevendo sua derrota, Menem se retirou da disputa, concedendo automaticamente a vitória a Kirchner, que se tornou presidente com os escassos 22% de aprovação obtidos no primeiro turno – ciente, por conseguinte, da necessidade de compor um consenso social mais amplo para legitimar seu governo.

O novo presidente procurou imprimir a seu governo um tom crítico ao modelo imperialista neoliberal. Arrogando a imagem de receptor das demandas populares, absorveu parte das reivindicações dos segmentos sociais: implantou políticas assistenciais, anulou as leis de anistia aos repressores ditatoriais e iniciou um diálogo com setores apartados do jogo político, inclusive com suas frações mais radicais. Concomitantemente, iniciou uma política explícita de cooptação do movimento popular, negociando clientelisticamente cargos estatais e projetos políticos com parte de suas lideranças.

Néstor Kirchner também evocou desde o princípio um modelo de sociedade que, de acordo com Campione e Rajland (2006), persiste no imaginário de significativa parcela das classes subalternas como um ideal a ser resgatado: a "Argentina peronista", caracterizada pela presença de um Estado forte e politicamente ativo e por uma economia centrada na produção industrial para o consumo interno, capaz de garantir o pleno emprego, baixos índices de pobreza e um desenvolvimento nacional autônomo. Já no discurso de posse, o presidente afirmou que seu projeto reservava lugar central à reconstrução de um "capitalismo sério", por

meio da expansão da atividade produtiva industrial e da inclusão social.

Os sujeitos dessa recriada "comunidade nacional organizada" seriam o Estado, a burguesia nacional e a grande massa popular, que se beneficiaria não tanto com a geração de postos de trabalho, mas com a distribuição estatal da riqueza nacional. Rajland (2012) e Boron (2010) exprimem uma visão crítica quanto à possibilidade de êxito desse modelo de desenvolvimento, visto que a "burguesia nacional" consiste uma categoria histórica altamente questionável nos tempos contemporâneos, marcados pela crescente internacionalização da produção e pela transnacionalização do capital.

Com base nesse apelo popular, Néstor Kirchner conseguiu construir um amplo consenso social. Entretanto, este não encontrou referência no plano material: como pondera Rajland (2012), a consideração das demandas das camadas subalternas não representou uma variação significativa das estruturas econômico-políticas. As classes populares não foram efetivamente incorporadas ao novo bloco no poder; suas reivindicações foram atendidas à maneira das revoluções passivas, como concessões realizadas "a partir de cima" para evitar a radicalização das mobilizações populares. Enquanto isso, os capitais concentrados nacional e internacional conservaram sua hegemonia, mediante uma recomposição de forças que significou a incorporação da burguesia industrial.

Kirchner manteve a política de recuperação econômica iniciada em 2002, que transformou o Estado em agente de distribuição diferencial da renda. Apoiado em uma forte desvalorização da moeda, na concessão de subsídios e na elevação dos preços no mercado internacional, o governo conseguiu assegurar altos rendimentos aos segmentos produtivo-exportadores, gerando os recursos fiscais necessários para alimentar um esquema de transferência de recursos baseado no subsídio das tarifas públicas e na recuperação da atividade industrial.

Isso implicou a continuidade de um modelo amparado na produção primária em grande escala voltada para a exportação. Consolidou a dependência argentina em relação à monocultura da soja transgênica – principal produto de exportação nacional - e à extração mineral a céu aberto, atividades desenvolvidas a partir de uma estreita associação entre os capitais concentrados nacional e internacional (este representado por empresas como Monsanto e Cargil), mediante o emprego de práticas consideradas predatórias.

Em contradição com o discurso crítico ao modelo imperialista-neoliberal, o governo também manteve a política de remuneração do capital financeiro internacional. Embora, em

2004, Néstor Kirchner tenha protagonizado uma importante queda de braço com o FMI, que resultou no deságio de 25% da dívida externa do país, isso não significou a interrupção dos pagamentos aos credores externos, almejada pelos movimentos sociais. Em síntese, pode-se afirmar que, no período,

> observamos em matéria de distribuição da renda, a proeminência de uma estratégia que aponta para a garantia de altas rentabilidades do capital concentrado e estrangeirizado, que baseia sua estratégia na superexploração do trabalho, no saque dos recursos naturais e do meio ambiente (prejuízos aos glaciares, à contaminação do habitat e da água provocada pela megamineração a céu aberto), o aproveitamento dos altos preços internacionais (da soja por exemplo), assim como o pagamento da dívida externa, conseguindo apenas uma recomposição salarial limitada. A estrangeirização da economia se aprofundou aceleradamente nos últimos anos e a rentabilidade das empresas transnacionais é muito maior que na década de noventa. Ainda que a desocupação tenha experimentado uma importante queda, a permanência de um alto nível de trabalho informal e o aumento constante do custo de vida provocam uma profunda deterioração dos níveis de vida dos setores populares (HAJLAND, 2012, p. 272, tradução nossa).

O equilíbrio temporariamente alcançado por meio dessa recomposição de forças foi abalado em março de 2008, quando o recém-empossado governo de Cristina Kirchner editou uma resolução elevando as retenções fiscais sobre a exportação de grãos, para compensar as dificuldades em obter financiamento externo, provocadas pelo *default* de 2002 e intensificadas pela crise mundial do capitalismo. A medida, aplicada sem distinções aos pequenos, médios e grandes produtores, provocou uma reação conjunta do setor agrário, desatando um conflito que envolveu outros atores sociais e imputou uma séria derrota ao governo.

Cerbino (2010) relata que a resolução encontrou resistência entre os pequenos proprietários de terra e estes empurraram os latifundiários a um conflito que lhes foi funcional. As quatro entidades patronais agropecuárias existentes no país unificaram então suas forças e promoveram uma paralisação que se estendeu por quatro meses. No período, realizaram ações como a interrupção do transporte interurbano e das exportações agrárias e o bloqueio de vias e portos, com o propósito de sabotar várias atividades econômicas. As medidas dificultaram o comércio nacional e internacional e provocaram o desabastecimento, especialmente de alimentos e combustíveis.

O governo e a fração da burguesia industrial procuraram mobilizar as massas populares a seu favor, mas não obtiveram êxito. Infrutíferas também foram as tentativas de

negociação com os grevistas, que se recusaram a aceitar condições. Como último recurso, a presidente resolveu então deixar a decisão nas mãos do legislativo, enviando ao Congresso um projeto de lei sobre as retenções às exportações de grãos e as compensações aos pequenos produtores. Para Cerbino (2010, p.4), "tudo ficou circunscrito a um conflito entre frações da burguesia, na qual triunfou a que contava com uma base mais extensa: a burguesia agrária". Vitória esta que representou um revés ainda mais duro para o governo, por ter sido obtida justamente com o voto de desempate do vice-presidente da república.

Svampa (2011) pondera que, embora a derrota tenha provocado um forte abalo no governo, cujas ressonâncias foram sentidas nas eleições legislativas de 2009, Cristina Kirchner não demorou muito a recobrar suas forças e a iniciar um novo momento político, marcado pela exacerbação do viés popular e da tentativa de construção de uma nova hegemonia. Concorreu para este fim a adoção de uma série de políticas populares, dentre as quais se destaca a promulgação da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual.

Medidas como essa representaram a manifestação de um apoio ativo ao governo de setores que até então haviam optado pelo consenso passivo, como um amplo grupo de jornalistas, intelectuais e acadêmicos. O arco de alianças passou a abarcar também segmentos da juventude, incorporados a partir de agremiações organizadas tanto a partir "de baixo" quanto "de cima". Desta forma, a Argentina transitou para um cenário de polarização político-social comparável ao da Venezuela, consolidando "[…] o discurso binário como 'grande relato' fundador do kirchnerismo, sintetizado na oposição entre o bloco popular e setores de poder concentrados (monopólios, corporações, 'gorilas', antiperonistas)" (SVAMPA, 2011, p.28).

2.2.1.2 Uruguai: o convívio democrático com o "outro"

O partido Frente Ampla foi criado em um contexto de crise generalizada, que exerceu influências sobre sua formação. Como relata Cabral (2012), o Uruguai vivia o esgotamento final do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações e do Estado de Bem-Estar Social, que haviam sido erigidos no início do século. O desmonte desse sistema já se arrastava por quase duas décadas, com tentativas infrutíferas de imprimir novos rumos à economia do país.

Na esfera político-institucional, era forte a hegemonia dos dois partidos de direita que se revezavam no poder: o Nacional (ou Blanco) e o Colorado, representantes das oligarquias agrária e pecuarista e dos setores liberais (comerciantes, profissionais liberais etc), respectivamente. Contudo, um clima de violência começava a se alastrar pelos dois lados do espectro político. Na direita, um setor militar nacionalista pregava a supressão das instituições democráticas para prevenir o avanço da "ameaça comunista". Na esquerda, surgiam organizações sociais que identificavam a luta armada como a única forma de chegar ao poder.

Nesse contexto, os partidos Socialista e Comunista iniciaram acordos eleitorais com os democratas cristãos e segmentos dissidentes dos partidos Nacional e Colorado. Como resultado das negociações, resolveram criar a Frente Ampla (FA) como uma força de esquerda que se inseria na disputa política pela via pacífica e democrática. A composição conferiu um caráter heterogêneo e policlassista ao novo partido, transformando-o em uma unidade contraditória, que abrigava tendências reformistas e revolucionárias.

Apesar disso, a FA expressou desde o início uma posição programática unificada, propondo um conjunto de mudanças estruturais de cunho reformista. Defendia um modelo econômico-social calcado no fortalecimento da democracia e no desenvolvimento nacional independente com objetivos sociais, cujas metas centrais eram o fortalecimento do Estado por meio de uma política de nacionalizações, a redistribuição da terra através de uma reforma agrária radical, a nacionalização do sistema bancário e dos grandes monopólios e a realização de uma reforma tributária que incidisse sobre as grandes fortunas e o capital improdutivo.

Mas as contradições afloraram na esfera ideológica. Garcé e Yaffé (2006) observam que, nos primeiros anos da FA, as posições reformistas coexistiram com as revolucionárias. Na realidade, a maioria das correntes internas ainda adotava uma perspectiva marxista, declarando-se anticapitalista e propondo alguma versão de ação política socialista.

> Da leitura dos manifestos de 1971 surge um claro compromisso com a democracia formal e uma busca de caminhos de tom reformista para a construção de um capitalismo dinâmico. Mas, quando se incorporam à análise a ideologia e as estratégias políticas dos setores que compunham a coalizão de esquerda, conclui-se que entre ambos os planos (o programático e o ideológico) havia uma distância considerável. O programa era explicitamente democrático; a ideologia dos principais partidos frentistas não. O programa da FA não era anticapitalista; a ideologia dos partidos que o integravam sim (GARCÉ; YAFFÉ, 2006, p.5, tradução nossa).

Com o golpe de Estado patrocinado pela direita militar-nacionalista em 1973, a

coalizão recém-criada caiu na ilegalidade e seus partidários foram submetidos a um regime de perseguição e repressão massiva, que objetivava exterminar os movimentos políticos de cunho popular. Em virtude disso, o processo de organização da nova legenda foi interrompido e só pôde ser retomado em 1984, com a queda do regime ditatorial. Esse momento, caracterizado por um forte apelo democrático, conduziu ao fortalecimento das frações de centro-esquerda e ao deslocamento dos grupos mais radicais.

As consequências da reconfiguração interna logo se tornaram visíveis. Em 1985 e 1986 a direção da FA se empenhou em formar alianças com frações da burguesia, por meio de suas representações políticas. As negociações realizadas com o Partido Colorado, então no poder, assumiram particularidades que Cabral (2012) considera reveladoras: elas não só excluíram qualquer discussão sobre política econômica, como também ocorreram simultaneamente a um discurso e a uma prática governamental antisindical. Sinalizaram, desta forma, o início de uma relação indiscriminada com os setores empresariais, tanto industriais quanto rurais, beneficiários diretos da exploração dos trabalhadores.

> Acreditava-se na ilusão de que se estava "ganhando espaços", sem se perguntar se eram espaços conquistados ou cedidos. Isso foi especialmente notório no setor agropecuário, com o relacionamento indiscriminado para os "produtores", enquanto se excluiu qualquer ação privilegiada para os assalariados rurais (CABRAL, 2012, p.53).

Essas atitudes foram um prenúncio do debate político-ideológico que se instalou no interior da FA nos anos seguintes. Consistiam nos primeiros passos de um processo que visava substituir a imagem do partido como uma força política "contestatória" pela de um agente "construtivo". Concorreram para esse propósito também a ausência de posicionamentos caros à esquerda, como a crítica das implicações político-ideológicas da reestruturação do capitalismo no país, que imprimia uma magnitude selvagem à luta de classes, e a tradicional articulação entre a legenda e os movimentos sindicais, estudantis, social-cooperativos etc.

O embate ideológico girou especialmente em torno da concepção de democracia. De um lado, os representantes da ala radical adotavam uma visão instrumental, consideravam a democracia como um recurso estratégico a ser defendido em uma determinada conjuntura, mas superado posteriormente junto com o modelo social do qual fazia parte. Por outro, as correntes moderadas atribuíram-lhe um valor substancial e propunham aperfeiçoá-la e complementá-la como parte do projeto de sociedade futura. O enfrentamento culminou com a

ruptura entre os representantes da “velha” e da “nova” esquerda. Os segundos retiraram-se do partido no início de 1989 e formaram a legenda Novo Espaço.

Em vez de se arrefecer, no entanto, o debate tendeu a se aprofundar, em virtude de importantes acontecimentos nos cenários interno e externo. Em termos internacionais, o principal impacto proveio da queda do socialismo real, em 1989. O fato provocou uma crise ideológica de grandes proporções nos segmentos da esquerda tradicional, que viu ruir as bases de sua teoria e ação políticas. A partir de então, o pensamento de Marx passou a ser contestado e a viabilidade do socialismo como meta final, a ser questionada.

Na esfera nacional, adquiriram peso não só a transição política, e a consequente revalorização da democracia, mas também a ascensão da FA ao governo municipal de Montevidéu. A experiência concreta, conduzida por Tabaré Vázquez entre 1990 e 1994, colocou a esquerda pela primeira vez diante do problema de como administrar em um contexto de escassez de recursos. A saída foi a adoção de um estilo pragmático, traduzido discursivamente por termos como “competência e “eficiência”.

A recondução dos rumos da FA teve em Tabaré Vázquez um importante protagonista. Com a administração de Montevidéu, Vázquez transformou-se em uma liderança, galgando posições no partido até assumir sua presidência, em 1996. Reiterando os rumos já demonstrados por seu mandato, aprofundou nos anos seguintes o processo de revisão programática e ideológica. Nos Congressos Ordinários realizados sob sua tutela, os ideais fundacionais de promoção da revolução socialista foram substituídos por um projeto destinado a construir um “país produtivo” com ênfase em “políticas sociais”.

O ponto culminante dessa guinada foi a criação da legenda Encontro Progressista (EP) pelo Partido Democrata Cristão e pela fração de “blancos progressistas”, em 1994. Apesar de ser concebida como uma estrutura independente, a EP aliou-se desde o princípio com a FA, dando início a uma política de alianças que imprimiu o tom de “unidade nacional” ao projeto da esquerda. Novas iniciativas nesse sentido ocorreram em 1999, quando a corrente dissidente Novo Espaço somou-se a seu partido de origem para apoiar a reeleição de Tabaré Vázquez à intendência de Montevidéu, e em 2004, quando ela se reuniu com blancos e colorados dissidentes na legenda Nova Maioria para compor a fórmula Encontro Progressista - Frente Ampla - Nova Maioria, que conduziu a esquerda à presidência do país pela primeira vez, com 50,45% dos votos.

Nesse interregno, segmentos que mantinham uma posição contestatória acabaram se

moderando. Esse foi o caso do Movimento de Participação Popular (MPP), corrente que surgiu na década de 1990 a partir da união entre o movimento guerrilheiro Tupamaros e uma série de pequenas organizações de extrema esquerda da FA. Embora tenha feito oposição ao Encontro Progressista em 1994, no ano seguinte o MPP já havia passado por uma mudança radical e se somado à estratégia vitoriosa de Tabaré Vázquez.

Por conseguinte, a Frente Ampla chegou ao poder com uma nova feição social e ideológica. O confronto de classes foi substituído pela ideia de formação de um amplo consenso social, calcado em uma nova concepção de democracia.

> A concepção da nova esquerda, vigente no início do século XXI, tem como base a revalorização da democracia como um fim em si mesma, como um estilo de vida, com base no "respeito e na tolerância do outro, de outros valores, de outras culturas, de outras religiões. Tornou relevante o convívio pacífico com o outro, que pode ser adversário, mas já não é inimigo a exterminar". Assim, a democracia passou a ser uma promessa civilizatória e tomou um valor ético de equidade e igualdade. Nessa concepção, os conflitos sociais hoje não se resolvem mais pelo enfrentamento, e sim através do diálogo, acordos, *concertação*, negociação, "todos instrumentos inerentes à democracia". Os programas da nova esquerda já não possuem como epicentro o combate à oligarquia e ao imperialismo, senão que chamam os "antigos inimigos" à mesa das negociações, ou seja, como "novos parceiros" (CABRAL, 2012, p. 55-56).

Embora a Frente Ampla não questione a democracia formal, defende seu aprofundamento e ampliação. Considera necessário implementar mudanças no modelo econômico-social, por meio de programas sociais, políticos e institucionais que possibilitem ao país evoluir da condição atual para outra na qual a democracia não se circunscreva ao âmbito político, mas se estenda também às esferas econômica e social. O requisito fundamental para essa transição radica na reconfiguração do poder político, com a inclusão de novos atores sociais, portadores dessas mudanças.

Paralelamente ao fortalecimento da sociedade, o partido prega a "modernização do Estado". Este continua sendo visto como um agente importante do novo modelo econômico-social, mas não enquanto detentor de um poder desmesurado. A proposta da FA é promover uma rearticulação entre Estado e sociedade civil, com o empoderamento da segunda por meio de mecanismos descentralizados de participação e controle, que possibilitem uma atuação cidadã mais ativa na elaboração de políticas públicas.

Com base nessas diretrizes, a Frente Ampla conquistou a presidência pela primeira vez nas eleições de outubro de 2004. A vitória, que deu início ao governo de Tabaré Vázquez (2005-2010), é considerada um marco histórico na política do Uruguai: desde a instauração da

poliarquia, em 1917, *blancos* e colorados sempre se revezaram – ou se uniram – na condução do país; a ascensão da FA representou a inédita ruptura dessa secular hegemonia por uma força de tendência de esquerda.

Embora sejam perceptíveis diferenças significativas entre a primeira administração freamplista e a dos partidos tradicionais, especialmente no que diz respeito às políticas sociais, a *performance* da esquerda no poder não coincidiu com o esperado. Importantes contradições entre o discurso e a prática tornaram-se visíveis ao longo dos anos. Uma das mais significativas ocorreu no âmbito econômico: ao contrário da postura adotada enquanto figurava como oposição, o governo da Frente Ampla manteve a ortodoxia econômica (GARCÉ, 2010).

A opção por esse caminho já podia ser vislumbrada na reta final da campanha, quando Vázquez anunciara que, se eleito, nomearia Danilo Astori como Ministro das Finanças. Astori disputara a hegemonia interna da FA com Vázquez por mais de uma década e, nesse interregno, empreendeu uma forte guinada à direita: de enérgico adversário do processo de moderação programática do partido, tornou-se um admirador e defensor do modelo imperialista neoliberal.

A continuidade econômica foi sentida também na política exterior. Durante a presidência de Vázquez, a implementação de ações conjuntas com os países do Sul para reduzir as assimetrias de poder foi preterida em prol do fortalecimento dos vínculos com os Estados Unidos, país com o qual o Uruguai quase assinou um Tratado de Livre Comércio, que sofreu forte objeção da FA. Ocorreu, inclusive, um debilitamento das relações com as nações latino-americanas, especialmente no âmbito do Mercosul, no qual foram registrados importantes enfrentamentos com a vizinha Argentina.

O governo também apresentou uma tendência à implementação de reformas setoriais, em detrimento de programas de caráter universalista. O perfil assumido pelas políticas derivou, em grande medida, da ocupação de importantes cotas de poder na estrutura do Estado por parte das tradicionais bases sociais freanteamplistas. O peso de negociação e veto adquirido por meio dessa estratégia permitiu-lhes intervir no encaminhamento de propostas, privilegiando arranjos corporativos (ALEGRE, 2008).

Contradições também emergiram no âmbito parlamentar. Embora contasse com maioria nas casas legislativas, o governo nem sempre conseguiu disciplinar sua bancada para obter os resultados esperados. Vázquez até manteve uma significativa coesão interna,

valendo-se da estratégia de distribuição de altos cargos entre os líderes dos diferentes segmentos para que, a partir do governo, estes exercessem pressão sobre os legisladores (ALEGRE, 2008). Contudo, amargou importantes derrotas, como a aprovação da Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva que, ainda como candidato, prometera publicamente vetar, por despenalizar o aborto (GARCÉ, 2010).

Embora os paradoxos tenham perpassado distintas esferas governamentais, todos estão relacionados a uma mesma causa: a alta fracionalização do partido.

> [...] a ascensão ao governo intensificou a luta entre as frações mais liberais da coalizão e as frações mais orientadas para as políticas de base corporativa tradicionais. O forte disciplinamento que mostra a FA, somada à presença de uma liderança presidencial com amplo consenso interno, permitiu solucionar os conflitos e avançar em programas de reforma. Contudo, isto tem como resultado um maior ecletismo e consistência setorial em matéria de políticas, como o mostra a combinação de distintos híbridos que combinam reformas corporativas, com políticas focais e ortodoxia macroeconômica (ALEGRE, 2008, tradução nossa).

As disputas internas atingiram o ápice no fim do governo de Vázquez, quando lhe imputaram duas duras derrotas: a aprovação da Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva e a definição do candidato para o próximo pleito presidencial. Em vez de seguir a indicação do líder, que apoiou abertamente Danilo Astori, nome impulsionado pelos grupos centristas, o partido optou pela designação de José Mujica, representante da ala mais radical (GARCÉ, 2010).

Ex-guerrilheiro do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, Mujica lançou-se nas primárias do partido com a promessa de empreender uma "virada à esquerda". No decorrer da campanha, contudo, atenuou sua posição, renunciando ao MPP para "governar em nome de todos os uruguaios". O abrandamento tornou-se mais acentuado após as primárias: pouco depois de ter seu nome confirmado, Mujica procurou construir um acordo com Astori, incorporando-o à fórmula frenteamplista como vice-presidente. A estratégia - que se mostrou fundamental para suturar as feridas provocadas pelas disputas internas, evitar a fuga de votos do candidato preterido e assegurar a conquistar do eleitorado situado mais ao centro - sinalizou que os rumos econômicos do país não sofreriam mudanças bruscas.

Por conseguinte, a presidência de Mujica, iniciada em março de 2010, manteve certa continuidade com a precedente. Sua administração é considerada um segundo governo da Frente Ampla (GARCÉ, 2010). No entanto, isto não implica afirmar que as convicções e o

estilo do presidente não transpareçam em suas decisões. Pelo contrário, existem consideráveis pontos de divergência entre os dois governos frenteamplistas, a exemplo da política externa que, no atual, vem sendo marcada pela retomada das relações estratégicas com a América Latina e pela superação dos recentes conflitos com a Argentina.

2.2.1.3 Venezuela: da refundação da Nação ao discurso socialista

As condições para a emergência do movimento popular que conduziu Hugo Chávez ao poder foram geradas pela crise do modelo político-econômico institucionalizado no país em 1958, com a queda de sua última ditadura. Em termos políticos, ele encontrava expressão no *Pacto de Punto Fijo*, acordo firmado entre as principais frações da classe dominante venezuelana com o propósito de assegurar a partilha do poder, por meio de um sistema democrático representativo que envolvia uma aliança com os maiores partidos políticos de massa do país - Ação Democrática e Copei. Economicamente, ancorava-se na exploração do petróleo pelo Estado e na consequente apropriação social de seus recursos (LACABANA, 2006).

Embora os grandes beneficiários desse modelo tenham sido os segmentos burgueses, por vários anos ele sustentou um imaginário policlassista. A abundância da renda gerada pelo petróleo não só garantiu a acumulação do capital entre os setores pactuados, como também se reverteu parcialmente em melhorias no padrão de vida das camadas populares. A distribuição dos recursos amorteceu os conflitos sociais, permitindo a consolidação da democracia no país, em um momento no qual grande parte da América Latina começava a ser sacudida por golpes militares.

A ilusão de unidade nacional começou a ruir no final da década de 1970, quando o alto endividamento estatal e a queda dos rendimentos petroleiros tornaram impossível assegurar ao mesmo tempo a acumulação e a distribuição do capital. O clima generalizado de desenvolvimento social foi cedendo lugar a um sentimento de frustração e minando a legitimidade do modelo vigente. Paralelamente, os segmentos que se enriqueceram nos anos precedentes iniciaram uma ofensiva ideológica e política contra o Estado e as regulações do mercado, que logo os levaria a assumir os postulados econômicos neoliberais.

O deslocamento do Estado pelo mercado representou o fim do projeto nacional

puntofijista. As frações burguesas no poder insistiram na aliança com os partidos e dirigentes do campo popular, na tentativa de cooptar as massas para seu novo projeto de dominação. Contudo, não conseguiram construir uma nova hegemonia política e deram início à implantação de um modelo econômico-social totalmente excludente. Como resultado, o sistema político-partidário em vigor entrou em crise e deixou as massas destituídas de canais de mediação para manifestar suas insatisfações.

A adesão dos setores dominantes ao imperialismo neoliberal teve como corolário a aplicação de um plano de ajuste econômico que deteriorou ainda mais as condições de vida da grande maioria da população. O país começou a mergulhar em uma situação de extrema pobreza, gerando um descontentamento acumulado nos setores populares. A situação atingiu o ápice no dia 27 de fevereiro de 1989, quando o recém-empossado governo neoliberal de Carlos Andrés Pérez aumentou o preço da gasolina em 100% e autorizou um reajuste do valor das passagens do transporte coletivo de 30%. O acontecimento foi o estopim para uma irrupção popular anárquica no cenário político, em um episódio que ficou conhecido como *Caracazo* e foi reprimido com violência pelo poder central.

O *Caracazo* simbolizou o início de uma década de instabilidade política, marcada por uma onda de protestos populares em todo o país. As manifestações originaram-se sobretudo na esfera civil, mas não se mantiveram circunscritas a ela. Mendes (2012) lembra que também um grupo de jovens oficiais do Exército empreenderam duas tentativas frustradas de golpe contra o governo Pérez, nos dias 4 de fevereiro e 27 de novembro de 1992. Ao contrário do que se observara há pouco na América Latina, as mobilizações militares não consistiram em um assalto ao poder por parte de setores antidemocráticos de direita. Vinculavam-se ao descontentamento popular generalizado, condição que foi reconhecida por personalidades políticas da oposição nacional.

Os levantes foram liderados por um grupo de militares pertencentes ao Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR 200)[3], associação que nasceu no interior das forças armadas entre 1982 e 1983, próximo à comemoração do bicentenário de Simón Bolívar, a partir da reunião de jovens críticos à rígida hierarquia do Exército. O grupo filiava-se ideologicamente ao que denominava "árvore das três raízes", um composto de ideias baseado no pensamento e na ação de Simón Rodríguez, Simón Bolívar e Ezequiel Zamorra,

[3]Antes das tentativas de golpe, o movimento era conhecido como Exército Bolivariano 200. A mudança de nome era um reflexo da estratégia de conquistar o apoio da sociedade, dotando a organização de um caráter cívico-militar.

personalidades políticas cujas histórias se confundiam com as lutas populares e antioligárquicas nacionais.

O apelo maior provinha das ideias daquele que ajudava a nomear o movimento: Simón Bolívar. Ao mapear as origens dessa influência, Mendes (2012) nota que ela se infiltrou por duas vias distintas. Em primeiro lugar, alimentada pela própria tradição do Exército da Venezuela que, ao se institucionalizar, arrogou para si a herança das glórias do "Exército Libertador de Bolívar" - apesar das grandes descontinuidades existentes entre as duas instituições. Essa associação ajudava a explicar porque o Exército Bolivariano 200 havia irrompido naquele momento político crucial: em consonância com a ideia hegemônica no meio militar, suas lideranças acreditavam que o Exército deveria tomar parte do projeto de construção da nação venezuelana, especialmente em momentos nos quais as forças civis se revelassem incapazes de conduzi-lo.

A tradição do Exército, por sua vez, enraizava-se em uma presença muito mais profunda de Bolívar na sociedade venezuelana. O personagem histórico havia se tornado um referente social e político inquestionável. Reinava um consenso entre os cidadãos venezuelanos quanto à influência do prócer no destino do país, que era explorado por todos os movimentos políticos nacionais, independentemente de matizes ideológicas e posicionamentos de classe. Isso em virtude do que Carrera Damas (1969 *apud* MARINGONI, 2004) denomina "culto a Bolívar", uma espécie de veneração religiosa ao líder alimentada para compensar o desalento causado pela frustração de uma emancipação que nunca se completou.

Para além desse elemento romântico, que decerto também teve presença garantida no composto ideológico, Mendes (2012) identifica no movimento militar um "bolivarianismo renovado", representado por uma proposta política alternativa àquela que emitia seus últimos suspiros. Nele, o legado de Bolívar foi resgatado a partir de uma perspectiva nacionalista, liberal e radical. O nacionalismo consistia no ponto alto do projeto político. Por meio dele, pregava-se a refundação da nação sobre bases distintas daquelas que fundamentaram o *Pacto de Punto Fijo*, que estivessem verdadeiramente enraizadas no movimento popular.

O liberalismo político foi interpretado a partir de um viés no qual seu conteúdo assumiu importância secundária. Figurava muito mais como um elemento idealista, por meio do qual se atribuía um caráter perfeito ao programa político dos heróis nacionais e denunciava-se a distorção que ele havia sofrido ao longo da história venezuelana. Com base

nessa idealização, o movimento arrogou para si a tarefa de retomar o projeto inacabado de Bolívar e realizar a verdadeira independência nacional. Essa pretensa continuidade com o projeto libertador dos pais da pátria imprimia força à proposta nacionalista do movimento.

O elemento radical associava-se à crítica do modelo democrático que vigorara no país. Os militares bolivarianistas almejavam promover a "Venezuela profunda", combatendo os problemas que o *Pacto de Punto Fijo* não havia atacado. Contudo, não o faziam negando a democracia, mas sim propondo um novo modo de participação popular.

> O problema para os membros do MBR-200 não estava na democracia em si, mas na noção de representatividade. Para eles, durante a IV República [instituída pelo *Pacto de Punto Fijo*] essa ideia contribuiu para criar um afastamento do povo em relação à política, que ficou dominada por "partidos populistas". A solução para este problema estaria no estímulo a formas de democracia direta, como a realização de consultas populares e plebiscitos que resultassem em maior poder de decisão para o povo […] Para os bolivarianos, a democracia deveria deixar de ser participativa e tornar-se "protagônica" (MENDES, 2012, p. 144).

Embora a desarticulação das tentativas de golpe tenha frustrado a implementação imediata desse projeto, a irrupção dos oficiais no cenário político conferiu-lhes visibilidade, especialmente àquele que assumira a responsabilidade das mobilizações: o então tenente-coronel Hugo Chávez Frías. Os episódios foram decisivos para impulsionar o que já figurava como um objetivo central do movimento: a aproximação com a sociedade civil. A partir desse momento, o MBR começou a preencher um espaço político ainda vazio, assumindo o papel de porta-voz da oposição.

A estratégia do movimento foi se associar à "política das ruas", desenvolvida à margem das eleições e dos partidos. Para manter-se fiel a esse espírito, empenhou-se na criação dos chamados "Círculos Bolivarianos", células organizativas civis do MBR radicadas em bairros populares e comunidades. Com esse trabalho, conseguiu atrair para suas fileiras a grande maioria dos trabalhadores pauperizados do país, tanto do campo quanto da cidade, que se sentiram atraídos por uma proposta que combinava antineoliberalismo econômico com inclusão política radical.

O alinhamento das camadas populares trouxe para junto do movimento também as chamadas "vanguardas de esquerda", um segmento composto sobretudo por frações da classe média - funcionários públicos, estudantes universitários e lideranças sindicais, todos fortemente afetados pelos programas da reforma neoliberal. A aproximação foi motivada pela

expectativa de superação da crise política que o grupo enfrentava há anos: ele esperava retomar a interlocução com os trabalhadores por intermédio da "Revolução Bolivariana" e, uma vez reatado esses laços, imprimir uma orientação socialista ao novo projeto nacional.

Com base nessa composição de forças sociais, Hugo Chávez chegou ao poder em 1998 iniciando uma nova fase na luta pela hegemonia. O primeiro passo na construção de seu projeto nacional revelou-se coerente com a proposta inicial: foram refundadas as bases da república, por meio da promulgação de uma Constituição. Já no ato de posse, em 11 de dezembro de 1998, o novo presidente solicitou ao Congresso a convocação de um referendo popular para legitimar a medida. No dia 25 de julho de 1999, a Assembleia iniciou seus trabalhos e, com grande agilidade, redigiu a nova carta, aprovada por 71% dos eleitores em outro referendo popular, no dia 15 de dezembro de 1999.

O texto trouxe novidades importantes no que diz respeito à organização do Estado. A participação da sociedade civil na vida política foi ampliada, com a instituição de mecanismos como o Poder Cidadão – que seria responsável por fiscalizar o respeito ao conteúdo da Carta – e a convocação de referendos populares para a tomada de decisões importantes, tais como a revogação do mandato de autoridades eleitas. A "sociedade política" também teve sua esfera de atuação estendida com a aprovação da Lei Habilitante, instrumento que permitiria ao Poder Executivo legislar em determinadas circunstâncias, e de dispositivos de intervenção estatal na economia.

A reformulação do marco jurídico impôs a realização de eleições gerais em julho de 2000, das quais Hugo Chávez saiu novamente vitorioso. Amparado pela nova carta, o presidente começou então a implementar um conjunto de reformas. No final de 2001, anunciou de uma única vez a promulgação de 49 leis que incidiam sobre setores sociais e econômicos diversos. Os dispositivos, redigidos pelo Executivo por meio do mecanismo da Lei Habilitante, tocaram em três questões especialmente sensíveis para as frações burguesas em crise de hegemonia: a propriedade e o uso da terra, a exploração da atividade pesqueira e o controle sobre os hidrocarbonetos.

Por meio da Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, o governo declarava "de utilidade pública ou interesse social" as terras com vocação produtiva e estabelecia mecanismos de fiscalização para identificar latifúndios improdutivos ou com títulos de propriedade irregulares, tornando-os passíveis de expropriação. A Lei de Pesca e Aquicultura visava estimular a soberania alimentar por meio de uma regulamentação que protegia e

estimulava a prática da pesca artesanal em detrimento da atividade industrial.

A medida que gerou mais polêmica, no entanto, foi a Lei de Hidrocarbonetos. Por meio desse dispositivo legal, o governo pretendia modificar a relação entre o Estado e a companhia *Petroleos da Venezuela SA* (Pdvsa), revertendo o processo de liberalização do setor iniciado nos anos 1990, a partir da retomada do controle da atividade por parte do Estado. Como pondera Mendes (2012, p.251-252), "[...] a lei traduzia, como nenhuma outra iniciativa até então, os interesses antagônicos que derivavam da estratégia nacional bolivariana, de um lado, e do plano neoliberal dos empresários venezuelanos, por outro".

As leis contribuíram para acirrar a tensão existente entre os grupos políticos em disputa pela hegemonia. A oposição neoliberal passou a adotar uma posição dura contra o governo, exercendo uma pressão política que foi crescendo exponencialmente até extravasar a esfera do diálogo e do consenso e decair no uso da força. O resultado foi a instauração de um ciclo insurrecional marcado por uma tentativa de golpe de Estado em 11 de abril de 2002 - que conseguiu manter Chávez afastado do poder por 48 horas - e por uma paralisação das atividades petroleiras, entre os dias 2 de dezembro de 2002 e 23 janeiro de 2003, que provocou uma queda de 27% do PIB venezuelano no primeiro semestre de 2003.

O governo Chávez conseguiu sobreviver às tentativas de sabotagem, sobretudo devido ao apoio das classes populares e das Forças Armadas. O golpe de abril foi revertido por uma combinação da ação dos segmentos sociais mais pobres, que saíram às ruas para exigir o retorno do presidente legitimamente eleito, e de militares fiéis a Chávez, que descobriram o plano cívico-militar e conseguiram reconduzir o presidente ao poder. Reação similar ajudou a pôr fim à paralisação petroleira, quando as Forças Armadas agiram unificadamente em nome do interesse nacional e ex-funcionários aposentados do setor se prontificaram a voltar ao trabalho para possibilitar a retomada das atividades.

A superação dessa onda golpista imprimiu ao governo uma feição mais popular. Chávez procurou ampliar a participação democrática e a inclusão social impulsionando uma política distribucionista em duas frentes de atuação. Por um lado, através da multiplicação dos programas sociais voltados para a população carente – as denominadas *Misiones*, que abrangiam áreas como alfabetização, assistência médica e comercialização de produtos básicos. Por outro, mediante a distribuição direta da renda petroleira, seja na modalidade de bolsas assistenciais, seja na forma de aumentos salariais.

Paralelamente, ocorreu uma radicalização do discurso. O nacionalismo bolivarianista

passou a se mesclar com referências ao então denominado “Socialismo do Século XXI”, sugerindo que o movimento venezuelano se encaminhava para a superação do sistema capitalista.

> A plena realização do Socialismo do Século XXI que estamos inventando e que só será possível no médio prazo histórico passa necessariamente pela refundação ética e moral da Nação venezuelana. Tal refundação supõe um projeto ético e moral que aprofunda suas raízes na fusão dos valores e princípios da mais avançada das correntes humanistas do socialismo e da herança histórica do pensamento de Simón Bolívar (REPÚBLICA BOLIVARIANA, 2007).

Entretanto, Mendes (2013) afirma que, na prática, houve uma disparidade entre o discurso e a realidade. A radicalização socialista não foi acompanhada por ações concretas substantivas nessa direção. Para o autor, isso sinaliza que a mudança retórica não estava ancorada em uma redefinição real dos rumos do chavismo. Prova dessa indeterminação seria a própria ideia vaga sobre o “Socialismo do Século XXI”, apresentado como algo a ser construído.

Justamente nesse momento de radicalização retórica, emergiu no interior do governo uma fração burguesa, conhecida como “boliburguesia”. Lacabana (2006) observa que, após o período insurrecional, Chávez impulsionou a reindustrialização do país, mediante o estabelecimento de alianças com a fração não dominante da burguesia nacional ou, como acrescenta Mendes (2012), por meio de uma política de favorecimento de militares leais. O plano contemplou inicialmente a recuperação de pequenas e médias indústrias tradicionais conduzidas por empresários que sofreram as consequências negativas da abertura econômica dos anos neoliberais. Em seguida, buscou a diversificação produtiva por meio do processamento do petróleo.

O autor chama atenção para o fato de que essa fase do ciclo chavista também foi marcada pelo aumento do desequilíbrio entre os poderes do Estado, reforçado tanto pela existência de uma maioria governista no legislativo quanto pelo apelo constante do Executivo ao recurso da Lei Habilitante. Respaldado em Biardeau (2009), define o período como a emergência do “momento do líder”, no qual Chávez se consolidou como um elemento indissociável do processo político, que em última instância se constituía como uma ameaça ao avanço do movimento nacional-popular e da construção de uma contra-hegemonia.

A centralidade assumida por Chávez aproximou o governo venezuelano do que

Gramsci denomina “cesarismo” (2011, p.325): uma “solução arbitral, confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica”. Na dialética revolução-restauração inerente a esse modelo político, a intervenção do líder acabou pendendo para o lado das forças revolucionárias, conferindo ao chavismo os contornos de um “cesarismo progressista”.

Diante desse cenário, a morte de Chávez, em março de 2013, impõe um grande desafio ao movimento. Mendes (2013) pondera que, com o vazio deixado, a aparente unidade entre as forças antagônicas, assegurada pela presença pelo líder, corre o risco de se fraturar, fazendo emergir as fissuras reais existentes no interior do bloco no poder. Além disso, sem o “comandante” para apontar o caminho, diferentes correntes poderiam reivindicar seu legado, defendendo um programa próprio.

3 A TELESUR NO CONTRADITÓRIO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE NOVOS

SISTEMAS MIDIÁTICOS

O Pato Donald e seus sobrinhos
difundem as virtudes da civilização de consumo entre os selvagens,
em algum subdesenvolvido país com paisagens de cartão postal.
Os sobrinhos de Donald oferecem bolhas de sabão
aos estúpidos nativos, a troco de pedras de ouro puro,
enquanto o tio Donald combate contra os foragidos revolucionários
que alteram a ordem.
Do Chile, as historinhas de Walt Disney são difundidas
pela América do Sul e entram na alma de milhões de crianças.

Eduardo Galeano

A epígrafe, de autoria de Eduardo Galeano, é uma referência ao livro "Para ler o Pato Donald", publicado no início da década de 1970 pelo belga Armand Mattelart e pelo chileno Ariel Dorfman, durante o governo socialista de Salvador Allende, no Chile. À semelhança de outros textos de autoria de Mattelart escritos naquele mesmo momento e lugar, o livro se inscreve em uma vertente do pensamento comunicacional que se dedicou a denunciar o imperialismo cultural praticado pelas nações do Norte, especialmente os Estados Unidos, sobre o Terceiro Mundo, com o pretexto de "civilizar" os povos "atrasados".

Apesar das pertinentes críticas teóricas hoje direcionadas aos estudos do período – dentre as quais pode ser mencionado o reducionismo tecnológico da dominação ideológica, herdado da Escola de Frankfurt -, eles tiveram o mérito de lançar um olhar crítico sobre a comunicação e a cultura, identificando-as como importantes *loci* de dominação e opressão. Como extensão, abriram caminho para a busca de alternativas comunicacionais democráticas e populares.

O legado deixado por esses estudos é reivindicado pela TeleSUR. Ao se definir como "um espaço e uma voz para a construção de uma Nova Ordem Comunicacional" (TELESUR, 2014), a emissora resgata a crítica ao imperialismo midiático. Como parte do mesmo movimento, filia-se a uma visão da comunicação pautada na igualdade entre distintas vozes e identidades, que se encontra dialeticamente relacionada à implementação de políticas de comunicação de cunho nacional e popular.

Por essa razão, o presente capítulo visa situar a TeleSUR no sistema-mundo de comunicação. Analisando sua constituição enquanto aparelho de contra-hegemonia, evidencia os elos que a associam historicamente à luta pela emancipação comunicacional no Terceiro

Mundo e na América Latina. Reconstitui esses liames sem descurar do enraizamento da emissora nas políticas de comunicação implementadas pelos governos progressistas estudados.

Adotar tal postura implica considerar também as singularidades e contradições provenientes da correlação de forças interna aos governos progressistas, identificadas no primeiro capítulo. Ao delinear os contornos da TeleSUR, procura-se, portanto, evidenciar que ela consiste em uma emissora perpassada por contradições, na qual é possível identificar tanto aspectos revolucionários quanto conservadores.

Como último aspecto relacionado à constituição da emissora latino-americana enquanto aparelho institucional, o capítulo aborda uma questão que se reveste de singular interesse para a América Latina em geral e para os brasileiros, em particular: a ausência do país na composição acionária da TeleSUR. A opção pela não integração comunicacional é explicada à luz da correlação de forças interna ao governo Lula e à relação dialética entre os âmbitos particular e universal, nacional e internacional.

3.1 SISTEMAS MIDIÁTICOS CONTRA-HEGEMÔNICOS: APORTES CONCEITUAIS

3.1.1 Nacionalismo e internacionalismo na *práxis* comunicacional latino-americana

A nova partilha do mundo empreendida entre as nações centrais diante da reconfiguração do sistema capitalista global após a Segunda Guerra Mundial implicou a incorporação de uma nova dimensão à dominação externa, que se tornou conhecida como "imperialismo cultural". A expansão do modelo de negócios representado pelas empresas multinacionais traduziu-se não apenas na introdução de relações assimétricas no âmbito econômico, mas também na esfera cultural que, como observaram décadas antes os representantes da Escola de Frankfurt, já havia sido capturada pelas teias industrial e mercantil.

Como sublinha Pickard (2007), o processo coincidiu com a descolonização dos continentes africano e asiático e, por conseguinte, representou a sujeição de dezenas de novos países independentes politicamente – além daqueles que já o eram, mas se encontravam sujeitos a outras formas de opressão, como os situados na América Latina - a novas

desigualdades estruturais. A inserção dessa imensa periferia no sistema global de comunicações foi realizada mediante a adoção de infraestruturas estrangeiras e a submissão a um fluxo de informação e entretenimento cuja circulação seguia um percurso unidirecional, originado nos países do Norte com destino àqueles situados no Sul.

A realização dessa ofensiva em um cenário marcado por um notório apelo à soberania nacional e pelo fortalecimento em instâncias multilaterais do então denominado Terceiro Mundo fomentou a resistência das nações periféricas. Favorecidas por uma correlação de forças agora mais equilibrada, elas constituíram no âmbito das Nações Unidas o chamado Movimento dos Países Não Alinhados, que procurou assumir uma posição independente da polarização entre capitalismo e comunismo, tornando-se porta-voz de demandas relacionadas à singular realidade dos países submetidos ao jugo imperialista.

A atuação dos países não alinhados foi decisiva para inserir na agenda das Nações Unidas, na década de 1970, um debate em prol da constituição de uma Nova Ordem Econômica Mundial, que proporcionasse maior soberania econômica e política às nações e promovesse uma distribuição mais equitativa dos recursos econômicos mundiais. Atentos aos estreitos vínculos existentes entre economia, política e cultura, os não alinhados lutaram também pela construção de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), que fosse caracterizada por uma distribuição mais equilibrada dos fluxos de informação internacionais.

Esse último debate teve como norte a reivindicação de soberania na esfera comunicacional, essencial para assegurar autonomia na construção de representações sociais e na conformação de identidades culturais. Foram questionados o domínio exercido pelos países ocidentais sobre o fluxo internacional de notícias e entretenimento, a transformação das indústrias de comunicação e o aumento da importância das tecnologias controladas pelo Ocidente, que mantinham os países não ocidentais em um estado de "dependência forçada".

Para os partidários de uma nova ordem informacional, as principais vilãs desse sistema em desequilíbrio eram as grandes agências de notícias internacionais, basicamente quatro empresas – *Reuters, Agence France Presse* (AFP), *Associated Presse* (AP) e *United Press International* (UPI) - que desempenhavam um papel-chave no processamento e na distribuição de informação. Tais agências adquiriram enorme peso na conformação do sistema midiático global fornecendo a baixos custos grande parte da matéria-prima utilizada na produção dos conteúdos veiculados nos órgãos de imprensa, emissoras de rádio e televisão em

todo o mundo.

Isso porque, conforme explica Aguiar (2010), as agências de notícias não são aparatos de produção, mas sim de circulação de mercadoria-informação previamente produzida. A atividade central exercida por essas empresas não é a produção de material próprio, mas sim a reapropriação e distribuição em escala massiva de conteúdos produzidos por mídias locais. As agências atuam conduzindo informações ininterruptamente da origem até seus clientes, estes sim produtores de conteúdos informativos acabados.

De acordo com o autor, o funcionamento das agências de notícias se assemelha ao processo de produção industrial conhecido como fordista. Caracteriza-se fundamentalmente pela presença de uma linha de montagem, na qual a matéria-prima perfaz um trajeto linear, com vistas à obtenção em quantidades massivas de um produto final altamente padronizado. Sob essa perspectiva, a informação percorre inevitavelmente o seguinte percurso: é inserida nas agências pelo correspondente situado no exterior; posteriormente, é transmitida para a redação central; de lá, é redistribuída para os escritórios locais e regionais que, por sua vez, encaminham as notícias para os clientes.

Esse caminho obrigatório produz uma triangulação que é denunciada e combatida pelo movimento não alinhado: o fato de os países situados no "Sul" conhecerem outras nações também do "Sul" mediante a intervenção simbólica dos países do "Norte". A localização do escritório central das principais agências de notícias internacionais no centro do sistema capitalista global faz com que os acontecimentos ocorridos na periferia sejam reportados de acordo com valores e vieses que lhe são alheios.

A mediação exercida pelo Norte origina distorções desfavoráveis aos interesses das nações periféricas. Ao comentar a influência que as agências internacionais - especialmente UPI e AP – exerciam na formação da imagem da América Latina na época das discussões sobre a NOMIC, Beltrán (1976) chama atenção para tais efeitos. "Destacam as catástrofes naturais e a instabilidade política, enquanto importantes acontecimentos econômicos e culturais recebem pouca atenção. Fenômenos pitorescos e grotescos têm prioridade sobre acontecimentos que refletem a luta por mudança social".

Os conteúdos veiculados pelas agências produzem, portanto, implicações políticas. Implicações que Haškovec e First (1984 *apud* AGUIAR, 2010) consideram, ao mesmo tempo, limitadas e multiplicadas. São limitadas porque a influência das agências sobre o público geralmente é indireta. Multiplicadas, na medida em que a formulação dos acontecimentos

realizada pelas agências frequentemente é reproduzida por veículos de comunicação de todo o mundo, que exercem influência direta sobre seus públicos.

As nações imperialistas e seus representantes midiáticos, nacionais e internacionais, posicionaram-se desde o princípio contra as reivindicações relacionadas à NOMIC. Como revela Pickard (2007), a reação desses segmentos não se circunscreveu à esfera persuasiva. Além de orquestrarem campanhas midiáticas hostis à Unesco, eles se valeram de uma medida coercitiva para assegurar o predomínio de seus desígnios: os governos de Estados Unidos e Inglaterra retiraram-se do organismo multilateral, abalando sua legitimidade e levando consigo parcela significativa de seu orçamento. Dessa forma, as iniciativas em torno da NOMIC acabaram caindo no ostracismo.

Embora a reação dos países imperialistas e de seus representantes midiáticos tenha acabado por esvaziar o debate sobre a NOMIC e tornado inócuas suas conquistas, os países não alinhados conseguiram registrar alguns avanços. Ainda que timidamente, fizeram valer sua posição a respeito da doutrina do livre fluxo da informação, com a aprovação de uma emenda que mudou a redação desta para "livre fluxo e uma disseminação melhor e mais balanceada da informação" e incluiu um vago chamado à melhora qualitativa do conteúdo midiático. Mais importante ainda, deixaram um legado que se tornou referência nos debates sobre a democratização das comunicações: o documento intitulado "Um mundo, múltiplas vozes".

Também denominado Relatório McBride - em homenagem ao presidente dos trabalhos que conduziram à sua redação, o ex-ministro das relações exteriores da Irlanda Sean McBride -, o documento foi elaborado pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, instituída pela Unesco em 1976 a partir da reunião de 16 especialistas no assunto provenientes de distintos países (a América Latina foi representada pelo escritor colombiano Gabriel García Marques e pelo diplomata chileno Juan Somavía). O texto final foi apresentado e ratificado por consenso na 21ª Conferência Geral da Unesco, realizada em Belgrado em 1980.

O mérito do Relatório McBride, como explica Moraes (2011), foi ter traçado um diagnóstico da grave assimetria dos fluxos de informação internacionais e recomendado a adoção de uma série de medidas para combatê-la. Nesse momento foram apresentadas saídas que ecoariam no tempo, como as propostas de conceber a comunicação como um direito fundamental dos cidadãos e dos grupos sociais e de desenvolver políticas de comunicação, no

âmbito dos Estados, relacionadas aos processos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Embora considere o documento passível de críticas e contraditório em alguns aspectos, Ramos (2005) identifica em seu bojo um importante avanço conceitual: a concepção da comunicação como um direito humano fundamental, que ultrapassa a noção até então vigente de direito à informação. Enquanto esta se restringe à garantia de receber informação de qualidade e veraz, aquela assume um aspecto dialógico e muito mais inclusivo:

> Hoje em dia se considera que a comunicação é um aspecto dos direitos humanos. Mas esse direito é cada vez mais concebido como o direito de comunicar, passando-se por cima do direito de receber comunicação ou ser informado. Acredita-se que a comunicação seja um processo bidirecional, cujos participantes – individuais ou coletivos – mantêm um diálogo democrático e equilibrado. (UNESCO, 1983 *apud* RAMOS, 2005, p. 247).

O debate internacional sobre os desequilíbrios comunicacionais encontrou ressonância no pensamento latino-americano e adquiriu aí contornos singulares. Na região, as questões relacionadas ao tema foram tratadas sob a perspectiva da dependência: os processos culturais foram interpretados como parte da dinâmica centro-periferia e os estudos realizados centraram-se no propósito de identificar e combater os mecanismos de dominação interna que faziam o jogo da dominação imperialista.

Como observam Pereira et al. (1998), em razão de seus vínculos com a teoria da dependência, o diagnóstico e o receituário dos partidários da "dependência cultural" foram traçados a partir de um diálogo crítico com o paradigma comunicacional até então hegemônico no continente, desenvolvido em íntima relação com o modelo social desenvolvimentista-modernizador. O desacordo entre as duas correntes centrava-se sobretudo no sentido atribuído a uma noção-chave: a "comunicação para o desenvolvimento".

O projeto desenvolvimentista-modernizador de retirar a América Latina de sua situação de "atraso" mediante a aplicação de uma racionalidade técnico-econômica concedia especial atenção à mídia. Esta era considerada um fator primordial de mudança social, tanto por seus aspectos técnicos, quanto por sua capacidade persuasiva.

> Como uma janela para o mundo, sua função consistiria em persuadir, educar e aculturar a imensa população dos países latino-americanos, mediante a exposição de um conjunto de estratégias e conteúdos informativos abertos à mudança, que permitisse a dita população ter acesso às ideias universais favoráveis ao progresso, à mobilidade social, à realização pessoal e ao consumo. Deste modo, a transição do tradicional ao moderno se realizará seguindo um marco institucional não conflitivo.

> Nesta perspectiva, os meios de comunicação se definiram como a expressão da modernidade social e econômica; em seu dispositivo tecnológico descansavam as potencialidades integradoras e de coesão social que requeriam o modelo de desenvolvimento em questão (PEREIRA et al., 1998, p.125, tradução nossa).

Os meios de comunicação assumiam, desta forma, o papel de agentes centrais do desenvolvimento. Para essa perspectiva, eles, por um lado, "traduzem a modernidade tecnológica e social" e, por outro, atuam como "'passadores' que permitem aos indivíduos tradicionais colocarem o pé na margem do "progresso"' (MATTELART, 1994, p.175). "São os *mass media* que transformam o que, de outra maneira, não teria passado de um sonho insatisfeito de alguns modernizadores na aspiração dinâmica de todo um povo" (DE SOLA POOL, 1963 *apud* MATTELART, 1994, p.175).

O Estado, enquanto instância técnico-neutra de execução dos imperativos de desenvolvimento, deveria promover a incorporação dos países em desenvolvimento no sistema comunicacional mundial, impulsionando a implantação, em território nacional, das modernas tecnologias de comunicação. Criaria, desta forma, as condições estruturais e culturais necessárias para realizar a almejada transição para a modernidade, integrando sem conflitos os diversos segmentos sociais em um "público nacional", educado nas atitudes modernas.

A crítica empreendida pelos dependentistas a esse paradigma comunicacional adota como ponto de partida o questionamento sobre os propósitos e os beneficiários dessa forma de desenvolvimento. Termina por evidenciar que, em vez de promover o almejado "progresso", as transformações ocorridas nas comunicações latino-americanas nos anos de hegemonia desse ideário contribuíram para aprofundar nossa condição subalterna, por serem totalmente funcionais à manutenção de um sistema global no qual os países latino-americanos figuram como apêndices estruturais de um de modelo de desenvolvimento vantajoso apenas para as potências imperialistas.

Os representantes dessa vertente comunicacional desvelaram tal realidade a partir de estudos focados no exame da estrutura do setor de comunicação. Muraro (1987) explica que eles procuraram evidenciar as características institucionais das entidades produtoras e transmissoras de mensagens seguindo duas linhas convergentes. Por um lado, analisando as grandes corporações de comunicação e informação dos países centrais e sua articulação com outros complexos industriais; por outro, desvendando a estrutura das indústrias culturais dos

países dependentes e suas interconexões com as corporações transnacionais do ramo.

A dependência cultural é entendida, assim, como um fator condicionante que intervém na estruturação do sistema comunicacional global. Ela está por trás de fenômenos como o domínio das agências internacionais de notícias sobre o fluxo de informações mundiais, a constituição de enclaves estrangeiros em centros mais ou menos estratégicos dos setores de informação/comunicação - cujo exemplo paradigmático foi a implantação do sistema televisivo na América Latina, realizada, em grande medida, com o aporte de tecnologias e capitais estrangeiros – e até de formas nacionais e locais de estruturação do setor de comunicação, devido à replicação em cascata das relações de dependência.

Disfarçado sob o propósito de difundir uma visão de mundo "moderna", os meios de comunicação inseridos nessa estrutura promovem um modelo comunicacional totalmente excludente. Impõem a cultura dos dominadores como um padrão a ser seguido e, como parte do mesmo movimento, negam à diversidade social e cultural próprias das nações latino-americanas o direito de ascenderem à condição de sujeitos, pois a herança cultural da qual são portadoras é considerada um obstáculo na direção daquela evolução social e humana.

Amparados por essas críticas ao paradigma vigente, os partidários da dependência cultural propuseram um renovado marco de pensamento e ação comunicacional, cujo cerne reside na ressignificação da noção de "comunicação para o desenvolvimento", que passa a apontar

> […] para uma concepção de desenvolvimento que contempla a afirmação da independência e da soberania cultural desses países, o direito à comunicação que têm todos os cidadãos e a efetiva democratização da propriedade dos meios de comunicação e dos fluxos internacionais da informação (PEREIRA et al., 1998, p. 128, tradução nossa).

Essa nova concepção implicou a emergência de um novo paradigma comunicacional, ancorado em seis postulados fundamentais e mutuamente inter-relacionados. A nova perspectiva confere centralidade à "comunicação horizontal", entendida como um fluxo bidirecional no qual o emissor é ao mesmo tempo receptor e vice-versa (1); valoriza, por conseguinte, a participação do público na produção e na operação dos sistemas de comunicação (2), mediante o reconhecimento do direito à comunicação (3).

A satisfação dessas necessidades comunicacionais humanas requer, por sua vez, a garantia de acesso aos recursos técnicos e profissionais envolvidos no processo de

comunicação (4). Condição essa que, assim como as demais, só pode ser assegurada por meio da intervenção ativa do Estado como gestor dos bens comuns (5). A atenção à totalidade desses requisitos contribui para a promoção de um justo equilíbrio dos fluxos interno e externo de comunicação (6).

O caminho para a aplicação desses princípios foi encontrado em uma temática que começava a ganhar corpo na Unesco na década de 1970: as Políticas Nacionais de Comunicação (PNCs) que, segundo Exeni (1998), vinham sendo pensadas a partir de dois eixos: o da comunicação como um recurso planificável, passível de induzir o desenvolvimento social, e o do Estado como um ator central no processo de formulação e aplicação de políticas e estratégias comunicacionais. Com essa orientação, as PNCs propunham-se a abarcar e ao mesmo tempo superar o problema levantado pelo Movimento dos Países Não Alinhados, passando do interesse inicial pela informação e sua livre circulação para a concepção da comunicação como um fator de desenvolvimento.

De acordo com Fox (1982), o debate sobre as políticas nacionais de comunicação adquiriu projeção diferenciada na América Latina, em virtude da singular configuração assumida pelo sistema de mídia no continente. Em contraste com outras regiões também situadas na periferia capitalista, como os países africanos e asiáticos, as nações latino-americanas não teriam vivenciado o desenvolvimento de um sistema de radiodifusão pública. O que se observava no setor era o predomínio da lógica privado-comercial, tanto em termos de propriedade quanto de operação dos meios.

Embora o predomínio da mídia comercial fosse incontestável já naquela época, não se pode descurar que também havia se configurado um sistema de radiodifusão pública no continente. Esch, Del Bianco e Moreira (2013) afirmam que este se ancorava em dois pilares: os meios de comunicação educativo-culturais e os governamentais/estatais. A vertente educativo-cultural teve origem nas décadas de 1920 e 1930, com as emissoras de rádio educativas, que acenavam com a promessa de "superar o subdesenvolvimento", contribuindo para a escolarização suplementar de grupos sociais não atendidos pelo sistema escolar formal e para a resolução dos problemas de comunicação em regiões de acesso restrito. Com o tempo, elas abandoram esse modelo, incorporando características comunitárias e outras possibilidades educativas.

Os meios governamentais ou estatais surgiram na década de 1940, com as chamadas "rádios nacionais". O financiamento era realizado com recursos governamentais e a

programação, constituída por noticiários, programas culturais e musicais. Como observam os autores, tais emissoras acabram se convertendo em porta-vozes de governos, sendo utilizadas para atingir fins políticos ou promover autoridades, tanto por governos democráticos quanto ditatoriais.

O predomínio da lógica privado-comercial no sistema de mídia latino-americano da década de 1970 tornou-se foco de investigação teórica e de proposição de um novo modelo comunicacional. Mediante a realização de diagnósticos sobre a propriedade do setor e suas implicações econômicas e políticas, pesquisadores da região passaram a denunciar a submissão do "emissor" latino-americano à lógica do lucro e a defender a introdução de outra racionalidade no sistema midiático do continente, amparada na noção de "serviço público".

Esch, Del Bianco e Moreira (2013) e Stevanim (2011) são unânimes em reconhecer que não existe uma única definição de "público"[4] nas comunicações. Entretanto, naquele momento, o horizonte vislumbrado pelos teóricos latino-americanos aproximava-se do modelo então vigente na Europa. Nessa acepção, a construção do sentido de "público" passa pela ideia de que uma das tarefas precípuas do Estado, enquanto instituição de poder dominante, é zelar pelo atendimento das necessidades dos cidadãos. Tal função legitima-o como instância e espaço hegemônicos de decisão, realização e controle, aceitos pela própria população.

Esse debate teórico, de acordo com Fox (1982), coincidiu com um momento de discussão e, em certos casos, de introdução prática de reformas estruturais nos sistemas midiáticos de países latino-americanos conduzidos por governos de tendências de esquerda. No Peru, Fernando Belaúnde estava criando várias companhias nacionais e estatais ligadas ao setor, promovendo expropriações e colocando em prática planos de transferência de administração e propriedade de meios privados.

Apesar dos limites constitucionais impostos pela oposição, Salvador Allende estava implementando no Chile uma política de apropriação pública de editoras, gravadoras e companhias de produção fílmica; durante seu governo, também ganhavam projeção formas autênticas de expressão popular. Na Venezuela e no México interessantes propostas para o

[4] Esch, Del Bianco e Moreira (2013) evidenciam a polissemia do "público" remetendo aos sentidos que ele assume tanto no ideário popular quanto no universo político. Em relação ao último, fazem remissão às duas tendências normativas hegemônicas: as noções de interesse público, de origem norte-americana, e de serviço público, europeia. Amparado em Santos e Silveira (2007), Stevanim (2011) também resgata esta referência e propõe uma definição teórica do público na comunicação brasileira que será adotada a seguir como referência no estudo do caso latino-americano.

setor também foram incluídas na agenda pública de discussão, mas não chegaram a frutificar em virtude da forte resistência dos empresários de comunicação e seus representantes políticos.

A ressonância do tema na região conferiu protagonismo aos teóricos e planificadores latino-americanos nas primeiras elaborações sobre políticas nacionais de comunicação. Não por acaso, como observa Exeni (1998), a Unesco elegeu o continente para sediar um evento de grande magnitude: a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação, que ocorreu em São José, capital da Costa Rica, em 1976. Na preparação do encontro, foi realizada em Bogotá, em 1974, uma reunião entre especialistas da área, da qual surgiu a primeira definição das Políticas Nacionais de Comunicação:

> Uma Política Nacional de Comunicação é um conjunto integrado, explícito e duradouro de políticas parciais de comunicação harmonizadas em um corpo coerente de princípios e normas destinados a guiar a conduta das instituições especializadas na operação do processo geral de comunicação em um país […].
> Uma Política Nacional de Comunicação *democrática* faz com que as políticas parciais sejam necessariamente explícitas, procure integrá-las por meio do consenso ou conciliação e aspira a ter uma duração razoavelmente sustentada, sujeita, contudo, à avaliação e revisão constantes (BELTRÁN, 1976, p.4, grifo do autor, tradução nossa).

A formulação e a implementação destas políticas são qualificadas como prerrogativas estatais. Beltrán reafirma a legitimidade do Estado como instância de intervenção ativa na vida nacional em prol do bem coletivo; defende que, assim como em outros domínios, ele deve dirigir todo o processo relacionado às políticas de comunicação, assumindo os papéis de estimulador, inibidor, articulador e árbitro.

Seguindo o espírito dessas formulações iniciais e das experiências latino-americanas, os intelectuais e planificadores públicos reunidos na Conferência de São José redigiram um relatório final contendo trinta recomendações para o setor e uma Declaração de princípios que, na avaliação de Exeni (1998), consistem em marcos das definições institucionais das PNCs e devem ser adotados como referências essenciais nos esforços nacionais e internacionais de democratização das comunicações.

Como uma tentativa de síntese, Exeni afirma que as recomendações contidas no relatório abrangem seis categorias: circulação equilibrada da informação; políticas nacionais e planos de comunicação; formação e capacitação de recursos humanos, pesquisa e documentação; tecnologias de comunicação e cooperação regional em matéria de

comunicação. Já a declaração de princípios procura definir, em termos gerais, as responsabilidades estatais e sociais no estabelecimento de planos e programas de comunicação, bem como o papel a ser desempenhado nesse processo pelos organismos internacionais.

Apesar de avançarem na institucionalização das políticas de comunicação, os documentos tiveram pouca incidência prática nos sistemas midiáticos latino-americanos nos anos posteriores à conferência. Na tentativa de explicar esse paradoxo, Fox (1982) pondera que, embora as propostas de São José tenham nascido dos debates e reformas ocorridos no próprio continente, elas foram formalizadas em um momento pouco propício: a conferência ocorreu exatamente quando os governos e planificadores retrocediam nas reformas dos sistemas nacionais de mídia; por conseguinte, os resultados do encontro foram divulgados em um contexto de crescente negligência governamental em relação ao assunto e de retomada das antigas práticas de improviso, exploração e abuso comercial por parte dos meios de comunicação privados.

Além disso, outro fator conjuntural fez com que as propostas já surgissem carentes de legitimidade: a onda de golpes militares que varreu o continente. O domínio do cenário político regional por regimes de força colocou em xeque um aspecto central das Políticas Nacionais de Comunicação: o protagonismo do Estado. Os professores Luiz Gonzaga Motta e Ubirajara da Silva captaram o dilema que então se impôs na região:

> "[...] com quem ficar? Apoiar a estatização autoritária, que envolveria também a comunicação social (com todos os riscos que isto poderia acarretar), ou permanecer ao lado dos que defendem a comunicação liberal, e com ela a preservação dos meios de comunicação como porta-vozes da liberdade de expressão burguesa?" (MOTTA; SILVA, 1978 *apud* RAMOS, 1992, p.35).

O desafio imposto pela emergência das ditaduras militares latino-americanas às políticas nacionais de comunicação, tal como estas haviam sido concebidas, foi intensificado anos mais tarde diante do mais importante abalo sofrido pelas forças de esquerda no cenário internacional: o fim da União Soviética. Como esclarece Ramos (1992), a falência do comunismo soviético teve como uma de suas consequências mais importantes a geração de uma desconfiança quanto à capacidade dos Estados nacionais liderarem processos estruturais de desenvolvimento sociocultural e político-econômico.

Diante desse cenário, a polissemia da noção de "público" ocupou o centro do debate

sobre as políticas de comunicação. Adotando como referência a sistematização proposta por Stevanim (2011) no estudo da realidade brasileira, pode-se afirmar que, na América Latina, a discussão teórica sobre o sentido do público passou a se articular essencialmente em duas vertentes: uma estatista e outra associativista. Como será evidenciado a seguir, a diferença entre ambas reside principalmente no modo de conceber a relação entre Estado e sociedade.

3.1.1.1 Deslizamentos do sentido de "público"

Na definição proposta por Stevanim (2011), a concepção estatista do público associa-se especialmente ao pensamento de Gramsci. Conforme explicitado no capítulo anterior, essa perspectiva teórica considera o Estado uma instância superestrutural, que abriga em seu seio tanto a sociedade política quanto a sociedade civil, exercercendo as funções complementares de coerção e consenso. Por conseguinte, na acepção gramsciana, a sociedade civil e o processo de formação da vontade coletiva que lhe é característico não são tratados como algo dissociado do estatal.

Uma abordagem calcada nesse entendimento do público pode ser encontrada em Ramos (2007). O autor adere à posição após ter assumido uma postura liberal diante da falência do modelo de políticas nacionais de comunicação, ocasionada pela emergência dos governos ditatoriais na América Latina e pela crise do comunismo no mundo. Neste primeiro momento, Ramos havia advogado a necessidade de repensar as políticas de comunicação minimizando o papel do Estado em sua elaboração e implementação.

Ao par dicotômico Estado/mercado, até então evocado nas discussões sobre a regulação da atividade comunicacional, Ramos acrescentou uma nova alternativa: uma categoria renovada de esfera pública, que se confundia com uma sociedade civil autônoma como lugar de expressão das contradições e dos conflitos sociais. Em seu entendimento, tornava-se necessário apelar a uma terceira posição porque não era só o paradigma comunista que se encontrava em crise, mas também o da sociedade de mercado, marcado como estava por uma concepção de "progresso" profundamente desigual.

A nova posição implicou também uma mudança terminológica: a passagem das políticas nacionais de comunicação para as chamadas políticas públicas de comunicação.

> As políticas nacionais de comunicação foram originalmente configuradas como instrumentos de Estado para assegurar, juntamente com outras políticas estatais, o desenvolvimento homogêneo e pleno das nações e seus povos. As políticas de comunicação devem ser hoje pensadas como *políticas efetivamente públicas*, formuladas não a partir de um centro incrustado no coração do Estado, mas sim a partir do embate de posições antagônicas no âmbito da esfera pública e transportadas daí para a prática do que vou chamar aqui, ainda que a título de provocação política e intelectual, de *Estado mínimo sob o máximo controle público*, ou seja, um Estado permanentemente em cheque pelas forças adversárias na sociedade.
> Uma esfera pública assim concebida é a exacerbação da comunicação, na forma do mais radical debate democrático […], a partir da qual a sociedade poderá exercer, publicamente, o máximo controle sobre as instituições estatais (RAMOS, 1992, p.38-39, grifos do autor).

Essa perspectiva parecia encontrar sustentação prática no modo como havia se organizado o movimento de resistência às ditaduras militares. Em distintas esferas sociais, dentre as quais o setor de comunicação, foi possível observar a formação de alianças supraclassistas, suprapartidárias e supra-ideológicas que congregavam em seu seio trabalhadores, empresários, líderes sindicais, executivos de empresas, estudantes e profissionais liberais. Todos esses representantes da "sociedade civil" se reuniam para fazer oposição à "sociedade militar" que havia tomado o aparelho de Estado e impingia a cada um deles alguma forma de coerção.

Entretanto, tal concepção de sociedade civil começou a emitir mostras de debilidade no processo de redemocratização das sociedades latino-americanas, quando a demanda por uma mídia mais democrática ganhou expressão. As vozes que se alçaram a favor dessa bandeira não exigiam o fim da censura oficial, mas sim de outro tipo de coação: a econômica, que impedia a maioria da população de ter acesso aos meios de comunicação. Nesse momento, a tensão latente naquele grupo que parecia homogêneo aflorou na forma de uma reação ideológico-classista dos segmentos empresariais à nova pauta de reivindicações.

Detendo-se na análise da luta brasileira pela democratização das comunicações, Ramos (2007) menciona um problema que reitera a fragilidade dessa acepção de sociedade civil: a formação do Conselho de Comunicação Social, organismo auxiliar do Congresso Nacional. Embora a Constituição brasileira preveja uma participação equilibrada no conselho entre representantes de empresários das comunicações, trabalhadores do setor e membros de entidades da sociedade civil, o que se tem observado na prática é uma maioria de representantes empresariais, que vêm ocupando também o segmento reservado à sociedade civil, amparados pela visão sobre sociedade civil herdada do combate à ditadura.

Diante dessas ponderações, Ramos (2007) considera que acabou incorrendo em um equívoco. Em vez de reafirmar o viés originariamente crítico das políticas de comunicação em relação ao sistema capitalista-imperialista, ao propor aquela concepção estaria contribuindo para a manutenção do *status quo*. Isso porque a visão da sociedade civil como uma esfera autônoma e contraposta ao Estado seria ideologicamente funcional a um sistema que procura desestatizar a sociedade e reverter as conquistas alcançadas em termos de cidadania.

> Ao negarmos o Estado como se ele tivesse sido condenado para sempre pelos atos dos Estados comunistas, em especial do soviético, e ao tentarmos substituí-lo por conceitos como esfera pública, em um primeiro momento (Ramos, 1992), e por terceiro setor em momento seguinte, passamos a negar a própria possibilidade de alternativas democráticas fora do liberalismo político e, sobretudo, fora do capitalismo econômico. Negação acentuada pela exacerbação prática de outro conceito essencial, o de sociedade civil, cuja polissemia, como aqui se tem tentado demonstrar, nos levou a misturá-lo indiscriminadamente com esfera pública, terceiro setor, sem nos darmos conta de que ele constitui com o Estado os conceitos essenciais sem os quais nossas análises político-econômicas e socioculturais podem perder totalmente o sentido (RAMOS, 2007, p.39).

Com o propósito de retificar a posição anteriormente adotada, o autor propôs não o abandono do conceito de sociedade civil, mas sim a exploração de seu caráter polissêmico, mediante o resgate da acepção crítica inerente à teoria de Estado ampliado. Nesse sentido, passou a considerar a noção gramsciana de aparelho de hegemonia - o espaço material de produção das ideologias - fundamental para nortear as lutas por políticas democráticas de comunicação e a mídia, como o principal aparelho de hegemonia da contemporaneidade, produtor e disseminador de conteúdos informativos e de entretenimento perpassados pela lógica do consumo.

Em contraste com a perspectiva estatista, a vertente associativista parte do entendimento do público como algo situado para além do Estado e do mercado, orientando-se por um ideal normativo, um "dever-ser". Tal vertente enraíza-se teoricamente na reflexão de Jürgen Habermas a respeito da "esfera pública", que ganhou a primeira expressão no livro "Mudança estrutural da esfera pública" (1984).

Este trabalho seminal parte do argumento de que a consolidação do capitalismo foi acompanhada pela ativação de espaços de discussão e ação política por um público intelectualizado. Às transformações no terreno econômico veio se somar a formação de uma esfera de mediação entre Estado e sociedade, na qual pessoas privadas se constituíam enquanto um público que assumia uma posição de antagonismo em relação à autoridade

estatal, criticando a ordem absolutista vigente.

Com a emergência desse espaço, a política deixou de ser uma questão que dizia respeito apenas ao monarca. A sociedade conquistou para si mecanismos formais e informais de exercício de controle sobre o poder. No plano formal, passou a contar especialmente com eleições periódicas; em termos informais, passou a dispor de um fluxo crescente de informações cotidianas que conferiam publicidade às ações do mundo político.

A esfera pública assim constituída regia-se de acordo com determinados critérios institucionais. Em primeiro lugar, pautava-se em uma participação paritária. Qualquer sujeito, independente de seu estatuto econômico ou social, podia participar dos debates e deliberações. O único fator capaz de influenciar a tomada de decisão era o uso público da razão, a força do argumento. Adicionalmente, a esfera pública se constituía como uma instância de publicização e crítica de temas de interesse geral que o Estado procurava ocultar. Por fim, ela oferecia possibilidades de acesso e participação universais, apresentando-se como um espaço inclusivo, aberto a todos.

Caracterizada como "a voz comum" ou "o espírito do povo", a opinião pública se institucionalizou como uma fonte legitimadora das decisões sobre o Estado. A partir de então, correntes de interesse e partidos políticos que quisessem obter respaldo para suas posições passaram a assediá-la. As pressões exercidas com o amparo dessa opinião resultaram na afirmação de diversos direitos individuais e coletivos, levando à consolidação do Estado de direito burguês e ao debilitamento dos privilégios feudais.

No exercício de crítica ao poder empreendido pela esfera pública, Habermas atribui papel de destaque aos meios de comunicação. Identifica os jornais de opinião, que começavam a despontar naquele momento, como importantes porta-vozes e condutores da opinião pública, que intermediavam a inserção das pessoas no mundo da política, munindo-as com argumentos para o debate público racional.

> Uma imprensa que se desenvolvia a partir da politização do público e cuja discussão ela apenas prolongava continuou a ser por inteiro uma instituição deste mesmo público: ativa como uma espécie de mediador e potencializador, não mais apenas um mero órgão de transporte de informações (HABERMAS, 1984, p. 215-216).

Mais do que descrever os contornos desse *locus* de discussão pública, o objetivo central do autor no livro em questão é evidenciar a mudança estrutural pela qual ele passou,

um processo que coincide com a incorporação das massas na vida política. De acordo com Habermas, a alta conflitividade entre capitalistas e trabalhadores expressa naquele momento transformou a esfera pública burguesa no campo de uma concorrência brutal entre interesses divergentes, gerando uma discussão violenta que colocou em xeque seu princípio constitutivo basilar: a publicidade crítica.

A intervenção política das massas se encaminhou na direção oposta daquela adotada pela burguesia. Em vez de ampliar a autonomização do social, ela buscou uma intervenção cada vez maior do Estado na vida da sociedade, sob a justificativa de minorar as consequências das desigualdades materiais. A socialização do Estado foi, desta forma, acompanhada pela estatização da sociedade, colocando em xeque um importante pilar da esfera pública burguesa: a separação entre Estado e sociedade.

Habermas identifica aí a emergência de uma "esfera social", caracterizada pela indistinção entre público e privado. "Entre ambos [Estado e sociedade] e, ao mesmo tempo, a partir de ambos surge uma esfera social repolitizada, que escapa à distinção entre público e privado" (HABERMAS, 1984, p.170). Neste processo, o autor atribui um papel central aos meios de comunicação, que abandonam o formato opinativo-panfletário para se transformar em empreendimentos capitalistas voltados para a fabricação de produtos massivos, cujos lucros alicerçam-se cada vez mais na venda de espaços publicitários.

O crescimento da participação da publicidade no aparato midiático é apontado como a fonte de uma confusão entre interesses privados e públicos. Por meio dela, o jornalismo se enreda nas malhas de interesses alheios, que passam a influenciá-lo imiscuindo-se com os interesses públicos: "[...] não chegou a se formar uma tal esfera pública economicamente separada da esfera pública política, uma esfera pública jornalístico-publicitária de privilegiados interesses privados esteve desde o começo plenamente amalgamada com interesses políticos" (HABERMAS, 1984, p. 225).

Inspirado pela visão negativa sobre os novos meios de comunicação de massa sustentada pela Escola de Frankfurt – vertente teórico-filosófica ao qual o autor encontrava-se filiado -, Habermas só consegue identificar nessa mídia comercial uma função manipulatória. Não vislumbra nela o potencial de interpelação crítica dos cidadãos outrora existente, mas apenas uma tendência para a formação de consumidores de entretenimento apáticos.

Conforme sublinham Avritzer e Costa (2006), a relativização dessa postura determinista marca os escritos posteriores do autor. Mediante a incorporação das

contribuições proporcionadas pelos estudos culturais e pelas pesquisas críticas sobre os efeitos da mídia, Habermas pondera que, embora exerça uma pressão cultural e politicamente homogeneizadora, a comunicação veiculada pela mídia de massa também pode contribuir para a emergência de espaços calcados no uso público da razão e dotados de distintas densidades comunicativas.

O resgate da noção de esfera pública, destituída de seu caráter classista originário, é adotado como ponto de partida para o desenvolvimento da Teoria da Ação Comunicativa, modelo teórico habermasiano centrado no domínio da linguagem corrente cotidiana, vista como a responsável pela estruturação das formas de vida social e pelas possibilidades de interação simbólica entre os diversos atores sociais. Essa abordagem baseia-se na existência de uma rede de processos comunicativos, formais e informais, nos quais ocorre a formação da vontade e da opinião democráticas.

O modelo ancora-se em uma concepção de sociedade estruturada em dois níveis: o mundo da vida e o sistema político, cuja interconexão é realizada por meio da esfera pública. Nessa perspectiva, as interações comunicativas voltadas para o entendimento ganham uma primeira expressão no mundo da vida e fluem para o plano político, onde procuram influenciar a tomada de decisões. O processo é mediado pela esfera pública, instância onde ocorre a formação da opinião e da vontade coletiva.

Avritzer e Costa (2006) explicam que, no modelo habermasiano, a canalização dos fluxos comunicativos espontâneos originados no mundo da vida em direção à esfera pública é realizada por um conjunto de associações voluntárias, desvinculadas tanto do mercado quanto do Estado, que constituem a chamada "sociedade civil". Tais atores desempenham um duplo papel nesse processo: por um lado, procuram preservar e ampliar a infraestrutura comunicativa do mundo da vida e produzir microesferas públicas associadas à vida cotidiana. Por outro, devem tematizar os problemas da vida cotidiana na esfera pública.

Por trás dessa nova abordagem permanecem vigentes os postulados que fundamentam a noção de esfera pública burguesa. É o que evidencia Silva (2001), ao elencar os pressupostos subjacentes ao procedimento formal de tomada de decisão política:

> – os processos de deliberação assumem uma forma argumentativa, isto é, são caracterizados pelo intercâmbio regulado de informações e argumentos entre as partes em discussão;
> – destes processos de deliberação ninguém pode ser excluído legitimamente, para

> o que contribui o seu caráter público e transparente;
> - estas deliberações são, portanto, livres de quaisquer coerções externas, dado que os participantes respondem apenas perante os pressupostos de comunicação e regras de argumentação; de igual forma:
> - estas deliberações não permitem a existência de qualquer coerção interna que comprometa a igualdade dos participantes, que se traduz na capacidade de todos poderem ser ouvidos, introduzir temas de debate, produzir contribuições próprias e criticar propostas de terceiros. A única coerção interna admissível é a força do melhor argumento (SILVA, 2001, p.133).

A persistência de tais traços definidores transfere para o modelo contradições que já se enunciavam na abordagem sobre a esfera pública burguesa. Como observa Silva (2001) a respeito do primeiro trabalho de Habermas, os princípios de inclusão universal e igualdade de oportunidades não encontravam ancoragem na realidade concreta, pois a esfera pública burguesa foi fundada com base na exclusão de grupos étnica, sexual ou economicamente diferentes do grupo social então adotado como referência: masculino, educado e europeu ocidental.

Avritzer e Costa (2006) também alertam para esta questão evocando autores que criticam o modelo habermasiano por relegar a segundo plano as relações de poder que marcam o processo de constituição da esfera pública. Sustentam que, em sua própria formação, esta apresenta mecanismos para a definição prévia dos atores que terão voz pública e dos temas a serem efetivamente tratados como públicos, concorrendo para a exclusão ou a subordinação de grupos discriminados. Em virtude disso, defendem a necessidade de construir estruturas específicas para a captação dos interesses dos "contra-públicos subalternos", como um passo decisivo para a democratização da política.

A inclusão da diversidade de sujeitos sociais consiste em um aspecto central da concepção associativista. Para Cabral (2009), o sistema comunicacional caracterizado como público situa-se para além do Estado e do mercado, emergindo da atuação de organizações da sociedade civil e produtores independentes, nos mais diversos contextos.

> Distinto do estatal e do privado, mas em mútua complementaridade com eles, impulsionado pelo barateamento das tecnologias de produção e de edição, além do acesso facilitado à veiculação e ao compartilhamento de conteúdos, o sistema público de comunicação emerge da afirmação de experiências de diferentes contextos ao longo das cinco últimas décadas de articulação entre grupos de assessoria ou das próprias comunidades nas quais atuam, que realizam experiências de comunicação compreendidas como popular, comunitária, independente, alternativa, cidadã, além de outras denominações mais recentes, como mídia radical ou tática (CABRAL, 2009, p.5-6).

Ao afirmar a independência do público em relação ao estatal, o autor não adota uma postura liberal similar àquela refutada por Ramos (2007), que tende a minimizar o papel do Estado. De acordo com Cabral, embora o público seja concebido como um setor não-estatal e não-privado, sua viabilização requer a intervenção do Estado, por meio do exercício de funções como a de fomento, regulação e fiscalização.

Como evidencia a exposição precedente, embora a relação entre Estado e sociedade seja concebida de forma distinta, ambas as acepções caracterizam o "público" como um espaço de mediação dotado de materialidade institucional própria. A esfera pública habermasiana consiste em um *locus* social de discussão de temas de interesse comum que, de acordo com Gomes (2006, p.55), "[...] tende a ser compreendido como a própria praça e o próprio terreiro onde as coisas são tratadas abertamente". Por sua vez, a noção gramsciana de sociedade civil remete à existência de uma arena social constituída por aparelhos de hegemonia responsáveis pela produção do consenso ideológico.

A seguir, procura-se evidenciar os contornos assumidos contemporaneamente pelo *locus* midiático de discussão, sublinhando sua associação a um não tão novo modelo de desenvolvimento, que exalta as potencialidades tecnológicas apresentando-as como a única saída para a melhoria da qualidade de vida. O cenário delineado fornece uma dimensão dos desafios que se impõem à formulação de políticas de comunicação democráticas.

3.2 SISTEMA DE MÍDIA CONTEMPORÂNEO: UM "NOVO" MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Além de se basear na frequente abertura de novas fronteiras para a exploração econômica, o capitalismo ancora-se em uma permanente aceleração do tempo de giro do capital. Desde os primórdios do sistema, Marx (2008) já havia notado que a redução do tempo total de realização do ciclo responsável pela transformação do dinheiro em dinheiro acrescido de mais-valor encontrava-se no centro das preocupações capitalistas. Para se manter em estado de acumulação, o sistema deveria intensificar a produção, introduzindo inovações tecnológicas capazes de barateá-la e eliminar seus tempos mortos, e reduzir a duração das fases de circulação, nas quais o capital não produz mercadoria nem mais-valor.

Em meio à crescente financeirização da economia ocasionada pela escalada

imperialista, o capitalismo vivenciou, na década de 1970, uma dessas fases de aceleração do ciclo do capital, que Harvey (2007) identificou como a transição do chamado regime fordista de produção para aquele que se tornaria conhecido como acumulação flexível ou pós-fordismo. O principal alvo dessa transformação foi a rigidez: começaram a ganhar forma novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política pautadas na flexibilidade e na velocidade.

O antigo modelo de produção em massa segundo o esquema de linha de montagem foi cedendo lugar a processos focados na solução de problemas, nas respostas rápidas e altamente especializadas e na adaptação de habilidades para propósitos especiais. Tendo a inovação tecnológica como um de seus principais motores, essa aceleração do mundo do trabalho provocou uma profunda reestruturação do sistema produtivo, cuja principal consequência foi o surgimento de setores econômicos inteiramente novos.

Becerra (2003) chama atenção para o fato de que as novas forças produtivas surgiram estreitamente associadas às tecnologias de informática, telecomunicações e audiovisual. A comunicação deixava, dessa forma, de se circunscrever ao plano superestrutural para se enraizar nos processos econômico-produtivos, originando um novo modelo de desenvolvimento no qual a informação se convertia em insumo e fator cardinal não só da elaboração de bens e serviços relacionados às indústrias de informação e comunicação, mas do conjunto dos setores da economia.

Esse novo modelo de desenvolvimento passou a ser expresso pelo projeto de Sociedade da Informação, que consistiu em uma aposta histórica das nações capitalistas centrais na geração de uma nova lógica de crescimento e acumulação do capital. Trata-se de um projeto que, estruturalmente, ancora-se no salto tecnológico convergente e, no plano ideológico, fomenta um discurso de exaltação das potencialidades tecnológicas, apresentando-as como um fator decisivo para a melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

A convergência das atividades infotelecomunicacionais consiste em um fenômeno complexo, que integra processos e cenários distintos. Ela adquire, por exemplo, a feição de convergência tecnológica, ao promover a integração de suportes e facilitar a digitalização, reduzindo toda mensagem a um código binário; de convergência econômica, quando se expressa por meio da formação de alianças, integrações e concentrações de grupos; e de convergência regulatória, quando o que está em jogo são os aspectos legais.

Moraes (1998) e McChesney (2003) identificam as convergências tecnológica e

econômica como o cerne da contemporânea estruturação do setor infotelecomunicacional. Afirmam que, a partir das décadas de 1980 e 1990, as indústrias globais de comunicação passaram a se concentrar em imensos conglomerados multimídia, especialmente com o surgimento das tecnologias digitais, que reduziram todo tipo de conteúdo a *bits* fazendo-os trafegar por um indistinto canal.

Tais conglomerados estenderam seus tentáculos por todo o planeta, guiados pelos propósitos mercantis de diminuir os custos operacionais e ampliar exponencialmente os ganhos de produtividade. Para isso, lançaram mão de estratégias empresariais como fusões, aquisições e alianças internacionais permanentes ou temporárias, que multiplicaram suas capacidades tecnológicas e financeiras e acabaram conformando um sistema de mídia altamente transnacionalizado.

Esta estruturação do setor infotelecomunicacional foi presidida por um processo geralmente conhecido como desregulamentação, mas que Murdock (1990) prefere chamar de re-regulação. A última denominação revela-se apropriada porque, em vez de supor a saída de cena do Estado, reforça sua condição de arena da batalha social e, por conseguinte, seu papel ativo não só na implementação de políticas voltadas para o bem comum, mas também daquelas destinadas a favorecer o capital.

> Esse processo é muitas vezes chamado de desregulamentação. Isso é um equívoco. O que está em jogo não é tanto o número de regras, mas a mudança de sua razão global de ser, que se afasta da defesa do interesse público (tal como foi concebida) e se encaminha em direção à promoção de interesses corporativos. Empresas de comunicação se beneficiam desta mudança em dois níveis. Eles não só ganham com as alterações nas leis gerais que regem a atividade das empresas em áreas como direitos sindicais, mas, mais importante, eles também ganham consideravelmente com a flexibilização das regras adicionais destinadas a impedir a concentração indevida no mercado de ideias e assegurar a diversidade da expressão.
> Uma das mudanças mais importantes tem sido a perda geral de restrições à concentração da propriedade (MURDOCK, 1990, p.12-13, tradução nossa).

Em consonância com esse pensamento, McChesney (2003) afirma que o sistema infotelecomunicacional global não resultou do "mercado livre" ou de uma suposta lei natural, mas sim de políticas estatais. Ele se conformou a partir de leis, elaboradas sob a forte pressão dos gigantes comunicacionais, que se valeram do domínio sobre os meios de formação da opinião pública para obter vantagens políticas.

Mastrini e Mastman (1995) consideram que a atuação dos conglomerados infotelecomunicacionais em prol dessas leis não se restringiu à batalha de ideias. Ponderam

que a re-regulação envolve o compartilhamento do poder de decisão entre regulador e regulado, até um limite onde o público e o privado se confundem. Produz, desta forma, uma "privatização da função pública", na qual as políticas de comunicação são definidas por um reduzido grupo de atores sociais em seu próprio benefício.

A inserção da América Latina nesse cenário aprofundou uma condição histórica preexistente. Como observam Mastrini e Becerra (2009), os processos de concentração midiática não são novos nem desconhecidos na região. O surgimento do rádio nos anos 1920 e, principalmente, a implantação da TV na década de 1950 apontaram desde o início para a tendência à concentração da mídia em poucas mãos, em virtude da adoção de um modelo de negócios preponderantemente comercial. Prova disso são os conglomerados regionais como as Organizações Globo, no Brasil, o Grupo Televisa, no México, e as Organizações Cisneros, na Venezuela, que já em 1980/1990 dominavam seus mercados nacionais. O que ocorreu na região, portanto, foi a transmutação de um modelo já vigente, que adquiriu uma feição adequada aos novos tempos:

> [...] a conglomeração tende a agravar-se na América Latina, unindo investidores internacionais a grupos multimídias regionais. A rota vem sendo pavimentada por fusões e alianças estratégicas. (...) A reformulação do setor centra-se, por um lado, na progressiva internacionalização dos conglomerados regionais e, por outro, na escalada das megacorporações norte-americanas no continente, determinada pelas altas taxas de rentabilidade intersetorial (MORAES, 1998, p.100).

A replicação do modelo de conglomeração transnacional na América Latina não quer dizer que a região se insere no sistema infotelecomunicacional global em condições de igualdade com as nações capitalistas centrais. Moraes (2011) sublinha que a nova configuração das comunicações mundiais aumenta as assimetrias existentes entre o centro e a periferia do sistema capitalista, aprofundando a subordinação cultural da América Latina em relação aos países desenvolvidos.

Tal sujeição não deve ser interpretada, no entanto, como resultado de uma simples dominação das corporações transnacionais; concorre para esse fim também a colaboração ativa de grupos midiáticos regionais. Na escalada da internacionalização, os gigantes mundiais unem-se a pares latino-americanos em alianças muitas vezes vantajosas para ambos. Os primeiros procuram reduzir os riscos de investimento aproveitando a inserção mercadológica e a influência política dos segundos; já os grupos locais buscam fortalecer sua

capacidade de ação, incorporar tecnologias e melhorar sua condição financeira.

McChesney (2003) afirma nesse sentido que o sistema comunicacional global articula-se em dois níveis. Em um primeiro patamar, situam-se os grandes conglomerados transnacionais, aproximadamente sete companhias, que estendem sua atuação por todo o globo. No segundo escalão, encontram-se de seis a sete dezenas de empresas, consideradas potências locais ou regionais, que também se envolvem em operações de âmbito internacional, estabelecendo alianças entre si ou com os grandes grupos multimídia globais.

Apesar de atuarem globalmente, as companhias situadas no primeiro patamar encontram-se solidamente enraizadas nas nações capitalistas centrais. Dados mencionados por Dantas (2011) revelam que, entre as 20 maiores companhias do setor existentes em 2009, metade era de origem estadunidense: Time Warner, Walt Disney, Comcast, News Corp., DirecTV, Viacom, CBS, Omnicom Group, DISH Network e Liberty Global.

Além disso, por trás desses conglomerados globais encontra-se o capital financeiro internacional, representado por bancos, fundos e clubes de investimento, que controlam a atividade injetando-lhe o capital necessário às fusões e associações. Em geral, os mesmos grupos detêm cotas significativas de ações de distintas companhias midiáticas. “O Fidelity está presente no Time Warner (4,13%), News Corp (0,96%), Google (11, 49%), Yahoo! (1,6%), Apple (6,4%). O AXA, francês, aparece no Time Warner (5,79%), CBS (12,2%), Microsoft (1,26%), Apple (3.86%)” (DANTAS, 2011, p.64).

Somando a esse cenário as alianças, transitórias ou permanentes, estabelecidas entre conglomerados de primeiro e segundo escalão, o sistema de comunicação global se assemelha mais a um cartel do que a um mercado concorrencial. A baixa competitividade, aliada à intensa concentração de propriedade, comprometem o pluralismo: a diversificação dos meios torna-se quase impossível e a variedade de conteúdo se estreita diante de oligopólios com interesses tão afinados.

> A concentração e a conglomeração deitam raízes, dificultando cada vez mais o equilíbrio de forças no campo da comunicação e, por extensão, a pluralidade de visões de mundo que emergiria com fontes informativas descentralizadas. Ao mesmo tempo, organismos qualificados da sociedade civil (sindicatos, associações profissionais, organizações não governamentais) são ignorados ou relegados a plano secundário na formulação de diretrizes relacionadas à exploração dos serviços de radiodifusão e à abertura da mídia ao capital estrangeiro (MORAES, 1998, p. 105).

Essa visão é diametralmente oposta àquela que o sistema infotelecomunicacional

contemporâneo propaga a respeito de si mesmo. Conforme sublinha Becerra (2003), no projeto de Sociedade da Informação as inovações tecnológicas convergentes aparecem como uma promessa de ampliação do bem-estar social. O simples acesso a elas é visto como o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de realização pessoal.

Para o autor, os fundamentos dessa visão consistem em uma reedição dos ideais modernos de progresso indefinido, fé no desenvolvimento e crença na providência do mercado, de matiz positivista: "[...] existe uma articulação entre os princípios conceituais evolucionistas que guiam a construção da sociedade informacional, sua justificação por parte das organizações interessadas em seu desenvolvimento, e o pensamento da corrente positivista e seus predecessores" (BECERRA, 2003, p.25).

Reverter esse cenário é o que os governos progressistas latino-americanos prometem realizar mediante a elaboração e implementação de políticas de comunicação. Mas, será que eles de fato estão atingindo esse objetivo? Ou a contraditória composição das alianças sociais que os sustentam impõe limites à reestruturação dos sistemas midiáticos nos distintos âmbitos nacionais? A próxima sessão dedica-se à abordagem dessas questões.

3.3 AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO DOS GOVERNOS PROGRESSISTAS FUNDADORES DA TELESUR

Em um estudo pioneiro dedicado à ampla sistematização das políticas de comunicação implementadas pelos governos progressistas da América Latina, Moraes (2009; 2011) revela a preocupação em evidenciar a unidade da diversidade. Sem descurar de aspectos comuns, que permitem tratar as recentes reformas das comunicações latino-americanas como parte de um fenômeno unificado, enfatiza as distintas ações governamentais adotadas em relação ao setor, sublinhando seus aspectos singulares.

As coincidências identificadas começam pelo modo de pensar a atuação do Estado. Na perspectiva do autor, os governos progressistas latino-americanos compartilham a visão de que as comunicações não podem ser tratadas a partir da perspectiva das vontades particulares ou corporativas; devem, em vez disso, ter como norte o interesse coletivo. Por conseguinte, recolocam em questão o papel do Estado na articulação e gestão de plataformas de

comunicação, bem como no fomento de espaços autônomos de expressão da sociedade civil.

O consenso no modo de conceber a atuação estatal traduz-se em soluções práticas ainda dotadas de certo grau de unidade, que vão se desdobrando paulatinamente em experiências singulares. Moraes capta esse movimento do real ao identificar seis direções tendenciais nas políticas de comunicação latino-americanas e discorrer sobre cada uma delas evocando exemplos concretos: o investimento na comunicação estatal; as legislações antimonopólicas; o fortalecimento das mídias comunitárias; o fomento à produção cultural; o apoio ao audiovisual independente e as frentes de cooperação regional.

Partindo da definição de comunicação estatal como uma atividade diretamente concebida, financiada e gerida por órgãos do Estado, o autor pondera que o investimento nesse tipo de comunicação foi intensificado pela necessidade de os governos progressistas disputarem a hegemonia com a mídia imperialista. Identifica nessa esfera tanto iniciativas tradicionais quanto inovadoras. As primeiras são representadas por jornais impressos - tais como El Ciudadano e El Verdadero, no Equador; Cambio, na Bolívia e Correo Del Orinoco, na Venezuela – e por emissoras televisivas, como a Ecuador TV e a TV Brasil.

As inovações circunscrevem-se ao segmento audiovisual. São enquadradas nessa categoria a emissora de televisão multiestatal TeleSUR, criada por Hugo Chávez com o apoio de outros governos progressistas da região para promover a integração comunicacional latino-americana; a ViveTV, canal venezuelano concebido a partir de um modelo híbrido, que combina gestão e planejamento governamentais e produção por e para a comunidade; e a argentina TV Encuentro, que assume uma orientação educativa pautada na valorização da diversidade cultural e dos direitos de cidadania.

Na categoria legislações antimonopólicas, Moraes agrupa os dispositivos legais voltados para a regulação das comunicações que têm como traço distintivo o combate à concentração. Detém-se na Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual da Argentina, marco regulatório que se tornou referência regional, por ter instituído mecanismos inéditos de equalização social, como a divisão tripartite do espectro radioelétrico e várias barreiras à concentração oligopólica. Menciona também mudanças constitucionais introduzidas por países como Equador e Bolívia e a Lei de Responsabilidade Social do Rádio e Televisão (Resorte), elaborada pelo governo venezuelano com a finalidade precípua de regular o conteúdo da mídia.

Sob o item fortalecimento das mídias comunitárias, são reunidas ações de distintas

naturezas destinadas a impulsionar esse segmento comunicacional, enraizado na sociedade civil. Ganha destaque nessa esfera a Lei uruguaia de Radiodifusão Comunitária, considerada pela Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) uma das mais avançadas do mundo. Também são mencionadas a Rede de Rádios dos Povos Originários, criada pelo governo da Bolívia, e os mais de 500 projetos populares em curso na Venezuela – iniciativas vistas com certa reserva por entidades como a Amarc, pelo risco de gerarem dependência da sociedade civil em relação ao governo.

O quarto eixo de políticas de comunicação elencado por Moraes é o fomento à produção de atividades artísticas não lucrativas ou que sigam uma lógica alternativa àquela ditada pela mídia. Enquadram-se aí iniciativas como o Plano Nacional de Cultura, implementado pelo Brasil a partir da criação de Pontos de Cultura dedicados a ações variadas; o Fundo de Meios de Comunicação Social Regionais, Provinciais e Locais, criado pelo governo do Chile para estimular a produção local e comunitária, e o Programa Cultural de Desenvolvimento Comunitário argentino, destinado à regionalização de atividades culturais.

Outra ação cultural situada fora do circuito hegemônico que também vem sendo impulsionada pelos governos progressistas é a produção cinematográfica e audiovisual independente. O Equador está desenvolvendo um plano cinematográfico inédito no país, que oferece financiamento, apoio à exibição e à distribuição de filmes nacionais. Na Venezuela foi criada a Plataforma do Cinema e Audiovisual para coordenar ações e investimentos no setor e a Villa Del Cine, um complexo cultural alternativo à Hollywood. O governo argentino, por sua vez, tem incentivado a produção de conteúdo audiovisual independente para a televisão digital, em implantação no país.

Por fim, as afinidades e convergências entre os governos progressistas latino-americanos ganham expressão não apenas em iniciativas nacionais similares, mas também na formação de frentes conjuntas de atuação. De acordo com Moraes, observa-se uma ampliação dos programas e mecanismos de cooperação regional, estejam eles vinculados ou não a organismos de integração, como a Alba ou o Mercosul. As iniciativas vão desde o intercâmbio de materiais até experiências de coprodução e codistribuição, passando pelo financiamento direto e indireto de projetos compartilhados.

Essa breve exposição permite depreender que a sistematização realizada por Moraes objetiva oferecer um amplo panorama das políticas de comunicação implementadas por praticamente todos os governos latino-americanos considerados progressistas, concentrando-

se especialmente nas ações que representam uma mudança da ordem vigente. Conforme supracitado, ela tem o mérito de fazê-lo sublinhando tanto as semelhanças quanto as divergências existentes.

Entretanto, quando é necessário identificar as continuidades e rupturas nos sistemas de mídia promovidas em um único país, estabelecer um fio lógico tendo como referência principal a análise da correlação de forças interna a cada governo e desvelar as contradições provocadas por essas disputas de poder - que são alguns dos objetivos do presente trabalho -, os dados aportados e o modo de exposição deixam lacunas. Em virtude disso, propõe-se a seguir uma abordagem alternativa que, centrada nos casos de Argentina, Uruguai e Venezuela, evidencia os elos existentes entre as alianças por trás dos governos progressistas e as políticas de comunicação.

3.3.1 Argentina: da política ambivalente à Lei de Mídia

As ambivalências e contradições geradas no governo Néstor Kirchner pela combinação entre o grave contexto econômico-social resultante da crise de 2001 e a necessidade de se aproximar de setores hegemônicos para adquirir a legitimidade política não obtida nas urnas afloraram também na relação com a mídia. No nível discursivo, imperaram ameaças aos grupos de comunicação multimídia e promessas de democratização das comunicações, que não encontraram correspondência na prática, marcada pelo favorecimento dos primeiros.

Menos de um mês após a posse presidencial, segundo Califano (2007), Kirchner sancionou a Lei de Preservação de Bens e Patrimônios Culturais. Gestada na administração anterior, de Eduardo Duhalde, ela se limitava a proporcionar amparo legal às empresas de comunicação, altamente endividadas em função da crise econômica de 2001, garantindo-lhes condições favoráveis na negociação com os credores externos[5]. Assumia, portanto, um viés

[5] Marino e Mastrini (2008) sublinham que uma das condições impostas pelo FMI na tentativa de recuperação da crise econômica argentina de 2001 foi a modificação da Lei de Quebras, para permitir aos credores externos pagar a dívida com a apropriação de ações das empresas devedoras. Sob a pressão do setor de comunicações, o governo de Eduardo Duhalde elaborou o Projeto de Lei de "Preservação de Bens e Patrimônios Culturais", abrindo exceção para o segmento. A lei define que o capital estrangeiro só pode adquirir um máximo de 30% das ações dos meios de comunicação nacionais, impedindo a estrangeirização total das empresas.

econômico e culturalmente restritivo, equiparando a preservação cultural aos interesses dos empresários dos meios de comunicação.

Com um olhar crítico, Mastrini e Marino (2008) avaliam que, se a principal razão da dívida dos conglomerados midiáticos foi a aquisição de outras empresas, sobretudo no segmento de TV a cabo, a sanção da lei revelou uma defesa da concentração midiática. Tal postura viria a se confirmar nos anos subsequentes, plasmando-se em outras decisões favoráveis aos grandes grupos do setor, como a renovação automática das licenças dos principais canais de televisão aberta do país.

Califano (2007) relata que, às vésperas do vencimento das concessões, cuja expiração estava prevista para o início de 2005, o governo assinou as Resoluções N° 1.326/04 e N° 1.837/04, que estenderam por mais dez anos (até 2015) as licenças dos canais 11 e 13 de Buenos Aires, respectivamente. Estes e outros meios de comunicação foram presenteados também com o Decreto N° 527, de 2005. A norma suspendeu a contagem do prazo de validade das licenças de radiodifusão por 10 anos. Dessa forma, todos os licenciatários (que, pela lei de comunicação vigente, sancionada na ditadura, eram de natureza comercial) contaram com amparo legal para se perpetuar na exploração do espectro radioelétrico e os canais 11 e 13 de Buenos Aires viram sua sobrevida prolongada por mais 20 anos.

Também no segmento de televisão a cabo, que Becerra e Mastrini (2009) enfatizam ser o principal serviço comunicacional do país, o governo de Néstor Kirchner tomou decisões favoráveis aos conglomerados midiáticos. Uma delas foi a manutenção da suspensão de licitações para a prestação do serviço. A medida, segundo Califano (2007), foi adotada pela primeira vez no ano 2000, no governo de Eduardo Duhalde, com o propósito de impedir a entrada de novos atores no sistema e, dessa forma, ajudar os principais operadores a afrontar a crise econômica provocada pela desvalorização da moeda argentina, que amplificou as dívidas por eles contraídas na década de 1990 para a aquisição de novas empresas.

A partir de então, sucessivas resoluções foram ditadas para renovar a suspensão, apesar das sentenças judiciais que as declararam inconstitucionais. Em 2006, o governo Kirchner reiterou-a novamente, estabelecendo a condição de que a licitação só ocorreria quando fosse aprovado o "Regulamento para o acesso às licenças e prestação dos serviços complementares de radiodifusão". No entanto, até o fim de seu mandato este não havia sido redigido (CALIFANO, 2007). O resultado foi a exclusão de potenciais concorrentes, cuja presença poderia conduzir à pluralização do sistema, com a transmissão de sinais alternativos.

No apagar das luzes de seu mandato, Kirchner tomou uma nova decisão que conduziu o segmento a uma situação quase monopólica. Encontrava-se pendente para análise na Comissão Nacional de Defesa da Concorrência, órgão do Ministério da Economia, a fusão dos maiores operadores de televisão a cabo do país – Cablevisión e Multicanal -, sob o controle do Grupo Clarín. No dia 7 de dezembro de 2007, três dias antes de passar a faixa presidencial para sua esposa, Kirchner aprovou a fusão. O novo grupo passou a concentrar 55% do mercado de TV a cabo do país e 85% do acesso nos lares da Capital Federal (CALIFANO, 2007).

Se a propalada ameaça kirchnerista de combater os conglomerados multimídia transformou-se no seu inverso, o que ocorreu com a promessa de democratização das comunicações? Na avaliação de Mastrini e Marino (2008), a principal decisão tomada pelo governo nesse sentido foi a ampliação da cobertura da televisão estatal, Canal 7. Até então restrita a 35% do território e a 50% da população, a emissora teve o alcance de seu sinal ampliado em 2005, com a instalação de outras 18 antenas em diferentes localidades argentinas.

Também costuma ser incluída no rol de medidas democratizadoras adotadas por Kirchner a sanção da Lei 26.053/05, que pôs fim à barreira para outorga de licenças de radiodifusão às pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos, instituída pelo Decreto-Lei de Radiodifusão da ditadura. Contudo, como enfatizam Mastrini e Marino (2008), a lei não nasceu de um plano estratégico do governo, derivou de uma decisão judicial que apontou a inconstitucionalidade da exclusão instituída pelo decreto da ditadura.

Além disso, uma análise atenta revela duas sérias limitações à aplicação da lei. Em primeiro lugar, o texto normativo manteve de fora as únicas entidades com capacidade econômica para fazer frente ao poder dos conglomerados comunicacionais, as cooperativas de serviço público, sob a alegação de que se abriria precedente para a formação de monopólios no setor. Em segundo lugar, a sanção do dispositivo três meses após a reiteração do *status quo* promovida pelo Decreto N° 527 acabou por anular seu efeito prático.

À semelhança dos presidentes que o antecederam, Kirchner também se esquivou da responsabilidade de pôr fim à pesada herança ditatorial, promulgando um novo marco regulatório para os meios de comunicação, que estivesse calcado em princípios democráticos. Esta foi uma promessa de mandato que não prosperou, embora tenha ganhando terreno na sociedade civil um movimento social de grande magnitude que a respaldava e pressionava por

sua concretização: a Coalizão por uma Radiodifusão Democrática.

A coalizão foi constituída no início de 2004, a partir da iniciativa do Fórum Argentino de Rádios Comunitárias (FARCO) de convocar à união todos os setores que vinham lutando isoladamente pela elaboração de uma lei de comunicação democrática desde o final da ditadura. O chamado respaldava-se no entendimento de que somente uma grande força social e política seria capaz de fazer frente ao imenso poderio dos grupos de comunicação multimídia, criando condições favoráveis ao debate e à aprovação de uma nova norma. Busso e Jaime (2011) reconhecem que a criação da entidade não foi fácil, principalmente porque implicava trazer para a mesma mesa de negociações atores sociais historicamente inconciliáveis. Apesar disso, em agosto de 2004 a coalizão já reunia

> [...] mais de trezentas organizações da sociedade civil, organismos de direitos humanos, trabalhadores da comunicação, centrais sindicais (CGT e CGA), universidades nacionais, organizações sociais, movimentos cooperativos e pymes [pequenas e médias empresas] da comunicação (BUSSO; JAIME, 2011, p.46)

A coalizão não se arrogou a tarefa de redigir um projeto de lei. O propósito traçado foi mais simples: elencar uma série de pontos fundamentais a serem trabalhados em uma lei democrática, abarcando apenas as questões consideradas consensuais pelos participantes. Intitulado "21 Pontos Básicos para o Direito à Comunicação", o documento final reuniu 21 diretrizes – uma para cada ano democrático transcorrido desde o fim da ditadura –, que versavam sobre os direitos comunicacionais, a promoção da diversidade e do pluralismo na prestação de serviços e as atividades de regulação do setor.

Com os 21 pontos em mãos, uma delegação da entidade formada por aproximadamente cem pessoas reuniu-se com representantes do governo Néstor Kirchner ainda em 2004. Neste primeiro encontro houve o reconhecimento de que uma nova lei de comunicação era uma dívida pendente; contudo, ponderou-se que a medida deveria ser protelada ainda mais, pois a relação de forças não era favorável à inclusão do tema na agenda oficial. Além disso, foi apontada a necessidade de um apoio social muito mais amplo para que uma lei daquela natureza fosse sancionada.

A coalizão tentou ainda outra estratégia: interpelou o Poder Legislativo, por distintas vias. Reuniu-se com o Presidente da Câmara de Deputados e com o presidente da Comissão de Comunicação e Informática da Câmara. Na ocasião, os "21 Pontos" foram apresentados

pela mesa da Câmara e iniciaram um trâmite legislativo que se estenderia por vários anos até obter a aprovação da maioria. Os representantes da entidade estabeleceram ainda vários contatos com senadores e foram recebidos formalmente pelo presidente do bloco oficialista. Mas pouco se avançou também por esse caminho.

Somente em 2008 surgiram as condições que permitiram dar impulso ao projeto. Em meio ao conflito entre o recém-empossado governo de Cristina Kirchner e os representantes do setor rural, a atuação dos conglomerados multimídia tornou-se alvo de um debate no Executivo que encontrou eco no movimento social. A cobertura do conflito empreendida pela mídia hegemônica, nitidamente desfavorável ao governo, chamou a atenção para o desequilíbrio informativo advindo da concentração do poder discursivo em poucas mãos, colocando em evidência a necessidade de vozes plurais no espaço midiático.

Busso e Jaime (2011) relatam que, nesse contexto, a coalizão foi convocada para um encontro com a presidente, no qual pode apresentar seus "21 Pontos". Realizada no dia 16 de abril de 2008, a reunião significou a adesão do governo à elaboração de um novo marco regulatório para a comunicação, sob os princípios democráticos. A presidente se comprometeu a enviar um projeto de lei ao Congresso, após realizar novos fóruns de debate entre diferentes setores relacionados com a comunicação audiovisual.

Relegada pelo governo a segundo plano durante o resto do ano de 2008 – que foi consumido pelo conflito com o campo -, a batalha pela nova Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual – também conhecida como Lei de Mídia - teve nesse momento a coalizão como sua principal liderança. Os movimentos sociais que a compunham percorreram praticamente todo o país, com vistas a obter o apoio necessário para a elaboração de uma lei de comunicação democrática.

Em 18 de março de 2009, o anteprojeto de lei do Executivo enfim foi apresentado à sociedade e submetido a escrutínios públicos. De acordo com Usé (2011), foram realizados 24 Fóruns Participativos de Consulta Pública em toda extensão territorial argentina. Deles resultaram mais de cem propostas de modificação do projeto original realizadas por atores sociais diversos, todas elas devidamente incorporadas ao texto encaminhado ao Congresso.

Vendo sua hegemonia ameaçada, os conglomerados midiáticos impuseram resistências ao processo de elaboração da lei. De acordo com Busso e Jaime (2011), em um primeiro momento eles tentaram invisibilizá-lo, mantendo-o fora de sua cobertura jornalística. Quando isso não foi mais possível, em virtude da dimensão que o debate adquiriu na sociedade,

passaram a estigmatizar os atores nele envolvidos. Ademais, tentaram barrar o projeto nas casas legislativas, por intermédio de seus representantes parlamentares.

Apesar dos obstáculos antepostos, a Lei de Mídia foi aprovada na Câmara dos Deputados por maioria absoluta – 174 votos a favor, quatro contra e uma abstenção -, e confirmada pelo Senado – 44 votos favoráveis e 24 contrários -, recebendo sua sanção em 10 de outubro de 2009. Mesmo tendo sofrido modificações no parlamento, o texto final manteve-se fiel ao propósito de democratização do espaço midiático, dispondo sobre uma série de fatores que contribuem para a diversificação e a pluralização das vozes que nele circulam.

A lei institui mecanismos inovadores não só para o contexto argentino, mas também para o latino-americano. Merece destaque nesse sentido o estabelecimento de distintos limites para a propriedade de meios de comunicação, destinados a combater as concentrações horizontal e cruzada; a obrigatoriedade de adequação dos grupos empresariais que ultrapassem tais limites; a reserva de 33% do espaço do espectro radioelétrico para a operação de organizações sem fins lucrativos; a constituição de uma autoridade de aplicação da lei não totalmente dependente do Poder Executivo e a definição de cotas de produção local, nacional e independente para todos os meios audiovisuais.

Em virtude desse forte caráter democratizador, a lei enfrentou uma obstinada resistência por parte dos meios de comunicação até então hegemônicos. Becerra (2014) explica que a disputa foi protagonizada pelo líder do setor - o grupo Clarín - e traduziu-se em um longo processo de judicialização centrado especificamente em quatro artigos, justamente aqueles que versavam sobre a concentração midiática e a necessidade de adequação empresarial. A decisão final, favorável à vigência da lei, foi pronunciada pela Suprema Corte de Justiça em outubro de 2013, exatamente quatro anos após a sanção da norma.

A sentença da suprema corte marcou o início de "[…] um inédito ensaio de desconcentração do mercado audiovisual não só na Argentina, mas na América Latina" (BECERRA, 2014). Pela primeira vez no continente, um conglomerado comunicacional foi obrigado a apresentar e a implementar um plano de adequação que significa a repartição de seus ativos em unidades distintas e completamente isoladas umas das outras. A expectativa é, que no prazo de um ano, o império Clarín se converta em seis grupos empresariais.

3.3.2 Uruguai: o impulso midiático "a partir de baixo"

Em um país no qual o debate sobre as políticas de comunicação nunca alcançou grandes proporções, mesmo em momentos marcantes como os de discussão da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) e das Políticas Nacionais de Comunicação dos anos 1970, Kaplún (2007; 2011) afirma que a chegada da esquerda ao poder criou a expectativa de inserir o tema na agenda pública. Isso porque, embora a Frente Ampla tenha atentado para a questão muito recentemente, em 2003 a comissão responsável pela elaboração do programa de governo vitorioso no ano seguinte constituiu uma Unidade Temática de Meios de Comunicação, da qual surgiram propostas para o setor.

O objetivo traçado não distava muito daquele perseguido historicamente pela região: visava, em última instância, promover um novo equilíbrio no sistema de mídia, gerando maior participação social e diversidade no uso do espectro, por meio do fortalecimento dos setores público e comunitário e do estímulo a uma maior concorrência no setor privado-comercial. Para alcançá-lo, foi formulada uma estratégia que se articulava em torno de quatro eixos centrais.

Em primeiro lugar, era necessário fortalecer os atores público-estatais, enquanto difusores – o que pressupunha a recuperação dos meios de comunicação dessa natureza, acometidos por problemas de qualidade técnica e comunicacional – e como agentes centrais de desenho e regulação de políticas. Associado a isso, tornava-se premente combater a concentração da mídia no setor privado-comercial, primeiramente aplicando os dispositivos legais sobre a matéria já existentes no país[6] e, em um segundo momento, elaborando um novo marco regulatório que contemplasse mecanismos de estímulo à diversidade cultural.

A unidade temática propunha também a abertura, a regularização e a promoção do segmento social-comunitário e de produção independente. A expectativa era contemplar especialmente as rádios comunitárias, que haviam surgido na década de 1990, mas ainda funcionavam na ilegalidade. Por fim, no que diz respeito ao envolvimento da sociedade civil, a intenção era promover a participação também nas decisões sobre o setor, objetivo que seria perseguido por meio de ações educativas, mecanismos consultivos e estímulos à intervenção cidadã.

[6]Kaplún (2013) esclarece que, embora fosse uma herança da ditadura militar e contivesse muitos mecanismos regressivos, a lei de mídia então vigente no país possuía cláusulas anticoncentração muito fortes, nunca aplicadas na prática. A mais severa delas estabelecia que nenhuma pessoa física ou jurídica podia ser concessionária de mais de duas frequências em uma mesma banda - AM, FM ou de televisão -, nem de mais de três no total.

Ao realizar um balanço das políticas de comunicação adotadas pelo primeiro governo da Frente Ampla, conduzido por Tabaré Vázquez (2005-2009), Kaplún (2011) pondera que foram registradas algumas mudanças na direção proposta e em terrenos não previstos ou pouco planejados. Contudo, certas questões permaneceram pendentes ou passaram por importantes retrocessos. Dentre as iniciativas promovidas a partir "de cima", pela esfera governamental, ocorreu o esperado fortalecimento técnico e comunicacional da mídia estatal, com a consequente ampliação da cobertura territorial e da audiência. Além disso, o serviço de comunicação dos organismos do Estado também ganhou em profissionalização.

No que diz respeito ao setor privado-comercial, em 2005 foi aprovada uma lei que impede a concessão de frequências um ano antes e seis meses depois de cada eleição, com a finalidade de evitar o uso clientelista do espectro. Adicionalmente, o decreto 374, de 4 de agosto de 2008 estabeleceu critérios mais claros para a outorga de licenças, submetendo-as à apreciação de uma Comissão Honorária de Assessores, constituída por empresários da mídia, por agentes da sociedade civil e das universidades. A aplicação desses mecanismos, no entanto, deixou muito a desejar, haja vista que a concentração do setor aumentou ainda mais no período.

A iniciativa governamental considerada mais exitosa no setor de comunicações proveio de um campo pouco explorado pelos trabalhos da unidade temática e de uma medida sequer imaginada. Trata-se do Plano Ceibal, política relacionada às novas tecnologias de informação, que consistiu na distribuição de um computador para cada criança nas escolas públicas do país. Embora não esteja isento de problemas e polêmicas, especialmente em termos pedagógicos, o plano teve o mérito de promover a inclusão social, ampliando o acesso ao computador e à internet.

Embora as ações governamentais tenham ficado aquém do esperado, ocorreu no período um "impulso a partir de baixo" (KAPLÚN, 2007; 2011), que encontrou eco relativo no governo e no parlamento. Um reduzido grupo social, constituído especialmente por acadêmicos, políticos e técnicos que já vinham se pronunciando sobre o tema, constituiu o chamado Fórum de Participação e Comunicação Cidadã e começou a buscar interlocução oficial para suas demandas. Várias iniciativas em termos de políticas de comunicação, inclusive algumas importantes previstas no programa da Frente Ampla, só se tornaram realidade devido a essa participação ativa da sociedade civil.

Do diálogo estabelecido com os poderes Executivo e Legislativo resultaram

dispositivos como a Lei de Acesso à Informação Pública, que busca tornar a gestão governamental mais transparente facilitando o acesso à informação por parte dos cidadãos, e a Lei de Imprensa, que derrogou em 2009 uma legislação anacrônica sobre a matéria e retirou da órbita penal os delitos de difamação, injúria e desacato, oferecendo aos jornalistas maiores garantias no exercício de sua profissão.

Sem sombra de dúvidas, a maior contribuição da sociedade civil no período foi realizada com o propósito de suprir a inação do governo em relação a um segmento comunicacional cujo impulso estava previsto na estratégia traçada pela unidade temática de Frente Ampla: a radiodifusão comunitária. A partir de um anteprojeto elaborado por organismos sociais, o Congresso aprovou e o presidente sancionou em 2007 a chamada Lei de Radiodifusão Comunitária, instituindo o primeiro marco regulatório do setor no Uruguai.

Moraes (2011) chama atenção para o fato de que a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) considera a lei uruguaia uma das mais completas do mundo. Dentre os aspectos que contribuem para essa qualificação destacam-se a reserva de um terço das frequências de rádio, tanto AM quanto FM, para os meios de comunicação dessa natureza; a proibição de restrições à cobertura geográfica dos meios comunitários; a instituição de procedimentos transparentes para a outorga de frequências, que incluem o lançamento de editais e a realização de audiências públicas; a criação de um conselho assessor para fiscalizar os processos de concessão e renovação de licenças.

Na avaliação de Kaplún (2007), o significado de mobilizações sociais dessa natureza vai muito além da mera revelação da ineficiência do governo em implementar políticas idealizadas por si mesmo:

> […] iniciativas como essas podem ajudar muito o governo a avançar em seu próprio programa. Na verdade, poderia dizer-se que são necessárias para torná-lo social e politicamente viável. Porque se o impulso "a partir de cima" foi muito menor do que o esperado, é provável que sem um "a partir de baixo" um programa desse tipo não possa ser concretizado (KAPLÚN, 2007, p.9).

A iniciativa governamental aparentou ressurgir nos primórdios do mandato de José Mujica (2010-2014), por meio da adoção de uma nova estratégia comunicacional, cujo ponto de partida seria a quitação de uma dívida deixada pela administração anterior: a elaboração de uma Lei Geral de Comunicação. Kaplún (2013) relata que, logo no início do governo, o Diretório Nacional de Telecomunicações criou um Comitê Consultivo para a elaboração de

um documento que embasaria a redação de uma lei sobre a matéria, designando para sua formação donos dos grupos de comunicação, meios comunitários, produtores independentes, acadêmicos, representantes da sociedade civil e dos sindicatos.

A iniciativa contou com o respaldo e a presença ativa do Fórum de Participação e Comunicação Cidadã, que inclusive foi representado na presidência do comitê pelo professor Gabriel Kaplún. A entidade avaliava que o envio de uma lei dessa magnitude ao parlamento inseriria definitivamente as políticas comunicação na agenda pública, gerando amplos debates sociais e, por conseguinte, aumentando a proporção do movimento pró-democratização das comunicações no Uruguai. A expectativa nutria-se também da ressonância gerada pelas ações da vizinha Argentina, onde o tema se encontrava em grande evidência.

O comitê se reuniu ao longo de todo o ano de 2010 e produziu um resultado que Kaplún (2013) avalia como "muito bom e muito ruim ao mesmo tempo". Muito bom porque conseguiu chegar a vários consensos, mais do que o efetivamente esperado. Entretanto, também foi muito ruim, pois na fase de elaboração do documento final o presidente José Mujica declarou desconhecer qualquer iniciativa governamental nesse sentido e anunciou que se um projeto de lei com esse teor chegasse a sua mesa iria parar no lixo. Em síntese, todo o trabalho realizado até então estava fadado ao fracasso, por não ter sido fruto de uma ação governamental coordenada, mas sim de um funcionário – o então diretor nacional de comunicações -, que parecia compartilhar os anseios da sociedade civil.

A anunciada interrupção do processo lançou por terra conquistas que nem sequer os argentinos haviam alcançado: o feito de levar à mesa de negociações também os grandes empresários nacionais do setor e obter o seu consenso para propostas como a promoção de um sistema de mídia mais equilibrado entre meios de comunicação públicos, privados e comunitários; a instituição de sistemas transparentes para a concessão de licenças de rádio e televisão e a definição de princípios gerais de defesa da liberdade de expressão e responsabilidade dos meios de comunicação. No entendimento dos empresários, a postura assumida pelo presidente representou a ruptura dos acordos estabelecidos.

Apesar de esse inédito consenso ter sido frustrado, o debate em torno de uma possível lei geral de comunicação trouxe um ganho social real e irreversível: possibilitou o avanço do processo de organização da sociedade civil iniciado na administração anterior sob a denominação de Fórum de Participação e Comunicação Cidadã.

> Em 2010 acabou de se formar um movimento que é pequeno em quantidade de militantes, mas bastante diverso em termos de quantidade de movimentos que agrupa: a Coalizão por uma Comunicação Democrática, semelhante ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, no Brasil. Tem um caráter mais relacionado com a realidade local, mas dele participam, por exemplo, a Central Única de Trabalhadores, a universidade pública, vários grupos de militantes feministas, pelos direitos das minorias sexuais, que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência, os estudantes universitários etc. É um movimento relativamente amplo e que tem conseguido uma incidência interessante a partir do debate sobre a lei que começou em 2010 e logo foi interrompido (KAPLÚN, 2013, s/p).

A coalizão – cujo nome e experiência remetem ao recente contexto argentino, embora o movimento ainda esteja longe das proporções adquiridas por aquele do vizinho do sul, de acordo com Kaplún (2013) - tornou-se um sujeito social bastante ativo no cenário comunicacional uruguaio. Sua voz vem sendo ouvida em outros debates recentes, como os que envolvem o processo de transição para a televisão digital. A organização também tem exercido vigilância sobre o setor, denunciando situações de flagrantes irregularidades – ainda que o governo não tenha tomado muitas providências para solucioná-las.

A coalizão também foi responsável pela proposição de várias melhorias – muitas delas acolhidas - ao projeto de Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual que o governo decidiu encaminhar ao Congresso no início de 2013, após o assomo autoritário de 2010. O problema é que as novas contribuições chegaram em um contexto totalmente diverso do inicial, quando não contavam mais com o consenso dos proprietários dos meios de comunicação, que se aproveitaram do recuo inicial do presidente para adotar uma postura similar à dos grupos concentrados argentinos, bombardeando a lei como um dispositivo contrário à liberdade de expressão.

O retardamento na condução do processo provocou a perda de um provável apoio da oposição no Congresso, que quase colocou em risco a aprovação do projeto de lei. De acordo com Kaplún (2013), a vantagem da Frente Ampla era tão apertada que um único dissidente seria capaz de comprometê-la. Apesar disso, o partido governamental conseguiu manter sua maioria coesa e obteve a sanção do projeto em dezembro de 2014 (DIPUTADOS ..., 2014).

3.3.3 Venezuela: o fortalecimento das comunicações comunitária e estatal

Um olhar panorâmico sobre as políticas de comunicação empreendidas pelo progressismo venezuelano revela que elas acompanharam o processo de radicalização do movimento. Embora a confrontação dos meios de comunicação comerciais com o governo já houvesse atingido níveis significativos no início da administração chavista, até 2004 não foram registradas mudanças substanciais no setor. Estas só viriam a ocorrer após o período insurrecional, motivadas pela participação decisiva da mídia na articulação e execução das iniciativas golpistas.

A análise dos modos de regulação da mídia venezuelana realizada por Braz (2010) evidencia que, nos primeiros anos do governo Chávez, não houve mudanças estruturais nas comunicações. O setor, até então marcado por uma forte concentração oligopólica, permaneceu nestas condições até 2004, quando os quatro principais canais privados de televisão do país (RCTV, Venevisión, Televen e Globovisión) respondiam por 76,6% da audiência nacional, sendo que somente os dois primeiros eram responsáveis por 67%.

As iniciativas comunicacionais adotadas no período ficaram circunscritas ao âmbito parlamentar e não geraram grande impacto prático. A primeira delas esteve associada à elaboração da nova Constituição. Os debates realizados na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia - composta integralmente por parlamentares chavistas – resultaram na redação de quatro artigos sobre a matéria, que se limitaram a estabelecer diretrizes e princípios norteadores para a atividade.

As disposições partem de uma perspectiva liberal sobre as comunicações, vinculando-se sobretudo à defesa de direitos cidadãos e à definição do papel do Estado. O artigo 57 assegura o exercício da liberdade de expressão por qualquer meio e proibe, ao mesmo tempo, a censura, o anonimato e mensagens discriminatórias. O artigo 58 reafirma o direito à informação “oportuna, veraz e imparcial”, assim como a réplica e retificação no caso de informações inexatas ou agravantes; defende também o direito de crianças e adolescentes a ter informações adequadas ao seu desenvolvimento. Com o propósito de garantir o acesso universal à informação, o artigo 108 delega ao Estado a atribuição de ofertar serviços públicos de rádio, televisão e redes de biblioteca e informática.

De acordo com Braz (2010), os debates constituintes geraram polêmica em torno do conceito de “informação oportuna e veraz”. A oposição tentou vetá-lo, sem obter sucesso, sob o entendimento de que o qualificativo abria precedentes para a definição da “verdade” pelo

Poder Público e, por conseguinte, para o estabelecimento da censura. De fato, o termo viria a assumir importância no programa comunicacional do novo governo – como será abordado adiante -, mas não adquiriria a conotação temida pelos grupos opositores.

Com o mesmo espírito liberal que norteou a elaboração dos artigos constitucionais, o governo Chávez promulgou a chamada Lei de Telecomunicações (Lotel) em junho de 2000, um mês antes das eleições gerais que o reconduziriam ao poder. O dispositivo legal acabou com o monopólio estatal sobre o setor de telecomunicações, abrindo-o à livre concorrência sob o amparo do princípio constitucional da liberdade econômica. A iniciativa consistiu em uma resposta às exigências de abertura e transparência impostas pelos investidores estrangeiros como condição para aportar recursos no país.

Ao abarcar sob o conceito de telecomunicações as tecnologias de telefonia, rádio, televisão e internet, a Lotel instaura o primeiro marco regulatório referente aos meios de comunicação do governo progressista venezuelano. Em relação a este segmento, dispõe que o espectro radioelétrico consiste em um bem público de Estado, que pode ser concedido à exploração de terceiros por um prazo de até 25 anos, renovável por igual período. Assume uma postura nacionalista, limitando a participação do capital estrangeiro em até 20% dos investimentos.

A lei conta também com mecanismos que possibilitam certa diversidade midiática. Proíbe a concentração, limitando a participação de um mesmo grupo empresarial a uma única concessão em cada banda de frequência, e reserva espaço especial no espectro para os meios de comunicação comunitários. Entretanto, circunscreve a participação social na gestão da mídia apenas a esse aspecto, pois submete o órgão responsável pela fiscalização do setor, a Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel), diretamente à presidência da república, sem prever qualquer forma de participação popular no órgão.

Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para a Nação, em 2001, Braz (2010) vê o início de uma política mais coerente com o movimento que conduziu Chávez ao poder. O documento trata a comunicação como um meio fundamental para alcançar o "equilíbrio social"; considera impossível dissociar o desfrute equitativo e universal dos direitos de cidadania do exercício do direito à "informação veraz e oportuna", conceito que define nos seguintes termos:

> o uso das tecnologias da informação e da comunicação para convertê-las em

> instrumentos estratégicos da democracia participativa, pela capacidade de mobilizar que os meios têm para criar apropriação coletiva de meios alternativos que podem ser utilizados como ícones na intervenção das demandas e necessidades nas áreas de comunicação, saúde, ambiente, participação cidadã, alimentação e corresponsabilidade no livre acesso à informação e à transparência (MVR, 2001, p.94 *apud* BRAZ, 2010, p. 174).

Em consonância com a nova visão sobre a função social da informação, o plano estabelece como estratégia a adoção de uma política de distribuição e promoção de meios alternativos e comunitários, enquanto instrumentos capazes de assegurar aos cidadãos condições de diálogo social, resistência, auto-informação e exercício da democracia participativa e protagônica. A política é viabilizada com a promulgação, também em 2001, do Regulamento de Radiodifusão Sonora e TV Aberta Comunitária de Serviço Público, o primeiro dispositivo legal venezuelano a estabelecer diretrizes para o funcionamento do setor.

O regulamento define o serviço de radiodifusão comunitária como um meio capaz de propiciar a comunicação livre e plural dos indivíduos e comunidades. As concessões são realizadas pelo Ministro de Habitação e Obras Públicas, sem qualquer forma de controle público sobre o processo. As exigências para a outorga incluem a necessidade de formação de uma fundação "democrática e plural" e a apresentação de uma proposta de programação de no mínimo seis horas, sendo que 70% do conteúdo devem ser produzidos pela própria comunidade. A emissora pode ser financiada com recursos estatais, patrocínio cultural ou publicidade comercial de pequenas e médias empresas.

Braz (2010) observa que, embora não tenham representado uma ruptura com o modelo comunicacional do passado, as iniciativas em prol dos meios comunitários provocaram a reação da mídia comercial, expressa na forma de uma oposição discursiva ao governo. Adotando por base o trabalho de Maringoni (2004), pode-se afirmar que as medidas só alimentaram ainda mais uma animosidade existente desde as eleições de 1998 e intensificada há pouco. "Mais acentuadamente a partir do ano 2000 elas [as grandes corporações de comunicação] deixaram de lado suas políticas editoriais e informativas, assumindo uma posição beligerante e entrando diretamente na disputa política" (VENEGAS *apud* MARINGONI, 2004, p.32).

A atuação política da mídia venezuelana, que desde o princípio revelou-se uma importante aliada dos antigos grupos hegemônicos, atingiu o ápice com a tentativa de golpe de Estado, em 11 de abril de 2002. Os empresários do setor participaram ativamente na

articulação e na execução do plano golpista, tornando inconteste a relevância dessas "trincheiras avançadas" da sociedade civil nos projetos contemporâneos de tomada do poder. Sem elas, o levante – sintomaticamente denominado por Rovai como "midiático-militar" (2007) – nem sequer teria sido possível, quanto mais se sustentar por 48 horas.

Toda a sucessão de fatos associados à intentona golpista encontra-se imbricada à atuação da mídia. Desde a convocação massiva e militante para a paralisação geral do dia 9 de abril, passando pela atribuição ao governo da culpa pelas mortes ocorridas durante os protestos, pela "renúncia" de Chávez e posse do governo "interino", até chegar ao desvelamento do golpe e à consequente retomada do poder, nenhum episódio pode ser mencionado sem uma simples referência ao comportamento dos meios de comunicação, opositores ou não.

Em virtude disso, Maringoni (2004) qualifica o golpe como uma tentativa do "mundo virtual" se apoderar do "mundo real", em uma inversão bem aos moldes hegelianos. A "queda" de Chávez não passou de um constructo simbólico, na qual os sentidos se impuseram sobre a realidade e tentaram manipulá-la segundo seus desígnios. Atesta essa distorção o episódio-chave para a derrubada do governo: o denominado "massacre da Ponte Llaguno", uma manipulação imagética repetida à exaustão pelas quatro principais emissoras televisivas do país, com a finalidade de atribuir a Chávez e seus simpatizantes disparos realizados por franco-atiradores contra uma manifestação oposicionista. Sobre o fato, o ex-chefe de produção da Venevisión, Andrés Izarra, afirma

> O canal Venevisión tinha uma câmera em frente ao palácio que registrava imagens de gente atirando da ponte. Pensamos que atiram contra a marcha, que não está visível. Mas vemos que eles mesmos estão se abaixando, estão se protegendo de tiros na sua direção. Mas na TV não procuramos saber o que acontecia, simplesmente os condenamos e as imagens foram manipuladas e repetidas várias vezes para dizer que o "chavismo" tinha assassinado gente e era culpado pelo massacre de Caracas (BARTLEY; O'BRIAIN, 2003).

A mídia ocupou uma posição tão central nos planos golpistas que, como relata Maringoni (2004), uma das primeiras providências adotadas pela oposição após anunciar a "renúncia" do presidente foi retirar do ar o Canal 8 - a emissora de TV estatal - e mantê-lo sob a ocupação de forças militares aliadas. Dessa forma, foi neutralizado o único meio de comunicação que o governo dispunha para se dirigir massivamente à população e desmontar toda a farsa.

Apesar disso, a realidade não se manteve muito tempo de cabeça para baixo. Os sujeitos concretos retomaram as rédeas do processo e conseguiram reverter o golpe "midiático-militar", valendo-se para tanto do auxílio de meios de comunicação alternativos. Incrédulas quanto aos acontecimentos, as classes subalternas ocuparam as ruas para exigir o retorno do presidente. O movimento espontâneo das massas foi ignorado pela mídia hegemônica, como se reinasse a tranquilidade no país. Contudo, a rádio comunitária Fé y Alegria, localizada no bairro mais populoso de Caracas, conseguiu romper o bloqueio informativo e exerceu um importante papel na mobilização social e no desvelamento do golpe.

Rovai (2007) considera que também foi decisiva nesse momento a criação de um circuito de comunicação totalmente alternativo, baseado no uso da internet, de telefones celulares e de meios inusitados, como a transmissão de informações por motoboys que circulavam pelos bairros. Desta forma, as pessoas puderam se inteirar sobre a reação dos governos do mundo inteiro, ter acesso a dados e análise não divulgados pela mídia nacional e organizar a reação popular.

A proeminência dos meios de comunicação na articulação e na reversão do golpe tornou inconteste a relevância desses aparelhos de hegemonia para a manutenção do poder. As políticas de comunicação venezuelanas sofreram então uma importante inflexão, passando a se concentrar na promoção de um novo equilíbrio de forças no sistema midiático nacional. Moraes (2009) identifica como principal estratégia nesse sentido a implementação do Sistema Nacional de Meios Públicos, baseado em dois pilares: a reestruturação da mídia estatal e o impulso aos meios alternativos e comunitários.

O governo Chávez não só recuperou os meios de comunicação estatais já existentes, então em estado de deterioração, como também criou uma série de novas mídias. Em 2008, reorganizou o perfil editorial de cada um deles, atribuindo-lhes um foco definido e um formato único e específico. Na esfera televisiva, a antiga emissora VTV (Canal 8) tornou-se um canal exclusivamente informativo, destinado a divulgar as ações oficiais. A Vive TV, inaugurada em 2003, concentrou-se no propósito de promover um novo tipo de comunicação, calcado na produção de conteúdos por meio da participação popular. A TeleSUR foi criada em 2005 como um canal informativo internacional, gerido com a colaboração de outros governos progressistas da região. Em 2007, foi lançada a Tves, canal hoje focado em programas culturais e esportivos.

A Tves foi criada para preencher uma lacuna no espectro radioelétrico gerada pelo episódio comunicacional mais controverso do governo Chávez: a não renovação da concessão da RCTV, o canal televisivo mais antigo do país e até então o segundo principal em termos de audiência. A decisão, como sublinha Moraes (2011), ocorreu dentro dos parâmetros legais vigentes, que atribuem ao Estado, enquanto poder concedente, a prerrogativa de revogar ou não as licenças dos meios de comunicação. O ato consistiu inclusive em um feito inédito, não só para o país como para toda a América Latina, onde tal direito estatal dificilmente é invocado.

Contudo, a perda da concessão da RCTV também deve ser analisada sob outro viés. Ela ocorreu no contexto da construção de uma nova hegemonia comunicacional e consistiu em uma aplicação seletiva da lei, típica de marcos normativos comunicacionais como o venezuelano, que submetem as decisões do setor diretamente ao poder Executivo (MENDES, 2011). O principal argumento evocado pelo governo para cancelar a licença foi a participação da RCTV na articulação do golpe de abril de 2002. Neste sentido, cumpre então questionar: por que medida similar não foi adotada em relação a outros canais, como a Venevisión, cuja participação no golpe é inconteste? Será por que em 2004 o presidente Chávez assinou um acordo de paz com Diego Cisneros, o presidente do grupo que comanda o canal (BRAZ, 2010), conquistando o apoio deste?

Na promoção desse novo equilíbrio de forças, o governo passou a impulsionar também a criação de meios de comunicação comunitários e destinou volumes crescentes de recursos para financiá-los. Dados coletados por Mujica (*apud* BRAZ, 2010) evidenciam que, entre maio de 2002 e abril de 2003, foram habilitadas 193 novas rádios comunitárias. No mesmo período, o governo realizou um investimento público total de 108 milhões de bolívares para garantir o funcionamento de 198 meios dessa natureza. Em maio de 2009, o país já contava com 244 rádios e 47 TVs comunitárias, além de 360 periódicos alternativos impressos e outros 117 em mídia digital.

Em termos normativos, o período pós-insurrecional foi marcado pela promulgação da Lei de Responsabilidade Social do Rádio e Televisão (Resorte). Partindo da concepção de que o espectro radioelétrico consiste em um bem de interesse público, a lei estabelece regras com o intuito de regular o conteúdo das mensagens veiculadas no rádio e na televisão, definindo a responsabilidade social de todos os envolvidos nos processos de difusão e recepção: prestadores de serviços, anunciantes, produtores nacionais independentes, usuários e usuárias.

A norma classifica os conteúdos por tipo de programa (cultural e educativo, informativo, opinativo, recreativo ou desportivo, misto) e por elementos de conteúdo (linguagem, saúde, sexo e violência); institui a classificação indicativa por horários e define restrições e bloqueios de horários. Proíbe a veiculação de certos tipos de publicidade, como as relacionadas a bebidas alcoólicas, cigarro e jogos de azar. Estabelece também cotas diárias para a veiculação de produção nacional independente, com o propósito de incentivar esse tipo de conteúdo.

No que tange aos receptores, permite-se a formação de entidades sem fins lucrativos conhecidas como Organizações de Usuários e Usuárias (OUU), por meio das quais a população pode defender seus interesses, dirigindo solicitações e reclamações às emissoras. As entidades podem ser financiadas por meio do Fundo de Responsabilidade Social, criado pela lei com recursos estatais. Braz (2010) considera essa uma questão problemática, porque torna as entidades, de origem popular, vinculadas ao governo e, portanto, passíveis de sofrer interferências deste.

A participação da sociedade civil também é garantida no acompanhamento da execução da lei, por meio de sua presença no Diretório de Responsabilidade Social. Entretanto, o órgão é constituído majoritariamente por representantes do governo, razão pela qual Braz (2010, p.192) pondera que, apesar dos avanços democráticos, a lei mantém as políticas de comunicação dependentes do voluntarismo do governo, que "[...] identificando-se sempre com o interesse geral […] leva a cabo iniciativas que não permitem o exercício da democracia direta de base, assumindo o papel que seria dos movimentos sociais e populares".

Hernández e Reina (2010) apresentam outra objeção à lei, relacionada ao momento político no qual ela emerge: a radicalização do governo, com a propalada virada rumo socialismo. Avaliam que as mudanças introduzidas pela norma ainda se encontram muito aquém de uma perspectiva comunicacional socialista:

> […] até agora as mudanças em matéria comunicacional, apesar de ser um cenário principal da luta de classes, tem se realizado fundamentalmente dentro de uma concepção liberal-burguesa. Isso não constitui necessariamente um erro, mas uma condição histórica. Acontece como em muitas outras matérias, que a burguesia traiu muitos de seus postulados e obriga a que a revolução os assuma como parte do programa revolucionário. Neste sentido, no momento de aprovação da lei RESORTE, ela significou um importante passo adiante na democratização da comunicação e do espaço radioelétrico. Mas a virada para o socialismo da revolução bolivariana exige que o problema da liberdade de expressão e os direitos comunicacionais assumam outra perspectiva (HERNÁNDEZ; REINA, 2010, p.30,

tradução nossa).

Embora considerem necessário abraçar as tarefas abandonadas pela burguesia, os autores sustentam que a transição ao socialismo não será alcançada mediante reformas do sistema capitalista. Apontam a necessidade de mudanças mais profundas e efetivas, que incidam sobre a própria lógica comunicacional burguesa, transformando os valores, as práticas sociais e a linguagem.

3.4 TELESUR: UM MULTIMEIO PÚBLICO CONTRADITÓRIO

A exposição precedente permite entrever que a emissora internacional TeleSUR surgiu associada à reorganização do sistema midiático promovida pelo governo progressista venezuelano. O jornalista brasileiro e único membro independente da junta diretiva da emissora, Beto Almeida (2013), que participou ativamente do desenvolvimento da proposta comunicacional, descreve a concepção e a criação do veículo como um desdobramento do processo histórico iniciado com a ascensão de Hugo Chávez ao poder, uma iniciativa que encarna os ideais nacionalistas e internacionalistas basilares daquele projeto político.

Para Almeida (2013), a criação da TeleSUR já estava contida em germe nos posicionamentos iniciais do presidente venezuelano. Desde o pleito presidencial de 1998, Chávez já realizava uma avaliação crítica da mídia, destacando o papel opressor desempenhado pelos meios de comunicação comerciais, sintonizados com a oligarquia nacional e com os representantes do imperialismo global. O que faltou no início foi a oportunidade política para colocar em prática as transformações necessárias à alteração desse quadro, pois os dois primeiros anos de governo (1999-2000) foram um momento de transição, marcado por alianças temporárias que impuseram certo cerceamento às iniciativas progressistas.

Isto não impediu que a ideia de criar um veículo de comunicação para a integração latino-americana começasse a ser vislumbrada. Justamente nesse interregno, o projeto ganhou seus primeiros contornos, mediante contribuições realizadas por jornalistas militantes da esquerda. Sem pretensão de reduzir a riqueza desse processo histórico, Almeida cita alguns momentos de interlocução entre mandatários progressistas e jornalistas latino-americanos que

acredita terem sido decisivos nesse sentido.

Como um dos marcos da discussão sobre a integração comunicacional latino-americana, o jornalista aponta o dia 2 de setembro de 2000, quando Chávez esteve em Brasília para proferir uma palestra. Conta que o sindicato dos jornalistas do distrito federal aproveitou a oportunidade para apresentar uma proposta ao presidente, cujo argumento central era: não basta promover a integração nos planos político e econômico; ela também deve envolver o plano simbólico, informativo, cultural, educacional. O ideal internacionalista bolivariano de promover a integração do continente deveria ser perseguido também no plano comunicacional, por meio da valorização da identidade regional.

Esse projeto inicial ganhou novas definições em outubro do mesmo ano, no congresso internacional realizado pela União de Jornalistas de Cuba (UPEC). Durante os debates sobre a temática do imperialismo e da comunicação, Almeida voltou a colocar em pauta a proposta de integração comunicacional latino-americana, nos termos mencionados. No encerramento do encontro, o presidente cubano Fidel Castro, que havia acompanhado todas as discussões, pediu a palavra para proferir um discurso. Em uma intervenção que durou mais de seis horas, lançou um desafio: "precisamos criar uma CNN dos humildes".

Além da influência de jornalistas militantes da esquerda na formulação do projeto comunicacional latino-americano, o relato de Almeida permite identificar aí também ecos da luta terceiromundista por um sistema mundial de informação mais equilibrado. De acordo com o membro da junta diretiva da TeleSUR, uma das fontes de inspiração do projeto foi o material produzido pela Conferência de Bandung, que reuniu 29 países africanos e asiáticos em abril de 1955, com a finalidade de pôr fim ao monopólio das grandes potências na condução das relações internacionais. O encontro é considerado o marco da constituição do movimento dos países não alinhados.

O comunicado final da conferência contemplou diretrizes que apontavam para a intenção de promover uma estreita cooperação cultural entre os países do então denominado Terceiro Mundo, pautada no respeito à diversidade.

> Não é adotando um ponto de vista de exclusividade ou de rivalidade com outras Nações, outras civilizações e outras culturas que a Conferência considera o desenvolvimento da cooperação cultural entre os países africanos e asiáticos. Fiel a uma tradição secular de tolerância e universalidade, a Conferência estima que a cooperação cultural asiática e africana deve se desenvolver no contexto mais amplo da cooperação mundial.

> Os países da Ásia e da África desejam desenvolver os contatos culturais com outros países, para enriquecer sua própria cultura e contribuir para a paz e o entendimento cultural (CONFERÊNCIA AFRO-ASIÁTICA DE BANDUNG, p.4, tradução nossa).

Os esforços de cooperação deveriam visar a promoção do conhecimento mútuo, por meio de intercâmbios culturais e informacionais entre as nações do Sul destituídos da intermediação normatizadora do Norte, que tendia a interpretar a diversidade a partir de seus próprios padrões. Tais objetivos, conforme já mencionado, estiveram na origem da reivindicação dos países não alinhados por uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC).

A filiação da TeleSUR à histórica batalha comunicacional liderada pelas nações periféricas é explicitada em alguns enunciados-chave. Dentre as missões que o veículo arroga para si, está inclusa a de ser "um espaço e uma voz para a construção de uma nova ordem comunicacional" (TELESUR, 2014). Tal propósito é reiterado pelo *slogan* adotado com a intenção de traduzir a política editorial da emissora: "Nosso Norte é o Sul".

A ressonância da reivindicação de um novo sistema global de comunicação na concepção da TeleSUR vai além da produção "teórica" dos países não alinhados. De acordo com Almeida (2013), a inspiração para o projeto foi buscada também na experiência da agência de notícias iugoslava Tanjug, vinculada ao projeto comunicacional definido por Aguiar (2010) como a "face pragmática da NOMIC": o movimento de contra-fluxo informativo produzido pelo *Pool* de Agências de Notícias dos Países Não-Alinhados.

O *pool* consistiu em uma tentativa concreta de construir um sistema de informação Sul-Sul, mediante o estabelecimento de uma cooperação institucionalizada entre agências de notícias das nações periféricas – a maioria delas estatal -, que promovesse o intercâmbio jornalístico e a produção de coberturas conjuntas entre os países associados. O consórcio entrou em atividade em 1975 e viveu seu auge até 1979, quando começou a arrefecer diante da forte investida imperialista representada pela expansão do neoliberalismo no mundo.

Se a experiência do *pool* de agências de certa forma esteve na origem da concepção da TeleSUR, os traços fundamentais daquela podem ser adotados como referências para caracterizar a emissora latino-americana - obviamente resguardando as inegáveis singularidades espaço-temporais de ambos projetos comunicacionais. A começar pelas semelhanças, é possível notar que, de modo análogo à rede de agências não alinhadas, o canal latino-americano consiste em uma entidade multilateral, que congrega nações periféricas

livremente associadas.

Embora a criação da TeleSUR tenha sido liderada pelo governo venezuelano, a emissora foi concebida como um meio de comunicação multiestatal e já nasceu com este perfil. Quando entrou no ar, em julho de 2005, seu quadro acionário era composto por quatro coproprietários: Venezuela, Cuba, Argentina e Uruguai. A eleição de novos governos progressistas na América Latina fez esse núcleo inicial se expandir, passando a incorporar também Bolívia, Equador e Nicarágua (MORAES, 2009; 2011).

O compromisso assumido pelos coproprietários prevê o aporte de horas mensais de conteúdos audiovisuais - gerados pela produção estatal, independente, universitária ou comunitária – e a participação no processo de construção institucional e de gestão da emissora, mediante atividades como: a formação permanente de recursos humanos; o financiamento da sucursal da TeleSUR no país (incluindo despesas com a sede, a infraestrutura e o pessoal) e o incentivo à distribuição do sinal da emissora em território nacional, por meio dos sistemas de televisão aberta, a cabo, regional, alternativa e comunitária (FLORES, 2005).

Entretanto, de forma análoga à experiência vivenciada pelo *pool* de agências, nem todos os países participam igualmente da iniciativa. Assim como a agência iugoslava Tanjug destoava das demais e, em virtude disso, acabou exercendo um importante papel na capacitação tecnológica e profissional das associadas de menor porte (AGUIAR, 2010), também entre os coproprietários da TeleSUR é possível identificar distintas formas de envolvimento, como exemplifica Almeida (2013).

> Cuba participou não só oferecendo seus melhores técnicos, jornalistas, engenheiros de satélite etc, mas também criando uma sucursal imediatamente e disponibilizando todo seu acervo audiovisual para a TeleSUR (programas, documentários etc) […]
> No caso da Bolívia e da Nicarágua, por exemplo, a Venezuela ajudou com equipamento. No caso do Equador também. Agora há uma pequena parte do noticiário que é feita dos Andes, lá do Equador. Então, a participação é muito variável. O fato concreto é que há uma linha de cooperação.

Acredita-se que essas diferenças possam ser explicadas, em parte, pelas assimetrias existentes entre os próprios países periféricos. O desigual desenvolvimento do setor de comunicações nos países latino-americanos acaba conduzindo, na prática, a uma participação pautada muito mais na cooperação solidária, na qual cada um contribui de acordo com suas possibilidades, ajudando inclusive aqueles que se encontram menos preparados

tecnologicamente.

No entanto, outros fatores podem ser evocados para esclarecer essas diferenças. Defende-se aqui que a lógica assumida pelas políticas de comunicação adotadas pelos distintos governos progressistas – cujas raízes encontram-se na correlação de forças sociais que os embasam, conforme o presente trabalho procura evidenciar – também consiste em uma importante chave explicativa.

Atendo-se ao recorte empírico desse trabalho, é possível afirmar que, à luz desse fator, torna-se compreensível porque a adesão formal do Uruguai à TeleSUR demorou para se concretizar e porque o governo deste país vem demonstrando baixo nível de engajamento com o projeto comunicacional latino-americano. Seguindo a lógica de reformas por via parlamentar, a partir da negociação com os partidos conservadores do país, o presidente Tabaré Vázquez cedeu à pressão das forças oposicionistas e submeteu à apreciação do Congresso o convênio assinado com o governo venezuelano em março de 2005 (URUGUAY ..., 2006).

O documento ingressou no Senado em 2006 e foi aprovado rapidamente pela Frente Ampla, apesar das críticas oposicionistas. Em seguida, foi enviado à Câmara dos Deputados, onde sua votação foi protelada por três anos. Durante a tramitação pela Comissão de Relações Internacionais da casa legislativa, que se estendeu até maio de 2008, o convênio enfrentou a resistência não só do Partido Nacional, mas também de setores frenteamplistas próximos a Danilo Astori, que propuseram alterações no projeto. Embora a Chancelaria tenha realizado os ajustes ainda em junho de 2008, deixando o documento pronto para aprovação, a votação só viria a ocorrer um ano depois (URUGUAY ..., 2009).

De acordo com o deputado da Frente Ampla Ruben Martínez Huelmo, o relatório sobre a matéria já estava pronto desde maio de 2008 e só dependia da luz verde da bancada da FA e do próprio governo para que o projeto fosse, enfim, levado à votação. Na tentativa de explicar a atitude contraditória da esquerda uruguaia, a matéria da Adital evoca a dissonância entre Chávez e Vázquez no que diz respeito à política externa em relação aos Estados Unidos e a intervenção da TeleSUR nesse confronto.

A matéria menciona que, em 2008, o acordo comunicacional entre ambos os governos sofreu um forte abalo quando o então embaixador do Uruguai na Venezuela, Gerónimo Cardoso, qualificou publicamente a multiestatal como “inimiga dos interesses uruguaios”. A crítica de Cardoso referia-se especificamente ao posicionamento assumido por Chávez e pela

TeleSUR diante da aproximação do governo de George W. Bush empreendida por Vázquez, iniciativa taxada por ambos como uma traição à pátria.

Esta se afigura como uma justificativa plausível para compreender a desmobilização do governo uruguaio em relação à TeleSUR, pois, conforme evidenciado no capítulo anterior, a reorientação ideológica e programática da Frente Ampla, que teve Tabaré Vázquez como um importante protagonista, arrefeceu o sentimento anti-imperialista presente na origem do partido. De antigas inimigas, as forças imperiais internas e externas transformaram-se em novas parceiras.

Na visão de Kaplún (2013), a orientação mais conservadora assumida pela esquerda uruguaia também explica porque, mesmo após formalizada a adesão do país à TeleSUR, em 2009, praticamente não houve políticas públicas voltadas para a promoção da multiestatal no território nacional. O pesquisador afirma que, mesmo nos anos recentes, quase não há reprodução de material da emissora latino-americana na TV pública uruguaia. O acesso ao conteúdo produzido por aquela fica praticamente circunscrito a uma parcela dos assinantes da TV paga, pois apenas alguns operadores desse serviço o retransmitem.

A lógica nacional das políticas públicas de comunicação também torna compreensível as omissões e ações dos governos de Néstor e Cristina Kirchner em relação à TeleSUR. Embora tenha aderido à multiestatal em fevereiro de 2005, quando ela ainda era apenas uma ideia (FLORES, 2005), Néstor Kirchner não adotou medidas para ampliar o acesso do veículo em território argentino. De acordo com o suplente da delegação argentina no diretório da TeleSUR, Néstor Piccone (*apud* CALIFANO, 2007), somente os clientes do serviço de televisão por satélite DirecTV obtiveram acesso ao canal no período, o que representava uma média de 6% dos telespectadores do país (BECERRA; MASTRINI, 2009).

Sustenta-se aqui que essa limitação decorreu de uma política de comunicação que, conforme abordado anteriormente, assumiu um caráter ambivalente. Embora Néstor Kirchner tenha adotado determinadas medidas de cunho democratizador – dentre as quais pode ser incluída a adesão à TeleSUR -, os efeitos práticos destas foram neutralizados pela manutenção e/ou a adoção de medidas benéficas aos conglomerados multimídia transnacionais.

No que diz respeito à ausência da TeleSUR no sistema de radiodifusão aberta argentino, deve-se sublinhar que a assinatura do convênio bilateral ocorreu sob uma legislação que reservava as licenças ao setor comercial: o Decreto-Lei N° 22.285/80 da ditadura militar, de traços nitidamente favoráveis à consolidação de um modelo comunicacional que

privilegiava a exploração da atividade para fins de lucro.

A normativa delegava um papel secundário aos meios públicos de comunicação, restringindo a atuação destes às áreas onde o serviço de radiodifusão não fosse prestado pelo setor privado. De acordo com o art. 10, "o Estado Nacional promoverá e proverá serviços de radiodifusão quando a atividade privada não prestá-los, em regiões de fomento e nas zonas de fronteira, com o objetivo de assegurar a cobertura máxima do território argentino" (ARGENTINA, 1980, tradução nossa).

Embora o ex-presidente Eduardo Duhalde tenha editado em 2002 o Decreto N° 2368/02, com o propósito de pôr fim à subsidiariedade do Estado na radiodifusão, este só foi validado pelo Congresso nos últimos meses da administração Kirchner, em setembro de 2007. Nesse interregno, qualquer tentativa de concorrência do Estado com a iniciativa privada seria barrada por ilegal, como ocorreu na cidade de San Rafael, onde a transmissão do Canal 7 foi proibida por uma ação interposta pela TV Rio Diamante, de propriedade do conglomerado Vila-Manzano, que atuava no local[7] (CALIFANO, 2007).

No mercado de televisão a cabo, que abrangia mais de 50% dos lares argentinos, a multiestatal também não obteve espaço. Apesar de ser um sinal gratuito, que não representaria custos adicionais de distribuição, os operadores do cabo negaram-se a incluir a emissora em suas grades de programação. Segundo o correspondente da TeleSUR na Argentina, Edgardo Esteban (2011), a justificativa apresentada era a inexistência de espaços para incorporar o sinal, mas outras razões podem ser aventadas.

Em relação a este aspecto, é necessário destacar que o sistema de televisão a cabo era praticamente dominado por dois conglomerados multimídia transnacionais – Multicanal e Cablevisión -, que, por sua vez, estavam vinculados aos principais provedores de sinais por relações de concentração vertical de mercado. Isto é, os mesmos investidores estrangeiros compartilhavam a propriedade dos meios e controlavam a provisão de sinais.

Krakowiak (2003 *apud* MARINO, 2007) ressalta que o controle sobre diferentes fases do sistema pode levar as empresas a utilizar sua posição dominante no mercado para excluir sinais competidores. Sustenta-se aqui que esse é o caso de TeleSUR. A emissora se apresenta como uma alternativa às cadeias informativas internacionais, especialmente à CNN em espanhol, então controlada por Time Warner, empresa que figurava como acionista dos

[7]Após a validação do decreto pelo Congresso, a medida cautelar foi revogada e o sinal da emissora estatal, restituído.

principais operadores do sistema de TV a cabo argentino (MARINO, 2007).

Essa estratégia de dominação do mercado pode afetar o sistema como um todo e não apenas os grupos concentrados. Como ressalta Marino (2007), o controle sobre um insumo básico (no caso, os principais sinais televisivos) confere aos conglomerados grande poder de pressão. Por essa razão, sustenta-se que a ausência de TeleSUR não só da grade de programação de Cablevisión e Multicanal, mas também dos pequenos operadores esteja relacionada à concentração vertical da TV a cabo.

A distribuição do sinal da TeleSUR na Argentina só começou a mudar sob a gestão de Cristina Kirchner, quando o governo assumiu as rédeas das políticas de comunicação com a promulgação da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual. Em setembro de 2010, a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (Afsca) ditou a Resolução 126/10, estabelecendo as pautas para o ordenamento da grade de programação dos serviços audiovisuais por subscrição e recepção fixa.

O artigo 1° da normativa obrigava ditos serviços a ordenar a grade por gêneros e fixar algumas localizações. Em relação aos sinais de notícia internacionais, determinava a inclusão da TeleSUR na grade de todos os operadores de televisão a cabo e serviço satelitial e sua localização no início do espaço reservado ao gênero. O art. 5 definiu a data de 1° de outubro de 2010 como prazo para a adequação e o art. 6 estabeleceu que o descumprimento dessas disposições seria considerado falta grave sujeita a multa (ARGENTINA, 2010).

À semelhança do ocorrido com a Lei de Mídia, a resolução enfrentou forte resistência do principal operador do sistema, pertencente ao conglomerado Clarín. Cablevisión lançou mão de uma estratégia para protelar o acatamento da norma, que consistiu na apresentação de ações judiciais em distintas localidades do país (MARIOTTO ..., 2010). A batalha se arrastou até 13 de dezembro de 2010, quando foram pronunciadas as duas últimas sentenças, favoráveis ao governo (CABLEOPERADORES ..., 2010).

Paralelamente a este processo, o Estado argentino tomou outra decisão com a finalidade de ampliar o alcance da TeleSUR no país: passou a transmitir o sinal da emissora por meio da televisão digital terrestre, lançada em abril de 2010. O governo de Cristina Kirchner assumiu o protagonismo do processo de migração da radiodifusão da tecnologia analógica para a digital em 2009 e, como parte desse projeto, criou uma plataforma de gestão estatal com 14 sinais, dentre os quais incluiu a TeleSUR (BIZBERGE et al., 2011).

Por conseguinte, a tentativa de resolver o problema da difusão da emissora na

Argentina tem tangenciado as políticas públicas envolvidas na transição tecnológica. Neste sentido, merece destaque o plano *Mi TV Digital*, concebido pelo governo com o objetivo de promover o acesso universal ao equipamento de conversão do sinal analógico para o digital, o *set top box*. A meta é distribuir gratuitamente 1,18 milhões de decodificadores entre os setores de maior vulnerabilidade social; contudo, até o fim de 2010 só haviam sido entregues 200 mil equipamentos.

Também a política de instalação das Estações de Transmissão Digital encontra-se aquém dos resultados esperados. A previsão era que em 2010 houvesse 47 estações funcionando nas principais cidades e mais 400 em outras localidades no ano seguinte, alcançando assim a cobertura total do país. Mas, até meados de 2011, somente 12 antenas já se encontravam em funcionamento (BIZBERGE et al., 2011).

Retornando à caracterização da TeleSUR, é possível observar que, embora seja construída a partir da colaboração de distintos Estados, a emissora conta com uma estrutura centralizada e hierárquica. Este, aliás, é um importante ponto de dissonância do veículo em relação à experiência do *pool* terceiromundista. Conforme sublinha Aguiar (2010), o objetivo do movimento não alinhado nunca foi criar uma agência centralizadora, mas sim um sistema comunicacional descentralizado, marcado por relações horizontais entre os participantes. Embora a Tanjug tenha desempenhado um papel de destaque nessa rede, ela não se sobrepôs às demais agências.

Por sua vez, a TeleSUR é regida por uma Junta Diretiva, da qual participam os Estados-membro. Estes subscrevem diferentes cotas de ações: enquanto a Venezuela detém 51% (MORAES, 2011), Cuba participa com 15% (CUBA ..., 2009), Argentina, com 14% (ARGENTINA, 2012), Uruguai, Bolívia**,** Equador e Nicarágua, com 5% cada (BOLÍVIA ..., 2006; MORAES, 2011). A composição acionária levanta questionamentos sobre o caráter continental da emissora, pois a posse de mais da metade das ações pelo Estado venezuelano confere-lhe um poder superior ao dos demais: o país designa a diretoria executiva do canal e, para críticos, exerce influência nos rumos editoriais (MORAES, 2011).

Esta é uma opinião compartilhada por pesquisadores latino-americanos. Para Omar Rincón (*apud* MORAES, 2011, p.78), embora seja uma ideia necessária ao continente, a TeleSUR *"*não representa a América Latina, a não ser o pensamento chavista". Entretanto, também há renomados teóricos da comunicação que defendem posição diversa. O francês Ignácio Ramonet, por exemplo, pondera que "na América Latina não existia um canal

autóctone de alcance continental. Os únicos que se captavam eram as versões para a audiência latina das grandes redes estadunidenses (por exemplo, CNN en Español, Fox News, ESPN, NBC)" (MORAES, 2009, p.79). Nesse contexto, Ramonet considera que a TeleSUR "constitui a primeira tentativa de liberação audiovisual e de descolonização midiática".

Em consonância com a Tanjung, a TeleSUR também compartilha um objetivo estratégico perseguido pelo movimento dos países não alinhados: promover a circulação de informações produzidas pelo Sul, sem a intermediação dos países do Norte. Nas palavras do membro do primeiro Conselho Assessor da emissora, Miguel Bonaso, o veículo almeja "romper o cerco informativo na América Latina" (*apud* VALENTE; SANTORO, 2006). A afirmação é uma crítica à atuação das agências de notícias internacionais e de redes informativas como CNN em espanhol, Fox News, ESP e NBC, que dominam o espaço comunicacional do continente.

A importância estratégia assumida pelo fator circulação na concepção da TeleSUR encontra-se estreitamente associada a um acontecimento histórico que Almeida (2013) considera ter fornecido o impulso decisivo para a criação da emissora: o frustrado golpe de abril de 2002. Conforme mencionado acima, a atuação dos meios de comunicação venezuelanos foi fundamental para a articulação e a manutenção da farsa. Entretanto, a ação da mídia hegemônica não se esgotou aí: a versão dos acontecimentos propalada pelos golpistas se sustentou no cenário internacional durante 48 horas em parte porque encontrou ressonância em um discurso único difundido pelo sistema midiático global.

Valente (2005 *apud* VALENTE; SANTORO, 2006) imputa esse discurso uníssono à atuação das agências de notícias internacionais. Observa que, no dia 12 de dezembro, todos os despachos produzidos por esses difusores primários de informação possuíam uma mesma estrutura editorial. A título de exemplo, reproduz o trecho de um flash noticioso da agência americana AP, distribuído naquela noite. Chama atenção para o emprego da expressão "deixou o poder", em vez de "foi deposto", de uso recorrente também entre as demais agências.

Respaldado por um levantamento próprio dos despachos distribuídos no período, o autor apresenta também dados relativos ao tempo em que Chávez foi mantido na prisão. Nota que, naquele momento, a atenção das agências de notícias globais se concentrou na tranquilidade demonstrada pelo mercado internacional do petróleo diante da "posse" do novo governo venezuelano.

Em um trabalho sobre a cobertura jornalística do golpe venezuelano realizada pelos meios de comunicação brasileiros Folha de S. Paulo e Veja, também chamamos atenção para o papel das agências de notícias na construção dos significados sobre o acontecimento. Na medida em que o foco da análise foi o produto informativo final, consideramos a atuação das agências como parte de um processo mais complexo, no qual intervieram rotinas padronizadas de produção de notícias, técnicas jornalísticas e escolhas semânticas perpassadas por preferências ideológicas (MENDES, 2006).

Mediante um estudo detalhado desses aspectos, foi possível notar que ambos os veículos construíram versões muito similares sobre o episódio, apoiando-se praticamente nas mesmas estratégias discursivas. A construção dos significados teve como pano de fundo os materiais disseminados pelas agências internacionais. A eles se somaram técnicas como seleção/omissão de informações, consultas a fontes e investimentos semânticos, que corroboraram os sentidos inicialmente enunciados. A interseção entre essas variáveis discursivas contribuiu para qualificar a ação dos militares venezuelanos não como um golpe ou uma deposição ilegítima do presidente, mas sim como um ato em prol do anseio popular, motivado pelos mandos e desmandos chavistas.

A análise evidencia também que os argumentos acionados na construção do noticiário encontram-se em consonância com a visão de mundo de sujeitos bem precisos: as elites venezuelanas e os representantes internacionais do imperialismo neoliberal. Declarações realizadas por fontes provenientes desses grupos sociais tornam patente que a suposta "vontade popular" se confunde com a ideologia expressa por uma classe particular, dotada de preconceitos em relação à tendência nacional-popular do governo Chávez.

Como decorrência, observamos que os noticiários produzidos por Veja e Folha de S. Paulo ecoaram a versão dos acontecimentos propalada pelos meios de comunicação venezuelanos. Concluímos então que essa semelhança deve ser entendida à luz do complexo cenário contemporâneo, dominado por conglomerados midiáticos transnacionais que replicam pelo mundo um discurso único, portador da ideologia hegemônica.

> A forte integração da mídia venezuelana ao circuito global de comunicação – o país detém um dos principais conglomerados latino-americanos do ramo – facilitou a disseminação do discurso assim produzido para diferentes partes do mundo, em função das alianças mantidas com outras megacorporações transnacionais e da comunhão ideológica com os membros desse grupo.
> Uma das nações a replicar a visão – e a versão - dos acontecimentos propaladas

> pelos grandes empresas de comunicação da Venezuela foi o Brasil. Os principais veículos impressos do país, também pertencentes a conglomerados de expressão nos cenários nacional e internacional, publicaram variados textos a respeito do assunto, elaborados sobre um mesmo substrato discursivo.
> Baseando-se, sobretudo, em despachos de agências, facilmente inseríveis nos processos de produção noticiosa voltados à racionalização de recursos, o jornal diário Folha de S. Paulo e a revista semanal Veja construíram noticiários calcados nas imagens do episódio e do presidente Chávez difundidas pela mídia venezuelana.
> A similar manipulação de técnicas jornalísticas e a recorrência às mesmas estratégias discursivas, empreendidas por esses meios de comunicação com a finalidade de retratar os acontecimentos venezuelanos em consonância com o discurso advindo deste país, contribuíram para a disseminação, no Brasil, de uma visão estereotipada do governo Chávez, impregnada por um viés ideológico conservador, hegemônico entre as grandes corporações das mídias brasileira e mundial (MENDES, 2006, p.100-101).

Esse cenário de forte imbricação entre conglomerados midiáticos transnacionais portadores de um discurso unificado evidenciava que a luta por uma nova ordem mundial da comunicação no mundo contemporâneo não poderia se circunscrever à circulação de informações produzidas pelo Sul sem a intermediação do Norte. Tornava-se premente ampliar seu escopo, inserindo-se na batalha das ideias mediante a produção de conteúdos multimídia perpassados por visões de mundo que se contrapusessem àquela hegemônica.

O formato institucional assumido pela TeleSUR procura conjugar ambos objetivos. Conforme supracitado, a emissora visa, por um lado, promover a circulação de conteúdos audiovisuais gerados nos meios estatal, independente, universitário ou comunitário, que dificilmente seriam veiculados pela mídia privada. Por outro lado, no entanto, ela dispõe de uma estrutura de produção jornalística própria, que disputa a significação dos acontecimentos mundiais, especialmente daqueles que têm como palco a América Latina.

Ávila (2008) relata que a sede da emissora, localizada em Caracas, dispõe de estúdios televisivos, ilhas de edição de imagens e de duas redações: uma em língua espanhola e outra, portuguesa. Além disso, a TeleSUR conta com sucursais em distintas partes do mundo: Estados Unidos, Cuba, México, Nicarágua, Haiti, Colômbia, Bolívia, Equador, Peru, Argentina, Brasil e Síria são alguns países que contam com equipes da emissora. Nos países em que não há correspondentes ou nos quais essa equipe revela-se insuficiente para cobrir os principais centros produtores de notícia, a emissora procura construir uma rede de colaboradores, que produzem matérias como *freelancers*.

A coordenação dos conteúdos gerados por essa rede de correspondentes, bem como a captação de informações advindas de outras fontes, são realizadas pela chamada *Mesa de*

Asignaciones. Ao explicar para Strassburguer (2011) o funcionamento desse setor, a então editora executiva da TeleSUR, Indira González, faz uma analogia com o sistema de circulação sanguíneo. Afirma que a *Mesa de Asignaciones* é o "coração" da emissora, que recebe e "bombeia" as informações para a mesa editorial, responsável por tomar as decisões relativas à produção do noticiário. Semanalmente, os colaboradores e correspondentes da TeleSUR enviam para a *Mesa de Asignaciones* uma pauta com a indicação dos acontecimentos que pretendem cobrir na semana seguinte.

Uma vez coligido o material das equipes que atuam no exterior, é realizada na sede da emissora em Caracas, às sexta-feiras, a chamada *Reunión de Previsiones.* Neste momento, são colocadas em votação todas as pautas propostas e definido um Plano de Previsões, que consiste em uma prévia da cobertura jornalística da semana posterior. O plano é então enviado às equipes internacionais, para que tenham uma previsão de como será o trabalho na semana seguinte. Realizada essa definição, ao longo da semana, a TeleSUR segue a rotina característica de um telejornal diário.

Apesar de possuir uma estrutura predominantemente televisiva, a TeleSUR não se circunscreve a esse formato. Procurando se adequar aos desafios impostos pelo sistema mundial de comunicação contemporâneo, o veículo latino-americano almeja se firmar como um "multimeio" que produz conteúdos jornalísticos para distintas plataformas, como explicita sua visão institucional (TELESUR, 2014). Para tanto, mantém um portal web que fornece acesso não só à programação ao vivo da emissora, mas também a um acervo de textos, imagens, vídeos e sons.

A pesquisa realizada por Strassburguer (2011) evidencia que, embora a multiestatal mantenha uma equipe de redação própria para a produção de conteúdo web, o trabalho realizado por esse segmento ainda é pouco autônomo e não explora o potencial do universo digital. Como relata a jornalista e redatora Jéssica Lopes (2011 *apud* STRASSBURGUER, 2011), as atividades ali realizadas praticamente se resumem à redação de textos a partir dos conteúdos gerados para a TV ou fornecidos por terceiros.

Ao elencar as fontes externas consultadas para a redação do conteúdo web, a editora multimídia Luinés Daniela Sánchez (2011 *apud* STRASSBURGUER, 2011, p.97) afirma que sua equipe apoia-se "[...] muito nas agências de notícias – EFE, AFP, Reuters -, nas páginas de governos de diferentes países, quando são informações institucionais [...]". O depoimento desvela uma importante contradição: parte do conteúdo da TeleSUR provém das mesmas

agências internacionais de notícias que o veículo afirma combater.

O paradoxo também é observável na produção televisiva, especialmente quando esta se refere a países periféricos não latino-americanos Ao comentar duas notas cobertas veiculadas pela TeleSUR, uma relacionada à cúpula realizada em Gana em julho de 2007 para debater a integração de países africanos, e a outra aos protestos de manifestantes em Nairóbi (Quênia) contra o corte de energia, Ávila (2008) pondera:

> A emissora busca privilegiar assuntos corriqueiros de populações pobres e até busca uma cobertura alternativa. No entanto, para isso, utiliza de material de agências de notícias internacionais (no caso das duas notas, a APTN) e fica presa à visão de mundo destas agências. Praticamente todas as matérias e notas internacionais são retiradas de agências de notícias internacionais. Para uma emissora que deseja se tornar uma alternativa de comunicação, longe dos grandes monopólios, é incoerente utilizar materiais de agências internacionais (ÁVILA, 2008, p.77).

Ao se definir como um multimeio contra-hegemônico, a TeleSUR também afirma ser um veículo de comunicação de "serviço público" (TELESUR, 2014). Conforme exposto acima, esta é uma terminologia passível de assumir distintos significados, razão pela qual é necessário elucidar aspectos que permitam esclarecer o sentido aí evocado. Um guia útil nessa tarefa é a definição de radiodifusão pública da Unesco (2001), que se ancora em quatro pilares: independência, universalidade, diferenciação e diversidade.

Os parâmetros estabelecidos pela Unesco revelam-se pertinentes para essa pesquisa por permitirem a análise do meio de comunicação a partir de duas perspectivas complementares, apontadas por Stevanim (2011): atendo-se, por um lado, à estrutura institucional, e, por outro, às mediações sociais. Em virtude disso, ampara-se nas variáveis acima mencionadas, sem a intenção de esgotar os aspectos envolvidos em cada uma delas, com o propósito de lançar luzes sobre o caráter público da multiestatal latino-americana.

Seguindo a proposta conceitual da Unesco, a radiodifusão pública é independente na medida em que opere como um fórum no qual as ideias possam ser expressas livremente, isentas de pressões financeiras, comerciais ou políticas. Um aspecto caro a essa definição diz respeito à governança: espera-se que o meio de comunicação público seja autônomo em relação ao governo e conte com mecanismos de gestão caracterizados pela participação de grupos sociais representativos.

Almeida (2013) explica que a estrutura gerencial da TeleSUR é composta por dois órgãos. No topo do organograma institucional, localiza-se a Junta Diretiva, composta quase

exclusivamente por representantes dos Estados coproprietários, indicados pelos governos. A única exceção à regra é o próprio Beto Almeida, que participa da direção como membro não-estatal, por ter integrado o núcleo inicial de criação do veículo. Abaixo da Junta Diretiva, situa-se o Conselho Assessor, constituído por intelectuais e militantes da esquerda latino-americana e mundial, como o cineasta brasileiro Orlando Senna, o escritor nicaraguense Ernesto Cardenal e o jornalista Ignacio Ramonet.

O Conselho Assessor é responsável pela linha editorial do veículo. O órgão deve zelar para que o conteúdo da TeleSUR contribua para a integração simbólica dos países latino-americanos e dos povos do Sul. Almeida (2013) assegura que, no cumprimento dessa missão, o conselho dispõe de autonomia em relação aos governos coproprietários. Como exemplo cita a presença no órgão de Cardenal. Afirma que o fato de hoje se situar praticamente na oposição ao governo de Daniel Ortega não impede o escritor nicaraguense de ser membro do conselho, pois o que realmente importa é o que sua trajetória agrega em termos de comunicação e jornalismo.

A composição do conselho torna pertinente transpor para a reflexão sobre a TeleSUR as ponderações realizadas por Stevanim (2011) a respeito do primeiro Conselho Curador da TV Brasil. De modo análogo ao que ocorreu com este, o órgão destinado à participação da sociedade civil na emissora latino-americana acabou sendo loteado por personalidades publicamente reconhecidas na esquerda, que legitimam certa ideia de diversidade. Entretanto, foram deixados de fora representantes de entidades da sociedade civil organizada e dos próprios telespectadores da emissora.

Ao privilegiar esse modo de estruturação do Conselho Assessor, o projeto comunicacional parte do entendimento de intelectual inerente à perspectiva nacional e popular que Coutinho (2011b) denomina “nacionalista de esquerda”. Nesta, o intelectual não necessita estar organicamente articulado ao povo; o importante é que ele seja portador de uma cultura elevada e, enquanto tal, exerça uma função paternalista em relação às camadas populares, educando-as nessa concepção de mundo superior.

Outro fator considerado de peso na avaliação da independência da comunicação pública é o financiamento. Na perspectiva da Unesco (2001), dispor de fontes estáveis de recursos financeiros, que independam da aprovação de governos e de decisões mercadológicas, é crucial para assegurar a autonomia de um veículo público. Essa não é, entretanto, a realidade da TeleSUR: o quadro comparativo das estruturas de comunicação

públicas latino-americanas realizado pelo Mercosul (2007) aponta que a principal fonte de financiamento da multiestatal é o orçamento dos Estados-membros. À época do estudo, estes destinavam à emissora uma quantia aproximada de 10 milhões de dólares anuais.

Como é possível depreender a partir da análise desses aspectos, a concepção de "serviço público" subjacente ao projeto comunicacional latino-americano aproxima-se mais daquela que Stevanim (2011) classifica como estatista. Entretanto, com uma especificidade: uma forte presença do Estado *stricto sensu*, em detrimento dos movimentos organizados da sociedade civil, cuja participação é praticamente inexistente.

Sob essa perspectiva, é possível afirmar que a TeleSUR dedica-se à construção de uma contra-hegemonia passiva. Respaldada por uma estrutura estatal similar àquela característica das revoluções passivas, a emissora busca construir um consenso social mínimo, acolhendo e representando parte das demandas culturais das classes subalternas. Neste caso, os sentidos atribuídos ao nacional são controlados não "de baixo para cima", mas "de cima para baixo".

Na definição de radiodifusão pública da Unesco (2001), outro pilar considerado essencial é a universalidade. A situação indicada como ideal é aquela na qual o meio de comunicação público torna-se acessível a todos os cidadãos, independente da posição social ou do poder econômico destes. Fatores considerados fundamentais nesse sentido são a distribuição e o acesso, por indicarem se os cidadãos e cidadãs têm acesso livre à recepção do sinal do meio de comunicação público.

No que diz respeito a esse quesito, a TeleSUR tem envidado esforços para promover um alcance global. Além de possibilitar o acesso ao vivo da programação televisiva por meio de seu website, a multiestatal vem investindo em tecnologias, acordos e parcerias com países de todas as partes do mundo, que tem garantido a presença de seu sinal não só nas Américas - do Norte, Central e do Sul -, mas também nos continentes europeu, africano, asiático e no Meio Oriente (ver Figura 1 e Figura 2).

Figura 1: Distribuição do sinal da TeleSUR via cabo

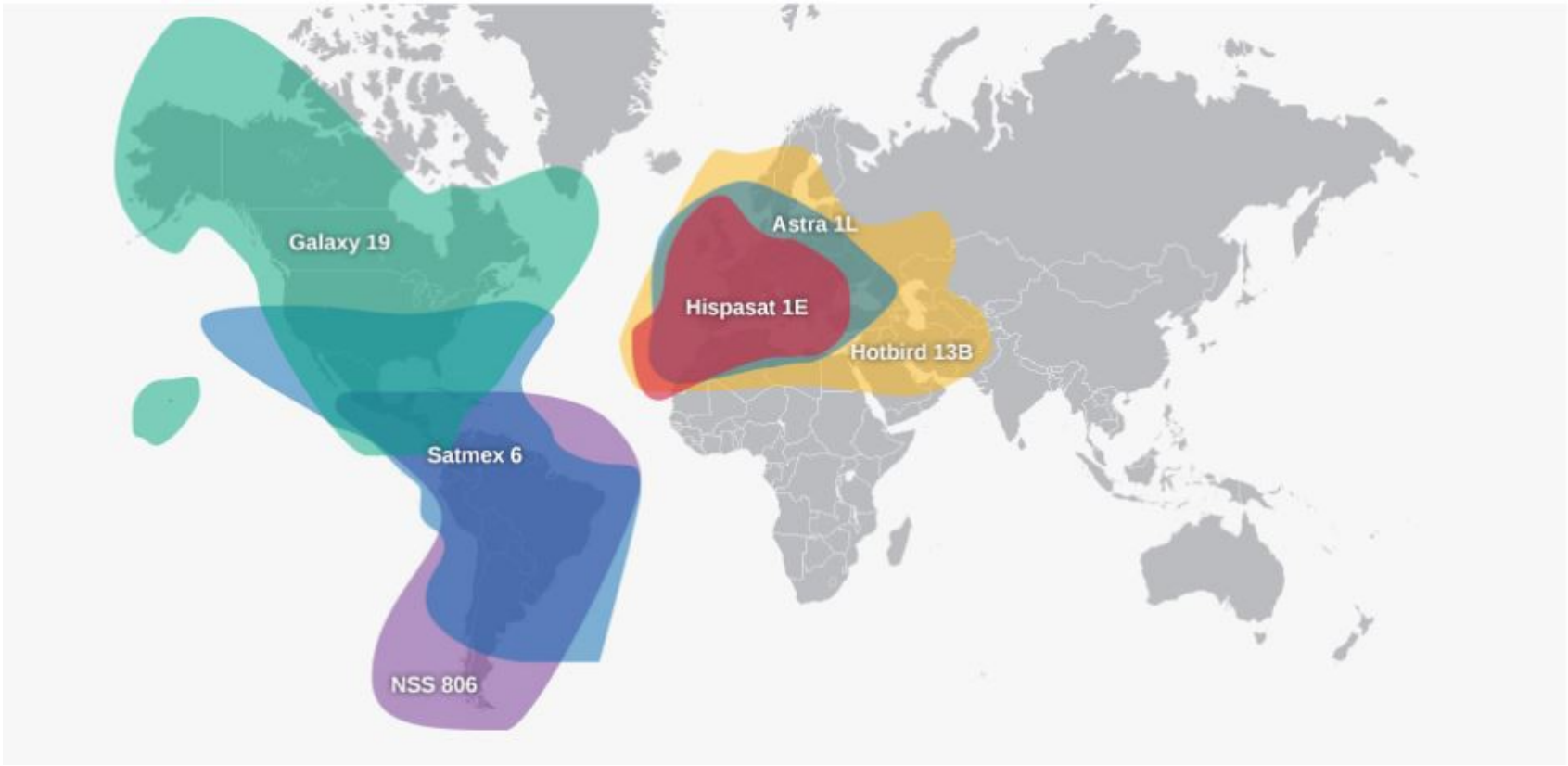

Figura 2: Cobertura satelitial da TeleSUR

Concentrando o foco na América Latina, é possível observar a existência de políticas públicas voltadas para a distribuição do sinal da TeleSUR na radiodifusão aberta. Se, nos primeiros anos, apenas a Venezuela disponibilizava o conteúdo da multiestatal nessa plataforma (ÁVILA, 2008), recentemente outros países também têm avançado nessa direção. Conforme supracitado, a transição da TV analógica para a digital na Argentina significou a inserção da emissora na radiodifusão aberta deste país em 2010 (BIZBERGE et al., 2011). Em 2011, o Equador iniciou a transmissão aberta nas duas principais cidades do país – a capital Quito e a cidade de Guayaquil -, com a promessa de estendê-la posteriormente para todo o país. Cuba também passou a retransmitir a programação do canal latino-americano em sinal aberto e em tempo real a partir de 2013 (TELESUR ..., 2013).

A essas medidas governamentais somam-se estratégias alternativas de distribuição. O conteúdo da TeleSUR é difundido também por meio de parcerias diretas com veículos alternativos, comunitários, educativos e universitários. Esse é o caso do convênio com a TV Educativa Paraná, no Brasil. Em 2007, o então governador Roberto Requião fechou um acordo com o canal que prevê a transmissão de três horas diárias da TeleSUR na TV Educativa e, em contrapartida, a veiculação de seis horas da programação desta na emissora latino-americana (REQUIÃO …, 2007).

No norte do Equador, a difusão do conteúdo da TeleSUR em sinal aberto foi possibilitado por acordos similares. Em 2006, foi firmado um convênio para que a Universidade Técnica do Norte transmitisse, por meio da emissora universitária UTV, parte da programação da multiestatal latino-americana. A iniciativa revestiu-se de importância no diz respeito à democratização do acesso, pois a localidade na qual se situa a TV universitária caracteriza-se pela presença de população de raízes indígenas (TELESUR …, 2006).

Para potencializar esses canais alternativos, a multiestatal iniciou um programa de distribuição de 1.000 aparelhos receptores, na qualidade de comodato, para televisões comunitárias e pequenas e médias operadoras de TV a cabo da América Latina e do Caribe. O propósito era fornecer apoio técnico àqueles que almejassem estabelecer acordos de cooperação, mas não dispusessem das ferramentas necessárias para captação e transmissão do sinal (SENIALES ..., 2010).

Contraditoriamente, no entanto, uma das principais formas de distribuição da TeleSUR ainda é o serviço de televisão a cabo, prestado por operadoras privadas mediante o pagamento de assinaturas (vide Figura 1). Embora seja uma emissora de sinal gratuito, que deveria estar

igualitariamente acessível a todos, a multiestatal muitas vezes só se transforma em opção televisiva para os cidadãos que podem transpor a barreira econômica.

Isto sem contar que os próprios operadores do serviço, muitos deles imbricados no sistema midiático imperialista contra o qual a TeleSUR afirma atuar, por vezes se utilizam de seu poder no setor para estabelecer também uma barreira ideológica à difusão da emissora. Emblemática neste sentido é a batalha travada durante vários anos pelo governo argentino com a empresa Cablevisión, pertencente ao conglomerado multimídia Clarín, para assegurar o acesso ao sinal da TeleSUR aos clientes desse serviço.

Conforme já mencionado, após a promulgação da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, o governo argentino editou a Resolução n° 296/2010 estabelecendo as pautas para o ordenamento da grade de programação dos serviços de TV a cabo. Entretanto, a reação do setor não se fez esperar. A Associação Argentina de Televisão a Cabo (ATVC) publicou um comunicado dia 8 de setembro de 2010, mesma data da resolução, avaliando que "a norma persegue o objetivo político de controlar os conteúdos dos meios de comunicação, como forma de incidir sobre a capacidade de discernimento da sociedade" (ATVC, 2010).

Em 23 de setembro, a Justiça Federal da província de Dolores emitiu uma sentença ordenando o congelamento da resolução, com base em um amparo interposto pela produtora El Haieck, que recebera de Cablevisión o comunicado de que seu sinal seria eliminado da grade de programação em função dos reordenamentos ditados pela normativa (JUEZ …, 2010). Assim, enquanto os pequenos operadores aderiam à norma, o principal deles negou-se a fazê-lo amparado pela decisão judicial.

A recusa foi acompanhada por uma estratégia para protelar ainda mais o acatamento da norma, que consistiu na apresentação de ações judiciais em distintas localidades (MARIOTTO ..., 2011). A batalha judicial se arrastou até 13 de dezembro de 2010, quando foram pronunciadas as duas últimas sentenças, favoráveis ao governo. Na data, a Câmara Federal de Bahia Branca anulou as decisões de primeira instância das justiças de Coronel Dorrego e Coronel Pringles. A primeira respondia a uma ação movida por Dorrego Televisión, vinculada a Cablevisión, e a segunda, a Canal 2 TV (AFSCA, 2010).

Esgotadas as possibilidades de disputa judicial, Cablevisión passou a valer-se de seu domínio no setor para impedir a vigência da normativa. Apesar das sentenças, manteve a posição de não acatar as disposições governamentais. Embora tenha reordenado a grade em 15 de março de 2011, tais alterações não seguiram o ditado pelo órgão (CABLEVISIÓN ...,

2011). A intransigência valeu-lhe 86 faltas em fevereiro, que se converteram em uma falta grave, e mais 66 em abril, conduzindo à segunda falta grave. O presidente da Afsca, Gabriel Mariotto, advertiu que a persistência da negativa poderia levar a novas sanções e à perda da licença, prevista na nova lei quando acumuladas quatro faltas graves MARIOTTO ..., 2011).

Um ano após publicada a resolução, Cablevisión resolveu cumpri-la, mas de forma limitada. Em 15 de setembro de 2011, realizou o reordenamento e a inserção dos sinais – inclusive o da TeleSUR - apenas em seu sistema de transmissão digital, que abrangia aproximadamente 150.000 (CABLEVISIÓN ..., 2011b) de seus 2,75 milhões de assinantes (CHARRAS, 2011). Somente em janeiro de 2014 – quando o conglomerado multimídia Clarín já havia computado sua mais dura derrota na batalha com o governo argentino em torno da Lei de Mídia - a resolução foi cumprida na íntegra, com a disponibilização do sinal também no serviço analógico (TELESUR ..., 2014).

Além dessas variáveis, mais relacionadas a aspectos macroestruturais, a Unesco (2001) também define a radiodifusão pública a partir dos critérios de diferenciação e diversidade. A diferenciação remete à oferta de um serviço distinto em relação às outras emissoras, não tanto em termos de atendimento de audiências negligenciadas ou abordagem de assuntos ignorados por outras mídias, mas sim em termos de organização e produção diferenciados, sem a exclusão de gêneros. A diversidade, por sua vez, diz respeito ao compromisso da radiodifusão pública com a representação da pluralidade de sujeitos sociais constitutivos da comunidade comunicativa, em suas diferenças sociais, étnico-raciais, sexuais e de gênero.

A TeleSUR é uma emissora de TV com foco primordialmente informativo, mas não exclui outros gêneros de sua grade de programação. Como observa Moraes (2009, 2011), aproximadamente 80% do conteúdo do canal é jornalístico; os 20% restantes são compostos por filmes e documentários independentes produzidos na região, muitos deles exibidos pela primeira vez. Além disso, a grade de programação jornalística comporta uma ampla variedade de programas, oferecendo desde telejornais factuais até reportagens em profundidade, como atesta o quadro a seguir:

Quadro 1: Programas que compõem a grade da TeleSUR

TeleSUR Notícias: telejornal diário composto por notícias factuais sobre a América Latina e o mundo.
Deporte teleSUR: cobertura detalhada do mundo dos esportes, com destaque para as melhores jogadas do dia.
TeleSUR Notícias Lenguaje de Señas: TeleSUR Notícias traduzido para a linguagem de sinais. Visa promover a inclusão de telespectadores com deficiência auditiva.
Impacto Económico: oferece um quadro completo sobre as notícias mais relevantes da área econômica na América Latina e no mundo.
USA de Verdad: conta a história do cidadão norte-americano médio, que não é registrada pelos conglomerados de comunicação. Aborda seus conflitos, lutas e demandas.
Temas del Día: espaço que aprofunda as causas e consequências das notícias mais relevantes do dia no panorama mundial.
Dossier: uma hora de análise dos acontecimentos internacionais e das notícias de ressonância mundial em pleno desenvolvimento.
Vidas: programa que conta a história de vida de personagens simples, imersos no dia a dia. Histórias humanas que destacam a idiossincrasia, a expressão e a criatividade dos latino-americanos.
Síntesis: percorre os fatos que foram notícia durante toda semana na América Latina e no resto do mundo.
Reporte 360: aborda as notícias da atualidade produzidas fora do continente latino-americano.
Reportajes TeleSUR: programa de jornalismo investigativo que apresenta diferentes perspectivas e opiniões sobre um tema particular, extraído dos acontecimentos noticiosos que impactam a região e o mundo.
Realidades: analisa o contexto político, econômico, social e cultural das realidades de nossos povos, narradas pelos protagonistas.
Colores del Fútbol: aborda o futebol como mediador das relações culturais e sociais, procurando explicar como a paixão, o fervor e a devoção se materializam em territórios emocionais, pessoais e coletivos, formando verdadeiras nações.
MP3 Gira Latina: série documental que registra os sons tradicionais da América Latina, sua música e seu folclore.
Atomun: programa focado nas notícias científico-tecnológicas da América Latina e do resto do mundo, que destacam os avanços gerados nessa matéria para o bem-estar dos povos.
Entre Fronteras: aborda fatos atuais relacionados às migrações a partir de análises realizadas por especialistas no tema.
Guía tu Cuerpo: espaço informativo dedicado à abordagem de temas de interesse coletivo sobre saúde física, mental, social e de bem-estar coletivo.
Zona Verde: programa focado no tratamento de questões ligadas à ecologia e ao meio

ambiente.
No Son Tuits, Son Historias: programa de investigação jornalística que tem o objetivo de apresentar e comentar crônicas sem data de validade realizada pelos correspondentes da TeleSUR.
Un Sabor Me Trajo Hasta Aquí: série que conta a história por trás dos pratos mais típicos de cada país.

Fonte: TeleSUR, 26 nov. 2014

A programação acima discriminada aparenta uma abertura à representação de uma ampla pluralidade social. Com o foco centrado nas notícias factuais produzidas a respeito dos governos de Argentina, Uruguai e Venezuela, o próximo capítulo procura evidenciar se essa diversidade de fato existe. Antes, porém, aborda-se aqui um último aspecto relacionado ao caráter institucional da emissora: a ausência do Brasil entre os coproprietários.

3.4.1 TeleSUR e o imperialismo subalterno brasileiro

Embora tenha sido convidado a participar da TeleSUR desde a gestação do projeto comunicacional, o governo brasileiro de Luiz Inácio Lula da Silva optou por não se tornar coproprietário da emissora, pois, à época, contava com um estratégia própria de comunicação internacional: estava prestes a criar a TV Brasil – Canal Integración (PEREIRA, 2006). Constituído também em 2005, a partir da junção de recursos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o canal era de propriedade exclusivamente brasileira e tinha o propósito de contribuir para o fortalecimento da integração na América do Sul, estimulando o intercâmbio de informações jornalísticas, culturais e institucionais.[8]

Apesar da decisão do governo brasileiro, desde o início das atividades do Canal Integración era evidente a existência de uma forte política de intercâmbio de conteúdos com a TeleSUR:

> […] a emissora brasileira acaba se utilizando de material da Telesur em suas produções jornalísticas. Na prática, uma notícia que a TV Brasil julgue interessante

[8]A TV Brasil – Canal Integración foi sucedida pela TV Brasil Internacional, inaugurada em 2010. A nova emissora foi criada com uma finalidade distinta da primeira: divulgar a realidade econômica, política, social e cultural do Brasil para outros povos e para os brasileiros que vivem em outros países. Iniciou suas operações pelo continente africano e, somente em um segundo momento, voltou sua atenção para a América do Sul. A programação da TV Brasil Internacional é composta por programas da própria TV Brasil, de emissoras regionais associadas e de produtores independentes brasileiros.

> para ser utilizada em seus produtos é contextualizada e editada de sorte a se encaixar na linha editorial da emissora brasileira, e depois retransmitida em sua programação. Atualmente, de 45 horas já produzidas de *Conexión* [programa de notícias internacionais], cerca de 35% são produtos de adaptações de matérias de telejornais da Telesur. Além da "co-produção" jornalística, o canal multi-estatal é responsável por 46 horas de produções transmitidas pela TV Brasil, o que corresponde a 3% do total, no primeiro semestre de 2006. Dois programas da Telesur fazem parte da grade de programação: o Síntese e o Mesa Redonda. O primeiro é fruto da negociação entre a Telesur e a TV Brasil, onde cada emissora faz um telejornal que é colocado na programação do canal parceiro (PEREIRA, 2006, p. 112-113).

Se as duas emissoras *aparentemente* compartilhavam a mesma finalidade e mantinham entre si uma relação de troca de conteúdos, por que o governo brasileiro optou pela criação de sua própria televisão internacional? Embora outras razões também possam ser aventadas, foca-se aqui uma explicação que parte de uma das premissas norteadoras da argumentação desenvolvida nessa tese: a relação dialética entre os âmbitos nacional e internacional. Para tanto, procura-se elucidar como a inserção do Brasil no sistema capitalista contemporâneo contribuiu para a tomada dessa decisão.

Luce (2007) e Zibechi (2012) coincidem em afirmar que a chegada de Lula ao poder representou uma mudança na relação do Brasil com o subcontinente. Sob o novo governo, a integração continental assumiu um caráter mais pró-ativo e assertivo, por meio do impulso a distintos mecanismos multilaterais. A razão principal por trás desse interesse renovado na região, segundo Zibechi (2012), seria evitar a incorporação subordinada da região nos blocos mundiais, mediante a criação de um bloco sul-americano capaz de influir no mundo, apoiado em suas reservas naturais, cuja liderança caberia ao Brasil.

Sob essa pretensão integracionista, ambos os autores identificam, contraditoriamente, a emergência de uma não tão nova prática imperialista brasileira. Sublinham que Marini já havia detectado algo semelhante na década de 1960, quando cunhou o termo "subimperialismo brasileiro" para conceituar a realidade econômico-política então vivenciada pelo país. Fontes (2010) de certa forma atualiza esse legado, empreendendo uma leitura crítica daquele estudo seminal para sustentar a tese sobre o capital-imperialismo brasileiro.

Apesar de polemizar com certos aspectos da reflexão desenvolvida por Marini, Fontes (2010) enfatiza elementos que a tornam atual e convergente com sua própria proposição teórica. Ambas coincidem em qualificar a atuação brasileira como uma forma de imperialismo dependente e subordinado, que se integra de forma contraditória ao imperialismo praticado pelas nações centrais, gerando novas formas de dominação: "[...] o termo subimperialismo é impactante. Sua importância radica em indicar explicitamente a dupla relação do capital-

imperialismo brasileiro – a de predomínio, por um lado, e de subalternidade, de outro" (FONTES, 2010, p.358).

No plano econômico, tanto o conceito de "subimperialismo" quanto o de "capital-imperialismo" referem-se à inserção do Brasil no estágio do capitalismo monopolista e financeiro, como expressão de um desenvolvimento capitalista dependente. Marini (1980 *apud* LUCE, 2007) sustenta que esse processo teve início no país com a implantação da ditadura militar em 1964, período no qual a industrialização experimentou um forte impulso, que se traduziu na exportação de bens manufaturados para países da América Latina e em uma alta concentração de capital, também direcionada para a região na forma de investimentos produtivos.

Fontes (2010) considera que não houve uma ruptura nesse processo de concentração monopólica nas décadas subsequentes. Pelo contrário, o capital financeiro fortaleceu-se, amparado nas políticas implementadas tanto por Collor, quanto por Fernando Henrique e pelos governos petistas. Entretanto, a autora pondera que também ocorreram mudanças substantivas nos contextos nacional e internacional, diante das quais o conceito forjado por Marini tornou-se limitado para explicar a situação contemporânea.

Como corolário dessa feição econômica, a atuação imperialista brasileira caracteriza-se, de acordo com ambos os autores, pela existência de uma política expansionista de Estado relativamente autônoma. Autônoma, na medida em que há a intenção de criar uma esfera de influência própria, atendendo aos anseios das frações capitalistas nacionais; relativa, no entanto, porque tal política se encontra associada às economias dominantes por laços de dependência. Essa dupla chave explica o projeto brasileiro de se firmar como uma potência regional na América Latina: trata-se, ao mesmo tempo, de uma política sintonizada com as intenções imperialistas, que visa, no entanto, a obtenção de benefícios próprios.

Tal contradição inerente à política externa brasileira é expressa por meio do conceito de cooperação antagônica, utilizado por Marini. Por um lado, a nação imperialista subalterna coopera com as potências mundiais, contribuindo para a manutenção das relações de dominação e exploração vigentes; por outro, rivaliza com seus pares estrangeiros, procurando barganhar melhores posições dentro de sua condição subalterna.

Para aclarar como essas questões se manifestaram no período que ora nos interessa – o contexto de criação da TeleSUR -, a análise realizada por Boito (2006) sobre a composição do bloco no poder no primeiro mandato de Lula aporta importantes elementos. O autor observa

que, à semelhança dos governos neoliberais precedentes, a administração petista foi marcada pela hegemonia do capital financeiro, representado tanto pelos investidores internacionais quanto pelos bancos e fundos de investimento nacionais. Aliado a isso, Lula prosseguiu com a política, iniciada no segundo mandato de Fernando Henrique, de integrar mais ativamente segmentos da grande burguesia interna ao bloco no poder.

Isso ocorreu por meio do estímulo à exportação, sobretudo dos setores agrícola, de extração mineral e da indústria de baixo valor agregado. Em contraposição, ambos os governos abdicaram de impulsionar áreas de alta tecnologia. Tal opção sinalizava as intenções subjacentes: não se tratava de promover o desenvolvimento da economia nacional, mas sim de empreender uma "caça aos dólares", cuja finalidade precípua era remunerar o capital financeiro nacional e internacional.

Indubitavelmente, a implementação dessa política gerou atritos entre as frações burguesas exportadora e financeira. Entretanto, pode-se afirmar que estes se mantiveram nos marcos da cooperação antagônica, pois

> […] a política de *caça aos dólares*, embora se choque, aqui e ali com a política dos EUA e da UE, não questiona a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho e a função exportadora de sua economia; pelo contrário, tal política reafirma essas duas condições.
> Essa nova política pode, portanto, gerar conflitos comerciais com alguns setores dos países imperialistas e tal política exige também que o capital financeiro faça concessões à burguesia interna [...] Porém, enquanto persistirem a política de taxa oficial de juros elevada, a liberdade para os banqueiros fixarem a taxa de juros que cobram dos tomadores de empréstimos, o nível de impostos sobre as empresas do setor produtivo legadas pelo governo FHC, a política de *superávit* primário elevado para remunerar os títulos e os juros da dívida e a total liberdade para entrada e saída de capitais, enquanto persistir esse conjunto de políticas articuladas, todo estímulo para a burguesia interna produzir e exportar estará subordinado aos objetivos da política de *caça aos dólares* e de aumento da receita para remunerar o capital financeiro nacional e internacional (BOITO, 2006, p.279).

Para a manutenção da hegemonia do capital financeiro concorreu também a conquista de um apoio difuso entre as camadas populares. Os agentes imperialistas confiscaram para seus propósitos uma revolta popular legítima contra o caráter excludente da sociedade brasileira, que floresceu entre setores pauperizados e desorganizados da classe trabalhadora sem direção consciente. Embora tenham sido os principais artífices da degradante situação social na qual se encontram tais segmentos, eles conseguiram construir um consenso em torno da ideia de que o problema provém do Estado e de sua intervenção na vida social.

Além disso, as frações burguesas hegemônicas também procuraram dividir a classe

trabalhadora. O governo Lula aprofundou a política, iniciada por Fernando Collor, de explorar as contradições entre diferentes setores das classes trabalhadoras, para facilitar a adoção de medidas neoliberais. Valeu-se, para esse fim, de uma política sistemática de cooptação de dirigentes dos movimentos populares.

Essa composição do bloco no poder torna compreensível a análise da política de integração regional de Lula empreendida por Luce (2007). Adotando como ponto de partida o resgate do conceito de "subimperialismo", o autor sustenta que, embora certos posicionamentos brasileiros sugiram uma confrontação com a potência norte-americana, em sua essência, a política internacional petista não caminhou na contramão do livre comércio nem das pressões exercidas pelas corporações imperialistas.

> No plano da liberalização econômica, o governo brasileiro opta por não aderir a um acordo amplo com os EUA, a fim de proteger alguns setores da burguesia brasileira e consolidar um bloco sul-americano como alternativa à ALCA, a partir da convergência entre Mercosul e CAN de outras iniciativas como o IIRSA. Simultaneamente, aceita avançar nas negociações via OMC. E, em que pese priorizar o regionalismo sul-americano em lugar do pan-americanismo, não deixa de criar com o binômio ALCSA-IIRSA – que traduz o modelo do regionalismo aberto -, um ambiente favorável à presença das corporações estrangeiras, seja de capital estadunidense ou de outra matriz (LUCE, 2007, p.53-54).

No que diz respeito às políticas brasileiras destinadas a estabelecer uma esfera de influência própria na região, Zibechi (2012) sublinha que o governo Lula firmou uma aliança estratégica com a Venezuela, país que realiza oposição frontal ao imperialismo norte-americano. As razões por trás dessa cooperação incluiriam, dentre outras, a necessidade de assegurar o acesso a reservas naturais existentes tanto em solo venezuelano quanto brasileiro e a intenção de frear a expansão dos Estados Unidos na Amazônia, mediante o desenvolvimento dessa região de baixa densidade populacional.

Por intermédio de vários acordos bilaterais, relacionados sobretudo à diversificação do sistema produtivo venezuelano, o Brasil estaria, assim, contribuindo não só para a estabilidade do país caribenho, mas também para o desenvolvimento da autodeclarada "revolução bolivariana". Como contrapartida, neutralizaria a influência de potências externas sobre a região e atrairia para sua órbita também outros países, estreitamente vinculados ao processo histórico venezuelano.

Luce (2007) procura evidenciar, no entanto, que a integração proposta pelo Brasil difere substancialmente daquela defendida pela Venezuela. Dentre os argumentos suscitados,

menciona um elemento de ordens semântica e geopolítica: a definição da região visada pelo projeto integracionista de ambas as nações. Como observa o autor, o Brasil almeja assumir a liderança da união da América do Sul, e não da América Latina. A diferença é atestada pela própria definição da TV Brasil - Canal Integración, acima mencionada.

A desconstrução do conceito de América Latina pelo discurso diplomático brasileiro foi iniciada, segundo o autor, sob a ofensiva do neoliberalismo. A identificação regional passou a ser rechaçada por seu viés "terceiromundista". Como parte da negação, foi retomada a origem do termo que, conforme exposto no primeiro capítulo, consistiu em uma invenção relacionada ao projeto imperialista de Luís Bonaparte.

Ainda que o adjetivo "latinas" esteja de fato historicamente associado a intenções imperialistas, a denominação América do Sul não fica muito atrás nesse quesito. Luce (2007) explica que a escolha do termo pelo Brasil foi realizada em 1980-1990, nos marcos do regionalismo aberto, modelo de integração neoliberal. Sua adoção esteve diretamente relacionada ao projeto de construção de um bloco geoeconômico, que excluía as nações do subcontinente já sob o raio da influência norte-americana, como o México e a América Central.

Tal orientação geopolítica foi retomada e consolidada pelo governo Lula. Entretanto, as autoridades insistem em negá-la, afirmando que o país não possui pretensões hegemônicas na região. Garantem, em vez disso, que a proposta é realizar uma integração harmônica, promovendo interesses mútuos de expansão dos negócios no mercado intra-regional. Para tanto, criam contrapartidas, como os programas voltados à redução das assimetrias existentes entre o Brasil e as demais economias sul-americanas.

O autor pondera que essas políticas compensatórias ajudam a conquistar consenso das nações da região para o projeto imperialista brasileiro. Esse seria, inclusive, um importante traço de distinção do subimperialismo atual para aquele descrito por Marini na década de 1970:

> […] à diferença do período estudado por Marini, correspondente à ditadura brasileira de 1960-1970, cujo subimperialismo era fortemente marcado pelo militarismo, fazendo pender para a esfera da coerção toda a dinâmica interna do fenômeno, agora, o subimperialismo responderia ao polo oposto na relação coerção-consenso. A novidade dessa dinâmica, na qual segue vigente o mesmo protagonismo das corporações e do Estado, se definiria a partir das diversas políticas em que se anuncia o objetivo da redução das assimetrias no interior do subcontinente (LUCE, 2007, p.116).

À luz dessas questões, é possível compreender a opção do governo Lula de não se tornar coproprietário da TeleSUR. Reafirmando a postura imperialista-subalterna do país em relação ao subcontinente - e, por conseguinte, o comprometimento com as relações de dominação, culturais inclusive, aí envolvidas -, o governo brasileiro recusou-se a participar de um projeto que se enraíza na histórica batalha comunicacional anti-imperialista – embora, na prática, seja perpassado por contradições, como este e o próximo capítulo procuram evidenciar.

Por sua vez, a decisão de criar um canal de televisão próprio para promover a integração latino-americana e, paradoxalmente, alimentá-lo com conteúdos provenientes também da TeleSUR, pode ser interpretada como parte da estratégia do governo brasileiro de criar uma esfera de influência regional relativamente autônoma em relação ao sistema comunicacional imperialista, realizando concessões a importantes parceiros estratégicos no subcontinente.

4 SER COMO OS OUTROS PARA SERMOS NÓS MESMOS: O DILEMA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DA TELESUR

A interpretação de nossa realidade com esquemas alheios
só contribui para fazer-nos cada vez mais desconhecidos,
cada vez menos livres,
cada vez mais solitários

Gabriel García Márquez

Onde iremos buscar modelos? Somos independentes, mas não livres;
donos do solo, mas não de nós.
Abramos a história: e pelo que ainda não está escrito, leia cada um em sua memória.

Eduardo Galeano

A submissão material da América Latina, atualizada sob novas formas ao longo dos séculos, sempre esteve dialeticamente relacionada à submissão ideológica. Imperialistas de diferentes épocas também criaram e repetiram, por meio da adoção de uma visão de mundo de matiz positivista, a inferioridade simbólica do ser latino-americano. Empenhados em conservar as relações de dominação na qual ocupavam a posição de destaque, transformaram reiteradamente o presente no prolongamento de seu próprio passado, apresentando-o como um caminho inexorável e universal que todos deveriam trilhar.

Em termos político-econômicos, esse percurso passou a ser representado por um modelo de Nação autônoma, recortado segundo dois critérios centrais: a instituição de um aparato estatal democrático-liberal e a conquista de prosperidade material por meio do emprego da técnica. O "progresso", e mais tarde o "desenvolvimento", alcançados pelos dominadores passaram a ser anunciados como um destino possível a todos, desde que fossem repetidos aqueles passos originários. Isso significaria renunciar à condição de seres "inferiores", encaixando-se em um modelo de humanidade pré-concebido.

Conforme foi evidenciado no primeiro capítulo, esse pensamento encontra ressonância, inclusive, entre vertentes da esquerda latino-americana. Identificadas por Coutinho (2011b) como partidárias de uma perspectiva "nacionalista de esquerda", tais correntes políticas sustentam projetos nacionais e populares que negam as singularidades políticas e culturais regionais, por considerá-las "inautênticas" e "atrasadas". Reduzindo os

sujeitos regionais a uma posição passiva, propõem a adoção de modelos considerados "modernos" e "superiores" que, contraditoriamente, provêm do exterior.

Entretanto, sempre houve segmentos políticos que questionassem esse caminho, propondo reatar dialeticamente o passado, o presente e o futuro da América Latina. A grande referência histórica nesse sentido é o líder da independência Simón Bolívar. Apesar de também almejar a liberdade e a prosperidade para os países latino-americanos, Bolívar defendia que estas só poderiam ser alcançadas por meio de um projeto político adequado às circunstâncias, à história e aos sujeitos regionais.

Imbuído de um ideal de igualdade ausente no projeto político-econômico dos dominadores, Bolívar defendia a construção de uma grande Nação, concebida em outros moldes: a união, por meio de laços de solidariedade, entre povos iguais. A Pátria Grande, como a denominava, seria alcançada não através da recusa do passado e do ser latino-americano, mas sim da aceitação e superação destes por meio de um projeto político-cultural comum aos sujeitos regionais.

Os projetos herdeiros desta última perspectiva aproximam-se da concepção gramsciana de nacional-popular (COUTINHO, 2011a). Nesta, os sujeitos regionais assumem um papel ativo na história, por meio de um processo de reforma intelectual e moral que lhes possibilita construir uma vontade coletiva nacional-popular ancorada em condições políticas e culturais concretas. Por conseguinte, em vez de seguir modelos pré-traçados, o processo universal em direção ao qual esses projetos se encaminham resulta da construção de um consenso entre forças políticas diversas.

É esta visão de mundo que a TeleSUR afirma reverberar por meio de suas produções midiáticas. Adotando como referente ideológico o pensamento político bolivariano, a emissora apresenta-se como um meio de comunicação "orientado a liderar os processos de união dos povos do Sul" (TELESUR, 2014), possibilitando "[...] a todos os habitantes dessa vasta região difundir seus próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias ideias e transmitir seus próprios conteúdos, livre e equitativamente" (TELESUR *apud* MORAES, 2009, p.126).

Será que essa propalada diversidade social de fato é visível na TeleSUR? Tendo em vista as alianças sociais contraditórias por trás dos governos progressistas, é possível afirmar que as vozes possivelmente representadas são unificadas por um discurso organizador bolivariano? O presente capítulo busca responder essas questões por meio da análise da

cobertura jornalística relacionada aos governos progressistas de Argentina, Uruguai e Venezuela.

A investigação tem como marco teórico-metodológico fundamental o pensamento materialista dialético de Bakthin sobre as ideologias. Partindo da concepção do signo como uma arena da luta de classes, o autor fornece o respaldo necessário para a compreensão dos possíveis sentidos contraditórios de Nação evocados pelos sujeitos que compõem as alianças sociais por trás de cada um dos governos progressistas analisados. Sua perspectiva ideológico-cultural associa-se às considerações tecidas por Lenin (1916) a respeito do caráter ambivalente - ao mesmo tempo progressista e conservador - do nacionalismo.

Além de subsidiar a análise da dialética ideológica interna a cada governo progressista, Bakhtin também ajuda a compreender como o sentido de Nação preponderante em cada caso estudado relaciona-se com o pensamento político de Bolívar. A analogia entre o romance polifônico e o projeto de integração comunicacional encarnado pela TeleSUR permite observar o processo comunicacional em questão como um diálogo igualitário e, quiçá, contraditório entre os sujeitos nacionais e seu autor bolivariano.

4.1 O APORTE METODOLÓGICO DE BAKHTIN PARA O ESTUDO DAS IDEOLOGIAS

Sob a perspectiva metodológica do materialismo histórico e dialético, as representações encontram-se em estreita conexão com as relações materiais vigentes em uma determinada formação social. Em vez de consistirem em elaborações autônomas e imutáveis, passíveis de serem compreendidas por si mesmas, as ideias possuem uma historicidade concreta, devendo ser entendidas à luz da atividade prática material. Isso implica reconhecer os homens, enquanto sujeitos sociais condicionados por um determinado estágio de desenvolvimento histórico, como produtores reais e ativos das ideologias.

Marx (1859) expressa essa relação existente entre as esferas material e espiritual por meio de uma metáfora espacial. O autor compara a sociedade a um edifício, ao afirmar que ela é constituída por uma "base" sobre a qual se ergue uma "superestrutura". Nessa acepção, a totalidade das relações sociais de produção constitui a estrutura econômica, a "base material" de uma "superestrutura" jurídica e política, povoada por formas de consciência social. A primeira, como um alicerce, determina os processos que se desenrolam na segunda.

O modo como é concebida essa determinação consiste em um aspecto crucial do método materialista, pois distingue a abordagem dialética de um enfoque positivista. Conforme foi observado no primeiro capítulo, nesta última forma de interpretação da realidade, a relação entre a base material e a superestrutura assume uma feição determinista, a esfera político-ideológica é tratada como epifenômeno de um desenvolvimento econômico submetido a leis inexoráveis.

Embora o materialismo dialético não descure dos condicionamentos impostos pela base material à superestrutura, conforme sublinha Coutinho (1989) nele a relação entre as duas esferas é tratada de modo mais complexo, como um misto de determinismo e liberdade, causalidade e teleologia. A estrutura intervém no âmbito ideológico condicionando as alternativas à ação do sujeito; entretanto, a *práxis* humana também exerce aí uma função criadora não negligenciável.

A abordagem economicista-positivista trata a relação entre base e superestrutura como algo definido de uma vez por todas. Para o materialismo histórico e dialético, no entanto, "[...] o modo de articulação entre as duas esferas, o maior ou menor poder de determinação em sua ação recíproca, dependem do tipo específico da formação social em questão, sendo, portanto, um fenômeno historicamente mutável" (COUTINHO, 1989, p.58).

Como exemplo, Coutinho cita o desenvolvimento da superestrutura identificado por Gramsci em sua teoria do Estado ampliado. Lembra que o surgimento da sociedade civil conduziu a uma formação social mais complexa em relação à precedente, caracterizada pelo erguimento de trincheiras entre a realidade concreta e o Estado *stricto sensu.* Como consequência, esta nova esfera mediadora provocou um recuo parcial da determinação exercida pela base material sobre a ideologia.

Os pressupostos dialéticos elucidados podem ser identificados na abordagem realizada por Bakhtin (2010) a respeito das representações sociais. Em vez de conceber a relação entre base e superestrutura como fruto de uma causalidade mecânica, o autor está atento às mediações. Trata as superestruturas não como um todo homogêneo a ressoar indistintamente as mudanças ocorridas na base material, mas sim como um espaço social composto por esferas diferenciadas, dotadas de um conjunto de regras específicas e de um caráter próprio.

> Antes de mais nada, é impossível estabelecer o sentido de uma dada transformação ideológica no contexto da ideologia correspondente, considerando que toda esfera ideológica se apresenta como um conjunto único e indivisível cujos elementos, sem

> exceção, reagem a uma transformação da infra-estrutura. Eis porque toda explicação deve ter em conta a diferença quantitativa entre as esferas de influência recíproca e seguir passo a passo todas as etapas da transformação. Apenas sob esta condição a análise desembocará, não na convergência superficial de dois fenômenos fortuitos e situados em planos diferentes, mas num processo de evolução social realmente dialético, que procede da infra-estrutura e vai tomar forma nas superestruturas (BAKHTIN, 2010, p.40).

Bakhtin (2010) identifica dois níveis qualitativamente distintos na constituição da superestrutura ideológica: o primeiro abarca as formas e meios de comunicação verbal e o segundo, os atos de fala. O primeiro encontra-se estreitamente vinculado à situação social dada e, por conseguinte, é mais sensível às flutuações da atmosfera social. Tal nível consiste em um espaço de mediação entre o contexto social e as manifestações ideológicas singulares, que se expressam em enunciados concretos ou atos de fala.

Em virtude dessa conformação, as interações verbais devem ser observadas a partir de duas perspectivas complementares: atentando, por um lado, aos tipos e formas de discurso subjacentes à enunciação e, por outro, ao conteúdo, aos temas atualizados em um determinado contexto histórico. Obviamente, ambas encontram-se concretamente imbricadas, podendo ser discriminadas uma da outra apenas para fins analíticos.

Os tipos ou formas de discurso são as expressões materializadas, as formas materiais precisas de manifestação da ideologia associadas a um determinado campo da comunicação. Também conhecidos como gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003), consistem em tipos relativamente estáveis de enunciados, caracterizados pela adoção de certo estilo de linguagem (seleção de certos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais), por uma determinada construção composicional e pela recorrência de certos conteúdos temáticos.

Os gêneros do discurso exercem uma função normativa. Eles se impõem aos sujeitos como um requisito fundamental para a construção dos enunciados concretos, aos quais as intenções subjetivas devem se submeter.

> A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero de discurso*. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetais (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes etc. A intenção discursiva do falante, com toda sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero (BAKHTIN, 2003, p.282, grifo do autor).

Emoldurado pelo gênero do discurso é que o conteúdo adquire expressão. Na conformação deste último nível ideológico, entra em jogo também o que Bakhtin (2010) denomina índice de valor. De acordo com o autor, um fenômeno da realidade concreta só se torna objeto de atenção social e desencadeia uma relação semiótico-ideológica na medida em que esteja vinculado às condições socioeconômicas essenciais de um determinado grupo. "Em outras palavras, *não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social"* (BAKHTIN, 2010, p.46, grifo do autor).

O índice de valor associado a um objeto ou fenômeno considerado socialmente relevante é, portanto, de natureza interindividual. Ainda que se manifeste em enunciados concretos por intermédio da voz de indivíduos, ele é elaborado e compartilhado por uma coletividade, remete a uma visão de mundo que se pretende consensual em relação a determinado aspecto da realidade. Consenso este que se constitui, no entanto, em objeto de disputas entre grupos que valoram distintamente um mesmo fenômeno social, como será abordado adiante.

No que diz respeito à concepção materialista dialética das ideologias, outro aspecto a considerar é a própria natureza da linguagem, em todas as suas manifestações. Marx e Engels (1987) já haviam notado que a "contaminação" do espírito pela matéria evidencia-se de forma não negligenciável também nesse nível, pois todo fenômeno simbólico é um misto de matéria e ideia. A palavra, o som e o gesto, por exemplo, são elementos portadores de significados que não podem ser dissociados de sua existência material.

Bakhtin (2010) ateve-se a essa questão ao definir o signo. Para o autor, uma das características essenciais deste é o fato de ser um fragmento da realidade material, como todos os corpos físicos. Dessa especificidade deriva sua objetividade e, por conseguinte, a possibilidade de ser submetido a um estudo de tal natureza. Entretanto, o signo consiste em um corpo físico singular: à diferença dos demais, ele também remete a uma realidade exterior, aciona um significado situado fora de si mesmo.

> Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico tem um valor semiótico* (BAKHTIN, 2010, p.32-33, grifo do autor).

Ao elencar as operações semânticas passíveis de serem realizadas pelo signo em relação a uma determinada realidade – reprodução, distorção, apreensão de um ponto de vista específico -, Bakhtin (2010) tem em vista os movimentos do jogo ideológico desvelados pelos fundadores do materialismo dialético. Subjacente à argumentação do autor, é possível identificar o pressuposto, compartilhado por Coutinho (2012)[9], de que, no pensamento de Marx e Engels, a ideologia é concebida de duas formas distintas e complementares, que trazem implícitas a si dois entendimentos sobre a relação entre o particular e o universal: a ideologia como arena de disputa e como "falsa consciência".

A definição da ideologia como arena de disputa é explicitada no "Prefácio à crítica da economia política". Neste texto, Marx argumenta que a superestrutura é o terreno no qual os homens adquirem consciência das contradições sociais e lutam. Especialmente quando as contradições materiais atingem um ponto irresolúvel, inaugura-se uma época de revolução social que conduz à transformação não só dos fundamentos econômicos, mas também das superestruturas nas quais "os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem" (MARX, 1859, s/p).

Esta acepção é retomada e desenvolvida por Gramsci (COUTINHO, 1989; 2011) sob a conotação de visões de mundo em luta pela hegemonia. O marxista italiano considera que todos os homens são filósofos, não no sentido usual de cientistas especializados, mas enquanto portadores de uma concepção do mundo. Contudo, essa filosofia espontânea nem sempre é coerente com a prática: o conhecimento implícito à ação do sujeito social pode ser diverso de sua consciência explícita ou "verbal", herdada do passado e acolhida acriticamente. Daí a relevância do trabalho de organização cultural, referenciado no primeiro capítulo (COUTINHO, 2011).

A reforma intelectual e moral da sociedade e a consequente formação da vontade nacional-popular alimentam uma forma de poder que não se baseia na coerção ou na aplicação da força, mas na direção ideológico-cultural de uma classe sobre as demais: a hegemonia. Nela, as classes ou frações de classe que se pretendem hegemônicas procuram construir um consenso social em torno de determinadas ideias, conquistando o apoio das classes subalternas.

A ideologia - enquanto visão de mundo - é, portanto, o *medium* de disputa pela

[9]Tal pressuposto foi adotado por Eduardo Coutinho como o fio condutor do curso "Comunicação e ideologia", ministrado no primeiro semestre letivo do ano 2012.

hegemonia (COUTINHO, 1989, p.66). Nessa acepção, as superestruturas se configuram como uma arena na qual distintos sujeitos sociais travam uma batalha pela conservação ou transformação de uma dada formação socioeconômica, mediante a criação e difusão de visões de mundo. Na busca por adeptos a suas posições, eles dotam de universalidade seus interesses particulares, inserindo no rol de preocupações parte das demandas dos representados - sem comprometer, no entanto, os pontos principais de seu próprio programa.

> O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2011, p. 287).

A hegemonia consiste, portanto, em um equilíbrio instável entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados. Ela se baseia em uma aliança social que só perdura enquanto os segundos se sintam representados pelos primeiros. Por conseguinte, encontra-se condicionada à evolução das relações de força sociais, podendo ser reconfigurada de acordo as oscilações desta.

Por sua vez, a concepção da ideologia como falsa consciência, desenvolvida por Marx e Engels em "A ideologia alemã", denuncia a tentativa das classes dominantes de camuflar esse conflito social atribuindo às representações simbólicas um caráter intangível e indiferente à luta de classes. O mecanismo subjacente à produção da falsa consciência consiste em uma inversão ontológica, por meio da qual conceitos criados pelos próprios homens deles se alienam e se projetam em um plano superior, de onde passam a comandar seus próprios criadores.

Por meio dessa inversão, a ideologia adquire uma aura sagrada. As representações são apartadas do mundo humano, histórico e conflitual e tratadas como a emanação de um Espírito absoluto. Aos homens resta apenas assumir uma atitude contemplativa diante dessa vontade superior eterna e imutável, transmitindo os conhecimentos dela advindos de geração em geração, sem qualquer questionamento.

> Uma vez que as ideias dominantes tenham sido separadas dos indivíduos dominantes e, principalmente, das relações que nascem de uma dada fase do modo

> de produção, e que com isso chegue-se ao resultado de que na história as ideias sempre dominam, é muito fácil abstrair dessas ideias "a ideia" etc. como o dominante na história e nesta medida conceber todos estes conceitos e ideias particulares como "autodeterminação" *do* conceito que se desenvolve na história. É então natural que todas as relações dos homens podem ser deduzidas do conceito de homem, do homem representado, da essência do homem, *do* homem (MARX; ENGELS, 1987, p. 75-76).

Nesta acepção, a ideologia é considerada um instrumento de dominação. A inversão da realidade é realizada com o propósito de apresentar os interesses da classe dominante como interesses gerais, revestindo de universalidade suas ideias particulares e apresentando-as como as únicas racionais. Concorre, desta forma, para reproduzir na esfera das ideias as relações de opressão vivenciadas no plano concreto. "As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias […]" (MARX; ENGELS, 1987, p.72).

Lukács (1974) agrega outros aspectos a essa concepção de ideologia ao considerá-la resultado da extensão, para todas as esferas vitais – objetivas e subjetivas -, do fenômeno da reificação descrito por Marx. Referindo-se à "consciência reificada", o autor argumenta que, à semelhança da forma-mercadoria, as construções ideológicas coisificam o homem, apresentando o que é fruto do trabalho social como propriedade *natural* de objetos e, por extensão, humanizam os objetos, transformando a relação social entre os produtores e o conjunto de seu trabalho em uma relação entre objetos suprassensíveis.

A reificação faz com que o homem se oponha ao seu próprio trabalho, percebendo-o como algo objetivo que o domina do exterior por meio de leis naturais. No plano subjetivo, ela se manifesta na forma de ideias que adquirem a feição de objetos regidos por leis autônomas e imutáveis. Apartadas da ação humana, tais construções ideológicas movimentam-se segundo as regras de uma racionalidade abstrata, cujo princípio de funcionamento é a possibilidade de cálculo, de conhecer e prever de antemão o curso inevitável dos fenômenos.

A consciência assim reificada rompe a unidade orgânica das ideias, cinde forma e conteúdo. Centrando-se nas possibilidades do cálculo racional, ela se atém a uma *forma* vazia, que se limita a reproduzir "dados" imutáveis. Como parte do mesmo movimento, descarta o *conteúdo* concreto das manifestações ideológicas, considerando suas singularidades meros resquícios irracionais. Ao operar deste modo, reivindica para si a condição de método universal de conhecimento do ser; entretanto, revela-se incapaz de penetrar a própria realidade

imediata, como observa Lukács (1974, p.120) a respeito da ciência econômica.

> A abstração formal desse sistema de leis transforma a economia num sistema parcial fechado que, por um lado, não é capaz nem de penetrar o seu próprio substrato material nem de, nessa base, encontrar a via para o conhecimento da totalidade social que, portanto, por outro lado, apreende esta matéria como um "dado" imutável e eterno. A ciência perde a capacidade de compreender a origem e o desaparecimento, o caráter social da sua própria matéria, assim como o caráter social das tomadas de posição possíveis a seu respeito e a respeito do seu próprio sistema formal.

A cisão das produções ideológicas é um indício da fragmentação do próprio sujeito. Na sociedade caracterizada pela universalização da racionalidade abstrata, a ação humana deixa de ser o motor da história para se transformar em uma fonte de introdução da irracionalidade em um sistema de leis imutáveis. De portador do processo histórico, o homem passa à condição de parte mecanizada de um sistema pronto e acabado, "[...] a atividade do trabalhador perde o seu carácter de atividade para se tornar uma atitude contemplativa" (LUKÁCS, 1974, p.104).

À luz dessas considerações sobre o caráter dúbio da ideologia é que se torna compreensível a concepção bakhtiniana do signo como uma instância capaz de oscilar entre a apreensão da realidade a partir de um ponto de vista específico e a deformação dessa própria realidade. Para o autor, o signo consiste essencialmente em uma arena na qual a luta de classes se desenvolve mediante o confronto de índices de valor contraditórios. É, em outras palavras, um elemento semiótico plurivalente, perpassado por valores sociais divergentes.

A subtração do signo a essas tensões sociais, empreendida por meio da cristalização de uma falsa consciência, transforma-o em um instrumento de deformação da realidade. Sua associação a uma racionalidade particular travestida de universalidade faz com que ele perca seu caráter vivo e dinâmico, tornando-se monovalente.

> Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta *dialética interna* do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (BAKHTIN, 2010, p. 48).

O tratamento do signo como uma instância contraditória é pertinente para o estudo dos sentidos atribuídos à Nação pelos contemporâneos governos progressistas latino-americanos. Por intermédio dessa perspectiva, é possível apreender, em seu movimento real, a dupla dimensão do nacionalismo identificada por Lenin: a emancipatória, de combate à opressão nacional, e a conservadora, por meio da qual adquirem expressão posições chauvinistas que se atêm a exclusivismos nacionais.

As ponderações metodológicas tecidas até o momento têm como horizonte principalmente a dialética ideológica interna a cada governo progressista. Entretanto, o processo de integração continental por trás do projeto político-cultural encarnado pela TeleSUR requer que sejam consideradas também as inter-relações existentes entre as manifestações ideológicas de diferentes governos. Neste caso, cumpre analisar se as tendências ideológicas predominantes na atribuição de sentidos à Nação em cada um deles convergem para a formação de uma vontade coletiva continental ou se veiculam visões de mundo dissonantes.

Tal análise pode ser realizada à luz dos conceitos bakhtinianos de dialogismo e polifonia. Consoante com a concepção da comunicação como um processo no qual o receptor encontra-se diretamente envolvido, Bakhtin (2003) considera cada ato enunciativo concreto como parte de um grande diálogo. Em sua perspectiva, a manifestação discursiva de um dado sujeito é, em algum grau, uma resposta a outra fala e está inserida em uma cadeia comunicacional ininterrupta. Por conseguinte, ela não só se relaciona com enunciados precedentes, mas também é construída já na expectativa de uma atitude ativamente responsiva por parte dos destinatários.

> Neste caso, o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (BAKHTIN, 2003, p. 271).

Ao discorrer sobre o diálogo estabelecido entre distintos sujeitos sociais em uma cadeia comunicativa singular - que define como a obra romanesca polifônica -, Bakhtin (2013) propõe um tratamento metodológico que pode ser aplicado à compreensão do processo

comunicacional engendrado pela TeleSUR. Como se espera evidenciar nos parágrafos subsequentes, as questões que constituem o cerne do projeto político-cultural latino-americano – a integração entre povos iguais entre si, ancorada na construção de uma identidade comum, que deve emergir de um diálogo democrático entre as distintas culturas regionais – encontram tratamento adequado no conceito bakhtiniano de polifonia.

Por meio de uma analogia entre a estrutura do romance polifônico e a proposta de integração comunicacional dos países latino-americanos promovida pela TeleSUR, é possível conceber a associação estabelecida pela emissora entre os ideais integracionistas e os projetos políticos dos governos progressistas à semelhança dos vínculos tecidos entre autor e personagens em uma narrativa polifônica. Vínculos estes que se caracterizam pela independência e isonomia entre as distintas vozes de um plano discursivo, perceptíveis em dois níveis: no da relação do autor com seus próprios personagens e no da interação dos personagens entre si.

Seguindo os passos de Bakthin (2013), é possível considerar a emissora latino-americana como autora de um discurso polifônico, que organiza sua fala a partir da voz de sujeitos sociais presentes, concedendo a palavra aos governos progressistas para que eles mesmos se definam. A TeleSUR trata-os como sujeitos autoconscientes, capazes de expressar uma cosmovisão, uma posição racional e valorativa sobre si e o mundo; em outras palavras, confere-lhes o status de ideólogos aptos para produzir um ponto de vista específico.

Cada governo progressista usufrui, dessa forma, de liberdade para imbuir de significado sua ação sobre o mundo. Eles emolduram sua enunciação segundo a proposta integracionista latino-americana, escutam essa fala histórica e se pronunciam no intuito de respondê-la; contudo, não o fazem submetendo-se aos valores e princípios de uma suposta consciência onipotente. Conservam a palavra final sobre suas ações, avaliando segundo os critérios de sua autoconsciência os aspectos mais essenciais do processo de transformação social que conduzem.

Não há, portanto, uma concepção de mundo que se erija sobre as demais como uma entidade una e indivisa. A fala histórica integracionista e as singulares vozes dos sujeitos nacionais situam-se em um mesmo plano, encontram-se em condição de igualdade. A relação que estabelecem entre si não é de subordinação, mas de coexistência. "*À consciência todo-absorvente da personagem, o autor pode contrapor apenas um mundo objetivo – o mundo de outras consciências isônomas a ela"* (BAKTHIN, 2013, p.56, grifo do autor).

Entretanto, tais consciências desfrutam de uma independência apenas relativa. Ainda que cada qual conceba o mundo a sua maneira, elas não se encontram em um estado de total isolamento. Pelo contrário, interagem o tempo todo, escutando-se, respondendo-se e refletindo-se reciprocamente. Estabelecem um grande diálogo, falando umas *com* as outras - e não umas *das* outras -, única forma de preservar a liberdade de representação do sujeito.

> Para o autor [no caso em questão, a TeleSUR], o herói [os personagens, cada governo progressista] não é um "ele" nem um "eu", mas um "tu" plenivalente, isto é, o plenivalente "eu" de um outro (um "tu és"). O herói é o sujeito de um tratamento dialógico profundamente sério, *presente*, não retoricamente *simulado* ou literariamente *convencional*. E esse diálogo – o "grande diálogo" do romance na sua totalidade – realiza-se não no passado, mas neste momento, ou seja no *presente* […] Não se trata, em hipótese alguma, do estenograma de um diálogo *acabado* do qual o autor já saiu e *acima* do qual se encontra neste momento como quem se encontra numa posição superior e decisiva: ora, isso transformaria imediatamente o diálogo autêntico e inacabado em *modelo* material e acabado do diálogo […] (BAKTHIN, 2013, p. 71-72).

A participação do autor nesse diálogo em condições de isonomia com as outras vozes não implica a renúncia de sua função de organizador do discurso. Assim como em uma narrativa monológica, a consciência do criador também perpassa uma estrutura comunicacional polifônica; no entanto, ela é totalmente reconstruída, adquire uma dimensão até então incomum: amplia-se e aprofunda-se no sentido de abarcar também as consciências dos outros, não como objetos acabados de conhecimento, mas como sujeitos inconclusos, sempre prontos para significar o mundo.

Adotar essa postura diante de outras vozes sociais implica negar-se a coisificar o ser e as relações sociais, lutar contra a transformação do sujeito em objeto. Neste sentido, pode-se afirmar que, ao conceder a voz aos governos progressistas para que eles se autodefinam, a TeleSUR resiste, no plano formal, em transformar as experiências políticas regionais em objetos mudos de um conhecimento conclusivo produzido à revelia. Em vez disso, deixa os singulares sujeitos livres para produzir significados sobre si e o mundo, por meio de um diálogo social aberto entre suas próprias autoconsciências.

Esta estrutura narrativa, na qual o sentido não é fornecido pronto ou acabado, mas sim permanentemente reformulado a partir de um diálogo democrático entre vozes passadas e presentes, que interagem entre si com vistas à elaboração de um sentido futuro, consiste em uma estratégia discursiva afim com propósito autoral da TeleSUR: a construção de uma

identidade regional autônoma. Conforme evidenciado no primeiro capítulo, a identidade latino-americana impõe-se como um projeto futuro, necessário para a verdadeira emancipação dos povos do continente.

Entretanto, a adequação entre estrutura narrativa e propósito discursivo não repercute mecanicamente no plano do conteúdo. O diálogo polifônico encontra-se propenso a uma importante contradição: a autonomia relativa concedida às distintas vozes sociais permite-lhes não só concordar, mas também se rebelar contra o autor, contradizendo essa consciência organizadora. Uma questão que se deve analisar, portanto, é: em que medida os distintos governos progressistas ressoam ou contradizem a proposta emancipatório-cultural bolivariana?

Antes de partir para essa questão, é necessário abordar um aspecto considerado relevante pela proposta metodológica bakhtiniana: a forma de materialização da comunicação, isto é, o gênero do discurso por meio do qual as ideologias adquirem expressão. Tendo em vista o interesse da presente pesquisa no jornalismo informativo – modalidade comunicacional privilegiada pela TeleSUR -, realiza-se a seguir uma breve explanação sobre essa atividade simbólica, procurando explicitar seus vínculos com a ideologia.

4.2 JORNALISMO: DE INSTRUMENTO POLÍTICO A GÊNERO DO CONHECIMENTO

Antes mesmo de cunhar o conceito de hegemonia, Gramsci já havia notado que o jornalismo consiste em uma arena de batalha privilegiada da luta de classes. De acordo com Moraes (2014) e Coutinho (2008), em seus escritos juvenis, o comunista italiano não só percebeu que a imprensa desempenhava importante função na manutenção do capitalismo, como também passou a advogar e a militar em favor de outro tipo de jornalismo, a serviço das classes populares.

Gramsci denunciou a subordinação dos principais jornais italianos aos interesses da burguesia. Segundo o autor, nesses meios de comunicação, os jornalistas “apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo que favoreçam a classe burguesa e a política burguesa em prejuízo da política e da classe trabalhadora”. Exemplo típico desse uso instrumental seria a cobertura das greves. “Para a imprensa burguesa os trabalhadores estão equivocados. Há uma manifestação? Os manifestantes, simplesmente porque são trabalhadores, são sempre os

revoltados, os intransigentes, os delinquentes" (2004 *apud* MORAES, 2014, s/p).

Tendo em vista a luta de classes, o autor concluiu que os jornais burgueses censuram, deturpam ou falsificam a realidade com a finalidade de enganar, iludir e manter os grupos subalternos na ignorância. O marxista italiano passou a defender, então, como única atitude política plausível por parte dos trabalhadores, a ruptura com os jornais burgueses, que não passariam de instrumentos de luta movidos por ideias e interesses contrastantes com os seus.

Essas percepções iniciais a respeito do jornalismo ganharam novos desdobramentos com as formulações teóricas sobre o Estado ampliado e a luta pela hegemonia. Embora Gramsci tenha presenciado apenas os primórdios da comunicação de massa eletrônica (que entrava em cena com a produção radiofônica), já em sua época os meios informativos – representados essencialmente pelos jornais impressos - constituíam "a parte mais dinâmica" da superestrutura ideológica, que se empenhava em "manter, defender e desenvolver a 'frente' teórica ou ideológica" do bloco hegemônico (MORAES, 2014; COUTINHO, 2008).

A atuação ideológica da imprensa levou Gramsci a compará-la ao partido politico. A aproximação foi possível porque o marxista italiano concebe o partido não como uma entidade circunscrita à ação política em sentido estrito, mas sim como uma instância que exerce primordialmente a função de organização ideológico-cultural.

> Esta função [de partido político] pode ser estudada com maior precisão se partimos do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também 'partidos', 'frações de partido' ou 'funções de determinados partidos'. Veja-se a função do *Times* na Inglaterra, a que teve o *Corriere della Sera* na Itália e também a função da chamada "imprensa de informação", supostamente "apolítica", e até a função da imprensa esportiva e da imprensa técnica (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p. 302).

À semelhança do partido político, a imprensa realizaria um trabalho de organização político-ideológica. Ela atuaria como o intelectual coletivo das frações de classe dominantes, conferindo organicidade e universalidade à visão de mundo destas mediante a incorporação subordinada e apaziguadora de parte dos interesses das classes populares. Sua ação cultural contribuiria para que as classes dominantes exercessem a hegemonia sobre a sociedade, conquistando o consenso ativo dos dominados.

Por conceber o jornalismo como uma arena de disputas, Gramsci não se limitou a teorizar sobre a função que a atividade exercia na manutenção do sistema capitalista. O autor defendeu a apropriação da imprensa como um importante instrumento na batalha pela

transformação da sociedade e demonstrou em sua própria prática política como esta deveria ser realizada. Filiado ao Partido Socialista Italiano (PSI) e, mais tarde, ao Partido Comunista Italiano (PCI), exerceu a militância participando ativamente de publicações como os jornais Avanti e Il Grido del Papolo (vinculados ao PSI), L'Unità (jornal do PCI) e, principalmente, L'Ordine Nuovo, que o acompanhou em sua transição do PSI para o PCI (MORAES, 2014; COUTINHO, 2008).

O traço convergente das contribuições prestadas por Gramsci a esses periódicos era "o compromisso com as lutas sociais e a renovação político-partidária e cultural" (MORAES, 2014, s/p). A atividade jornalística praticada pelo comunista italiano visava à libertação dos trabalhadores em relação aos laços de dependência que os uniam aos intelectuais da classe hegemônica. Para tanto, os jornais dos quais Gramsci participava assumiam a função de intelectual coletivo orgânico das camadas subalternas, procuravam captar seus sentimentos e desejos e sistematizá-los em uma nova visão de mundo (COUTINHO, 2008).

Essa foi a função primordial exercida por L'Ordine Nuovo*,* jornal que possibilitou a Gramsci vivenciar a experiência de "união entre pensamento e ação" (MORAES, 2014, s/p). Os artigos publicados no periódico resultavam da discussão direta com os trabalhadores e iam além da mera difusão de informações. "L'Ordine Nuovo era mais do que uma publicação: era um centro cultural, uma escola, um partido, porém, agora, o partido proletário [...]" (COUTINHO, 2008, p.53); enquanto tal, possuía não só uma dimensão comunicacional, mas também pedagógica e cultural.

A abordagem gramsciana figura entre as teorias do jornalismo que Traquina (2005) denomina "estudos da parcialidade", cujo ponto de partida é o princípio segundo o qual as notícias refletem a realidade. Estabelecendo um contraponto com a noção de "objetividade", que as classes dominantes procuraram consagrar como um atributo indissociável da prática jornalística, tal vertente teórica postula que as notícias distorcem sistematicamente a realidade, com a finalidade de promover interesses particulares.

Os estudos da parcialidade concebem o jornalismo como um instrumento a serviço de agentes sociais precisos, que se utilizam das notícias para propagar sua visão de mundo. Como é possível observar na exposição realizada acima, Gramsci considera que, enquanto a imprensa burguesa encontra-se diretamente relacionada à manutenção do sistema capitalista, os meios de comunicação instrumentalizados pela classe proletária contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse modelo teórico, o jornalismo é subsumido pela esfera ideológica. Por conseguinte, a "distorção" é definida no nível macroeconômico e não no interior da organização jornalística. O papel desempenhado pelos jornalistas nesse processo, bem como as mediações sociais próprias à atividade, são descartados como irrelevantes. Os profissionais são vistos como meros executantes de ordens ditadas a partir do exterior.

Embora compartilhe pressupostos com o pensamento gramsciano – derivados de sua filiação ao marxismo -, Genro Filho (1987) defende a autonomia relativa do jornalismo. Adotando como foco de investigação particularmente o gênero do discurso "notícia", o autor advoga a necessidade de reconhecer os aspectos que lhe conferem especificidade. Sustenta que, se o jornalismo informativo for entendido apenas como

> […] um instrumento da luta de classes, teremos como conseqüência que ele será estritamente um epifenômeno da ideologia. Seu estudo seria um capítulo da discussão teórica sobre a ideologia, uma das formas de manifestação e luta ideológica. Não haveria possibilidade de uma *teoria do jornalismo* propriamente dita, já que ele teria de ser explicado em função da luta de classes (GENRO FILHO, 1987, s/p).

Sem perder de vista a concreticidade histórica do jornalismo, cuja gênese encontra-se associada ao desenvolvimento da sociedade burguesa, Genro Filho considera o fenômeno ambivalente. A partir de uma abordagem materialista dialética, pondera que o jornalismo informativo assume uma feição particular, por meio da qual se evidencia sua condição de instrumento a serviço da classe dominante, mas também uma dimensão universal, pois agrega contribuições irreversíveis para o desenvolvimento da humanidade, mesmo em uma sociedade pós-capitalista.

O autor sustenta que, para além das novas possibilidades mercantis, o surgimento da notícia também gerou a demanda por um gênero de conhecimento qualitativamente distinto. A sociedade incorporou ao seu repertório de mediações um modo de apreensão da realidade até então desconhecido, cuja principal característica consiste em restituir os acontecimentos em sua singularidade imediata.

Reconhecer essa dimensão universal não implica, contudo, defender o modelo de jornalismo praticado pelas classes hegemônicas. Genro Filho é categórico em afirmar a impossibilidade da existência de um jornalismo estritamente objetivo; em sua perspectiva, "[...] as necessidades sociais objetivas e universais de informação só podem ser supridas conforme uma visão de classe" (GENRO FILHO, 1987, s/p). A concepção do fato jornalístico

como uma objetividade autônoma em relação a qualquer ideologia ou visão de mundo não passa ela mesma de uma ideologia.

Apesar de se aproximar da abordagem gramsciana nesse ponto, Genro Filho distingue-se por superar dialeticamente o debate sobre a parcialidade. Ao caracterizar o jornalismo como um gênero de conhecimento, o autor deixa de operar com base no princípio da existência de uma realidade passível de ser reproduzida fielmente. Embora considere os fenômenos objetivos, sustenta que a essência destes só pode ser apreendida no processo de autoprodução humana, o que implica afirmar que a concretização de suas possibilidades sempre depende de mediações histórico-sociais.

> O julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social. Não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma *pluralidade de fatos*, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os *fenômenos* são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos (GENRO FILHO, 1987, s/p).

Por adotar essa postura, é possível afirmar que Genro Filho compartilha pressupostos com a vertente dos estudos de jornalismo que Traquina (2005) denomina "teorias construcionistas". Os adeptos dessa perspectiva sustentam, que em vez de refletirem ou distorcerem a realidade, os *media* noticiosos ajudam a construí-la. Eles o fazem estruturando a representação dos acontecimentos apoiados em *mediações* técnicas e subjetivas próprias à atividade jornalística.

Segundo Genro Filho, a reconstrução dos acontecimentos realizada por intermédio das notícias simula a percepção humana. Os processos técnico-subjetivos interpostos entre a realidade e o relato jornalístico reconstituem os fenômenos em sua singularidade imediata, apresentando-os como parte de um processo que se encontra em pleno desenvolvimento. É justamente por promover essa simulação que o jornalismo se constitui como um gênero de conhecimento.

Na abordagem inovadora do autor, as mediações jornalísticas se imbricam à relação entre particular e universal, por meio de outra categoria: o singular. Os contornos assumidos pelo jornalismo informativo fazem com que os sentidos associados àquelas duas esferas sejam

cristalizados em um fato, que procura reproduzir os fenômenos em sua unicidade. O singular consiste no ponto de chegada, na *forma* pela qual o jornalismo se apresenta, enquanto o particular e o universal constituem os horizontes de seu *conteúdo*. Em termos dialéticos, a notícia é definida como um singular significativo, que incorpora e supera o particular e o universal mediante complexos processos subjetivos.

> Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissoluvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo (GENRO FILHO, 1987, p.81).

Na notícia, a particularidade e a universalidade se enunciam por meio dos traços únicos e irrepetíveis do acontecimento, reconstruído fenomenicamente por meio das linguagens e dos processos jornalísticos. Elas se apresentam como uma condição indispensável para a apreensão da singularidade, pois os acontecimentos só podem adquirir sentidos sociais no contexto de generalizações e conexões mais amplas.

Tendo essas questões em vista, Genro Filho defende que, para além da manipulação instrumental direta dos meios de comunicação, a luta pela construção de uma nova sociedade deve ser travada também no âmbito das mediações. É necessário incorporar e aperfeiçoar a *forma* do jornalismo informativo, para que "[...] *os conteúdos sociais* (o plural aqui é indispensável) que, antes eram desprezados na comunicação, passem a ter hegemonia no processo" (GENRO FILHO, 1987, s/p, grifo do autor).

Portanto, ao sair em defesa das mediações jornalísticas, Genro Filho almeja evidenciar que, na luta pela construção de outro modelo de sociedade, o jornalismo informativo não deve ser descartado junto com o sistema capitalista que lhe gestou, em prol do retorno à imprensa de opinião. Deve-se, em vez disso, promover um jornalismo informativo com outro caráter de classe.

> O que se pretende afirmar, tão somente, é que - numa perspectiva histórica mais ampla, que ultrapassa o próprio capitalismo -, não é o modelo do "jornalismo opinativo" que deve suceder ou substituir o moderno jornalismo burguês. Na medida das possibilidades concretas da esquerda revolucionária e socialista, a luta deve ser travada, também, no terreno desse moderno jornalismo, que não é abertamente

> propagandístico ou organizativo - assim como não o são os grandes jornais burgueses em período de relativa estabilidade política -, mas que patrocina uma forma específica de conhecimento da realidade social. Essa batalha pode e deve ser travada dentro dos jornais e veículos sob controle da burguesia, a partir do escasso mas significativo espaço individual dos repórteres e redatores em relação às editorias, e do espaço igualmente importante das redações no seu conjunto frente a diretores e proprietários. Como pode e deve também ser travada, especialmente em momentos de transição revolucionária, mas não apenas nesses casos, em veículos de comunicação massiva sob o controle das forças operárias e populares (GENRO FILHO, 1987, p.71).

Em vez de descartar as mediações que conferem ao jornalismo um caráter informativo, a TeleSUR insere-se na luta contra-hegemônica propondo a expressão, pela via da singularidade, de outros conteúdos particulares e universais. A emissora apresenta-se como herdeira do pensamento político de Simón Bolívar sobre a integração latino-americana, cujos principais traços foram delineados no primeiro capítulo. Mas, em que medida os governos progressistas fundadores do canal de fato ressoam essa proposta emancipatório-cultural? A próxima seção procura responder esse questionamento.

4.3 NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO NO NOTICIÁRIO DA TELESUR

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, a seleção do material empírico para a análise de conteúdo foi realizada em duas etapas. O *corpus* inicial, constituído por 249 notícias, foi coligido com base em critérios do sistema de busca mantido pela TeleSUR. Alterações nesse mecanismo web, ocorridas durante o processo de coleta, provocaram certa distorção dos dados, evidenciada pelo menor volume de matérias obtidas a respeito do governo venezuelano, principal idealizador e propulsor da emissora latino-americana.

Deste universo, composto por notícias não relacionadas ao problema de pesquisa e por um volume expressivo de matérias a respeito de temas recorrentes, foi selecionada uma amostra para a análise de conteúdo. Os quadros 1, 2 e 3 elencam as notícias escolhidas, agrupando-as por temas.

Quadro 1: Notícias sobre o governo uruguaio agrupadas por tema

Tema	Notícias
Reforma do Estado	Presidente eleito deve continuar reforma do Estado Começou o debate para a reforma do Estado
Lei de Caducidade e crimes contra as liberdades humanas	Lei de Caducidade em discussão Reiteram inconstitucionalidade da Lei de Caducidade General ativo é processado por crimes durante a ditadura Mujica pediu Semproni que vote anulação da Lei de Caducidade Fracassa anulação de artigos da Lei de Caducidade Décima oitava marcha do silêncio pelas vítimas da ditadura
Direitos das minorias (homossexuais e mulheres)	Parlamento estuda permitir matrimônio entre homossexuais Justiça reconhece matrimônio homossexual Eexecutivo antecipa que lei de despenalização do aborto não será vetada Despenalização do aborto foi uma reivindicação de 30 anos
Relação entre os trabalhadores e o Estado	Trabalhadores paralisam em busca de melhoras salariais Segunda paralisação geral de atividades: trabalhadores exigem melhoras salariais Trabalhadores reivindicam melhorias salariais Anúncio de greve causa discrepância em setores sindicais Empresa cooperativa celebra dois anos de atividades Urutransfor aposta em crescimento na região Urutransfor é uma empresa de origem familiar

	Venezuela e Uruguai subscrevem acordos em várias matérias Laços políticos entre Caracas e Montevidéu se estreitam

Quadro 2: Notícias sobre o governo argentino agrupadas por tema

Tema	Notícias
Liberdades individuais	Aprovada lei de morte digna
Direitos das minorias (homossexuais e mulheres)	Aprovado projeto de identidade de gênero Governo procura evitar demora em abortos puníveis
Direitos sociais	Governo cria programa de crédito para habitação População saúda anúncio de créditos para a habitação
Ditadura, democracia e direitos humanos	Cinquenta anos de prisão a ditadores por roubo de bebês Descobrem atas secretas da ditadura Reprimidos pela ditadura dialogaram com a comunidade Marcha em memória da verdade e da justiça Argentinos celebram 30 anos de democracia Argentina celebra 30 anos de democracia Trinta mil desaparecidos durante a ditadura militar Governo argentino trabalha na justiça contra os crimes da ditadura
Imperialismo nas Ilhas Malvinas	Origem da presença militar britânica nas Ilhas Malvinas Reino Unido autorizou busca de petróleo a 150Km do norte das Ilhas Malvinas Argentinos e sulamericanos reivindicam soberania das Ilhas Malvinas
Nacionalização da YPF	Governo declara de utilidade pública atividade de YPF

	Senadores votam a favor da recuperação de YPF Em 1917, apareceu a primeira jazida de hidrocarboneto

Quadro 3: Notícias sobre o governo venezuelano agrupadas por tema

Tema	Notícias
Nacionalização da PDVSA	A cinco anos do início da nacionalização da Faixa Trabalhadores respaldam nacionalização de perfuradoras Petróleos de Venezuela, pilar do desenvolvimento
Misiones e Estado de Bem-Estar Social	Cento e vinte pessoas iniciaram primeiro dia de formação Modelo econômico dá garantias aos trabalhadores Crescimento do setor de construção disparou no terceiro trimestre de 2011 Brasil reitera apoio a Caracas para construção de habitações
Socialismo e produção estatal	Aumenta intercâmbio e cooperação com o Uruguai Chávez e Morales inauguram núcleo de produção socialista Presidente anuncia lançamento de Textiles del Alba Albapesca nasce para integrar exploração sustentável do mar Caracas e La Paz firmam novos acordos de cooperação binacional Aumenta produção agrícola nacional
Propriedades sociais ou “comunas”	Empresas de produção social: novo modelo econômico Empresas de propriedade social materializam fortaleza econômica

Integração pela industrialização	Argentina e Venezuela assinam 24 acordos de cooperação Pronunciamento do chanceler Maduro

As próximas seções analisam o conteúdo das notícias enumeradas acima, desvelando as visões de mundo particulares aí presentes em relação dialética com os processos universais aos quais elas remetem. Neste percurso, lança-se luz também sobre os sujeitos sociais que se encontram associados a cada um dos projetos políticos identificados.

4.3.1 Uruguai: democracia, *pero no mucho*

Os contornos gerais assumidos pelo noticiário uruguaio situam as transformações empreendidas pelo governo de José Mujica no âmbito do que Gramsci (2011) denomina "grande política": a fundação de um novo Estado. Seleções e ênfases jornalísticas recorrentes remetem à ideia de que se encontram em curso mudanças profundas no aparato institucional, majoritariamente associadas à construção de um Estado mais democrático e moderadamente ativo na definição dos rumos socioeconômicos do país.

Antes mesmo da posse de Mujica, o tema foi colocado em pauta por meio do destaque a "um dos maiores desafios" que o novo governo teria pela frente: a continuação da reforma do Estado iniciada pelo também frenteamplista Tabaré Vázquez. O foco da matéria era a modernização administrativa, uma das principais frentes da reforma, que tinha a finalidade de conferir eficiência e transparência ao Estado. Colocava-se em questão sobretudo a estrutura estatal burocrática e paternalista que havia sido erigida no Uruguai ao longo do domínio político da direita:

> durante décadas passadas o Estado uruguaio cresceu, gerando cada vez mais burocracia e encarecendo o custo de seu funcionamento. Em 2006, o presidente Tabaré Vázquez encarou uma reforma de grande magnitude e começou a gestar uma mudança na idiossincrasia do uruguaio, acostumado a ter um Estado paternalista, que não necessariamente soluciona seus problemas. Muito se avançou, mas falta um longo caminho a percorrer (PRESIDENTE …, 2009, tradução nossa).

O enfoque adotado vocaliza uma singular preocupação da esquerda latino-americana. Conforme sublinha Coutinho (1980) em uma abordagem centrada na análise da realidade brasileira, mas perfeitamente transponível para outros países da América Latina em virtude das similitudes dos processos históricos, o avanço rumo ao socialismo na região requer a inversão da tendência política elitista, caracterizada pela presença de um Estado forte e autoritário (fruto de "revoluções passivas"), que se faz passar por "benfeitor social", proporcionando acesso aos bens coletivos por meio de relações atomizadas e clientelistas com os cidadãos.

O fragmento mencionado sugere que a eliminação das bases do Estado paternalista pressupõe uma mudança da cultura uruguaia, requer uma nova concepção sobre a forma de relacionamento entre Estado e sociedade. A notícia define então a visão de mundo que se pretende hegemônica: "a Frente Ampla concebe o Estado como um instrumento condutor, social, produtivo e regulador de distintas atividades" (PRESIDENTE …, 2009, tradução nossa). Em outras palavras, ainda o considera um ente ativo e central do desenvolvimento nacional, que deve assumir uma posição estratégica na condução do processo socioeconômico, entretanto, a partir de uma relação mais equilibrada com a sociedade civil.

Por conseguinte, o que se propõe não é um desempoderamento com vistas à instauração de um Estado mínimo de moldes neoliberais. Ainda persiste a ideia de que o Estado deve se constituir como uma entidade presente, como atesta a declaração do ex-diretor do escritório de planificação da presidência, Enrique Rubio: para a fonte, o Estado uruguaio só pode assumir a posição estratégica almejada fortalecendo os ministérios e as empresas públicas. Se, por um lado, tal aspecto pode adquirir um viés progressista, por permitir a retomada de funções como a condução e a regulação dos processos socioeconômicos, não se deve descurar que ele também pode redundar no caráter conservador que se pretende combater.

A principal distinção entre a nova concepção estatal e aquela que se pretende superar é a relação a ser estabelecida entre o Estado e a sociedade. Tanto Rubio quanto o presidente da confederação dos funcionários estatais, Pablo Cabrera, coincidem em afirmar que uma reforma profunda não pode ser conduzida de modo autoritário, passando à margem de uma democratização das discussões e das novas estruturas institucionais. Os trabalhadores e o povo em geral devem ser envolvidos nas negociações, exercendo participação ativa na definição das novas bases políticas.

De acordo com Coutinho (1980), a democracia - reivindicação originariamente associada à luta burguesa - assume uma dimensão singular para os socialistas latino-americanos. A presença recorrente de revoluções passivas na região, que sempre realizaram "pelo alto" as principais transformações políticas e econômico-sociais, representou a traição da burguesia àquele ideal e sua consequente apropriação pela esquerda. Para essa força política, a inversão da tendência elitista do sistema político regional só se torna possível mediante a efetiva incorporação das classes populares na vida política nacional.

Este se afigura, portanto, como um desafio a ser enfrentado pelos socialistas na correlação de forças com os segmentos políticos conservadores que compõem o governo uruguaio. Contudo, no início das discussões sobre a reforma do Estado comandadas por Mujica, o que adquiriu proeminência foi justamente a ausência de interlocução entre "sociedade política" e "sociedade civil": enquanto o presidente debatia com seus ministros a agenda de reformas, os funcionários públicos manifestavam-se em frente à sede da presidência da república por se sentirem excluídos do debate.

De acordo com o representante do sindicato dos funcionários públicos, Alejandro Laner, os trabalhadores compartilhavam com o governo a visão de que uma reforma estatal se fazia necessária. Contudo, não concordavam de serem mantidos à margem de um debate que abarcava questões de seu interesse.

> Compartilhamos a visão de que tem que haver uma transformação do Estado, um Estado mais ágil, mais eficiente. Que tem que haver um Estado que continue sendo motor do desenvolvimento produtivo do país. Para isso tem que haver um Estado comprometido com algumas mudanças e essas mudanças têm que ser feitas "sim" ou "sim" em discussão com os trabalhadores (COMEÇOU …, 2010, tradução nossa).

O presidente José Mujica, por sua vez, não se mostrou muito propenso a negociações em busca de consensos. Expressando um estilo autoritário de tomada de decisões, afirmou não haver o que conversar com os sindicatos; ponderou que, como todo processo de mudança, é normal que a reforma gere incertezas nas pessoas. Entretanto, procurou também transmitir uma mensagem tranquilizadora, ressaltando que as transformações não tinham o objetivo de condenar ninguém, mas apenas de introduzir mudanças possíveis de serem realizadas.

Apesar de ser considerada uma das propostas centrais do programa político de José Mujica, a reforma do Estado não voltou a ser diretamente pautada pela TeleSUR no período analisado. Contudo, isso não impediu que o tema ressurgisse implícito em outras abordagens.

Como evidencia o noticiário, uma das principais mudanças que o governo tentou empreender associa-se à reafirmação e à consolidação do Estado de direito, por meio da defesa de liberdades humanas consideradas inalienáveis.

Essa bandeira originariamente burguesa, apropriada por segmentos da esquerda uruguaia, encontra ressonância na tentativa de acerto de contas com o que Coutinho (1980) considera a "mais extrema e radicalizada expressão" das revoluções passivas sofridas pela América Latina: a última ditadura militar que, no Uruguai, vigorou entre 1973 e 1984 e caracterizou-se por um severo cerceamento das liberdades individuais. A TeleSUR realizou ampla abordagem sobre a questão, enfocando os fluxos e influxos da proposta de derrubada da chamada "Lei de Caducidade", que protegia os militares uruguaios de julgamentos por violação de direitos humanos.

Já em 2010, primeiro ano do mandato de José Mujica, o assunto foi inserido na agenda midiática, com o anúncio do envio à Câmara dos Deputados de um texto interpretativo que tornaria sem efeito os três primeiros artigos da lei, precisamente aqueles que impediam a abertura de sentenças por crimes de lesa-humanidade. A iniciativa foi incentivada pela reação de organismos internacionais de proteção aos direitos humanos, que manifestavam seu rechaço à lei em vigor. Também contava com o apoio de entidades nacionais de defesa dos direitos humanos e dos familiares de vítimas e desaparecidos da ditadura (LEI …, 2010).

A visibilidade concedida à reivindicação de punição dos militares envolvidos com os crimes cometidos durante a ditadura reforça a ideia de compromisso do governo uruguaio com o projeto de transformação do Estado. O apoio do oficialismo à iniciativa é um indício de que se encontra em curso no país a restauração do Estado liberal, instância de poder cuja principal característica, segundo Bobbio (1992), é a inversão da relação entre indivíduo e Estado, por meio da qual o primeiro conquista uma ampla esfera de liberdade em relação ao segundo.

No modelo político liberal, a intervenção do Estado na sociedade é reduzida ao mínimo possível. Ela é considerada benéfica apenas na medida em que contribua para assegurar os requisitos básicos necessários à manifestação das potencialidades individuais. Isso é, quando se torna um recurso fundamental para garantir o usufruto dos direitos individuais mais elementares e protegê-los contra os abusos cometidos por outrem.

Se, por um lado, essa formação estatal assume uma dimensão progressista, por outro, ela também apresenta traços conservadores. Eagleton (1998) pondera que ela possui uma

afinidade com os ideais socialistas e comunistas, na medida em que cria as condições necessárias para a prosperidade humana; entretanto, ela também se afasta de tais ideais ao se aferrar à soberania individual, descartando de antemão qualquer concepção de prosperidade que implique uma atitude mais proativa do Estado em relação aos indivíduos.

No Congresso uruguaio, a correlação de forças existente pendia para a valorização da dimensão progressista desse modelo estatal. Os setores conservadores, representados pelos partidos Nacional e Colorado, eram totalmente contrários à medida. Na Frente Ampla (que, conforme mencionado no primeiro capítulo, abrigava em seu interior dissidentes dos partidos conservadores) predominava o apoio, embora este não fosse unânime: na Câmara dos Deputados, o partido dispunha dos votos necessários para aprovar o texto independente das forças oposicionistas, mas no Senado vozes dissonantes ameaçavam imputar-lhe uma derrota.

A falta de consenso no interior da FA impediu que o projeto, já sancionado pela Câmara dos Deputados, fosse enviado imediatamente ao Senado e acabou desatando uma "tempestade política" (REITERAM ..., 2010) no interior do partido. Neste interregno, acontecimentos relacionados ao tema ajudaram a mantê-lo na agenda midiática, transformando o noticiário da TeleSUR em uma arena do embate de ideias que então se travava entre as forças governistas.

A declaração de inconstitucionalidade da Lei de Caducidade por parte da Corte Suprema de Justiça foi um desses episódios. Em novembro de 2010, os cinco juízes do máximo tribunal concluíram que a lei usurpava funções próprias da Justiça ao delegar a decisão sobre os crimes da ditadura ao Poder Executivo, mérito que consideraram suficiente para declará-la inconstitucional. A cobertura do fato serviu para legitimar a visão de mundo sustentada pelos segmentos progressistas.

A crítica aos parlamentares dissidentes ganhou expressão na voz de familiares de cidadãos vitimados pelo regime de exceção. Valentina Chaves, filha da desaparecida Ubagesner Chaves Sosa, chamou atenção para o caráter universal do projeto de lei interpretativa. Repudiou a atitude dos dissidentes sob a alegação de que ela impedia não o atendimento da demanda de um segmento social particular, mas sim uma conquista benéfica para todos os uruguaios. "Estamos muito longe de conseguir uma mudança no nível de toda a sociedade. Porque [essa decisão] não afeta apenas os familiares, mas a sociedade em seu conjunto" (REITERAM …, 2010, tradução nossa).

Valentín Enseñat, filho do também desaparecido Miguel Ángel Río, destacou um dos

valores universais reivindicados por intermédio do projeto de lei: a justiça. Em sua crítica aos senadores dissidentes, lançou um questionamento: "Que outros valores podemos afirmar, além do valor de viver em uma sociedade sem impunidade?". A resposta veio por meio de uma citação indireta dos familiares das vítimas da ditadura, que ajudou inclusive a especificar o tipo de justiça reclamada. Segundo a matéria, esses cidadãos prometiam continuar sua luta até as últimas consequências, por considerarem que "sem liberdade não há justiça" (REITERAM …, 2010, tradução nossa).

Liberdade. Este é o valor basilar da visão de mundo aí expressa. A justiça reivindicada adquire seu significado do pedido de punição das atrocidades cometidas pelos militares contra os direitos humanos considerados fundamentais. Direitos esses que comportam uma dupla face: uma particular que, de acordo com Marx (1843), associa-os aos interesses do "homem egoísta" burguês, e outra universal, que os transforma em uma importante conquista da humanidade.

A face particular da liberdade se expressa por meio da valorização do homem em seu estado atomístico, separado de seus semelhantes e da comunidade em geral. A liberdade é aí concebida como o direito de fazer e empreender tudo aquilo que não prejudique os outros; em outras palavras, como uma liberdade negativa (BOBBIO, 1992). Como observa Marx (1843) a esse respeito, trata-se de um valor dissociativo, funcional à sociedade capitalista, que proclama acima de tudo o direito dos indivíduos de dispor de seus bens e do fruto de seu trabalho para sua própria prosperidade.

Enquanto manifestação da ideologia burguesa - como "falsa consciência", portanto -, a liberdade foi concebida como um direito "natural". Locke[10] (1966 *apud* WEFFORT, 2006), à semelhança dos demais representantes da vertente filosófico-política jusnaturalista, defendia que, antes de viver em sociedade, os indivíduos haviam passado por um estágio natural de existência, no qual já gozavam de plena liberdade. Sob essa perspectiva, o Estado era visto como uma criação artificial, o fruto de um contrato firmado consensualmente por tais indivíduos, com o propósito de assegurar-lhes o pleno gozo da liberdade.

Essa mesma liberdade, contudo, acabou ultrapassando o caráter particular de classe. Ao ser reivindicada por toda a sociedade, assumiu um viés universal, que a impulsionou em direção ao socialismo, como o próprio Marx também já havia observado há dois séculos e

[10]De acordo com Bobbio (1992), Locke foi o primeiro a fornecer a primeira e mais completa formulação do Estado liberal.

meio:

> A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostataram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado *socialistas* (MARX, 2011 p.80).

Após o parecer da Corte Suprema de Justiça, ocorreu um feito histórico que voltou a pautar o texto interpretativo da Lei de Caducidade: a prisão do general em atividade Miguel Dalmao e a abertura de processo judicial contra o coronel aposentado Jose Chialanza, ambos sob a acusação do homicídio da comunista Nibia Sabalsagaray. A morte da militante, registrada pelo Exército como suicídio, foi apurada pelo juiz Rolando Vomero, que identificou elementos suficientes para afirmar que o falecimento ocorreu durante um interrogatório no qual a vítima foi submetida a torturas (GENERAL …, 2010).

As sentenças forneceram ancoragem para a manifestação de uma das vozes oficialistas dissidentes: o presidente da Comissão de Defesa do Senado, Jorge Saravia. O senador ponderou que as ações judiciais reforçavam sua argumentação contra o projeto de lei interpretativo. Saravia sustentava que a punição dos militares deveria ser resolvida na esfera judicial, pois a alteração da lei representaria a violação do poder popular soberano. Isso porque a Lei de Caducidade já havia sido submetida a dois referendos populares – o primeiro realizado em 1989 e o segundo em 2009 -, nos quais os uruguaios ratificaram sua vigência.

É interessante aqui comparar o papel atribuído à comunidade política pela burguesia nos primórdios de sua existência - quando a classe ainda comportava uma tendência progressista - e quando ela assume sua face conservadora. Na crítica ao modelo político burguês, Marx (1843) havia chamado atenção para o fato de que o "soberano" era invocado com a finalidade de preservar as liberdades humanas. Isto implicava dizer que o "cidadão" se encontrava a serviço do "homem egoísta". No momento em que a liberdade passa a ser uma reivindicação de toda a sociedade, Saravia subverte essa lógica: a referência à decisão da comunidade política serve para legitimar a manutenção da impunidade em relação aos violadores das liberdades individuais.

O projeto interpretativo da Lei de Caducidade continuou sendo pautado ao longo de todo o ano de 2011, em virtude da votação no Senado e da segunda discussão na Câmara dos

Deputados. No Senado, o texto foi aprovado com os votos da Frente Ampla, à exceção do parlamentar Jorge Saravia, que manteve a posição de não seguir a orientação do partido. No entanto, ao retornar para a Câmara dos Deputados, ele não computou votos suficientes para sanção. Embora a Frente Ampla contasse com maioria nessa casa legislativa e já houvesse obtido aí uma primeira vitória, o partido amargou uma derrota com o empate entre legisladores favoráveis e contrários (MUJICA …, 2011).

O anúncio da derrubada do projeto de lei permite vislumbrar a ampla coalizão que havia se formado em torno da causa, reafirmando o caráter universal adquirido pelos valores de liberdade e justiça na sociedade uruguaia. Movimentos sociais, sindicatos e forças político-partidárias exigiam juntos o fim da impunidade. A manifestação contrária à decisão da Câmara foi, inclusive, vocalizada por um operário. A indignação com o resultado foi expressa pelo dirigente da Central Única Obreira, Fernando Pereira: "não pensava que trinta anos depois ia reivindicar os restos de nossos companheiros desaparecidos" (FRACASSA …, 2011, tradução nossa).

Contraditoriamente, no entanto, o que essa multiplicidade de agentes coletivos concretos reivindicava era a reafirmação de uma concepção abstrata do sujeito como "indivíduo soberano". Engendrado pela modernidade burguesa juntamente com os direitos de liberdade que lhe são *naturalmente* associados, tal sujeito é caracterizado, segundo Williams (1976 *apud* HALL, 2004), com um ser cuja essência é constituída por dois traços identitários distintivos: pela indivisibilidade, ou unificação a partir do interior, e pela singularidade, ou unicidade. Trata-se de um sujeito que permanece o mesmo ao longo do tempo, marcado por uma continuidade entre passado e presente.

Tal sujeito corresponde, em termos políticos, ao ser racional, agente do conhecimento e da prática histórica, que esteve por trás das revoluções democrático-burguesas e cujos principais traços foram definidos por Locke. O autor (*apud* WEFFORT, 2006) concebe os homens como seres individuais e racionais por natureza, que resolvem firmar um pacto consensual de convivência em sociedade para preservar e consolidar seus direitos naturais (a vida, a liberdade e a propriedade). Quando a lei social é violada, o pacto se degenera em tirania e os cidadãos têm o direito de se rebelar.

A associação das ditaduras militares à ideia de ruptura com a racionalidade socialmente instituída fica patente na cobertura sobre a Marcha do Silêncio. O ritual, repetido anualmente pelos familiares das vítimas, é caracterizado como uma forma de protesto contra

“a irracionalidade mais absoluta da ditadura militar” (DÉCIMA …, 2013), que lhes privou da convivência com entes queridos atentando contra um dos direitos humanos elementares: a vida.

A unicidade dos indivíduos vitimados pela ruptura do pacto é ressaltada na descrição do ritual. De acordo com a reportagem, todo dia 20 de maio, familiares de detidos e desaparecidos repetem os mesmos gestos: dirigem-se a um apartamento no centro de Montevidéu e procuram, entre os cartazes ali existentes, aquele que possui a foto de seus parentes. “Como dezenas de familiares, Ignacio Errandonea deverá buscar neste conjunto a foto de seu irmão Juan Pablo, desaparecido em 26 de setembro de 1976” (DÉCIMA …, 2013, tradução nossa). A foto cumpre a função de singularizar o sujeito, resgatando a existência única de cada vítima da ditadura.

Mas esse sujeito unificado e racional não é o único representado no noticiário uruguaio. Por meio de uma série de reportagens que focalizam demandas e conquistas contrárias a formas de opressão específicas - como as relacionadas à orientação sexual e ao gênero -, também adquirem expressão vários movimentos sociais organizados que reivindicam o reconhecimento das diferenças socioculturais.

Conceder a palavra a esses sujeitos, como bem observa Eagleton (1998), significa promover a inclusão de minorias até então alijadas do sistema político. Inclusão que passa pela transformação do próprio conceito de política: este não é mais entendido unicamente a partir de uma perspectiva macro, como sinônimo de questões atinentes ao Estado; passa a integrar em seu escopo também as formas locais de exercício do poder, a chamada “micropolítica”.

Assim como a concepção de política, muda também a noção de sujeito que lhe é inerente. Embora seja possível identificar traços comuns ao indivíduo soberano anteriormente mencionado e aos sujeitos em questão, eles são divergentes. A reivindicação das diferenças sociais surge, inclusive, como parte do questionamento da noção de um ser uno e indiviso: seu ponto de partida é justamente a ruptura com a ideia de um ser cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada.

Predomina, nesse caso, a visão do sujeito como um ente desagregado. Em vez de ser considerado representante da categoria universal humana e portador de uma identidade fixa, indivisível e contínua ao longo do tempo, ele é concebido como um ser cindido em múltiplas formas particulares de identificação e marcado pela falta de inteireza. Em outras palavras, o

sujeito moderno uno e indiviso cede lugar ao pós-moderno, constituído por distintas identidades sociais em permanente devir.

Amparados pela ideia de desagregação do sujeito universal, tais movimentos sociais voltam-se para reivindicações particulares. Sua atenção concentra-se sobretudo na chamada "política de identidade": eles trazem para a arena social, politizando-as, questões até então circunscritas à esfera pessoal. Esse é o caso de uma pauta polêmica levantada pela TeleSUR: a despenalização do aborto, assunto que entrou em discussão no governo de José Mujica e contou com amplo apoio da bancada oficialista no Congresso.

O tema deixa transparecer um importante aspecto da "política de identidades": a centralidade assumida pelo corpo. Como parte do questionamento do sujeito racional, os movimentos sociais representativos das minorias voltam-se para o corpo, identificando-o como o *locus* privilegiado da identidade, em torno do qual são hoje travadas as lutas pelo poder. O corpo passa a ser considerado o principal espaço de submissão social e, por extensão, de liberdade para o sujeito (EAGLETON, 1998). Nessa ótica, a criminalização do aborto é interpretada como uma forma de assujeitamento e sua despenalização, como um passo para a libertação feminina.

De acordo com o noticiário da TeleSUR, os movimentos sociais propulsores do projeto de lei defendiam que "votar a despenalização não significa apoiar o aborto, senão dar iguais condições às mulheres que hoje em dia são atendidas em clínicas clandestinas com um alto risco de vida" (EXECUTIVO …, 2011, tradução nossa). Para tanto, amparavam-se nas cifras do Instituto Nacional de Estatística, que indicavam a realização de mais de 11 mil abortos no país por ano, muitos deles no circuito clínico clandestino, sem qualquer controle de saúde e higiene - e, portanto, com riscos reais para a vida das gestantes.

A argumentação tem como fundamento a noção de igualdade, entendida em uma acepção formal, como um ideal de cidadania. De acordo com Bobbio (2013), trata-se de uma igualdade *no* ou *dos* direitos, que pode ser considerada um momento ulterior na equalização dos indivíduos com respeito à igualdade perante a lei, cuja principal característica é a eliminação das discriminações de segmentos sociais. Por conseguinte, esse sentido de igualdade não só é compatível com a doutrina liberal, como também pode ser considerado uma extensão desta no desenvolvimento da democracia moderna.

Apesar de liberdade e igualdade não serem aqui totalmente incompatíveis, os setores conservadores uruguaios adotaram uma atitude de total rechaço ao projeto de lei de

despenalização do aborto. Contestaram o direito da mulher a um tratamento igualitário evocando um direito que consideravam inalienável a qualquer indivíduo, inclusive a um feto ainda em gestação: o direito à vida. Nas palavras do deputado do Partido Nacional Gerardo Amarilla, "[...] está em jogo uma vida humana independente, separada, que deve ser defendida como tal (EXECUTIVO …, 2011, tradução nossa).

As posições divergentes podem ser entendidas à luz das diferentes concepções de sujeito com base nas quais operam as forças políticas em questão. Tal como observado por Eagleton (1998), a liberdade do sujeito liberal clássico – evocada pelos setores conservadores - sempre foi refreada, ao menos em teoria, pelo respeito à autonomia dos outros. Quando essa concepção de sujeito unificado passou a ser contestada, a liberdade foi destituída dessa limitação, conduzindo a um libertarismo sem sujeito, "[...] que sugere que o que estava atrapalhando a liberdade do sujeito era nada menos que o próprio sujeito" (EAGLETON, 1998, p.89).

Essa reivindicação de liberdade sem fronteiras é ilustrada pela postura dos movimentos feministas diante da aprovação do projeto de lei. Apesar de expressar satisfação com o resultado, eles não deixaram de adotar uma visão crítica. O principal ponto de desacordo foi a imposição de um limite à liberdade de decisão feminina. A lei assegurava o direito à interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana de gestação, mas a mulher precisaria se submeter a uma junta médica, que deveria orientá-la e conceder-lhe um prazo para refletir e tomar a decisão. Se, após o processo, a opção pelo aborto fosse confirmada, este poderia ser realizado.

As militantes lembravam ainda que a aprovação do projeto era apenas o primeiro passo rumo à inclusão política das mulheres. A representante do coletivo Mulher e Saúde – Uruguai, Lilián Abracinskas, enfatizou que a implementação da lei demandaria não só a adaptação das instituições de saúde; seria necessário, com o mesmo grau de relevância,

> [...] adequar a cultura, para que se entenda que não pode haver sanção moral, porque nesses temas não há verdades únicas. Temos que aprender a conviver em sociedade com multiplicidade de filosofias, com multiplicidade de sistemas de valores, tratando de não impor hegemonicamente a crença de alguns aos outros (DESPENALIZAÇÃO …, 2012, tradução nossa).

A cultura é considerada um elemento-chave por movimentos sociais como o feminista. Embora centrem sua luta política em torno do corpo, eles assumem paradoxalmente uma

posição idealista, afastando de consideração questões naturais e materiais e remetendo tudo ao âmbito simbólico. Além disso, conforme especifica Eagleton (1998), a noção de cultura com a qual operam é hostil a qualquer pretensão de universalidade, prende-se ao nível da particularidade, por meio da defesa do multiculturalismo.

A influência da cultura também é pensada em termos determinísticos. O sujeito é concebido como um ser submetido a um conjunto difuso de normas e convenções que o posicionam ditando comportamentos e crenças específicas. Por conseguinte, o único caminho vislumbrado para se libertar dessas formas de poder é buscar a transformação dos signos culturais.

Ilustra essa luta em torno dos significados a tramitação no legislativo uruguaio do projeto de lei de matrimônio entre homossexuais. A cobertura jornalística sobre o tema evidencia que os movimentos sociais não esperavam, com a iniciativa, apenas o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo, mas também que esta ocorresse sob a denominação de matrimônio. “O projeto de lei propõe que o matrimônio seja uma união monogâmica, celebrada por ato solene, como ocorre até agora, mas sem distinções entre as pessoas” (PARLAMENTO …, 2011, tradução nossa).

A reivindicação é endossada pelo interlocutor dos movimentos sociais no Congresso, o deputado Sebastián Sabini, que detalha o conteúdo da proposta. “O projeto vai permitir que duas pessoas possam se unir em matrimônio, sem importar sexo nem gênero, que possam optar pela ordem de seus sobrenomes, que qualquer um dos dois possa cortar esse vínculo e que tenham iguais responsabilidades quanto aos filhos e filhas” (PARLAMENTO …, 2011, tradução nossa).

O poder opressivo exercido pelo discurso – que os movimentos sociais visavam combater mediante o projeto de lei - fica patente quando se observa a resistência dos setores políticos conservadores em relação à proposta. Tais segmentos negavam-se a aceitá-la defendendo a visão de mundo hegemônica, segundo a qual o matrimônio consiste em uma instituição a ser celebrada exclusivamente entre homem e mulher. Propunham, como alternativa, o reconhecimento do direito dos homossexuais à união civil, não ao matrimônio.

A disputa pelo significado do termo matrimônio também reforçava a reivindicação de fundo acima mencionada: o tratamento igualitário de todos os cidadãos uruguaios. O que o projeto de lei e sua posterior aprovação pretendiam expressar, de acordo com o ativista Federico Graña, era que,

> entre todos os vínculos, todas as formas de afetividade que existem no Uruguai e no mundo hoje, não há uma melhor que a outra. E isso faz com que todos tenham os mesmos direitos, que qualquer pessoa, que qualquer casal, seja o arranjo que for - homem e mulher, homem e homem, mulher e mulher - tenham os mesmos direitos. Isto é central e é a contribuição mais importante do projeto (JUSTIÇA …, 2012).

Se, por um lado, o projeto de lei objetivava proporcionar um tratamento igualitário aos cidadãos no plano político, por outro, ele o fazia tendo em vista a conservação das diferenças vigentes na esfera prática da existência. Amparava-se, dessa forma, em uma dualidade que foi observada e criticada por Marx (1843) há mais de um século e meio, por ser considerada o sustentáculo de um modelo democrático limitado.

Embora reconheça o caráter progressista da emancipação política burguesa, Marx pondera que a abolição política das diferenças entre os indivíduos, quando não é acompanhada pela superação das distinções existentes na esfera concreta da vida, institui uma liberdade apenas parcial, introduzindo uma contradição na própria existência humana. Enquanto, no plano prático, o homem se apresenta como um ser particular, marcado por diferenças de nascimento, status social, cultura e ocupação, no plano político ele se transforma em um ser universal, que é a aparência política do primeiro: o "cidadão".

Tal cisão é acompanhada pelo rebaixamento da cidadania a um meio de conservação da sociedade burguesa. A comunidade política igualitária e soberana é erigida com o propósito precípuo de assegurar, na esfera prática da existência, o usufruto das liberdades individuais. O cidadão torna-se o membro abstrato de uma soberania imaginária, sua universalidade adquire um contorno formal e irreal. A vontade geral coloca-se, assim, a serviço de interesses particulares que lhe são alheios.

Para Marx, a cisão do sujeito e as consequências daí advindas só podem ser superadas quando a democracia perde o caráter meramente formal, adquirindo uma substância real mediante a abolição das particularidades individuais também no plano material de existência. Em outras palavras, quando a organização burguesa, que legitima as diferenciações concretas entre os homens, cede lugar a uma nova ordem marcada pela igualdade social.

Ao reconhecer o valor singular assumido pela democracia entre os socialistas latino-americanos, Coutinho (1980) é enfático ao afirmar que esta não pode se deter nos moldes democráticos burgueses. A democracia formal é um pressuposto a ser conservado ao longo de todo o processo de transformação social; entretanto, deve também ser elevada a nível

superior, a partir da adoção de um programa econômico que integre regiões e segmentos até então excluídos. Em virtude disso, cumpre analisar também como essa questão é abordada na TeleSUR.

Em contraste com a tendência de inserção na vida política nacional dos movimentos que reivindicam a democratização formal da sociedade uruguaia, o noticiário torna patente a existência de uma relação contraditória com outro grupo social: os trabalhadores. Por um lado, observam-se situações de alta conflitividade, nas quais os sindicatos adotam uma atitude de enfrentamento com o governo para reivindicar direitos coletivos; por outro, os trabalhadores aparecem como parte do novo projeto de Estado.

O confronto, já antevisto nas discussões sobre a reforma do Estado, adquiriu magnitude por meio da cobertura de uma série de paralisações que tiveram como eixo central a reivindicação de direitos trabalhistas. A pressão exercida pelos trabalhadores ganhou notabilidade pela primeira vez três meses após a posse de Mujica, em junho de 2010, quando a Central Única Trabalhista, PIT-CNT, convocou uma paralisação geral de atividades.

Com o lema "Mais democracia" (TRABALHADORES …, 2010), os trabalhadores reivindicavam uma forma de inclusão que considerasse, mas também ultrapassasse aquela exposta até o momento. A igualdade entre os cidadãos no plano político-formal era vista como necessária, mas não suficiente para democratizar a sociedade. A ela deveriam se somar medidas socioeconômicas capazes de promover uma maior igualdade entre os cidadãos também no plano material de existência.

A adesão à democracia formal é evidenciada pelo posicionamento da PIT-CNT durante a paralisação. A central sindical deixou claro que não se renderia à estrutura autoritário-paternalista de relacionamento entre Estado e sociedade. O dirigente Richard Read enfatizou que a entidade não atuaria como apêndice do governo, mediando pelo alto conciliações de interesses pouco benéficas aos trabalhadores.

> Continuaremos lutando o quanto for necessário, não importa o governo que esteja no poder, porque seremos independentes de qualquer governo. Porque o que nos une são os interesses de classe, da classe trabalhadora. E que não se equivoquem, não somos apêndices de ninguém (TRABALHADORES …, 2010, tradução nossa).

A reivindicação de aprofundamento do modelo democrático, por sua vez, adquiriu expressão por meio da crítica à política econômica em vigor. Os sindicalistas enfatizaram que

a classe trabalhadora manifestou seu apoio a um programa de governo cujos traços não coincidiam com aquele em implementação e exigiram a alteração dos rumos econômicos do país. Nas palavras do dirigente da Central Sindical, Marcelo Abdala, "nosso povo votou um programa, a classe trabalhadora tem um programa. Devemos, sobretudo, gerar as condições para outra política econômica e social a serviço do povo" (TRABALHADORES …, 2010, tradução nossa).

É possível observar que, inerente a essa visão de mundo, encontra-se uma concepção de sujeito diversa daquelas já elucidadas. Não se trata de um indivíduo soberano e racional, nem de um ser cindido em identidades culturais particulares. O sujeito adquire agora uma dimensão coletiva, definida pela noção de classe social. Encarna, portanto, as feições que lhe são atribuídas por Marx (1998), especificamente à classe identificada como o alvo de opressão: o trabalhador.

Em agosto de 2010, os trabalhadores vinculados à PIT-CNT voltaram a cruzar os braços. O movimento teve como principal reivindicação a melhoria das condições trabalhistas e salariais do setor de ensino, por meio da destinação de 6% do PIB para a educação. Entretanto, representantes de outros segmentos também estiveram presentes no ato pedindo melhores condições de trabalho para todos.

O gesto de solidariedade remete à concepção marxiana da classe trabalhadora como portadora da vontade universal. O apoio das demais frações de classe aos trabalhadores da área educacional evidencia, nas palavras de Gramsci (2011), que elas não se prendem a uma visão meramente corporativa, atendo-se a interesses egoístico-passionais. Em vez disso, elas conseguem ir além do conflito social imediato, adquirindo consciência da totalidade social e assumindo o papel de liderança política do processo.

O dirigente sindicalista Edgardo Oyenard situa a luta dos trabalhadores no âmbito dos direitos humanos. Entretanto, estes adquirem uma conotação diversa, são entendidos como parte de uma transformação social que deve levar a termo as distinções entre classes. "Vamos continuar lutando por salário, por trabalho e pelo conjunto de direitos que como trabalhadores nos correspondem, que como seres humanos nos correspondem. Vamos continuar lutando pela construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores" (SEGUNDA …, 2010, tradução nossa').

Os direitos trabalhistas, aos quais o sindicalista se refere, inscrevem-se dentre os direitos que Bobbio (1992) denomina "sociais". Embora também se associem ao modelo de

democracia burguesa, estes podem ser considerados os direitos que mais se aproximam do ideal de igualdade substancial. Para promover uma maior equalização social, eles se baseiam em um tratamento não igual entre os cidadãos, procurando compensar as desigualdades concretas existentes entre grupos sociais mediante programas geridos pelo Estado.

Por extensão, tais direitos também pressupõem uma atuação distinta do Estado. Enquanto os direitos acima elucidados ampliam a liberdade do indivíduo em relação à esfera estatal, os direitos sociais realizam o inverso. Eles atribuem mais poderes ao Estado sobre a sociedade, por partirem do entendimento de que a minimização das desigualdades sociais só pode ser assegurada mediante intervenção ativa.

Novo marco da luta pelos direitos trabalhistas foi registrado uma semana depois, quando a central sindical realizou mais uma paralisação geral de atividades, com ampla adesão. O ato incluiu uma manifestação em frente ao prédio da presidência da república, para formalizar a entrega de uma carta com as reivindicações dos trabalhadores. De acordo com o representante da PIT-CNT, Alejandro Laner, o documento incluía a demanda de discussão do orçamento público e questões relacionadas ao salário dos funcionários do Estado:

> O ponto principal de diferença é a discussão orçamentária em profundidade com cada um dos organismos públicos. Por outro lado, resolver a temática a respeito do salário mínimo de ingresso na função pública. Nós fizemos uma proposta de 14.400 pesos para 30 horas semanais. Está proposto para 40 horas, mas não há propostas em relação aos diferentes níveis (TRABALHADORES …, 2010a, tradução nossa).

Rompendo o silêncio, o governo afirmou que estudaria a proposta dos trabalhadores. Entretanto, o ministro do trabalho e seguridade social, Eduardo Brenta, saiu em defesa do posicionamento inicial do governo em relação ao funcionalismo público:

> Como herança da década de 1990, foi reduzido o horário de trabalho para compensar a falta de aumento salarial para os trabalhadores. Nós pensamos em manter a jornada de 40 horas de trabalho e, ao mesmo tempo, trabalhar em todos os aspectos de desigualdades salariais, que também são de longuíssima data, e cuja correção implica um esforço econômico que vai precisar de mais de um mandato (TRABALHADORES …, 2010a).

O aceno governamental foi seguido por uma reorientação da cobertura sobre as mobilizações, que a partir de então passou a explorar as contradições existentes entre as forças trabalhistas. Em outubro, quando a PIT-CNT convocou uma nova paralisação de atividades por 24 horas, a ênfase recaiu sobre o caráter não consensual da medida. De acordo com a

matéria produzida a respeito, o objetivo do ato era manifestar o rechaço ao orçamento do governo nacional, mas "nem todos os setores estão de acordo com uma medida tão dura contra o governo, que tem contemplado muitas das reivindicações dos trabalhadores" (ANÚNCIO …, 2010, tradução nossa).

A afirmação foi legitimada pelo representante do sindicato dos funcionários do Estado, Pablo Cabrera. A fonte minimizou o significado da divergência para a luta universal dos trabalhadores, entretanto expressou um entendimento da transformação social que se aproximava do projeto político do governo uruguaio, elucidado na discussão sobre a reforma do Estado, de construir um "país produtivo" com justiça social. Nas palavras de Cabrera, "há diferenças porque isso é parte da construção do movimento sindical. O que todos temos claro é que queremos um Uruguai com justiça social e um país produtivo que realmente dê oportunidade às pessoas e vá ao encontro da cidadania" (ANÚNCIO …, 2010, tradução nossa).

Os sindicalistas responsáveis pela convocatória também atribuíram um caráter pontual à cisão dos trabalhadores, interpretando-a como uma diferença tática incapaz de prejudicar a luta unificada por condições mais dignas de existência. Contudo, expressaram uma visão distinta do processo de transformação, que remetia à luta por direitos trabalhistas, sem vinculá-la ao projeto governamental, como evidencia a declaração do representante do sindicato de bebidas, Richard Read: "as diferenças pontuais, táticas ou de objetivos são isso: diferenças táticas. Sempre seremos companheiros, porque representar a um sindicato, a uma central, significa ser um escudo da imensa maioria dos trabalhadores que ainda continuam brigando por direitos e por salário" (ANÚNCIO …, 2010, tradução nossa).

A dissonância entre as visões de mundo sustentadas pelos trabalhadores, muito sutil no exemplo, pode ser observada mais nitidamente a partir de dados aportados por outras notícias. Nelas fica evidente que são especificamente os trabalhadores aferrados à noção marxiana de luta de classe que se sentem excluídos do processo histórico em curso no Uruguai e adotam uma atitude de confrontação com o governo.

Em contraposição, a fração da classe trabalhadora incluída no projeto nacional associa-se à noção de Estado indutor que, conforme mencionado no início da análise, integra o escopo conceitual do novo Estado em construção. Trata-se especificamente de trabalhadores organizados em pequenas e médias indústrias outrora falidas, que retomaram as atividades de forma autogestionária, incentivados por um acordo bilateral assinado entre os governos de

Uruguai e Venezuela.

O enfoque dessas iniciativas evidencia que a transformação do Estado uruguaio também se encontra associada à promoção de novos arranjos produtivos. Arranjos que chegam a ser qualificados como portadores de uma "visão socialista", a exemplo da fábrica de transformadores Urutransfor (VENEZUELA ..., 2013). Por conseguinte, é possível afirmar que o processo histórico em curso no país também remete, em certa medida, ao pensamento socialista clássico de Marx e Engels (1998), para a qual a transformação do mundo envolve o remodelamento das relações de produção.

Tal perspectiva é reforçada por elementos simbólicos. Assume destaque nesse sentido a evocação da imagem da ocupação das fábricas pelos trabalhadores, com a consequente tomada dos meios de produção. Emblemático nesse caso é a fábrica de pneumáticos Funsa, que desde a ditadura se afirmou como um polo de resistência da luta operária. "Funsa foi ocupada por seus trabalhadores no golpe de Estado de 1973 e desalojada várias vezes por tropas militares armadas. Hoje é um símbolo da resistência e uma referência na fabricação de produtos derivados da borracha na região" (LAZOS ..., 2013, tradução nossa).

A ocupação das fábricas é apresentada como parte de um processo de organização e conscientização dos trabalhadores, mediado pelos sindicatos. Ao focar a retomada das atividades por parte da Urutransfor, o noticiário destaca que ela derivou, em primeira instância, da ação gremial. A relevância do trabalho de organização realizado por essa entidade para o sucesso do empreendimento é enfatizada pelo operário Heraclio Rodriguez: "durante esse processo de dois anos de ocupação, tivemos em conta que o fundamental era não dispersar as forças e trabalhar todos unidos para tratar de levá-la [a fábrica] adiante" (URUTRANSFOR ..., 2013, tradução nossa).

A ação prática dos operários sobre o mundo aparenta, assim, encaminhar-se rumo ao processo revolucionário antevisto por Marx e Engels (1998). A ideia de tomada dos meios de produção por trabalhadores conscientes de sua condição de classe universal protagonista da transformação socialista é evocada pelo operário Daniel Placeres, que qualifica a recuperação da Funsa como "a possibilidade de os trabalhadores terem acesso aos meios de produção diretamente. Isso é parte de nosso destino" (LAZOS ..., 2013).

Contudo, o caráter revolucionário dos empreendimentos mescla-se contraditoriamente com uma visão de mundo que faz ecoar valores próprios ao sistema capitalista. Este deslizamento de sentidos é provocado sobretudo pela ambígua noção de "país produtivo", que

procura evidenciar a intenção do governo de colocar a economia a serviço do ser humano, deixando clara "[…] nossa profunda convicção, que para alcançar esse objetivo será necessária uma organização da economia que atenda simultaneamente o crescimento da produção, a redistribuição do ingresso e a estabilidade nas relações econômicas e sociais" (FRENTE AMPLIO, 2003, p.9, tradução nossa).

Os sentidos contraditórios evocados pela expressão "país produtivo" podem ser observados na matéria sobre a comemoração dos dois anos de funcionamento da empresa Envidrio. Nela procura-se, por um lado, chamar atenção para a equalização social proporcionada pela reabertura da fábrica, mediante a geração de novos empregos: "Envidrio foi formada em 2008, a partir da desaparecida cristaleira do Uruguai. Começou com 57 trabalhadores e hoje gera 108 empregos diretos e outros 400 indiretos. Produz 80.000 envases diariamente" (EMPRESA …, 2010, tradução nossa).

A multiplicação da riqueza é concebida como um meio para garantir o suprimento das necessidades materiais da população, e não como uma estratégia para a acumulação concentrada nas mãos de poucos. É o que afirma o presidente José Mujica: "multiplicam-se as garrafas, multiplica-se a riqueza, multiplica-se o que é repartido, as soluções materiais que muitíssimas pessoas precisam. Oxalá possamos multiplicar essa experiência em tudo" (EMPRESA …, 2010, tradução nossa).

Os sentidos aqui expressos ainda revelam-se coerentes com a concepção socialista clássica. Enquanto herdeiro da tradição progressista, o socialismo acolhe e ressignifica as conquistas proporcionadas à humanidade pelo capitalismo. Neste rol, encontra-se incluso também o aparato produtivo industrial, que passa a ser empregado em benefício de toda a sociedade.

Entretanto, na mesma fala, Mujica isenta o projeto de transformação socialista clássico de seu traço fundamental: a luta de classes. O antagonismo entre burguesia e trabalhadores é substituído pela reconciliação entre as classes. "Não se multiplicam as faixas, os cartazes, as marchas, as horas de greve"; com esta frase o presidente inicia a declaração, sugerindo que os trabalhadores depuseram suas armas de luta para se integrar ao processo capitalista de multiplicação da riqueza.

Ao ser realizada simbolicamente com a mediação da autoridade máxima do Estado uruguaio, tal reconciliação deve ser considerada à luz das observações de Lenin (2007). De acordo com o comunista russo, a concepção do Estado como um instrumento de conciliação

de classe é essencialmente burguesa. No pensamento marxiano, a superestrutura estatal é sempre vista como um órgão de dominação. A assertiva permanece verdadeira mesmo no pensamento de Gramsci (2011), para quem o Estado contemporâneo é marcado por um maior grau de socialização política.

A ideia de conciliação entre classes antagônicas é corroborada ainda pela evocação, por parte dos próprios trabalhadores, de sentidos associados à visão de mundo capitalista. O operário Daniel Placeres avalia o sucesso da experiência autogestionária vinculando a geração de postos de trabalho a uma melhor compreensão do funcionamento do mercado. “Montamos uma fábrica e resgatamos o trabalho. Ao mesmo tempo, ficamos a par da gestão, o que nos fez abrir muito mais a cabeça quanto à realidade que vive o sistema produtivo, não só nacional, mas também internacional, em termos de mercados” (EMPRESA …, 2010, tradução nossa).

Em última instância, portanto, a matéria procura transmitir a mensagem de que é possível a existência, nos marcos do capitalismo, de um modelo de desenvolvimento que conjugue multiplicação da riqueza nacional e igualdade social. Tais sentidos são sintetizados pelo operário da Urutransfor Fernando Mazzeli, para quem o propósito da fábrica “é continuar crescendo e demonstrando que, apesar de ser um grupo de trabalhadores que lutam pela fonte de sustento, pode-se vencer” (URUTRANSFOR ..., 2013, tradução nossa).

Considera-se relevante realizar uma última ponderação sobre as matérias relacionadas à fração da classe trabalhadora incluída no projeto governamental. Se, por um lado, a evocação da visão de mundo socialista clássica assume uma dimensão progressista, por outro, ela também comporta uma feição positivista. Na medida em que tais trabalhadores identificam-se exclusivamente com o operário urbano industrial, transmite-se subliminarmente a mensagem de que a transição ao socialismo no Uruguai deve ser realizada segundo o modelo fornecido pelos países europeus.

Observados sob essa perspectiva, os sentidos evocados pelo noticiário resvalam para uma visão de mundo contraditória. De sujeito da história e portador da vontade universal, o trabalhador uruguaio é transformado em um ser submisso a leis universais e invioláveis. Assume, por conseguinte, uma atitude contemplativa diante do mundo, interpretando a evolução histórica – e sua própria inserção nesse processo - como resultado de um destino inexorável.

4.4.2 Argentina: a refundação da Nação sobre bases democráticas e desenvolvimentistas

À semelhança do caso uruguaio, a consolidação do Estado democrático de direito adquire centralidade na cobertura jornalística sobre a Argentina. O reconhecimento de liberdades individuais, o acerto de contas com a herança ditatorial e a promoção de uma maior igualdade formal entre os cidadãos também são temas recorrentemente acionados para compor o quadro da transformação social em curso. Entretanto, diferenças no encaminhamento do processo, bem como entre as próprias dinâmicas políticas permitem identificar não só similaridades, mas também singularidades de abordagem.

No que diz respeito à ampliação da esfera de liberdade individual, a TeleSUR concede visibilidade a um projeto de lei que assegura o reverso de um dos direitos elencados por Locke (1966 *apud* WEFFORT, 2006) como inalienáveis, o direito à vida. A aprovação unânime da Lei da Morte Digna pelo Congresso argentino é apresentada como uma medida destinada a garantir a pacientes e familiares a palavra final sobre o tratamento terapêutico em casos de enfermidades terminais irreversíveis ou incuráveis.

A lei tem como principal fundamento a concepção do sujeito como um indivíduo soberano e racional livre para traçar seu destino, na qual a intervenção do Estado deve se limitar à criação das condições necessárias para o pleno usufruto desse direito. Tais sentidos são corroborados pela declaração do senador governista, Miguel Ángel Pichetto: “cremos que o ser humano tem o direito a morrer com dignidade. Cremos na autonomia da vontade. Cremos que muitas vezes deve-se terminar com o sofrimento do paciente e também da família” (APROVADA …, 2012, tradução nossa).

Em afinidade com a face progressista dessa concepção liberal, a matéria atém-se ao caráter historicista-concreto (COUTINHO, 2010) da lei, destacando o que ela representa em termos de conquista para a espécie humana. A doutora em filosofia Florencia Luna enfatiza os ganhos existenciais e emocionais para pacientes e familiares que vivenciam esse tipo de circunstância. Em sua perspectiva, a norma “permite uma dimensão, me parece, mais humana ao fim da vida, que muitas vezes pode se apresentar como muito longa, muito terrível, muito difícil de levar, tanto por parte do paciente, como por parte dos seres queridos” (APROVADA …, 2012, tradução nossa).

A ação histórica do sujeito racional que conduziu a essa conquista universal é ilustrada

pela remissão ao caso de Sofía Carán. A jovem lutou para garantir uma morte digna a sua irmã Laila, que viveu por muitos anos em estado vegetativo, e, dessa forma, abriu precedente para a aprovação da lei. “Sinto mais orgulho do que nunca de ser a irmã mais velha de Laila, de ter sido a voz de Laila, que não pôde falar, que não pôde decidir. Nós pudemos fazer isso no momento certo” (APROVADA …, 2012, tradução nossa).

A promoção de uma maior igualdade formal entre os cidadãos também é uma questão presente na agenda pública argentina. O noticiário produzido a respeito desse governo concede visibilidade aos direitos de minorias sociais, ao pautar projetos de lei como o de despenalização do aborto (GOVERNO …, 2010) –, que se ampara praticamente nos mesmos argumentos evocados no caso uruguaio -, e o de identidade de gênero.

A abordagem sobre essas leis suscita questões idênticas àquelas observadas em relação ao noticiário sobre o Uruguai. Por meio dela, entra em cena um sujeito desagregado, constituído por múltiplas formas particulares de identificação, que questiona a existência de um sujeito uno e racional, bem como a noção de política a ele associada, trazendo para o debate público temas até então circunscritos à esfera pessoal (EAGLETON, 1998).

A visão do corpo como o espaço privilegiado das lutas de poder, no qual se trava a batalha entre a submissão e a emancipação do sujeito, também é reincidente. Ela é evidenciada na explicação sobre o teor da lei de identidade de gênero. A aprovação do dispositivo legal assegura a qualquer pessoa o direito de “[...] modificar sua aparência, sua atitude corporal através de meios farmacológicos, cirúrgicos, sempre que seja uma decisão própria” (APROBADO ..., tradução nossa).

A notícia explica que, nesse caso, o único critério a ser considerado é o desejo pessoal. Situa, portanto, o direito conquistado na esfera do que Bobbio (2013) define como “igualdade na liberdade”, uma igualdade formal que não só é compatível com a doutrina liberal, como também representa o desenvolvimento desta na concepção moderna de democracia.

> O texto aprovado define como identidade de gênero aquilo que alguém decida, independente do momento do nascimento […] Há liberdade individual de cada pessoa, de como queira ser e como queira viver aqui na Argentina, a partir de sua identidade de sexo, seja masculino ou feminino (APROBADO ..., 2012, tradução nossa).

Embora os dados analisados acima evidenciem certa similaridade entre as políticas implementadas pelos governos de Argentina e Uruguai, o noticiário sobre o primeiro aponta

para uma tendência distinta de democratização da sociedade. Isso porque ele também concede visibilidade significativa a direitos praticamente ausentes nas referências ao governo uruguaio: os chamados "direitos sociais" (BOBBIO, 1992).

O tema é evocado pela cobertura de iniciativas como o programa Procrear Bicentenário Argentino, criado com o propósito de democratizar o acesso à moradia concedendo créditos para famílias de baixa renda. A intenção é que os empréstimos - financiados em um prazo que pode chegar a até 30 anos, a uma taxa de juros anual baixa - sejam aplicados na aquisição do primeiro imóvel ou na realização de obras, no caso das famílias que já possuem um lote. Além disso, o programa prevê o uso social de casas e terrenos estatais ociosos para solucionar o problema habitacional do país.

No lançamento do Procrear, a presidente Cristina Kirchner qualificou a iniciativa como uma amostra do compromisso do governo com a inclusão social. "O que estamos fazendo fundamentalmente, como Estado argentino, ao gerar esse programa bicentenário de créditos para a primeira moradia, é redobrar a aposta do Estado em um modelo de crescimento e de inclusão social que tem sido muito importante (GOVERNO …, 2012, tradução nossa).

A declaração de Cristina Kirchner evidencia alguns traços que distinguem a proteção dos direitos sociais e a dos direitos de liberdade. A diferença central está relacionada ao papel assumido pelo Estado. Se a afirmação dos direitos de liberdade tende a diminuir os poderes estatais, mediante a consequente ampliação da esfera de liberdade do indivíduo, a garantia dos direitos sociais pressupõe a intervenção ativa do Estado na sociedade. Nas palavras de Bobbio (1992), aqui a liberdade dos sujeitos é garantida *a partir* ou *por meio* do Estado.

Conforme sublinha a mandatária, essa intervenção estatal objetiva promover a inclusão de segmentos desfavorecidos, proporcionando aos argentinos condições mais igualitárias no acesso à moradia. Em outras palavras, o Estado trata de forma desigual determinados grupamentos sociais, para alçá-los a um patamar de igualdade em relação aos demais cidadãos no usufruto desse direito. O papel proativo do Estado fundamenta-se no reconhecimento da existência de diferenças específicas entre grupos sociais, que precisam ser "corrigidas" para promover uma maior igualdade entre os cidadãos.

A atenção dispensada a essas diferenças sociais implica o deslocamento de uma concepção individualista do sujeito para outra mais coletiva. O ponto de partida do modelo de sociedade em questão já não é mais um indivíduo cuja autonomia deve ser preservada, mas

sim os grupos sociais em suas diferenças concretas, que precisam ser tratados de forma desigual para terem acesso a determinados direitos.

A equalização social promovida pelo Procrear é ilustrada pela cobertura jornalística subsequente. Uma semana após o ato oficial, a TeleSUR anunciou que o programa "superou todas as expectativas". De acordo com a matéria veiculada, desde o lançamento, as páginas da Internet com informações sobre o programa passaram a registrar milhares de consultas de curiosos e potenciais proprietários, interessados em conhecer as condições necessárias para a obtenção dos créditos. Como resultado, só naqueles primeiros dias, mais de um milhão e quinhentos mil pessoas já haviam feito sua inscrição no plano habitacional.

A inclusão dos segmentos sociais menos favorecidos é exemplificada pela referência à história de Verónica Cajal, uma das cidadãs que correu para solicitar o empréstimo. Verónica representa todos os argentinos de baixa renda, que antes do programa não tinham condições de realizar o sonho da casa própria. "Estou contente por poder deixar algo no futuro para meus filhos. Meus pais nunca puderam deixar nada para nós e agora eu posso ter a oportunidade de deixar algo para meus filhos. A situação sempre foi difícil, por isso agora estou contente" (POPULAÇÃO …, 2012, tradução nossa).

O presidente da comissão bicameral de seguridade social, Eric Calcagno, atribuiu o sucesso da iniciativa à simplicidade do processo, planejado com a intenção de permitir a participação de qualquer cidadão, independente de sua condição financeira:

> O povo está muito entusiasmado com a possibilidade de que qualquer um, se pega a renda do grupo familiar, vai à Anses, ao escritório de administração de segurança social, e retira uma senha para ir depois ao banco hipotecário. Pois a discussão não é mais "te dou ou não te dou o crédito", mas sim "como e quando vamos fazer sua casa". E essa questão da casa própria é uma questão extremamente importante. Porque nós, a partir de nossa filosofia política, queremos indivíduos que se realizem dentro de uma sociedade que se realiza (POPULAÇÃO …, 2012, tradução nossa).

A declaração de Eric Calcagno permite afirmar que a concepção de igualdade inerente ao modelo de Estado social é emoldurada por uma visão de mundo singular aos argentinos. A afirmação de que o governo parte de uma filosofia política segundo a qual os indivíduos devem se realizar em uma sociedade que se realiza pode ser interpretada como uma remissão à dialética entre individualismo e coletivismo característica do justicialismo, vertente política progressista argentina.

O justicialismo consiste em uma forma de consciência idealizada por Perón em

resistência às duas ideologias que, em sua perspectiva, procuravam se impor ao mundo após a Segunda Guerra Mundial: o capitalismo e o comunismo. Como explica Bolívar (2003), a doutrina peronista afirma-se como uma "terceira posição", a partir da adoção de uma postura que sintetiza dialeticamente as ideologias então hegemônicas, apropriando-se de alguns de seus aspectos e reconfigurando-os.

O núcleo central da doutrina reside na noção de "comunidade organizada", um modo peculiar de conceber a vida social, a partir da dialética entre individualismo e coletivismo. "Nós somos coletivistas, mas a base desse coletivismo é individualista [...]" (PERÓN, 1949 *apud* BOLÍVAR (2003), p.8, tradução nossa). O diálogo é entendido como necessário porque o individualismo exagerado conduz a comunidades eticamente desorganizadas e o coletivismo extremo mata o indivíduo em um cárcere.

A busca de um equilíbrio entre ambos ajuda a explicar porque tanto os direitos de liberdade quanto os direitos sociais obtêm destaque no noticiário argentino. Ao mesmo tempo que procura assegurar a realização dos indivíduos na liberdade, o governo intervém na vida social com a finalidade de proporcionar a todos iguais condições de realização. Assume, dessa forma, uma postura em si mesma contraditória, pois

> [...] as sociedades reais são mais livres na medida que menos justas e mais justas na medida em que menos livres. Essa distinção entre dois tipos de direitos humanos, cuja realização total e simultânea é impossível, é consagrada, de resto, pelo fato de que também no plano teórico se encontram frente a frente e se opõem duas concepções diversas dos direitos do homem, a liberal e a socialista (BOBBIO, 1992, p.44).

A dialética entre individualismo e coletivismo inerente aos direitos valorizados pelo governo argentino é reverberada também na cobertura a respeito do acerto de contas empreendido com o período ditatorial. A abordagem realizada sobre o tema procura reafirmar o compromisso do kirchnerismo com o Estado de direito – e, por extensão, com as liberdades individuais violadas durante a última revolução passiva sofrida pelo país –, ao mesmo tempo em que o associa a um projeto mais amplo de reconstrução da própria identidade nacional.

É possível entrever a articulação entre esses dois propósitos em um balanço sobre a luta contra a impunidade dos crimes ditatoriais apresentado em 2010. Na ocasião, afirma-se que a derrogação da Lei de Ponto Final e Obediência Devida (dispositivo legal similar à Lei de Caducidade uruguaia), realizada no governo de Néstor Kirchner, estava permitindo a

Cristina Kirchner liderar um processo de "consolidação democrática", cujo eixo central é definido por três valores: memória, verdade e justiça (GOBIERNO ..., 2010).

A justiça reivindicada, à semelhança do caso uruguaio, retira seu significado dos crimes cometidos pelos militares contra os direitos humanos mais elementares: as liberdades individuais. A memória, por sua vez, remete à dimensão coletiva acima aludida. Isso porque, conforme sublinha Pollak (1989), a memória é um fenômeno coletivo. Embora as lembranças sejam pessoais, é sempre no meio social que elas são adquiridas, invocadas e localizadas. Mesmo quando se encontra sozinho, o indivíduo não prescinde da mediação de um grupo social para lidar com suas recordações.

O conceito de memória opera, portanto, com base em uma concepção diversa de sujeito. Não se trata, nesse caso, de afirmar a existência de um ser individual originariamente isolado de seus semelhantes, cuja vida em sociedade é artificial. Ao contrário, o indivíduo é concebido como um ser social, constituído subjetivamente por meio de sua participação em relações sociais mais amplas. Entretanto, ainda é um sujeito moderno e racional, que valoriza o outro termo do trinômio argentino: a verdade – valor moderno que, como sublinha Eagleton (1998), passaria a ser contestado pelo sujeito pós-moderno.

A equação "memória, verdade e justiça" é recorrentemente atualizada no noticiário por meio da cobertura de fatos que lançam luz sobre o passado nacional, como o julgamento de dois repressores do regime: os líderes ditatoriais Jorge Videla e Reinaldo Bignone. Acusados de participar do roubo de bebês de militantes de esquerda com o auxílio de mais nove cúmplices, Videla e Bignone foram submetidos a um julgamento histórico e condenados a 50 e 15 anos de prisão, respectivamente (CINQUENTA …, 2012).

A sentença forneceu uma explicação para o sumiço de recém-nascidos durante a ditadura militar, denunciado pela organização Avós da Praça de Maio. Como explica a matéria, a verdade tornou-se conhecida a partir da análise de 35 casos concretos, dos quais 26 já haviam sido solucionados, com a recuperação dos desaparecidos. Os fatos levaram o tribunal a concluir que existia um plano sistemático de sequestro e apropriação de bebês, cujas ordens partiam da cúpula do regime e cuja execução contava com a participação de outros militares.

O anúncio da descoberta de documentos secretos sobre o período ditatorial é outro feito qualificado como de grande valor histórico no "longo caminho a favor da verdade, da memória e da justiça". Entre as verdades tornadas públicas pelos documentos, a notícia atribui

destaque às chamadas “listas negras”, nas quais eram inscritas as pessoas consideradas perigosas pelo regime. Procura então dimensionar os sentimentos de quem viveu essa situação por meio das lembranças pessoais do músico argentino Victor Heredia diante das novas descobertas: “[a informação] traz de volta a angústia, o temor e a raiva daqueles anos frente ao ideário das juntas militares em relação às proibições e à devastação cultural que eles estavam dispostos a realizar e que realizaram” (DESCOBREM …, 2013, tradução nossa).

O ato de conceder a palavra ao músico ilustra a negociação entre sujeito e coletividade inerente aos processos de rememoração. Victor só consegue evocar os sentimentos aludidos porque compartilha referências comuns a todos que vivenciaram a repressão ditatorial. Além disso, a escolha da fonte evidencia outra questão, observada por Pollak (1989): o caráter conflitivo da memória. Dar voz a uma vítima da ditadura significa colocar em evidência grupos sociais até então marginalizados da sociedade.

A visibilidade concedida a esses grupos sociais ilustra o processo histórico de emergência do que Pollak (1989) denomina “memória subterrânea”. Associado a uma mudança política que implica a revisão autocrítica do passado, tal processo possibilita a entrada em cena de coletividades que permaneciam silenciadas e oprimidas pela memória oficial dos grupos até então dominantes (no caso em questão, o regime militar), lutando contra o esquecimento definitivo de suas lembranças.

A memória oficial (no caso argentino, a memória nacional) entra então em disputa, abrindo-se à negociação com os grupos subalternos - em um jogo democrático, mas controlado pelas novas forças hegemônicas. A abertura a essas vozes até então silenciadas é sinalizada na matéria por meio da afirmação: “o terror, o silêncio e a cumplicidade tentaram calar milhares de vozes, mas não puderam. Trinta anos depois essas listas negras vêm à luz, como um triunfo da democracia” (DESCOBREM …, 2013, tradução nossa).

As características encarnadas por Victor Heredia também remetem à peculiar dialética entre individualismo e coletivismo que marca o pensamento político argentino. O músico também simboliza o drama daqueles que, cerceados em sua liberdade individual, não tiveram outra alternativa para continuarem vivos senão abandonar a pátria. Sob essa perspectiva, o retorno a terra natal sugere que se encontra em curso um processo de ressignificação da própria comunidade nacional, cujo norte é a valorização dos direitos humanos mais elementares.

A articulação entre liberdade individual e comunidade nacional durante a ditadura e no

atual período democrático reaparece de modo mais evidente na abordagem sobre o evento "Tempos de censura, listas negras e repressão cultural 30 anos depois", que reuniu artistas e intelectuais perseguidos e exilados para um diálogo com a sociedade. Remetendo ao clima de liberdade de expressão agora vigente, a matéria qualifica o encontro como uma oportunidade que permite "conhecer mais sobre essa trágica histórica em primeira pessoa" (REPRIMIDOS …, 2013). E, à semelhança da matéria anterior, faz ressoar uma voz outrora silenciada.

A cantora Marilina Ross relembra aqueles tempos. Seu depoimento enfatiza que a necessidade de abandonar a comunidade nacional tornou o cerceamento à liberdade de expressão muito mais dramático, configurando uma experiência singular em relação àquela vivida por quem, apesar de também perseguido, não foi compelido a dar esse passo. "Isso que nós vivemos, os que tivemos que exilar ou estivemos proibidos, como eu, não foi nem parecido com o que sofreram os que ficaram aqui. Nem parecido", avalia (REPRIMIDOS …, 2013, tradução nossa).

As construções semânticas acima elucidadas permitem afirmar que a concepção de democracia com a qual opera o governo argentino – construída a partir da dialética entre individualismo e coletivismo - integra-se a um propósito mais amplo: a reelaboração do próprio sentido de Nação. A política de "memória, verdade e justiça" contribui para a produção de novos relatos sobre o passado e para a significação também do presente, representando um esforço de reescrita da história do país como uma nação democrática, cuja identidade é (re)construída a partir da valorização dos direitos humanos.

Tal assertiva tem como fundamento o caráter indissociável entre memória e identidade. Conforme sublinha Pollak (1992, p.5, grifo do autor), "[…] *a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade* [...]*",* pois alimenta as sensações de continuidade no tempo e coerência interna, ainda subjacentes à noção de sujeito social. Por conseguinte, o processo histórico argentino de revisão da memória nacional realizado por meio da negociação com a memória dos grupos sociais marginalizados, tem como contraface a reconstrução da própria identidade nacional.

Falar em (re)construção de identidade implica afirmar que esta não é uma essência, como prega a concepção individualista do sujeito. No caso em questão, a identidade consiste em uma instância relacional, em permanente processo de negociação. Ela é concebida como um fenômeno social e simbólico, que oscila de acordo com o processo histórico, a partir da disputa entre significados e valores. Tal como a memória, portanto, ela se encontra propensa

às relações sociais de poder.

Entretanto, não se pode descurar que, por se encontrarem imersas nas relações sociais mais amplas, as identidades coletivas estão permanentemente sujeitas à tentativa de essencialização. Como parte do jogo de poder, os grupos dominantes procuram apresentá-las como algo natural, autêntico, de características atemporais - ocultando, assim, as relações sociais que lhes são subjacentes.

No processo de reconstrução simbólica da identidade nacional argentina, a TeleSUR atribui destaque a um elemento considerado por Pollak (1992) basilar nas relações entre memória e identidade: as datas comemorativas que vêm sendo instituídas pelo kirchnerismo com a finalidade de relembrar o horror dos anos ditatoriais e celebrar o fim daqueles tempos proporcionado pela emergência da democracia. Um importante marco temporal nesse sentido é o "Dia da Memória, pela Verdade e Justiça", celebrado em 24 de março, para lembrar o início da ditadura militar.

O relato sobre as comemorações da data realizadas no ano de 2012 foi perpassado pela dialética individualismo-coletivismo. Por um lado, focou a ampla mobilização social, procurando evocar a ideia de uma celebração nacional. Em nome da memória da Nação, lembrou também, sem qualquer distinção, as vítimas individuais da ditadura argentina: "as bandeiras com os nomes e os rostos dos 30 mil detidos e desaparecidos voltam a sair às ruas" (MARCHA …, 2012, tradução nossa).

A remissão ao amplo alcance da repressão e, por extensão, das conquistas democráticas possibilitadas pela política de "memória, verdade e justiça" ajudaram a qualificar a data como uma referência histórica muito especial, como foi destacado pela integrante da organização Mães da Praça de Maio, Taty Almeida: "não é um dia 24 qualquer. Estamos conseguindo muitas coisas, sobretudo essa justiça legal, não justiça com as próprias mãos" (MARCHA …, 2012, tradução nossa).

A luta particular de organizações coletivas com uma longa trajetória na defesa dos direitos humanos obteve visibilidade. A matéria referiu-se à presença das Avós da Praça de Maio, que repetiram no evento suas palavras de ordem - "nem esquecimento, nem perdão" - e reafirmaram a continuidade das buscas pelos netos ainda desaparecidos. No entanto, o que a própria presidente da entidade, Estela de Carlotto, procurou ressaltar foi a integração dessa luta e de suas conquistas na batalha mais ampla de todo um povo pela construção de uma história mais democrática:

> Alegria, porque esse 24 está ficando longe, embora vá ficar na história, nessas páginas negras. E a maioria dos responsáveis de usurpar essa casa de governo estão atrás das grades. É o triunfo de um povo, não de mães, avós, casais, não. Do povo argentino, então brindemos hoje o triunfo de um povo (MARCHA …, 2012, tradução nossa).

O clima de união nacional não deixa esquecer, contudo, a luta contra os responsáveis pelas torturas e desaparecimentos. As relações de poder nas quais se insere o processo de reconstrução da identidade argentina não são ocultadas sob o manto da essencialização da Nação, mas sim desnudadas em sua conflitividade. A notícia atribui destaque também às exigências de punição dos responsáveis pelo cerceamento dos direitos humanos, tanto os velhos conhecidos - os militares repressores -, quanto os "novos" sujeitos.

Sob as palavras de ordem "os grupos econômicos também foram à ditadura sem impunidade. Julgamento e castigo já", organizações sociais obtêm espaço para manifestar sua intenção de levar a juízo também os grupos econômicos que financiaram a ditadura. "Não queremos que fique só em uma palavra de ordem, acreditamos que a sintonia fina em direitos humanos é isso: começar a investigar a responsabilidade dos grupos econômicos" (MARCHA …, 2012, tradução nossa), afirmou o filho de desaparecidos Horacio Pietrataglia.

Outra data pautada pela TeleSUR que remete ao propósito de reconstrução da identidade nacional argentina é o 10 de dezembro. O dia se afirma como um marco fundamental por articular as dimensões particular e universal, nacional e internacional da luta em favor dos direitos humanos. Em termos nacionais, ele coincide com o fim da última ditadura militar e, em virtude disso, é adotado como uma celebração da democracia no país. Tal sentido é reforçado e complementado pelo significado internacional da data: em 10 de dezembro comemora-se o Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebra-se a conquista humana que imprime sentido à democracia argentina.

A relação dialética entre as duas dimensões é enfocada quando a Argentina completa 30 anos de democracia. A cobertura jornalística procura captar a aura do evento rememorando, inicialmente, o significado associado pela luta em favor dos direitos humanos ao espaço no qual se concentram as comemorações: a Praça de Maio. "Estamos novamente nessa histórica Praça de Maio. Essa praça que volta a convocar o povo argentino para celebrar no dia de hoje uma festa tão particular, neste 10 de dezembro que comemora os 30 anos da democracia e também o Dia Internacional dos Direitos Humanos", afirma o repórter, aludindo

implicitamente à luta de coletivos como as Mães e Avós da Praça de Maio (ARGENTINOS …, 2013, tradução nossa).

O caráter democrático-nacional do ato também é expresso pelo clima de "festa popular" evocado pela presença de uma "multidão" que se reúne naquele espaço-tempo singular para celebrar os 30 anos de democracia, um "[...] caminho que continua sendo construído dia a dia por parte dos argentinos". O alcance libertário-universal do ato é reforçado pela referência à participação de personalidades culturais silenciadas durante os anos ditatoriais, que "de alguma forma construíram esses 30 anos de liberdade" (ARGENTINA …, 2013, tradução nossa), como os músicos Victor Heredia, Teresa Parodi e Jaime Torres.

O processo de (re)construção simbólica de uma identidade nacional democrática também passa pelo propósito de integrar à nova comunidade imaginada um segmento social que ainda permanece dissociado desses sentidos: os desaparecidos políticos. A luta aqui, como sugere notícia a respeito, é para reverter a condição de não-sujeitos atribuída a essas pessoas pela ditadura, que ficou registrada na história nacional por meio das palavras do ditador Jorge Videla: "[...] não merece nenhum tratamento especial, é um desaparecido. Não tem identidade, não está morto nem vivo, está desaparecido" (TRINTA …, 2011, tradução nossa).

A reconstrução da identidade de mais de 30 mil argentinos a partir da relação dialética com a nova identidade coletiva nacional ainda permanece como uma tarefa pendente dos novos tempos. Em virtude disso, organizações como as Mães e as Avós da Praça de Maio persistem na busca por verdades que lhes permitam preencher lacunas das memórias coletiva e nacional, reconstruindo histórias pessoais, familiares e coletivas. Como ressalta a presidente da organização Avós da Praça de Maio, Estela de Carlotto, "cruel é recordar a ditadura quando não se pode exibir uma foto, um cartaz" (TRINTA …, 2011).

Como parte desse processo de reconstrução identitária nacional ainda em aberto, as Avós da Praça de Maio também renegociam com a sociedade os sentidos atribuídos pela ditadura aos desaparecidos. Por meio do movimento "Teatro pela identidade" procuram "criar consciência sobre o significado da palavra desaparecido, que ainda gera tanto horror na sociedade argentina" (TRINTA …, 2011), ouvindo e contando as histórias de pessoas cujos familiares ainda não foram encontrados, que ainda mantêm uma "identidade trocada" construída em articulação com uma nação não-democrática.

Nesse processo de reescrita da história nacional, que marca uma ruptura entre a

ditadura e os novos tempos tendo como parâmetro a democratização da sociedade, outro assunto recorrente é a reivindicação da soberania sobre as Ilhas Malvinas. O arquipélago, que por razões geográficas encontrava-se originariamente vinculado à Argentina, foi usurpado pelo Reino Unido em 1833 e até hoje é considerado parte do território britânico, apesar da enorme distância que os separam.

A visibilidade concedida ao tema remete a uma questão nacional que, conforme observado no primeiro capítulo, é cara à esquerda latino-americana: a submissão imperialista. Apesar da complexidade que esta adquiriu ao longo do tempo, assumindo uma forma "descarnada" (FONTES, 2010), ela se expressa aqui ainda nos moldes antigos, como uma dominação territorial direta.

De acordo com o deputado governista Carlos Heller, a usurpação das ilhas é uma causa "popularmente sentida por todas as tradições que constituem ideologicamente nosso país" (ORIGEM …, 2012, tradução nossa), consiste em um fator de aglutinação nacional que ultrapassa as divisões políticas existentes. Por conseguinte, implica uma reação política consoante com a estratégia que havia sido preconizada por Lenin (1916) como a adequada aos países que ainda não haviam obtido a emancipação nacional: a união de todos os segmentos progressistas nacionais, burgueses e proletários.

A congregação dessas forças evidencia a adoção de um caminho democrático para a resolução da questão, que é reiterada pelo distanciamento em relação ao empreendimento bélico levado a termo pelos militares na década de 1980. Como afirma a presidente Cristina Kirchner, apesar das dificuldades de diálogo com o Reino Unido[11], a atual reivindicação sempre seguirá pela via diplomática. "Que ninguém espere de nós que isto se dê fora da política e fora da diplomacia. Que não tenham nenhuma ilusão de que vamos fazer isso. Somos pessoas que tem sofrido demasiado a violência em nosso país. Não nos atraem os jogos das armas e as guerras" (ORIGEM …, 2012, tradução nossa).

Contudo, procura-se também introduzir uma distinção em relação aos governos democráticos que sucederam aqueles anos sombrios, associando o processo de refundação da Nação elucidado nas páginas precedentes à atual luta pela recuperação das Malvinas. Afirma-se nesse sentido que, embora a recuperação da democracia em 1983 tenha significado uma retomada da reivindicação territorial pela via diplomática, 2003 marcou o início de um novo

[11] - O país que se nega sistematicamente a sentar na mesa de negociações, valendo-se de seu *status* de membro pleno do Conselho de Segurança da ONU.

paradigma de soberania, intimamente associado à luta pelos direitos humanos. O argumento é respaldado pela ponderação do deputado da frente Novo Encontro Carlos Heller, para quem

> essa reivindicação [dos direitos humanos] se articula então com a reivindicação pela soberania nacional. Quando a presidenta diz que somente onde há soberania democrática, soberania popular, pode haver uma reivindicação legítima de soberania nacional, me parece uma chave desse momento (ORIGEM …, 2012, tradução nossa).

A associação entre o movimento de democratização da sociedade e a emancipação nacional remete à configuração assumida pelas clássicas revoluções democrático-burguesas. Como sublinha Aricó (1982), a constituição de Estado nacionais independentes nos países capitalistas centrais foi acompanhada pela formação de uma identidade nacional. O resgate dessa referência histórica pode ser interpretado como uma tentativa de caracterizar o processo em curso na Argentina como uma continuação da fadada revolução democrático-burguesa, que nunca se completou no país em virtude da emergência de sucessivas revoluções passivas.

Tal suposição é reforçada por outros elementos textuais. Ao mesmo tempo em que a matéria distancia o momento político atual dos processos históricos recentes, aproxima-o de uma tradição mais antiga, representada pelas forças políticas que conduziram o país à independência no século XIX. É o que sugere Heller:

> os direitos e o reivindicação argentina pelas Ilhas Malvinas se associam ao processo revolucionário iniciado em 1810. E mostram como a tradição a que essa reivindicação pertence é a tradição revolucionária, a tradição progressista que nasceu em 1810. Esta primeira reivindicação é importante, fundamental (ORIGEM …, 2012, tradução nossa).

Sem perder de vista o caráter progressista assumido por um projeto político que concilia democratização da sociedade e autodeterminação nacional, é preciso reconhecer também a contraface positivista que ele acaba adquirindo no caso em questão. Conforme abordado no primeiro capítulo, o propósito de realizar tais transformações tentando repetir exatamente o mesmo caminho percorrido pelas nações capitalistas centrais incorre em uma visão de mundo determinista e exclusivista, baseada em um modelo eurocêntrico supostamente universal, que desconsidera as particularidades histórico-regionais.

A cobertura sobre a reivindicação soberana das Ilhas Malvinas faz ressoar também uma visão de mundo internacionalista ancorada no ideal bolivarianista de integração latino-

americana (BOLÍVAR, 1815). “A Pátria Grande está unida. E se coloca de pé cada vez que tem que respaldar a Argentina em sua reivindicação sobre a soberania das ilhas Malvinas, com a convicção de que elas [as ilhas] são parte da América Latina” (ARGENTINOS …, 2012, tradução nossa). Com estas palavras, a causa Malvinas é transformada em uma questão continental.

A internacionalização da luta pela soberania das Ilhas Malvinas aparece associada sobretudo às instâncias multilaterais regionais – Mercosul, Alba, Celac etc -, que se multiplicaram com a ascensão ao poder de governantes progressistas. A matéria reproduz o apelo realizado por distintas lideranças latino-americanas nesses espaços, que buscam se erigir como instâncias autônomas de ação de países marcados por uma história compartilhada de opressão.

> A recuperação da soberania sobre as Malvinas não é uma causa só dos argentinos. O território que está ocupado por uma potência arcaica, antiga, colonial, é um pedaço de terra sul-americano. Todos os sul-americanos estão por fazer todas as tarefas que tenha que fazer pacificamente para recuperar nossas ilhas (Rafael Folinier, ex-secretario da Unasul).
>
> Nos somamos a essa denúncia e exigimos ao governo britânico que deixe não só a militarização, que deixe as Malvinas, que essas Malvinas são argentinas. Não acreditem que vão agredir Argentina militarmente falando. Oxalá que não ocorra isso, porque esse território nós queremos converter para sempre em uma área de paz (Hugo Chávez, ex-presidente da Venezuela).
>
> Qual é a explicação geográfica, política e econômica para a Inglaterra estar nas Malvinas? Não é possível que a Argentina não seja dona das Malvinas e seja um país que está a 14.000 km de distância o dono das Malvinas (Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Brasil).

A cobertura sobre a reivindicação da soberania sobre as Ilhas Malvinas permite notar que o aumento da pressão diplomática sobre o Reino Unido nos últimos anos também se associa a um fator estratégico: a prospecção de petróleo. Em 2010, a TeleSUR denunciou que o governo britânico lançou “outro desafio à soberania da Argentina”, autorizando empresas multinacionais a buscar reservas hidrocarboníferas a 150 Km ao norte das ilhas, em águas oceânicas pertencentes ao país latino-americano. A afronta poderia converter a Inglaterra na quinta potência energética do mundo, já que numerosos estudos estimavam a existência de aproximadamente 13 milhões de barris de petróleo na região (REINO …, 2010).

Para o governo argentino, o que a decisão unilateral da Inglaterra coloca em jogo é mais do que a soberania sobre recursos naturais não renováveis. É a própria viabilidade do

projeto nacional acima elucidado, cuja concretização ancora-se em um modelo de desenvolvimento econômico no qual o petróleo assume importância crucial. Tais questões tornam-se mais evidentes na cobertura de outro tema em que o controle sobre essa fonte energética ocupa o centro do debate: a nacionalização da companhia Yacimientos Petroliferos Fiscales (YPF).

Em 2012, o governo argentino decidiu recuperar o controle acionário sobre a YPF, então sob o comando da empresa espanhola Repsol. O caminho escolhido foi o envio ao Congresso de um projeto de lei que visava devolver a "soberania hidrocarbonífera" ao país. Ao justificar a medida, a presidente Cristina Kirchner sublinhou a situação abstrusa vivida pela nação argentina em termos regionais e, quiçá, mundiais. "Somos o único país da América Latina, eu diria quase do mundo, que não opera seus recursos naturais" (GOVERNO …, 2012, tradução nossa).

A declaração da presidente alude à realidade observada teoricamente por Boron (2010). De acordo com o sociólogo argentino, sua terra natal ostenta a inglória fama de ser o país latino-americano com maior grau de desnacionalização da economia. Isso porque as empresas estatais, outrora importantes sustentáculos de projetos econômicos e sociais, foram quase todas transferidas para o capital internacional durante os anos neoliberais comandados por Carlos Menem.

A proposta de nacionalização da YPF visava reverter essa situação, estabelecendo "novos paradigmas para a construção da Argentina, com base em 'mais gás, mais petróleo e, a partir disso, mais trabalho'" (GOVERNO …, 2012, tradução nossa). Nela, o recurso natural era concebido como um fator de desenvolvimento interno, como afirma o vice-ministro da economia, Axel Kicillof: "uma coisa é pensar que o petróleo é um recurso para extrair e exportar para o exterior e outra coisa distinta é pensar que esse recurso se converte em algo estratégico, porque se converte em um meio e um elemento central do crescimento da população argentina" (GOVERNO …, 2012, tradução nossa).

Ressoa nesse projeto de lei ecos do nacional-desenvolvimentismo, que vicejou na América Latina em meados do século XX. O paradigma econômico é descrito por Martins (2011) como uma proposta de reinserção dos países latino-americanos no sistema capitalista internacional, mediante a indução de um processo de industrialização endógeno por meio da intervenção ativa do Estado na economia. A concepção de desenvolvimento aí inerente é a mesma apresentada no primeiro capítulo como um traço característico das teorias do

desenvolvimento: uma noção positivista, na qual o "progresso" é definido em termos econômicos e tecnológicos.

Os nacional-desenvolvimentistas sustentam que a condição periférica dos países latino-americanos decorre de sua dependência em relação à economia forânea. O noticiário sobre a nacionalização da YPF compartilha tais sentidos ao informar que, em 2011, a Argentina foi obrigada a importar petróleo e gás pela primeira vez desde 1994. Apesar de contar com enormes reservas energéticas em seu subsolo, o país teve que desembolsar mais de 10 bilhões de dólares na compra dos combustíveis, porque a falta de investimento da Repsol havia causado uma queda de 50% na produção de petróleo e de 90% na produção de gás.

Os dados podem ser interpretados também como uma crítica ao neoliberalismo, uma denuncia da falácia do discurso que propiciou a hegemonia desse modelo na Argentina e a consequente privatização de empresas nacionais como a YPF. A realidade por eles evidenciada volta contra seus próprios enunciadores o argumento da ineficiência, insistentemente evocado para justificar a necessidade de retirar das mãos do Estado o controle sobre setores econômicos estratégicos.

Tal interpretação vai ao encontro de um importante traço do pensamento nacional-desenvolvimentista: o anti-liberalismo (MARTINS, 2011). Este deriva não só da identificação do Estado como o agente central de indução do processo econômico, mas também da resistência à ingerência do capital estrangeiro no país. A combinação entre os dois fatores não só torna o neoliberalismo passível de crítica, como o transforma no alvo privilegiado do nacional-desenvolvimentismo na Argentina contemporânea, como evidencia o noticiário.

A TeleSUR demarca a diferença existente entre o modelo neoliberal e o encarnado pelo kirchnerismo. A privatização da YPF, conduzida segundo o Consenso de Washington, é apresentada como uma dentre as inúmeras vendas de ativos nacionais que "devastou o Estado", erigindo o modelo econômico-social que "levaria ao desemprego e à pior crise que a Argentina padeceu" (EM 1917 …, 2012, tradução nossa). A expropriação não só contribuiu para esse quadro social, como também iniciou um processo de degradação petrolífera. De acordo com o diretor do Centro Latino-americano de Investimentos, Ricardo de Dicco, a partir do momento em que a YPF passou para as mãos da Repsol, a produtividade caiu expressivamente, gerando uma situação "péssima e hostil aos interesses vitais da nação argentina".

Em contraposição, a ascensão de Néstor Kirchner ao poder é apresentada como uma

inflexão nessa trajetória. “A história começava a mudar. Um país para todos se assomava. Começava-se a recuperar o que há pouco fora vendido”. O ponto culminante dessa transformação seria justamente a renacionalização da YPF, pois, por intermédio dela, o Estado recuperaria seu papel de protagonista da economia nacional. “[...] o controle sobre YPF a partir de agora vai converter o Estado no principal agente econômico, formador dos preços dos combustíveis e garantidor do fornecimento dos mesmos, em plena defesa da segurança jurídica dos cidadãos argentinos”, avalia de Dicco.

A matéria em questão também faz remissão à origem da YPF, fundada durante o governo de Hipolito Yrigogyen, em 1922. Por meio da declaração de uma fonte qualificada - o historiador Javier Trímboli -, o ex-mandatário é definido como “o primeiro presidente democrático argentino” e sua decisão de criar a empresa petrolífera, como “uma medida muito audaz e chave para a política econômica argentina” (EM 1917 …, 2012, tradução nossa).

Interpretado à luz da contraposição entre os modelos neoliberal e kirchnerista, o resgate desse momento histórico aproxima o governo de Cristina Kirchner da tradição democrático-popular na qual se inscreve Hipolito Yrigogyen. Estabelece-se, dessa forma, uma linha de continuidade entre tais governos – à semelhança da que já fora traçada no caso Malvinas, em relação aos revolucionários da Independência -, que sugere a retomada dos processos de democratização e desenvolvimento econômico-social encarnados por Yrigogyen.

A nacionalização da YPF representa, assim, a retomada de um modelo de capitalismo no qual o Estado figura como um agente central, exercendo o controle sobre um recurso estratégico para impulsionar o desenvolvimento econômico interno e gerar a riqueza necessária à implantação do Estado de Bem-Estar Social. É o que afirma o senador Miguel Pichetto:

> [a nacionalização] é um fator fundamental para o desenvolvimento econômico e social da Argentina. Indubitavelmente, o país tem que recuperá-lo e fazer esforço para conseguir o que propõe o artigo 1, que é o autoabastecimento, a recuperação de preços internos que ajudem o desenvolvimento da indústria e a geração de emprego (SENADORES …, 2012, tradução nossa).

Boron (2010) adota um olhar crítico em relação à retomada desse modelo. Considera um mito a possibilidade de desenvolvimento capitalista autônomo inerente à visão de mundo nacional-desenvolvimentista, pois o caminho universal prometido – que coincide com aquele

trilhado pelos países da Europa e dos Estados Unidos – foi fechado juntamente com o processo histórico vivenciado pelas nações capitalistas centrais. Sob essas condições, a insistência em tal paradigma de desenvolvimento só contribuiria para reforçar a condição da Argentina de eterno "país do futuro", condenado a um sucesso que nunca se concretiza.

4.4.3 Venezuela: entre o Estado nacional-desenvolvimentista e as comunas

O noticiário produzido pela TeleSUR a respeito da Venezuela atribui centralidade às medidas socioeconômicas. Procura evidenciar que se encontra em curso no país a implantação de um novo modelo de desenvolvimento cujos principais traços são a tentativa de reverter a secular condição de dependência da renda petroleira, por meio da retomada do controle estatal sobre o setor e da diversificação das atividades produtivas nos segmentos agropecuário e industrial, com o consequente investimento em programas sociais que promovam a distribuição da riqueza nacional assim gerada.

As mudanças têm como foco irradiador a nacionalização da exploração e da produção de derivados petrolíferos, atividades que haviam sido praticamente entregues às empresas estrangeiras durante os anos neoliberais. A retomada do controle sobre esse setor estratégico, cujo principal ator é a empresa estatal PDVSA, é apresentada como a responsável pela geração das divisas necessárias ao financiamento dos programas econômicos e sociais em curso, como evidencia reportagem sobre os cinco anos de nacionalização da Faixa do Orinoco.

Embora reconheça que 21 países ainda estejam envolvidos nas atividades realizadas no complexo petrolífero, a matéria enfatiza que a grande novidade introduzida pelo governo Hugo Chávez foi a transformação da Nação em protagonista desse processo. "O mais importante é que, nas empresas mistas, a Venezuela têm 60% das ações [...] Antes da nacionalização, PDVSA tinha menos de 50%. O que era um campo praticamente reservado para as transnacionais, hoje é 100% venezuelano" (A CINCO …, 2012, tradução nossa).

À semelhança do caso argentino, é possível identificar aqui ecos do nacionalismo de esquerda. A recuperação do controle nacional sobre a atividade petroleira ilustra o combate a forma mais "modernas" de atuação imperialista, que se expressam na exploração econômica de países periféricos por parte das empresas transnacionais. Por conseguinte, recoloca em

pauta a autodeterminação nacional que, conforme evidenciado por Lenin (1916) no primeiro capítulo, consiste em uma questão de singular importância para a esquerda nos países oprimidos.

A conquista da soberania nacional no setor foi acompanhada pelo aumento da taxação das atividades estrangeiras remanescentes. Se, até então, as transnacionais que atuavam na Faixa do Orinoco exploravam indiscriminadamente as jazidas de petróleo e pagavam apenas 1% de *royalties* ao Estado, com a nacionalização esse percentual subiu para 30%. Aumento significativo também foi registrado na alíquota do imposto sobre a renda, que passou de 34% para 50%. Além disso, o controle sobre a atividade permitiu ao país reposicionar-se na geopolítica mundial do petróleo:

> Em 70 anos, a antiga PDVSA só certificou 39 bilhões de barris, 13% das reservas. Após a nacionalização, em 2007, foram confirmados cerca de 220 bilhões de barris. As reservas venezuelanas subiram de 80 bilhões para 297 bilhões de barris. O país passou a se situar no primeiro lugar do mundo em reservas comprovadas, superando a Arábia Saudita. Com a nacionalização, a produção também aumentou, de 750 mil barris/dia a 1,170 milhão barris/dia (A CINCO …, 2012).

A nacionalização da PDVSA implicou, portanto, a adoção de uma postura anti-liberal em relação ao setor. Como evidencia a matéria, depois da recuperação da soberania, o Estado passou a intervir ativamente na economia, redefinindo as regras para a exploração da atividade petroleira. É possível afirmar que, em termos econômicos, ocorreu uma transformação estatal, marcada pela transição entre dois modelos que, de acordo com Bobbio (1992; 2013), são contraditórios entre si: o Estado liberal e o Estado social.

A ideia de ascensão de um Estado social na Venezuela é reforçada pela referência à destinação dos recursos gerados pela atividade petrolífera. De acordo com a matéria, estes se revertem totalmente em benefícios para a população venezuelana. Nas palavras do engenheiro de operações da PDVSA, Deybis Ávila, "tudo o que estamos tirando de nossa terra, como pode observar aqui embaixo, tudo isso vai para o país, para os trabalhos sociais, para os hospitais, para nossas pessoas" (A CINCO …, 2012).

Os sentidos evocados acima evidenciam uma correspondência parcial entre os projetos nacionais argentino e venezuelano. Ambos os países transformam a recuperação da soberania sobre a atividade petroleira no pilar de um Estado social. Entretanto, o noticiário também revela que essas experiências divergem em um importante aspecto: o sujeito social

beneficiado por esse modelo estatal. No caso venezuelano, a definição das camadas populares tem como cerne as clivagens de classe, sendo o trabalhador o grupo social adotado como referência.

O anúncio da nacionalização das instalações da empresa petroleira norte-americana H&P, que havia paralisado suas operações na Venezuela, ajuda a iluminar essa questão. O relato jornalístico enfoca a "massiva concentração" popular realizada em frente às instalações da petroleira, que reuniu "ex-trabalhadores da empresa, operários e cidadãos plenos" (TRABALHADORES …, 2010, tradução nossa). No entanto, em meio a este amplo leque social, o sujeito que obtém maior projeção é o operário urbano-industrial.

De acordo com a matéria, a nacionalização realizada pelo Ministério de Energia e Petróleo foi motivada não só pela inatividade dos equipamentos, mas também pelos prejuízos causados aos trabalhadores. A informação sugere uma centralidade desse sujeito no projeto político governamental, que é reiterada pela declaração de um manifestante a respeito da medida: "[trata-se de] um plano de soberania petroleira, no qual os trabalhadores, juntamente com as políticas de nosso presidente, completamos hoje a verdadeira soberania" (TRABALHADORES …, 2010, tradução nossa).

A proeminência do trabalhador industrial no projeto nacional do governo venezuelano é reforçada quando o foco jornalístico se volta para o grande símbolo da presença do Estado no setor: a PDVSA. A atuação da estatal é contada por meio de uma descrição da rotina diária de trabalho na divisão ocidental da empresa, situada no Lago Maracaibo: a narrativa começa às quatro horas da madrugada, quando os primeiros trabalhadores revisam as condições dos barcos que cruzam o lago de um extremo a outro para buscar os demais operários, que trabalham diretamente na produção de petróleo.

Além disso, o número de embarcações que realizam esse trajeto e o total de trabalhadores que perfazem o percurso diariamente são alguns dos dados citados para fornecer uma ideia das dimensões da estatal: "Umas 11 mil pessoas trabalham na divisão ocidental de Petróleos da Venezuela S.A (PDVSA). Em média, 70 embarcações saem diariamente deste porto em São Francisco, para transportar o pessoal que trabalha nos distintos poços petroleiros e em outras instalações do Lago de Maracaibo" (PETRÓLEOS …, 2012, tradução nossa).

A combinação entre a estatização da atividade petroleira e o protagonismo assumido pelo trabalhador industrial urbano nesse processo confere ao projeto nacionalista e anti-imperialista venezuelano uma feição socialista clássica. As ações empreendidas pelo governo

Hugo Chávez fazem ressoar as considerações tecidas por Marx e Engels sobre a tomada do poder pelo proletariado e as tarefas prioritárias que se impõem a esse sujeito universal na transição socialista.

Ao tomar o poder - afirmam os fundadores do socialismo científico (1998) -, os trabalhadores devem se constituir como classe dominante, instaurando a "ditadura do proletariado". O ato inaugural dessa nova forma de governo deve ser a transformação da estrutura da propriedade dos meios de produção: o proletariado deve aproveitar sua supremacia política para retirar os instrumentos de produção das mãos da burguesia e centralizá-los no Estado, que passará a geri-los em nome de toda a sociedade.

Nesse estágio inicial de transição, o Estado ainda conserva traços característicos da sociedade capitalista em vias de superação. Estes persistem, ainda que qualitativamente modificados, como é o caso da democracia baseada em direitos. Embora não deva se deter nesse ponto, o socialismo realiza "[...] uma considerável ampliação da democracia, que se torna *pela primeira vez* a democracia dos pobres, a do povo, e não mais apenas a da gente rica [...]" (LENIN, 2007, p.125).

O alargamento da democracia no contexto da socialização e da diversificação da economia encontra ressonância no noticiário sobre a Venezuela principalmente quando entra em pauta a destinação dos recursos gerados pela atividade petrolífera. A parcela dessa renda nacional apropriada pelo Estado é qualificada como "o pilar do desenvolvimento econômico e social do país sul-americano" (PETRÓLEOS …, 2012, tradução nossa), por se destinar a programas governamentais que procuram conciliar o combate às desigualdades sociais e a geração de novas forças produtivas.

A perseguição desse duplo objetivo fica patente quando é apresentado o desempenho da economia do país no primeiro trimestre de 2011. O crescimento venezuelano é associado aos programas sociais desenvolvidos pelo governo, as chamadas *Misiones*. Estas são representadas pela *Misión Vivienda*, concebida com o propósito de suprir o déficit habitacional existente entre as classes populares, e pela *Misión Ribas*, que conjuga metas nas áreas de educação, trabalho e habitação.

Ao destacar a participação do setor de construção civil na alavancagem da economia venezuelana, a matéria estabelece uma relação direta com as *misiones*. Afirma que a produção neste segmento "[...] disparou no terceiro trimestre de 2011 com a *Misión Vivienda*, em comparação com 2010, quando se situou em menos de 7,5%" (CRESCIMENTO …, 2011,

tradução nossa). O crescimento proporcionado pelos programas governamentais também é vinculado à geração de novos postos de trabalho. “Só na missão educativa Ribas há 46 mil brigadistas construindo em todo o país” (CRESCIMENTO …, 2011, tradução nossa).

Contraditoriamente, no entanto, esse crescimento deve-se não só à atuação do Estado venezuelano, mas também à participação de grandes empresas estrangeiras, como a brasileira Odebrecht, considerada por Fontes (2010) um emblema da atuação capital-imperialista do país na região. Poucos meses antes da divulgação do desempenho do setor, em uma breve nota coberta sobre a visita do então chanceler brasileiro Antônio Patriota para discutir formas de apoio ao programa habitacional venezuelano, foi informado que “na atualidade há várias empresas brasileiras envolvidas no programa habitacional da administração Hugo Chávez. Em junho passado, a construtora do Brasil, Odebrecht anunciou um investimento social de 3 a 4 bilhões de dólares a esse plano” (BRASIL …, 2011, tradução nossa).

A relevância da participação estrangeira para o sucesso do programa foi destacada pelo próprio presidente Hugo Chávez, em um breve pronunciamento realizado dias antes do anúncio do crescimento do setor:

> [...] um conjunto de empresas brasileiras já estão prontas para vir se instalar aqui e ajudar-nos no desenvolvimento, no impulso, sobretudo na fabricação de materiais de construção e com tecnologia muito moderna e muito avançada de construção de habitação e infra-estrutura (CHÁVEZ ..., 2011).

A ênfase conferida à participação estrangeira e aos avanços tecnológicos por ela proporcionados permite afirmar que não só os aspectos progressistas do capitalismo persistem no modelo de transição venezuelana. Vozes conservadoras-positivistas também produzem seus ecos, por meio da retomada da visão de mundo inerente às teorias da modernização. Conforme evidenciado no primeiro e no segundo capítulo, em tais teorias o desenvolvimento é concebido como sinônimo de modernidade tecnológica.

Na abordagem sobre a *Misión Saber y Trabajo,* o duplo objetivo de combate às desigualdades sociais e geração de novas forças produtivas é retomado e associado a uma filosofia educacional de feição materialista dialética. Trata-se da “educação para o trabalho”, uma concepção de ensino na qual o conhecimento é tratado como parte da *práxis* humana e não como um saber abstrato desvinculado da realidade. De acordo com a reportagem, “[...] o governo avança no combate ao desemprego através de um modelo que capacita e forma para

um trabalho libertador" (CENTO …, 2012, tradução nossa).

A viabilização dessa *misión* é assegurada pelo governo não só com o aporte de recursos econômicos, mas também com o apoio logístico da Guarda Nacional Bolivariana. Esta é qualificada como um agente "que trabalha de mãos dadas com a sociedade civil", uma união que o ministro da defesa, Henry Rangel Silva, explica com base nos próprios termos da *práxis* educacional:

> se tem um elemento, uma matéria que ainda está por ensinar, esta matéria nós já passamos por ela, que é como construir a união do povo com as Forças Armadas. E eu digo a eles que a união não se decreta, não se estuda, mas se constrói, se constrói em função das lutas que estamos levando (CENTO …, 2012, tradução nossa).

A declaração do ministro da defesa contradiz um importante aspecto do pensamento socialista clássico. Para a teoria marxiana, a tomada do poder pelo proletariado inaugura uma etapa de definhamento longo, lento, mas também gradual, do Estado. "O curso dos acontecimentos obriga, assim, a revolução a "*concentrar todas as forças de destruição*" contra o poder do Estado; impõe-lhe não o melhoramento da máquina governamental, mas a tarefa de *demoli-la*, de *destruí-la"* (LENIN, 2007, p.55, grifos do autor).

Como observa Lenin (2007), em O 18 Brumário, Marx identifica o Exército permanente como uma das instituições concretas mais típicas do Estado burguês. Consequentemente, a atitude que se deve esperar do proletariado a longo prazo na luta socialista não é a união com as Forças Armadas, tal como sustentado pelo ministro da defesa venezuelano, mas sim o aniquilamento destas.

Entretanto, não se pode descurar das ponderações realizadas por Boron (2010). Embora tenda a concordar que o socialismo não deve se confundir com estatismo, o autor salienta que o fortalecimento do Estado nas nações periféricas, especialmente de seu aparato militar, encontra-se relacionado à própria dinâmica mundial da luta de classes. A hostilidade imperialista, sobretudo em relação às nações que ensaiam modelos sociais alternativos, acaba impondo essa necessidade.

Além disso, deve-se ter em mente também que um dos importantes sujeitos da esquerda nacional presente na coalizão venezuelana – que forneceu, inclusive, o personagem mais ilustre desta, o falecido presidente Hugo Chávez - provém das Forças Armadas. Conforme mencionado no primeiro capítulo, subsiste nessa instituição estatal uma vertente de

esquerda que propõe uma leitura renovada do pensamento democrático-radical de Simón Bolívar.

No que diz respeito às *misiones* em geral, é importante sublinhar ainda que o modelo de democracia promovido vincula-se sobretudo ao chamados "direitos sociais" (BOBBIO, 1992). Tais programas visam proporcionar aos cidadãos venezuelanos benefícios que só podem ser assegurados mediante a intervenção ativa do Estado. Contrastam, portanto, com as medidas adotadas no sentido de garantir os direitos de liberdade, cuja afirmação requer a minimização dos poderes estatais. Isso porque têm como horizonte a construção de uma sociedade muito mais justa do que livre.

Ademais, como já foi mencionado em relação ao caso argentino, os direitos sociais distinguem-se dos de liberdade por pressupor um tratamento não igual. À diferença das liberdades de expressão e religião, por exemplo, a afirmação e o reconhecimento dos direitos à moradia, à educação e ao trabalho requerem a consideração de particularidades sociais. Tais desigualdades é que justificam a necessidade de intervenção do Estado também por meio de um tratamento não igual entre os cidadãos.

Na esfera da democracia burguesa, portanto, os direitos sociais podem ser considerados os que mais se aproximam do ideal comunista segundo o qual cada um deve contribuir de acordo com sua capacidade e receber segundo suas necessidades (LENIN, 2007, p. 139). Mas, com um limite: aí ainda subsiste o princípio inerente a todo direito burguês, que consiste em aplicar uma regra única – ou um "direito igual" - a pessoas não idênticas, desconsiderando outros traços de desigualdade.

A primazia concedida aos direitos sociais em relação aos direitos de liberdade fica patente no depoimento da brigadista da *Misión Ribas* Rosangela Moreno. Ao falar sobre sua participação no programa, Rosangela se identifica como uma mulher inserida em grupos sociais: ela é uma mãe de família e pertence às classes sociais subalternas, para as quais o trabalho de mais um membro faz diferença no sustento coletivo. "Me sinto muito contente, não somente por ser um grão de areia para que nossos irmãos possam ter suas casas dignas, mas também porque eu, como mãe de família, também tenho um incentivo e com isso ajudo na minha casa" (CRESCIMENTO …, 2011, tradução nossa).

Em contraste com os sentidos majoritariamente evocados pela análise dos noticiários uruguaio e argentino, portanto, Rosangela não faz ressoar a visão de mundo segundo a qual a mulher tem direito a usufruir igualitariamente de liberdades individuais – reivindicação que,

nos casos em questão, entra em contradição com a condição de "mãe de família" da entrevistada. Ela se insere em instâncias coletivas, definindo sua identidade em relação dialética com a do grupo, aqui representado principalmente pela classe social, que justifica a importância de seu trabalho para a família.

A centralidade dos direitos sociais no projeto nacional venezuelano é reiterada por uma matéria que caracteriza o modelo em curso no país a partir do contraste com a tendência observada na Europa, décadas atrás considerada o exemplo em termos de democracia social. O ponto de partida é a problematização da noção de "desenvolvimento", expressa nos seguintes termos: "[...] não importa apenas o desenvolvimento, mas quem se beneficia dele" (MODELO …, 2013, tradução nossa).

Conforme pode ser observado no segundo capítulo, essa visão sobre o desenvolvimento ecoa a crítica empreendida por uma vertente marxista latino-americana - os denominados teóricos da dependência - ao projeto desenvolvimentista-modernizador, de matiz positivista. Os primeiros rejeitam o "progresso" técnico-econômico almejado pelos segundos, por considerar que ele só contribui para aprofundar ainda mais nossa condição de subalternidade em relação ao sistema imperialista global.

A matéria procura evidenciar a situação gerada pelo fim do Estado de Bem-Estar Social na Europa e a consequente adoção do modelo neoliberal. O resultado apontado é a perda da qualidade de vida do trabalhador, como ilustra o depoimento de um migrante grego: "em um ano, recebemos a metade do dinheiro que recebíamos antes. Vivíamos muito bem, mas agora o dinheiro não é suficiente para a comida, para a água. Temos muitos problemas" (MODELO …, 2013, tradução nossa').

Esta regressão social é associada ao modelo hegemônico no mundo, que aposta no desenvolvimento empreendendo a "busca constante de maiores lucros", à custa da geração das "maiores diferenças econômicas da história". Na contramão de tal tendência, o governo da Venezuela é apresentado como tributário de uma concepção de desenvolvimento que "apoia os mais desfavorecidos para criar uma sociedade mais justa" (MODELO …, 2013, tradução nossa).

A contraposição é corroborada por meio da remissão à realidade dos trabalhadores venezuelanos, caracterizada pela conquista de direitos que vem sendo suprimidos dos europeus. Segundo a matéria, o país "apostou em outro modelo de crescimento", no qual "são pagas indenizações duplas em casos de demissões injustificadas, no qual a jornada trabalhista

é reduzida a 40 horas semanais e no qual é eliminada a figura da terceirização trabalhista" (MODELO …, 2013, tradução nossa).

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico promovido pelo Estado venezuelano, vale ainda destacar os sentidos evocados por um acordo petroquímico assinado entre o Uruguai e a Venezuela. O convênio vincula a fábrica uruguaia de pneumáticos Funsa, recuperada pelos trabalhadores (sobre a qual foram tecidos comentários na análise do noticiário uruguaio), à borracharia estatal venezuelana Comerso, também qualificada como um empreendimento "socialista" (AUMENTA …, 2010).

O interessante a observar nesse caso é o distinto sentido de "socialismo" evocado pelos dois empreendimentos, que são faces de um mesmo projeto integracionista. Como foi elucidado na análise do noticiário uruguaio, para as forças progressistas deste país as transformações rumo à implantação de um sistema socialista relacionam-se à ocupação de antigas fábricas capitalistas por trabalhadores organizados e ao consequente controle autogestionário destas. Nesse modelo produtivo, o Estado cumpre uma função indutora, oferecendo as condições necessárias para a atuação dos trabalhadores.

No caso venezuelano, Estado e trabalhadores se confundem. O primeiro, conforme evidenciado nas análises precedentes, representa a supremacia política dos segundos; em termos marxianos, consiste na "ditadura do proletariado" e, enquanto tal, assume a gestão dos instrumentos de produção em nome da sociedade. Por conseguinte, aqui o Estado exerce diretamente os papéis de proprietário e planejador do empreendimento, em nome da classe trabalhadora.

Tal contraste torna-se explícito na fala dos trabalhadores. Enquanto os operários uruguaios se referem a um grupo de trabalhadores lutando por sua fonte de sustento (vide análise uruguaia), o encarregado da borracharia socialista venezuelana, Ragid Samán remete à atuação do Estado por meio do governo em vigor: "nós queremos demonstrar que o governo também pode operar empresas, empresas que opera o setor capitalista e que também são rentáveis e, além de serem rentáveis, podem oferecer um bom serviço" (AUMENTA …, 2010).

Dialeticamente articulada a essas manifestações estatais do modelo socialista venezuelano, é possível identificar também uma forma de organização coletiva que surge "a partir de baixo", ainda que sob o incentivo estatal. O noticiário da TeleSUR evidencia que se encontra em curso no país a construção de uma "economia comunal" (EMPRESAS …, 2013),

mediante a multiplicação da chamada "propriedade social".

Esta é definida como uma forma de propriedade comunitária na qual os meios de produção pertencem à coletividade e são geridos pelos próprios trabalhadores. Foi concebida com a finalidade de combater a exclusão, proporcionando trabalho a grupos sociais marginalizados e gerando benefícios para a população local. Trata-se de uma forma de propriedade que vem ocupando um espaço crescente no novo modelo venezuelano:

> […] há uma realidade palpável nos setores populares e é o crescimento das empresas de produção social, que geram empregos e bens nas comunidades historicamente excluídas desse país.
> Nos bairros de todo país, o fortalecimento do sistema econômico se traduz na instalação de empresas de produção social, onde por meio da autogestão e o trabalho desde e para a comunidade, consegue-se integrar a população ao sistema produtivo (EMPRESAS …, 2011).

As propriedades sociais incorporam o modelo da "comuna", identificada por Marx (*apud* LENIN, 2007) como a experiência concreta de seu tempo que mais se aproximava do ideal socialista de um Estado proletário, que já não é mais Estado nos moldes burgueses. Ela consiste em uma formação institucional cuja função precípua não é a substituição de uma forma de dominação por outra, mas sim a supressão da própria dominação, como atestam sua estrutura horizontalizada e autogestionária.

A visão de mundo comunal subjacente ao modelo de propriedade social venezuelano é ilustrada por meio do enfoque a uma fábrica de calçados situada na zona oeste de Caracas. O empreendimento foi criado pelos moradores de uma das mais de mil comunas registradas na Venezuela e produz cerca de 800 pares de botas industriais por mês. Um dos integrantes da fábrica, Freddy Marcano, que trabalha no setor há 30 anos, explica o diferencial do negócio: "uma das bases primordiais é a propriedade social, que estejamos todos unidos. É muito progressiva, para ajudar a comunidade e para ajudar cada um" (EMPRESAS …, 2013, tradução nossa).

A matéria explica que as propriedades sociais são regidas pela lei orgânica de fomento ao sistema econômico comunal, promulgada em 2010. O instrumento jurídico estabelece não só a propriedade comunal dos meios de produção, mas também que os lucros auferidos sejam destinados ao investimento social. Além disso, as comunidades se beneficiam por terem acesso a um produto muito mais barato do que os produzidos alhures, como afirma o produtor social Enma Cedeño: "aqui você compra um sapato mais barato. Esse sapato na rua custa

1750 [bolívares], enquanto aqui vendemos a 650. Já é uma ajuda para a comunidade" (EMPRESAS …, 2013, tradução nossa).

Evidencia-se aqui outro traço da comuna: ela consiste em uma assembleia ao mesmo tempo executiva e legislativa (LENIN, 2007). Por um lado, os trabalhadores reunidos de forma horizontal e autogestionária produzem os bens materiais necessários não só à satisfação de suas necessidades pessoais, mas também de toda a coletividade. Por outro, atuam como legisladores, decidindo democraticamente a destinação social dos recursos gerados pelo trabalho comunitário.

Além do operário industrial e das camadas populares marginalizadas do sistema produtivo clássico, outro sujeito representado como uma fração da classe trabalhadora venezuelana é o homem rural. É o que atesta a cobertura sobre a inauguração do centro de produção agroalimentar Fundação Araguaney, criado no âmbito da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), pelos governos de Venezuela e Bolívia como uma propriedade estatal baseada no trabalho coletivo.

A unidade rural é qualificada como um "núcleo socialista" (CHÁVEZ …, 2010) e destina-se à produção de carne e leite. O propósito do centro agropecuário é, segundo o então presidente venezuelano Hugo Chávez, ampliar a produção desses gêneros essenciais mediante a apropriação e superação socialista dos progressos científicos e tecnológicos. "Chávez assegurou que o socialismo deve ampliar a ciência e aumentar a produção para satisfazer as necessidades do povo" (CHÁVEZ …, 2010, tradução nossa).

A visão de Chávez revela-se coerente com a interpretação dialética da realidade. Conforme foi abordado no primeiro capítulo, o socialismo não nega a sociedade burguesa *in totum*. Ele reconhece o legado deixado pelo capitalismo à humanidade e o incorpora dialeticamente à proposta de sociedade futura. Esse aspecto é observável em relação à própria tecnologia: na sociedade idealizada por Marx, o aparato produtivo industrial não seria abolido, mas sim apropriado pelos trabalhadores.

Entretanto, a incorporação da tecnologia pelo socialismo visa promover outros valores sociais, como expressa Chávez. Apesar de produzidos em grande escala, os alimentos não são tratados no núcleo agrosocialista como mercadorias destinadas à acumulação do capital, mas sim como bens coletivos destinados à satisfação das necessidades humanas.

> A produção de alimentos não para convertê-los em mercadorias. O alimento é para alimentar as pessoas, para satisfazer as necessidades de todos, respeitando, como tu [Evo Morales] dizias neste grande evento que convocaste e veio ao mundo em Cochabamba, "Pachamama ou morte". Pachamama, a terra, o ambiente, o equilíbrio entre o ser humano, o ambiente, a natureza, a vida, o desenvolvimento (CHÁVEZ …, 2010, tradução nossa)

Na fala do presidente, a visão de mundo socialista se imbrica ao universo cultural indígena, imprimindo inflexões à perspectiva socialista clássica. A evocação do mito "Pachamama", Mãe-Terra, divindade máxima andina que pressupõe uma relação harmoniosa entre o ser humano e o ambiente, sugere a imposição de certos limites ao modelo produtivo nacional. Assim, embora o aumento da produção agroalimentar mediante o uso intensivo da tecnologia figure como um importante objetivo do projeto político venezuelano, ela deve ser mantida nos marcos de um equilíbrio entre a atividade humana e as condições naturais.

A combinação entre os universos simbólicos pode ser considerada uma remissão ao denominado "Socialismo do Século XXI", modelo econômico-social venezuelano que se propõe a realizar uma reinterpretação criativa do socialismo por meio da articulação dos valores e princípios deste sistema social com a visão latino-americanista de Simón Bolívar.

> A plena realização do Socialismo do Século XXI que estamos inventando, e que só será possível a médio prazo, passa necessariamente pela *refundação ética e moral* da Nação *Venezuelana*. Tal refundação pressupõe um *projeto ético e moral* que se enraíza na fusão dos valores e princípios das mais avançadas correntes do socialismo e da herança histórica do pensamento de Simón Bolívar. Seu fim último é a *suprema felicidade* para cada cidadão. A base desse objetivo fundamental residirá nos caminhos da justiça social, equidade e solidariedade entre os seres humanos e as instituições da República (REPÚBLICA BOLIVARIANA, 2007, p.5, grifo do autor).

Essa reforma ética e moral da sociedade venezuelana tem como meta a construção do "homem do Século XXI" (REPÚBLICA BOLIVARIANA, 2007). Em consonância com os ensinamentos de Gramsci (2011), ela visa não só a elevação cultural das massas, mas a própria constituição destas enquanto sujeito revolucionário, enquanto Nação. Ambas são faces de um mesmo processo e desenvolvem-se em relação dialética com a realidade, reorganizando sujeitos e visões de mundo concretamente existentes.

A matéria em questão é bastante elucidativa a esse respeito, pois não só coloca em cena aspectos culturais de um dos povos originários da América Latina - o indígena -, como também o insere nas relações sociais mais amplas. O índio não é representado aqui como um

sujeito socialmente isolado, mas sim como parte da classe trabalhadora, especificamente de sua fração camponesa, tal como havia observado um original intérprete marxista da realidade latino-americana: Carlos Mariátegui.

O grande mérito de Mariátegui foi ter retirado o problema indígena das esferas étnica e moral para elucidá-lo em seus aspectos social, econômico e político. O resultado da adoção dessa perspectiva singular foi a proposição do "socialismo indo-americano":

> O IV Congresso da IC [Internacional Comunista] ressaltou a possibilidade, para os povos de economia rudimentar, de iniciar diretamente uma organização econômica coletiva, sem sofrer a longa evolução pela qual outros povos passaram. Acreditamos que, entre as povoações "atrasadas", nenhuma como a população indígena incásica reúne condições tão favoráveis para que o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e em um profundo espírito coletivista, se transforme, sob a hegemonia da classe proletária, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista pregada pelo comunismo marxista […]
> Só o movimento revolucionário classista das massas indígenas exploradas poderá lhes permitir dar um sentido real à libertação de sua raça da exploração, favorecendo as possibilidades de sua autodeterminação política (MARIÁTEGUI, 1929, p.113).

O socialismo indo-americano não consiste na expressão de um saudosismo romântico, que tende à mistificação do mundo indígena. Mantendo-se fiel à interpretação materialista-dialética, Mariátegui reconhece as conquistas da sociedade ocidental, bem como as irreversíveis consequências que elas produziram na realidade latino-americana. Por conseguinte, embora afirme que os indígenas não precisam percorrer caminho idêntico ao de outros povos para alcançar o socialismo, o autor não chega a negar a possibilidade de apropriação dos progressos ocidentais para esse fim, tais como os avanços tecnológicos, mencionados na reportagem sobre o núcleo socialista venezuelano.

Não se pretende, com essa observação, enaltecer a técnica, como se ela fosse por si só capaz de redimir a humanidade. Adotar tal posição implicaria incorrer em uma visão determinista, e não dialética, da realidade. Em vez disso, procura-se reconhecer que os avanços tecnológicos podem vir a assumir um sentido progressista, na medida em que sejam utilizados em benefício do ser humano (no caso da matéria, para a multiplicação da produção com vistas à satisfação das necessidades populacionais venezuelanas).

Resgatar a herança indígena – ou de qualquer outro povo originário - incorporando ao seu universo os elementos progressistas provenientes da sociedade capitalista implica, na perspectiva de Coutinho (2011b), filiar-se ao sentido revolucionário da tradição. Essa releitura criativa associa-se a um trabalho de organização cultural – no sentido gramsciano do termo -,

por meio do qual o sujeito confere vida à cultura, retirando-a do reino de objeto mortos – na qual a tradição assume um sentido conservador, transforma-se em tradicionalismo - e ressignificando-a, dentro de um novo projeto de sociedade.

> Tais concepções têm implicações políticas, na medida em que correspondem a diferentes práticas de reelaboração do passado, de interpretação da história. Como prática conservadora, a reiteração da tradição morta e fixa – prolongação de um passado no presente – aparece como restauração das relações sociais existentes, a qual coloca, como diria Paine, "os vivos sob a dominação dos mortos". Por outro lado, na prática e nos discursos libertários, a tradição – tida como ação criadora do sujeito sob as formas do passado – é um operador político capaz de refazer a história como patrimônio das camadas populares".(COUTINHO, 2011b, p.27-28).

Tal sentido de tradição reaparece no noticiário associado a outro empreendimento conjunto entre Bolívia e Venezuela no qual a produção em grande escala mescla-se com o universo cultural indígena: o lançamento da marca de roupa Textiles Alba, também realizada no âmbito da Alba. Em breve pronunciamento a respeito, o presidente Hugo Chávez anunciou que "com a experiência e a tradição dos indígenas aimarás e incas e dos trabalhadores da Bolívia, estamos formando empresas mistas para produzir aqui [na Venezuela], também na Bolívia e em outros países da aliança bolivariana" (PRESIDENTE …, 2010, tradução nossa).

Neste caso, assim como no do núcleo agrosocialista, a produção em grande escala é incorporada ao novo projeto de sociedade com a finalidade de promover outros valores sociais, dissociados do objetivo único de reprodução ampliada do capital pela geração do lucro. O lançamento da Textiles Alba visa "romper com a especulação capitalista" (06-03-2010), proporcionando às pessoas a oportunidade de satisfazer suas necessidades em termos de vestuário sem se submeterem à exploração do capital.

Mas não são apenas os saberes tradicionais de povos originários que se articulam na construção do socialismo e do homem do século XXI. Também se imbricam aí conhecimentos próprios ao latino-americano contemporâneo, como ilustra a inauguração da empresa cubano-venezuelana Albapesca. De acordo com a matéria produzida a respeito, além de se envolver diretamente com a atividade pesqueira, a empresa se dedicaria à fabricação industrial de embarcações de fibra de vidro, tecnologia desenvolvida pelos cubanos e transferida solidariamente à Venezuela (ALBAPESCA …, 2010).

A referência à criação da Albapesca também evidencia a preocupação com uma questão atinente aos novos tempos, não problematizada pelo pensamento socialista clássico: o

desenvolvimento sustentável. Ao especificar o tipo de atividade pesqueira que seria realizada pela empresa, a matéria informa que ela se dedicaria à "exploração sustentável" do atum, remetendo a uma questão contemplada na proposta venezuelana de "Socialismo do Século XXI" (2007), que Boron (2010) também considera um princípio fundamental a ser observado na construção socialismo contemporâneo.

O próprio modelo produtivo encarnado pela Fundação Araguaney e pela empresa Albapesca consiste em uma releitura do pensamento socialista frente aos desafios impostos pelo imperialismo contemporâneo. No caso em questão, o internacionalismo é perseguido por meio da formação de empreendimentos solidários que ultrapassam as fronteiras nacionais, as também denominadas "empresas grannacionais", definidas por Chávez como "[...] uma contra-figura, em todos os sentidos - ideológico, histórico, moral, econômico e social -, às transnacionais do imperialismo e do capitalismo" (CARACAS …, 2010, tradução nossa).

Essas questões, que representam uma abordagem socialista original, atualizam a essência do pensamento político de Simón Bolívar (1812, 1815, 1819) e também de Mariátegui (1929). Tais autores, apesar da distância temporal e ideológica, no fundo defendem a mesma ideia: que o modelo político a ser adotado por uma América Latina livre e unida não pode ser cópia ou decalque daquele proveniente das nações do Norte. A construção da sociedade futura deve levar em consideração as circunstâncias históricas singulares e os sujeitos concretamente existentes.

Contudo, não é apenas essa visão de mundo emancipadora que adquire visibilidade no noticiário sobre a Venezuela. Ela se articula, contraditoriamente, com afirmações de matiz positivista. A exaltação da tecnologia enquanto sinônimo de desenvolvimento torna-se evidente, por exemplo, quando é anunciado o aumento da produção agrícola nacional, durante a visita de Chávez a outra unidade qualificada como "centro agrosocialista". O desempenho do setor é diretamente vinculado à existência de 70 mil tratores no país, como se fosse possível estabelecer uma causalidade mecânica entre ambas variáveis (AUMENTA …, 2012).

Na mesma ocasião, o então presidente Hugo Chávez qualifica o investimento realizado no setor como a promoção de "um modelo de industrialização soberano, fundamentado nas necessidades reais de nossa população, as necessidades reais do país, com vistas ao grande objetivo histórico que definimos, de converter a Venezuela em uma potência" (AUMENTA …, 2012, tradução nossa). Exemplifica a situação com a produção de arroz, que havia registrado um aumento de 75% frente a anos anteriores, quando era importado.

O projeto de transformar a Venezuela em potência por meio de um processo de industrialização soberano reverbera a visão de mundo nacional-desenvolvimentista que, como observa Martins (2011), compartilha pressupostos com a teoria da modernização. À semelhança desta, o nacional-desenvolvimentismo propõe uma saída economicista e tecnológica para o problema do subdesenvolvimento dos países periféricos, depositando as esperanças da solução do impasse latino-americano no processo de industrialização.

Embora o Estado venezuelano seja identificado como o principal propulsor desse modelo de desenvolvimento – na matéria em questão, ele é o proprietário do centro de produção agrosocialista -, observa-se no noticiário também a existência de um esforço estatal para incluir outros atores nessa dinâmica, especificamente segmentos da burguesia industrial nacional e latino-americana. Ao se referir à expansão da atividade agropecuária na Venezuela, o então chanceler Nicolás Maduro, chama atenção para o papel de destaque assumido por empresários argentinos:

> […] Nós temos que agradecer muito, a partir da Venezuela, tudo, absolutamente tudo, o que nosso povo, em fase de construção, de desenvolvimento, tem recebido dos empresários, do governo argentino. Hoje se multiplicam pelos campos venezuelanos indústrias para o desenvolvimento agroindustrial, para a produção dos equipamentos necessários à nova fase do plano plantio-petroleiro (PRONUNCIAMENTO …, 2012, tradução nossa).

Ao promover a diversificação do aparato produtivo nacional com a finalidade de libertar o país da dependência da renda petroleira, o governo venezuelano propõe-se a trilhar caminho similar ao percorrido pela Europa e pelos Estados Unidos no desenvolvimento do capitalismo. Aposta, desta forma, que a burguesia industrial venezuelana e latino-americana sejam capazes de desempenhar a mesma função progressista exercida por sua correlata europeia no século XVIII.

Boron (2010) adota uma postura cética em relação a essa possibilidade. Por um lado, pondera que a via "nortista" para o desenvolvimento do capitalismo não consiste em um caminho universal passível de ser refeito em qualquer momento histórico, muito menos por nações situadas na periferia do sistema mundial. Por outro, sustenta que, em um mundo marcado por relações de interdependência e subordinação entre as nações, a existência de burguesias nacionais no Sul não passa de uma ilusão.

Contudo, a visão de mundo acima elucidada não só é reiterada pelo noticiário, como

também estendida ao próprio projeto internacionalista latino-americano. É o que evidencia a cobertura do primeiro encontro regional de desenvolvimento petroleiro. Promovido pelos governos de Venezuela e Argentina no âmbito do Mercosul, o evento contou com a participação de uma comitiva formada por empresários venezuelanos e argentinos e foi realizado com o objetivo de unificar critérios para a participação de todos, "em igualdade de condições", na exploração da Faixa do Orinoco (ARGENTINA …, 2012).

A atuação conjunta entre governos e empresários latino-americanos na exploração da atividade petroleira é retratada como um passo decisivo para impulsionar o desenvolvimento econômico nacional. De acordo com a matéria, "para ambos os governos, todos os convênios têm como finalidade última robustecer sua economia e sistema técnico. Para consegui-lo a participação das empresas privadas é fundamental" (ARGENTINA …, 2012, tradução nossa).

É notável a contradição existente entre a visão de mundo expressa nessas passagens e aquela evocada pela primeira matéria sobre a Venezuela submetida à análise. Lá era exaltado justamente o inverso, isto é, a redução da participação estrangeira na exploração do petróleo, em prol da nacionalização da atividade. O paradoxo deriva do fato de os empresários industriais argentinos serem vistos aqui não como representantes das frações burguesas imperialistas, mas sim como expressão de uma "burguesia nacional" latino-americana, capaz de cumprir tarefas progressistas na construção da Pátria Grande.

Tal perspectiva é corroborada por Nicolás Maduro ao qualificar a expansão da atividade petrolífera como "um exercício de soberania", no qual os progressos tecnológico e econômico assumem uma posição central para a autodeterminação e a integração latino-americana:

> todo o esforço que fazemos, agora no marco do Mercosul, governo argentino e governo bolivariano da Venezuela, povo argentino e povo venezuelano tem esse norte: o norte de construir uma sólida base econômica, uma só base tecnológica e uma só Pátria, a América do Sul, uma só Pátria para nossos povos (ARGENTINA …, 2012, tradução nossa).

Ao ser imbricado a essa visão de mundo economicista e tecnologista, o projeto político bolivariano de integração da América Latina é subvertido. A Pátria Grande, originalmente concebida como uma forma de resistência e emancipação regional, acaba se rendendo, pela via econômica, às forças que combatia. A tentativa de repetição do caminho trilhado pelas nações capitalistas centrais no desenvolvimento do capitalismo atualiza o dilema persistente

há mais de cinco séculos, segundo o qual precisamos “ser como os outros para sermos nós mesmos”.

4.4.4 O noticiário da TeleSUR: diversidade de vozes, mas ainda sem unidade

As análises precedentes evidenciam a existência de pluralidade social nas produções jornalísticas da TeleSUR. Defensores dos direitos humanos, movimentos sociais em favor das mulheres e dos homossexuais, grupos economicamente desfavorecidos, trabalhadores urbano-industriais e do campo são alguns dos sujeitos concretos e teóricos cujas vozes ecoam nas matérias, atestando o compromisso da emissora latino-americana com a diversidade social, apontada pela Unesco (2001) como um critério fundamental na definição de um meio de comunicação público.

Tal pluralidade reforça uma questão levantada por Boron (2010) em relação à sociedade contemporânea, já antevista por Marx (1869) quando este se ateve à questão irlandesa: não existe um sujeito único e pré-construído da transformação socialista. A complexificação do capitalismo provocou a emergência de novas contradições estruturais, introduzindo mudanças qualitativas na anatomia das classes populares, que tornam impossível identificá-la unicamente com o operário urbano-industrial.

Embora esses sujeitos não sejam definidos primordialmente com base em um eixo classista, como sublinha Boron (2010), suas reivindicações só adquirem pleno significado quando integradas ao marco compreensivo da luta de classes e da dominação capitalista. A defesa dos direitos humanos, por exemplo, é uma causa premente na América Latina em virtude das sistemáticas revoluções passivas vivenciadas pela região, cujo marcante autoritarismo político implicou a negação das liberdades individuais mais elementares.

Além de ecoar essa multiplicidade de vozes emancipatórias, o noticiário da TeleSUR também reverbera visões de mundo conservadoras. Em uma demonstração da correlação de forças existente no interior dos governos argentino, uruguaio e venezuelano, as matérias analisadas evidenciam os contraditórios sentidos de Nação em disputa, oscilando entre perspectivas nacional-populares, entendidas no sentido gramsciano, e aquelas que Coutinho (2011b) denomina “nacionalistas de esquerda”.

As últimas tendem a submeter os sujeitos latino-americanos a uma atitude meramente

contemplativa diante de um processo histórico supostamente inexorável. Embora, em determinados casos, elas se assentem em projetos políticos de viés revolucionário, acabam assumindo tal conotação por tentarem enquadrar as camadas populares latino-americanas em um modelo supostamente universal de agente da transformação social.

A dialética interna do signo nacional é uma manifestação do jogo ideológico, no qual o próprio sentido de ideologia resvala entre dois entendimentos da relação entre particular-universal. Em um sentido progressista - também chamado de hegemonia -, a ideologia realiza um equilíbrio instável entre os interesses de um grupo particular e dos grupos subalternizados, que participam de sua sujeição enquanto se sentirem representados. Ela adquire uma feição conservadora – transformando-se em "falsa consciência" - quando esses interesses particulares são naturalizados, apresentados como uma lei universal e inexorável a ser seguida sem questionamento.

Subjacente a essas disputas e contradições, é possível identificar certa tendência comum aos processos históricos em questão. Ainda que em menor medida na Venezuela – onde a representação das mudanças em curso incorpora muitos elementos de projetos revolucionários -, observa-se nos três países a presença de uma significativa agenda democrático-burguesa. Confirmando a escolha de um caminho reformista, os governos desses países vêm empreendendo o alargamento da democracia, mediante o reconhecimento de direitos a sujeitos diversos, e a expansão e diversificação do aparato produtivo, por meio da intensificação dos processos de industrialização.

Contudo, quando se perscruta cada processo nacional, emergem notáveis diferenças. No Uruguai, assume proeminência a constituição de um Estado liberal-democrático. O objetivo de romper com o Estado paternalista que caracterizou os governos de direita aponta em direção à minimização dos poderes do Estado e ao consequente empoderamento dos indivíduos. A democratização da sociedade assume dimensão concreta por meio da defesa das liberdades individuais e da reivindicação de punição aos crimes de lesa-humanidade cometidos durante a ditadura; inclui também a promoção de igualdade formal entre os cidadãos, por meio do reconhecimento de direitos a minorias como os homossexuais e as mulheres.

Na Argentina é marcante a dialética entre Estado liberal e Estado de Bem-Estar Social, cujas raízes remontam ao pensamento justicialista. À semelhança de seu vizinho, o governo desse país representa os interesses dos defensores dos direitos humanos e promove o

alargamento da democracia formal contemplando reivindicações das minorias. Entretanto, confere primazia a uma concepção coletivista da sociedade, na qual o respeito às liberdades individuais integra-se ao propósito de geração de bem-estar para todos. Neste modelo, o Estado se erige como principal agente econômico e social, gerando a renda necessária ao fomento de programas sociais.

A Venezuela, por sua vez, oscila entre o Estado de Bem-Estar Social e um modelo socialista que vai do século XIX ao XXI. Do capitalismo de Estado à "ditadura do proletariado", o Estado assume a liderança da economia, apropriando-se de setores estratégicos e impulsionando o desenvolvimento de outros por meio da distribuição da renda nacional em programas sociais voltados especialmente para a geração de novas forças produtivas. Contraditoriamente, no entanto, esse mesmo Estado associa-se dialeticamente a um modelo econômico-político organizado a partir "de baixo", sob a forma de comunas.

Apesar das coincidências parciais existentes entre esses processos nacionais, não é possível identificar a existência de um projeto político comum aos três países. Embora todos os governos tenham optado pela adoção de uma via reformista para a transição ao socialismo, cada um aparenta se concentrar em um distinto momento histórico da "evolução" da sociedade capitalista: o Uruguai, na transição de um Estado todo-poderoso a um Estado liberal; a Argentina, na passagem da democracia liberal para a social; e a Venezuela, na ruptura com o capitalismo em direção ao socialismo.

A dissonância entre as tendências nacionais introduz importantes contradições no projeto político-cultural encarnado pela TeleSUR. O diálogo polifônico organizado pela emissora a partir da adoção de uma consciência integracionista bolivariana é marcado pela manifestação de sujeitos nacionais que se rebelam contra o autor, alçando suas vozes não para advogar um caminho emancipatório original, distinto daquele trilhado pelos países capitalistas centrais, mas sim para anunciar a repetição dos passos dados por estes, considerando-os necessários para conduzi-los à condição de nações livres e autônomas.

A integração regional é, então, contraditoriamente representada como uma agregação de projetos nacionais ainda pouco comuns entre si. O ideal de construção da Pátria Grande, ancorado em uma concepção *sui generis* de Nação, caracterizada pela interdependência solidária entre povos iguais em busca de um futuro comum, cede lugar a um mosaico de pátrias recortadas segundo o modelo fornecido pelas nada iguais nações situadas no centro do sistema capitalista mundial.

Apesar desses paradoxos, não se pode descurar da importância assumida pelos passos dados até o momento. Em primeiro lugar, como recorda Luxemburgo (1900), as reformas sociais não estão excluídas da agenda socialista. A luta cotidiana no interior do capitalismo é o único modo de se orientar em direção à conquista do poder político. Reforma e revolução não são, portanto, condições mutuamente excludentes, mas sim momentos indissolúveis de um único processo. A reforma é o meio para se alcançar o fim almejado: a revolução social.

Além disso, a conformação interclassista e o equilíbrio instável característicos das alianças sociais por trás dos governos progressistas latino-americanos fazem com que, no momento histórico em questão, os projetos nacionais descritos atinjam a máxima "consciência possível". Com o conceito, Goldman (1972), procura compreender o processo comunicacional-ideológico considerando o grau de opacidade da consciência receptora em relação a determinadas informações, impossíveis de serem apreendidas em função de sua própria estrutura grupal.

O autor pondera que a ausência de uma dada informação em um processo comunicacional pode resultar não de sua dissonância em relação ao comportamento do enunciador, mas sim das repercussões que ela pode provocar no conjunto das relações sociais nas quais ele se insere. Isso porque quando uma informação ultrapassa os limites da "consciência possível", o receptor só se revela capaz de apreendê-la se sua constituição grupal for transformada.

> É possível que a tomada de consciência de uma determinada informação, mesmo quando conforme as categorias mentais da consciência do grupo e favorável ao equilíbrio para o qual é orientado, possa ter consequências altamente prejudiciais à realização desse equilíbrio, se ela se produz também na consciência dos outros grupos sociais que constituem a sociedade global (GOLDMAN, 1972, p.8).

O recurso à "consciência possível" na luta socialista foi realizado na Rússia quando os revolucionários precisaram modificar a posição tradicional em relação à propriedade da terra para obter o apoio dos camponeses. Percebendo que era possível transmitir certas informações socialistas aos camponeses sem, no entanto, conseguir fazê-los compreender os mecanismos de exploração e convencê-los que deveriam renunciar à propriedade da terra, Lenin formulou uma nova palavra de ordem, situada muito mais no universo burguês: a terra aos camponeses.

Raciocínio similar pode ser adotado para compreender a orientação predominantemente reformista assumida pelos noticiários analisados. Em um contexto

histórico no qual frações da burguesia encontram-se articuladas às camadas populares em projetos políticos que se propõem a enfrentar as forças imperiais, a radicalização do discurso poderia significar a desestruturação dos blocos no poder. Por conseguinte, manter-se no nível da consciência possível às alianças tecidas constitui uma opção ideológica aceitável.

Entretanto, isso não exime da necessidade de formular uma estratégia unificada para a finalidade última: a tomada do poder. A análise realizada evidencia que um passo substancial nesse sentido já foi dado: o reconhecimento de parte da diversidade dos sujeitos progressistas da América Latina contemporânea. O desafio agora, nas palavras de Boron (2010, p.121), é "criar uma unidade ali onde existe uma ampla diversidade", sintetizando em uma fórmula organizativa e política coerente as linguagens, culturas, tradições, mentalidades e ideologias do campo popular na construção do sujeito do socialismo latino-americano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRADIÇÕES, POLIFONIA E O FUTURO DA INTEGRAÇÃO COMUNICACIONAL DA AMÉRICA LATINA

Realizar afirmações conclusivas a respeito de um fenômeno que se encontra em pleno curso histórico não condiz com a adoção de uma postura dialética perante a realidade. Ao contrário, conduz a equívocos como os explicitados ao longo desse trabalho, ao correr o risco de resvalar para posições de matiz positivista. Em virtude disso, essa seção final se limita a tecer considerações sobre os rumos tendenciais observados no encaminhamento do projeto comunicacional integracionista encarnado pela TeleSUR.

A crise vivenciada pelo modelo imperialista neoliberal na América Latina, na passagem do século XX para o XXI, conduziu à emergência de governos progressistas na região que vêm promovendo novo impulso ao projeto de integração e emancipação continental. Países como Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai e Venezuela reinseriram o tema nas agendas políticas nacionais e regional, possibilitando a emergência de iniciativas conjuntas voltadas para o intercâmbio nas esferas econômica, política e também cultural.

Entretanto, essa retomada do projeto integracionista regional é perpassada por contradições, cujas origens remetem à conformação nacional-popular assumida por tais governos. A aliança entre segmentos das classes populares e frações das classes dominantes que se encontra na base desses mandatos progressistas leva-os a oscilar entre proposições emancipatórias e conservadoras. A situação torna-se ainda mais complexa em virtude da singular configuração assumida por essas coalizões, da qual decorrem interesses nacionais nem sempre coincidentes no plano regional. É o que o presente trabalho evidencia em relação ao envolvimento dos governos de Argentina, Uruguai e Venezuela com a TeleSUR.

Na Argentina, a ascensão política de Néstor Kirchner à presidência reconfigurou o bloco no poder, mas manteve a hegemonia do capital concentrado, nacional e internacional. A recomposição de forças foi realizada mediante a incorporação da burguesia industrial e o relacionamento paternalista com as camadas subalternas. À maneira das revoluções passivas, o Estado assumiu a direção das classes dominantes, enquanto atendia, “a partir do alto”, determinadas reivindicações populares.

Amparado na desvalorização da moeda, na concessão de subsídios à produção e na elevação dos preços internacionais, o governo criou as condições necessárias para elevar a

renda dos segmentos produtivo-exportadores, especializados em bens primários. A despeito das medidas em contrário, Kirchner também manteve a política de remuneração do capital financeiro. Concomitantemente, passou a destinar parte dos recursos fiscais gerados pela exportação a programas sociais voltados para as camadas subalternas.

O projeto nacional apresentou sinais de falência quando o governo de Cristina Kirchner tentou ampliar as retenções fiscais dos setores agropecuários. A medida desatou uma grave crise política, cujo resultado foi favorável às frações burguesas agrárias. Como reação, o governo pendeu para o lado das forças populares, visando construir uma nova hegemonia. A guinada representou a conquista do consenso ativo de segmentos subalternos e a polarização social entre o bloco popular e os setores do capital concentrado.

A chegada ao poder da Frente Ampla, no Uruguai, ocorreu em um contexto no qual o partido já havia perdido sua feição mais radical. As alas que defendiam projetos revolucionários e anti-imperialistas haviam sido deslocadas internamente por segmentos moderados, que tinham como meta final a construção de um "país produtivo" com ênfase em políticas sociais. A mudança na correlação de forças interna significou a adoção de um estilo de convivência pacífico e democrático, até então impensado, com segmentos como as forças oligárquicas e imperialistas. Além disso, abriu caminho para uma moderação do poder do Estado, que vai na contramão da tendência observada na Argentina.

O novo perfil assumido pelo partido tornou-se visível na *performance* do governo de Tabaré Vázquez. No plano interno, foi mantida a ortodoxia econômica, com a continuidade do receituário imperialista-neoliberal. Em termos de política externa, o presidente privilegiou o fortalecimento dos vínculos com os Estados Unidos, em detrimento da implementação de ações conjuntas com os países do Sul, inclusive com seus vizinhos latino-americanos.

Embora a ascensão à presidência do ex-líder do movimento guerrilheiro Tupamaros, José Mujica, tenha sido interpretada inicialmente como a oportunidade para empreender uma guinada à esquerda, o quadro anterior quase não foi alterado durante seu mandato. A mudança mais significativa foi a retomada das relações estratégicas com a América Latina. No que diz respeito aos rumos econômicos, o caminho inicial manteve-se praticamente intocado.

Por fim, na Venezuela, Hugo Chávez assumiu a presidência com uma ampla base de apoio popular, composta por trabalhadores do campo e da cidade, por frações da classe média intelectualizada e por militares de esquerda. A nova correlação de forças conferiu legitimidade a um projeto nacionalista de caráter anti-imperialista, que propunha a refundação da Nação

com base na participação democrática protagônica das camadas populares.

Contudo, os segmentos sociais dominantes preteridos por essa reconfiguração das relações de poder recorreram a artifícios golpistas com a finalidade de pôr termo ao projeto de democratização da sociedade. A frustração desses intentos conduziu à radicalização política, muito mais visível no nível discursivo do que no prático. O governo passou a mesclar seu projeto nacionalista a elementos próprios do imaginário socialista.

Coincidiu com esse momento de radicalização discursiva a reconfiguração do bloco no poder, mediante a inclusão de uma fração da burguesia não dominante que ficou conhecida como "boliburguesia", por ter ganhado projeção com o apoio governamental. A nova fase também foi marcada pelo aumento do desequilíbrio entre os poderes do Estado, em prol do Executivo, que lança dúvidas sobre o destino do movimento nacional-popular, principalmente diante do vazio de poder deixado pela morte inesperada do "comandante".

Os contornos singulares assumidos por esses projetos políticos nacionais condicionam as políticas de comunicação implementadas com o propósito de reorganizar o sistema midiático de cada país. Por extensão, eles também repercutem na institucionalização da TeleSUR como aparelho de comunicação contra-hegemônico na América Latina, contribuindo para torná-la uma emissora contraditória.

A criação do canal, ocorrida em estreita associação com a política de comunicação do governo progressista venezuelano, torna-o herdeiro de um dos traços característicos do momento político nacional no qual foi gestado: a centralidade assumida pelo Estado *srticto sensu*. Ainda que a TeleSUR afirme ser um espaço comunicacional dos povos latino-americanos, sua estrutura gerencial revela uma forte presença da "sociedade política", em detrimento da sociedade civil organizada.

Além de ter como órgão máximo uma Junta Diretiva composta quase exclusivamente por representantes governamentais, a emissora conta com um Conselho Assessor que não cumpre a contento o papel de representação popular. Loteado exclusivamente por personalidades de destaque na esquerda regional e mundial, o conselho deixa de cumprir a função de mediação entre Estado e sociedade organizada, embora consiga transmitir uma imagem de representação da diversidade social.

O baixo nível de engajamento do governo do Uruguai com a TeleSUR pode ser associado a esse traço institucional da emissora, bem como a particularidades do projeto de Nação em curso no país. A proposta de moderação dos poderes do Estado uruguaio torna

iniciativas de teor oposto pouco atraentes. Soma-se a isso a intenção da Frente Ampla em promover uma convivência democrática e pacífica com forças sociais eleitas como adversárias pelo projeto comunicacional contra-hegemônico, sobretudo as forças imperialistas internacionais.

Também a mudança de postura dos governos kirchneristas frente ao sistema midiático nacional transparece nas políticas adotadas em relação à TeleSUR. Enquanto Néstor Kirchner manteve um relacionamento amistoso com os conglomerados multimídia nacionais, tomando decisões que fortaleciam sua dominação sobre o setor, o apoio à emissora latino-americana encontrou limites práticos na ausência de políticas capazes de promover a efetiva distribuição de seu sinal em território argentino.

Quando o governo de Cristina Kirchner assumiu o protagonismo na condução da Lei de Mídia, declarando guerra aberta ao conglomerado Clarín, similar encaminhamento foi adotado em relação à TeleSUR. Sob o impulso do novo marco regulatório, a emissora latino-americana passou a contar com espaço na grade de programação das operadoras de TV a cabo nacionais, detentoras de mais de 50% do público-alvo do país, e também na plataforma estatal da televisão digital terrestre, cujo processo de implantação foi retomado e reorientado pelo governo de Cristina.

A dissonância existente entre os projetos políticos dos governos progressistas latino-americanos também consiste em um fator-chave para compreender a ausência, na condução da TeleSUR, de um ator continental de peso: o Brasil. Embora tenha sido convidado a integrar a emissora desde sua concepção, o governo Lula preferiu investir em uma estratégia de comunicação internacional própria, criando a TV Brasil – Canal Integración.

Aparentemente, o veículo brasileiro guiava-se pela mesma finalidade da TeleSUR. Contudo, um olhar mais atento revela diferenças substanciais. Em vez de visar à integração da América Latina, o Canal Integración estabeleceu como meta a liderança do processo de união da América do Sul. Por trás da escolha semântica, encontra-se um objetivo estratégico preciso: a promoção de uma integração geoeconômica, afinada com os propósitos imperialistas subalternos do Brasil.

Ainda que as raízes do termo América Latina também remontem a um projeto político de cunho imperialista – e, por conseguinte, a retomada da expressão, acabe se somando às demais contradições da TeleSUR acima elencadas -, não se pode descurar dos traços progressistas também assumidos pela emissora. Estes se encontram diretamente associados à

reivindicação da herança deixada pela luta internacionalista por uma Nova Ordem Mundial da Comunicação e da Informação (NOMIC).

Em consonância com a *práxis* da NOMIC, a TeleSUR vem promovendo a circulação de um volume expressivo de informações produzidas por países da América Latina, sem a intermediação do "Norte". Embora também acabe recorrendo às agências de notícias internacionais, especialmente na cobertura de acontecimentos relacionados a países situados em outras regiões do "Sul", a emissora conseguiu criar uma rede de captação e disseminação de informações que escapa à antiga triangulação mundial Sul-Norte-Sul.

A estratégia revela-se fundamental não só por possibilitar a contraposição de representações estigmatizantes sobre as nações periféricas, produzidas a partir do "Norte", como também por ser um recurso de defesa dos governos progressistas regionais contra investidas imperialistas. Por meio dela, pode-se dificultar a repetição de episódios como o frustrado golpe de Estado realizado na Venezuela em 2002, que teve como importante sustentáculo a atuação orquestrada da mídia hegemônica mundial.

As contradições que se enunciam na institucionalização da TeleSUR como aparelho público de contra-hegemonia ecoam, de modo amplificado, no conteúdo. A cobertura jornalística, principal produção simbólica realizada pela emissora, reverbera uma diversidade de visões de mundo, emancipacionistas e conservadoras, nas quais o "popular" é significado de forma distinta. Ideologias divergentes são visíveis no interior de cada projeto nacional, bem como no plano internacional.

No noticiário sobre o governo uruguaio, o "popular" é associado a três sujeitos conceptuais, contraditórios entre si. Por um lado, ele assume a feição do "indivíduo soberano e racional", protagonista das revoluções democrático-burguesas, cuja existência encontra-se associada à visão de mundo liberal clássica. Este é representado nas notícias por distintos sujeitos concretos, que defendem um projeto democrático centrado na defesa das liberdades humanas mais elementares, contra um modelo político calcado na presença de um Estado forte e autoritário, típico do período ditatorial.

A cobertura jornalística sobre o país também concede visibilidade ao "sujeito pós-moderno" descentrado e fragmentado em múltiplas identidades culturais. Os porta-vozes concretos desse "ser fragmentado", os movimentos feministas e homossexuais, reivindicam a promoção de uma maior equidade entre todos no plano da cidadania formal, por meio do reconhecimento de direitos particulares capazes de combater o poder exercido sobre os corpos

individuais.

O mosaico nacional uruguaio também é constituído por trabalhadores parcialmente identificados com o "operário urbano industrial". Do projeto revolucionário original, ele herda a função de apropriação dos meios de produção. Contudo, o controle das forças produtivas é realizado com a finalidade de promover um modelo de sociedade no qual as classes, em vez de desaparecerem, são reconciliadas por um Estado apaziguador. O operário é, então, integrado à produção e ao mercado capitalista.

Apartados do projeto nacional entretecido a partir dessas visões de mundo contraditórias estão os trabalhadores cuja identidade diverge do modelo ocidental-europeu clássico e cujas reivindicações enfatizam a luta de classes. Eles adquirem visibilidade no noticiário para revelar a insatisfação com os rumos assumidos pelo país, criticando as medidas econômicas que impedem de avançar na direção de uma democratização substantiva, e não apenas formal, da sociedade.

A cobertura jornalística do governo progressista argentino apresenta certas similaridades com a uruguaia. Assim como nesta, naquela também comparecem as vozes do "indivíduo soberano racional" e do "sujeito pós-moderno". Por conseguinte, a universalização das liberdades individuais também ocupa espaço privilegiado naquele projeto nacional, cujas bases provêm da doutrina justicialista.

Entretanto, a mesma raiz justicialista propicia a articulação contraditória entre esses projetos políticos, de matiz individualista, e outros mais coletivos. Ao lado da defesa dos direitos de liberdade, comparece também a dos direitos sociais, que se propõem a sanar desigualdades de origem social. Mas estes requerem um modelo de Estado totalmente inverso, imbuído de poderes para intervir na sociedade e promover equalizações substantivas entre grupos diversos.

A feição coletivista do justicialismo aparece de forma mais nítida no processo de reconstrução simbólica da identidade nacional. A negociação entre a memória de coletividades defensoras de direitos humanos e a memória nacional promove uma significação da Nação, na qual grupos sociais até então silenciados passam a ocupar um lugar de destaque. A valorização dessas vozes coletivas ajuda a reescrever a história do país, imprimindo-lhe um sentido mais democrático.

Se a presença do Estado interventor assume um caráter majoritariamente progressista quando se trata de assegurar o usufruto dos direitos sociais, ela revela uma face

predominantemente conservadora no momento em que se associa a um projeto nacional-desenvolvimentista. A aposta do governo argentino em um desenvolvimento capitalista liderado pelo Estado, inspirado no modelo fornecido pelas nações capitalistas centrais, destitui o "popular" da condição de sujeito da ação histórica, transformando-o em um ser passivo diante de uma realidade que se impõe a partir de fora.

A mesma visão de mundo é reverberada pelo noticiário sobre o governo venezuelano, quando este deposita as esperanças de diversificação do aparato produtivo na industrialização nacional. A economia e a técnica se convertem em atores centrais de um processo de modernização que segue parâmetros alheios. Em contraposição, as circunstâncias históricas do país e os sujeitos sociais que o constituem são vistos, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento linear, como espécimes "atrasados".

Esses sentidos também se mesclam, contraditoriamente, com visões de mundo progressistas. À semelhança do observado em relação à Argentina, o Estado venezuelano intervém na sociedade para assegurar o usufruto de direitos sociais. Por conseguinte, a própria noção de desenvolvimento adquire outra conotação, deixando de ser definida por aspectos técnico-econômicos e passando a atribuir maior relevância aos sujeitos envolvidos - no caso em questão, as classes sociais menos favorecidas.

Além dessas ideologias, que se associam ao modelo de sociedade capitalista-burguesa, a cobertura jornalística sobre o governo venezuelano evoca visões de mundo revolucionárias, nas quais o popular adquire conotação classista. Dentre elas, figura o projeto socialista clássico de tomada do poder pelo operário urbano industrial e de consequente apropriação dos meios de produção. Nele, o Estado interventor é representado como o órgão político da "ditadura do proletariado", que se apossa dos meios de produção em nome de toda sociedade.

Esse Estado, que ainda não deixou de ser totalmente burguês, coexiste dialeticamente no noticiário com um modelo de organização econômica - e também política – autogestionário, inspirado nas "comunas". Por meio dele, os grupos subalternos alijados do sistema produtivo formal tornam-se, como trabalhadores, sujeitos de sua história, passando a intervir no destino da comunidade.

Por fim, a cobertura jornalística sobre o governo venezuelano também ecoa uma visão de mundo que mescla o socialismo indo-americano de Mariátegui e o projeto político que vem sendo chamado no país de "Socialismo do Século XXI". O principal sujeito concreto dessas construções simbólicas é o indígena e a perspectiva sob a qual ele é observado é

classista. O índio é representado como um trabalhador, sobretudo do campo, cuja visão de mundo é reorganizada a partir de um processo de ressignificação histórica que enfatiza os elementos de cunho socialista.

Como é possível observar nessa breve síntese, embora haja certos pontos de sobreposição entre os sentidos atribuídos ao nacional pelos três governos, não é possível identificar um projeto político-cultural que lhes seja comum. Enquanto o governo uruguaio privilegia um modelo de sociedade democrático-liberal, no qual a moderação dos poderes do Estado consiste em aspecto primordial, o argentino oscila entre o individualismo e o coletivismo, pendendo muito mais para o segundo termo - sem, no entanto, atribuir-lhe um caráter de classe. Por seu turno, o governo venezuelano enfatiza um modelo coletivista-estatista que ecoa visões de mundo capitalistas e socialistas.

Esse arranjo polifônico evidencia a existência de contradições político-culturais no interior de cada governo, entre os três governos e também entre os governos e o projeto integracionista da TeleSUR. Rebelando-se contra o autor bolivariano, que prega a adoção de um modelo político *sui generis* para a emancipação da região, as três administrações cujas representações foram submetidas à análise optam por caminhos econômico-políticos que, em última instância, remetem a diferentes momentos de um processo histórico alheio, identificado sobretudo com os países da Europa ocidental.

Certamente, a decisão de navegar por essa rota no atual momento político, caracterizado pela congregação de forças divergentes, não impossibilita prosseguir rumo à integração. Afinal, a preparação da revolução social requer um trabalho cotidiano, no qual as reformas não podem ser descartadas. Os segmentos da esquerda não podem se esquecer, contudo, que a possibilidade de aportar em uma América Latina unida dependerá de "ventos e marés" sociais - a evolução das relações de força - e não da adoção de um suposto percurso inexorável. Somente o fortalecimento e a unificação das propostas emancipatórias em um projeto inspirado no futuro, e não do passado, permitirá afirmar que "nosso Norte é o Sul".

6 REFERÊNCIAS

6.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Pedro. **Sistemas internacionais de informação Sul-Sul**: do *pool* não-alinhado à comunicação em redes (2010). Mestrado em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ALBORNOZ, Luis; HERNÁNDEZ, Pablo La radiodifusión en Argentina entre 1995 y 1999: concentración, desnacionalización y ausencia de control público. In: MASTRINI, Guillermo (Ed.). **Mucho ruido, pocas leyes**. 2 ed. Buenos Aires: La Crujía, 2009.

ARICÓ, José. **Marx e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ÁVILA, Lucas Reis. **A Telesur e a comunicação na América Latina**. Monografia de graduação (Graduação em Comunicação Social) - Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), Belo Horizonte, 2008.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

_____. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BECERRA, Martín. Política y negocios en la adecuación de Grupo Clarín. **Quipu**, jun. 2014. Disponível: http://martinbecerra.wordpress.com/. Acesso: 16 jul. 2014.

_____. **Sociedad de la Información**: proyecto, convergencia, divergencia. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2003.

BELTRÁN, Luis Ramiro. Políticas nacionales de comunicación en América Latina: los primeros pasos. **Nueva Sociedad**. n. 25, p. 4-34, jul-ago 1976. Disponível: http://www.nuso.org/upload/articulos/242_1.pdf . Acesso: 2 dez. 2011.

BENTO, Gibran da Rocha. Políticas públicas para o intercâmbio audiovisual na América Latina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. *Anais* ... Disponível: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/ R1223-1.pdf. Acesso: 30 dez. 2012.

BISBAL, Marcelino. Telesur: concreción de un proyecto comunicacional-político regional? *Comunicación,* n. 146, abr-jun. 2009. Disponível: http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3391500. Acesso: 7 jan. 2012.

BIZBERGE, Ana *et. al.* La Televisión Digital Terrestre en Argentina: entre la geopolítica regional y la iniciativa estatal. In: MATOS, Ángel Badillo; CABALLERO, Franscisco Sierra (Eds.). *La transición a la televisón digital terrestre en Iberoamérica*. Quito: Ciespal, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 6d. São Paulo: Brasiliense, 2013.

_____. **Direita e esquerda.** 2 ed. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOITO JR., Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: **Sujetos sociales e nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina.** Clacso: Buenos Aires, 2006.

BOLÍVAR, Simon. **Discurso de Angostura**. 1819. Disponível: http://juventud.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2009/05/discursoangostura.pdf. Acesso: 03 fev. 2014.

_____. **Carta de Jamaica**. 1815. Disponível: http://www.ensayistas.org/antologia/XIXA/bolivar/. Acesso: 3 fev. 2014.

_____. **Manifesto de Cartagena**. 1812. Disponível: http://www.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2013/05/ManifiestodeCartagena.pdf. Acesso: 03 fev. 2014.

BORON, Atílio. **O socialismo no século XXI.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRAZ, Rodrigo Garcia Vieira. **Estado e comunicação***:* uma análise dos modos de regulação da radiodifusão no Brasil e na Venezuela. (2010). Dissertação de mestrado, Mestrado em Comunicação, Programa de Pós-graduação em comunicação, Universidade de Brasília.

BUSSO, Néstor; JAIME, Diego. **La cocina de la Ley**. Buenos Aires: Farco, 2011.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz. Sistema público de comunicação: por uma mídia de todos. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos …** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0659-1.pdf. Acesso: 12 maio 2015.

CABRAL, José Pedro Cabrera. Processos político-ideológicos na esquerda eleitoral uruguaia: 1971-2004. **História & Luta de classes**, n.4, p. 51-58, 2012. Disponível: http://www.historiaelutadeclasses.uff.br/index.php/HLC/issue/view/1. Acesso: 25 jun. 2014.

CALIFANO, Bernadette. **Medios e políticas de comunicación en Argentina bajo el gobierno de Néstor Kichner (2003-2007)**. (2007). Tesina de licenciatura, Carrera de Ciencias de la Comunicación, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.

CAMPIONE, Daniel; RAJLAND, Beatriz. Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante. In: CAETANO, Gerardo (Ed.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta em la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

CAÑIZÁLEZ, Andrés; LUGO, Jairo. Telesur: estrategia geopolítica con fines integracionistas. *CONFines*, n.6, ago-dez 2007. Disponível: http://web2.mty.itesm.mx/temporal/confines/articulos6/CanizalezA-LugoJ.pdf. Acesso: 12 dez. 2011.

CARONE, Edgard. **O P.C.B (1943-1964)**. São Paulo: Difel, 1982, 2v.

CARRERA, Nicolás Iñigo; COTARELO, María Celia. Génesis y desarrollo de la insurrección espontánea de diciembre de 2001 en Argentina. In: CAETANO, Gerardo (Ed.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta em la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

CASTAÑEDA, J. Latin America's Left Turn. **Foreign Affairs**. v.85, n.3, p. 28-43. maio-jun. 2006. Disponível: http://www.foreignaffairs.com/articles/61702/jorge-g-castaneda/latin-americas-left-turn. Acesso: 13 set. 2013.

CERBINO, Gonzalo Sanz. La rebelion del campo. História del conflict agrario argentino. 2010. In: **Polis**, v.9, n.26, 2010, -.455-458. Disponível: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30515373025. Acesso: 15 set. 2013.

CLEARY, Matthew. Explaining the left's resurgence. **Journal of Democracy**. v.17, n.4., p.35-49, out. 2006. Disponível: http://www.yorku.ca/sbohn/pols4555/Notes/2010/Week%2012_Cleary.pdf. Acesso: 13 set. 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. O problema da razão na filosofia burguesa. In: _____. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. A democracia como valor universal, 1980. LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Velhas histórias, memórias futuras.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011b.

_____. Gramsci: a comunicação como política. In: COUTINHO, Eduardo *et al* (Orgs.). **Mídia e poder**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

DANTAS, Marcos. O espetáculo do crescimento: a indústria cultural como novo motor do desenvolvimento na atual fase do capitalismo mundial. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SAE. Brasília: PR/SAE, 2011.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. La tutela de los Estados Unidos. In: SCARON, Pedro (Org.). Materiales para la historia de America Latina. 2 ed. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1974.

ESCH, Carlos Eduardo; DEL BIANCO, Nelia Rodrigues; MOREIRA, Sônia Virgínia. Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina. **Revista FSA**, v.10, n.4, out-dez 2013. Disponível: http://www.observatorioradiodifusao.net.br/index.php/radio-publica-sp-479561368/1349-radiodifusao-publica-um-desao-conceitual-na-america-latina. Acesso: 05 set. 2014

EXENI, José Luis. **Políticas de comunicación**. La Paz: Fundación Plural, 1998.

FLORES, Rafael Correa (Coord.). **Construyendo el Alba**: Nuestro Norte es el Sur. República Bolivariana de Venezuela: Caracas, 2005.

FONTES, Vírginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

_____. Ampliação do Estado e coerção no Brasil – democracia e nacionalização truncada (o DIP e o modelo da violência seletiva). In: _____. **Reflexões im-pertinentes**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FRENTE AMPLIO. **Grandes lineamientos programáticos para el gobierno 2005-2010**. Montevideo, 2003. Disponível: http://www.frenteamplio.org.uy. Acesso: 18 set. 2013.

GALLEGOS, Franklin Ramírez. Mucho más que dos izquierdas. **Nueva Sociedad**, n. 205, p. 30-44, set-out 2006. Disponível: http://www.nuso.org/revista.php?n=205. Acesso: 13 set. 2013.

Garcé, Adolfo. Uruguay: el Frente Amplio como partido de gobierno. In: IGLESIAS, Enrique Iglesias; CONDE, Rosa; PERTIERRA, Gustavo Suárez (Ed.). **El momento político en América Latina 2010.** Madrid: Colección Fundación Carolina, 2011.

GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. La izquierda uruguaya (1971-2004): ideologia, estratégia y programa. **América Latina Hoy**. v. 44, p.87-114, 2006. Disponível: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30804405. Acesso: 11 set. 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide***:* para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê Ed., 1987.

GENTILLI, Davi Lopes; ROCHA, Vitor Taveira. Telesur: televisão e comunidade imaginada latinoamericana

GOLDMAN, Lucien. A importância do conceito de consciência possível para a comunicação. In: _____. **A criação cultural na sociedade moderna**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. (Orgs.). **Midia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GUNDER FRANK, André, 1972. O inimigo imediato. In: LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HERNÁNDEZ, Daniel; REINA, Oliver. Elementos para la definición de una política de información y comunicación de Estado. In: SEL, Susana (Coord.). **Políticas de comunicación en el capitalismo contemporáneo**. Buenos Aires: Clacso, 2010.

JÚNIOR, Antonio Elíbio; GONÇALVES, Beatrice. Realidades: o Brasil que se constrói sob o olhar da Venezuela, Telesur TV. *Revista Esboços*, v.15, n. 20, 2008. Disponível: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p119. Acesso: 11 ago. 2011.

_____. Políticas de comunicación en Uruguay: agenda pendiente y agenda pública. **Derecho a comunicar**. n. 1, p. 36-51, jan-abr.2011. Disponível: http://www.derechoacomunicar.amedi.org.mx/ . Acesso: 4 jan.2012.

_____. Políticas de comunicación: cambios y resistencias. **Fronteiras**, v.9, n.1, p.5-11, jan-abr. 2007. Disponível: http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5836. Acesso: 2 dez. 2011.

LACABANA, Miguel. Petróleo y hegemonía en Venezuela. La construcción de un proyecto nacional democrático-popular en el siglo XXI. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (Ed.). **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

LANZARO, Jorge. La "tercera ola" de las izquierdas latinoamericanas: entre el populismo y la social-democracia. In: **Encuentros Latinoamericanos.** Disponível: http://www.cecies.org/imagenes/edicion_118.pdf. Acesso: 13 set. 2013.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Unicamp: Campinas, 2011.

_____. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Centauro, 2007.

_____. A revolução socialista e o direito das nações a disporem de si próprias. 1916. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir. **Sobre o internacionalismo proletário e o nacionalismo burguês**. Editorial Stampa, Martins Fontes: Santos, 1975.

_____. **Sobre o direito das nações à autodeterminação**. 1914. Disponível: http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/. Acesso: 15 fev 2014.

LIMA, Venício de. **Política de comunicações:** um balanço dos governos Lula [2003-2010]. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo civil. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os clássicos da política.** 14 ed. São Paulo: Ática, 2006.

LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. **Nacionalismos e internacionalismos**: da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xamã Editora, 2000.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado:** a política de integração regional do governo Lula (2007). Mestrado em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. 1900. Disponível: https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/. Acesso: 20 jun. 2014.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O socialismo indo-americano. In: LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. O problema indígena na América Latina. In: LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINO, Santiago. **Neoliberalismo, comunicación y políticas públicas**: el caso de la

Televisión por Cable en Argentina entre 1989 y 2001. (2007). Maestria en Comunicación y Cultura, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **A ideologia alemã**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

Marx, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Introdução à contribuição para a crítica da Economia Política**, 1859. Disponível: https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm. Acesso: 4 jun. 2012

_____. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo. 2010.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 6v.

_____. **A questão irlandesa.** 1869. Disponível: http://www.marxists.org/portugues/marx/1869/11/questao.htm. Acesso: 20 jan. 2014.

_____. Bolívar y Ponte, 1858. In: SCARON, Pedro (Org.). **Materiales para la historia de America Latina**. 2 ed. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1974.

_____. Carta a Engels, 1858. In: SCARON, Pedro (Org.). **Materiales para la historia de America Latina**. 2 ed. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1974.

_____. **A questão judaica**. 1843. Disponível: http://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm. Acesso: 06 maio 2014.

MASTRINI; Guillermo; BECERRA, Martín. **Los dueños de la palabra**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

MASTRINI, Guillermo; MASTMAN, Mariano ¿Desregulación o rerregulación?: de la derrota de las políticas a las políticas de la derrota. **I Jornada de Jóvenes Investigadores en Comunicación**, Buenos Aires, 1995. Disponível: http://www.catedras.fsoc.uba.ar/mastrini/textos.htm. Acesso: 02 fev. 2012

MASTRINI, Guillermo; MARINO, Santiago. Al final del periodo: los límites del progresismo. Políticas de Comunicación en Argentina durante el gobierno de Néstor Kirchner. **Eco-pós**. v.11, n.1, p.78-95. 2008 Disponível: http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=viewFile&path[]=12&path[]=111. Acesso: 21 jun. 2011.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MCCHESNEY, Robert. W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, Dênis. **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

MENDES, Flávio da Silva. Reforma ou revolução na Venezuela pós-Chávez? In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5, 2013, **Anais**.

_____. Hugo Chávez em seu labirinto. São Paulo: Alameda, 2012.

MENDES, Gláucia da Silva. **Teias e tramas midiáticas:** os discursos da *Folha* e da *Veja* na reconstituição do golpe contra Hugo Chávez (2006). Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

MIJARES, Augusto. Bolívar como político y reformador social. In: VILA, Manuel Pérez (Comp.). (1783-1830). **Doctrina del libertador**. 3 ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1985.

MORAES, Dênis de. Antonio Gramsci e o jornalismo. **IHU On-line**, v.1, p. 1-12, 2014. Disponível: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/532675-antonio-gramsci-e-o-jornalismo. Acesso: 20 ago. 2014.

_____. **Vozes abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X : Faperj, 2011.

_____. **A batalha da mídia**: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

_____. **O planeta mídia**: tendências da comunicação na era global. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

MURARO, Heriberto. Invasión cultural, economía y comunicación. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1987. Disponível: http://pt.scribd.com/doc/97483303/Heriberto-Muraro-Invasion-cultural-economia-y-comunicacion. Acesso: 20 set. 2013.

MURDOCK, Graham. Redrawing the map of the communications industries: concentration and ownership in the era of privatization. In: FERGUSON, Marjorie (Ed.). **Public communication**: the new imperatives. Londres: Sage, 1990.

NOGUEIRA, Sílvia Garcia. O papel dos meios de comunicação de massa nos processos de integração cultural latino-americana. *ISA - ABRI JOINT INTERNATIONAL MEETING.* Rio de Janeiro, 2009.

_____. Entre a pluralidade de vozes e os ideais integracionistas. 27 Reunião Brasileira de Antropologia, 2007.

PARAMIO, Ludolfo. Giro a la izquierda y regreso del populismo. **Nueva Sociedad**, p. 62-74, set-out 2006.

PEREIRA, Rodrigo Berçot Chabudet. **No ar: TV Brasil – Canal Integración** (2006). Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

PEREIRA *et. al.* La comunicación en contextos de desarrollo: balances y perspectivas. **Signo y Pensamiento**, v.17, n. 32, p.119-138, 1998. Disponível: http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/2855. Acesso: 5 ago. 2014.

PICKARD, Victor. Neoliberal visions and revisions in global communications policy: from NWICO to WSIS. **Journal of Communication Inquiry.**

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos***, v.*5, n.10. Rio de Janeiro, 1992.

_____ . Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v.2, n.3. Rio de Janeiro, 1989.

PORTANTIERO, Juan Carlos. O nacional-popular em chave latino-americana. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). **Gramsci e a América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAMOS, Murilo César. Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (Orgs.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MELO, José Marques; SATHLER, Luciano. **Direitos à comunicação na Sociedade da Informação.** São Bernardo do Campo: Umesp, 2005.

_____. As políticas nacionais de comunicação e a crise dos paradigmas. **Textos de Comunicação e Cultura,** n. 27, 1. sem., p.45-50, 1992.

RAJLAND, Beatriz. El estado del Estado en la Argentina después de 2001. In: THWAITES REY, Mabel. **El Estado en América Latina***:* continuidades y rupturas. Santiago do Chile: Editorial Arcis; Clacso, 2012.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Proyecto Nacional Simón Bolívar. Caracas**, 2007. Disponível: http://www.psuv.org.ve/temas/biblioteca/proyecto-nacional-simon-bolivar/. Acesso: 13 nov. 2013.

RIZOTTO, Carla Candida; CATALINA, Cora. A invasão silenciosa do terrorismo midiático na América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DA ALCAR, 6., 2008, Niterói. *Anais* .... Disponível: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/%20invasao%20silenciosa.pdf. Acesso: 6 maio 2013.

ROMERO, José Luis. Prólogo. In: ROMERO, José Luis; ROMERO, Luis Alberto (Orgs.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985. Disponível: http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php. Acesso: 07 fev. 2014.

ROSSI, Diego. La radiodifusión entre 1990-1995: exacerbación del modelo privado-comercial. En MASTRINI, G. (Ed.). **Mucho ruido, pocas leyes**. 2 ed. Buenos Aires: La Crujía, 2009.

ROVAI, Renato. **Midiático poder**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

SANTOS, Theotonio. Subdesenvolvimento e dependência, 1970. In: LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

SCARON, Pedro (Org.). **Materiales para la historia de America Latina**. 2 ed. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1974.

SILVA, Filipe Carreira da. Habermas e a Esfera Pública: Reconstruindo a História de uma Ideia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.35, p.117-138, abr. 2001. Disponível: http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/n35a05.pdf. Acesso: maio 2011.

SODRÉ, Muniz. O globalismo como neobarbárie. In: **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. 3 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2005.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. **Uma política do ver:** negociações de sentido e práticas em torno do público nas políticas brasileiras de televisão. (2011). Dissertação de mestrado, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

STRASSBURGER, Tabita. **América Latina e cidadania comunicativa:** as inter-relações entre sujeitos comunicantes e o portal TeleSUR. Dissertação (Mestre em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

_____. Imagem, poder e doença: o caso do presidente Hugo Chávez na Telesur. **Cadernos de Comunicação**, v.15, n.2, jul-dez 2011. Disponível: http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/ccomunicacao/article/view/4723. Acesso: 4 maio de 2013.

SVAMPA, Maristella. Argentina, una década después. **Nueva Sociedad**, n. 235, p.17-34, set-out 2011. Disponível: http://www.nuso.org/upload/articulos/3794_1.pdf. Acesso: 01 ago. 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo.** 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005. 2v.

UNESCO. Public broadcasting: Why? How? 2001. Disponível: http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/publications-and-communication-materials/publications/full-list/public-broadcasting-why-how/. Acesso: 5 set. 2014.

USÉ, Javier Rodríguez. Modificaciones al anteproyecto de ley: el proceso de debate como instancia central en La redacción de La LSCA. In: BARANCHUK, Mariana; USÉ, Javier Rodríguez. **Lei 26.522**: hacia un nuevo paradigma en comunicación audiovisual. Lomas de Zamora: Universidad de Lomas de Zamora, 2011.

VALENTE, Leonardo; SANTORO, Maurício. A diplomacia midiática do governo Hugo Chávez. **Espaço acadêmico**, n 60, maio 2006. Disponível: http://www.espacoacademico.com.br/060/60valentesantoro.htm.

ZEA, Leopoldo. **El pensamiento latinoamericano**. Editorial Ariel, 1974.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potência**: entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

6.2 DOCUMENTOS

ARGENTINA. Resolución 296/2010, 7 set. 2010. Disponível: http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/170000-174999/171621/norma.htm. Acesso: 14 nov. 2011.

_____. Resolución 18/2012. Disponível: http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/200000-204999/202707/norma.htm. Acesso: 23 maio 2013.

_____. Ley N° 22.522, 10 out. 2009. Disponível: http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm. Acesso: 16 set. 2011.

_____. Ley N° 22.285, 15 set. 1980. Disponível: http://www.catedras.fsoc.uba.ar/mastrini/legislacion/22285.pdf. Acesso: 20 dez. 2011.

CONFERÊNCIA DE BANDUNG. Communiqué final de la Conférence Afro-Asiatique de Bandoeng, 24 abr. 1955. Disponível: http://www.cvce.eu/obj/communique_final_de_la_conference_afro_asiatique_de_bandoeng_24_avril_1955-fr-676237bd-72f7-471f-949a-88b6ae513585.html. Acesso: 18 set. 2014.

FRENTE AMPLIO. V Congreso Extraordinario. Disponível: http://www.frenteamplio.org.uy/. Acesso: 25 set. 2013.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Proyecto Nacional Simón Bolívar, 2007. Disponível: http://www.psuv.org.ve/temas/biblioteca/proyecto-nacional-simon-bolivar/. Acesso: 13 nov. 2013.

6.3 MATERIAL AUDIOVISUAL

ALMEIDA, Beto. TeleSUR [dez. 2013]. Entrevista concedida a Gláucia da Silva Mendes Moraes.

A REVOLUÇÃO não será televisionada. Direção: Kim Bartley e Donnacha O'Briain. Produção: David Power. Produtora: Power Picture associada à Agencia de Cinema da Irlanda. Irlanda: 2003. 74 min., son., color.

ESTEBAN, Edgardo. **A TeleSUR na Argentina** [dez. 2011]. Entrevista concedida a Gláucia da Silva Mendes Moraes

KAPLÚN, Gabriel. **Políticas de comunicación en Uruguay** [out. 2013]. Entrevista concedida a Gláucia da Silva Mendes Moraes.

6.4 NOTÍCIAS CONSULTADAS

AFSCA. Se confirmó reordenamiento de la grilla, 14 dez. 2010. Disponível: http://www.afsca.gov.ar/web/blog/?p=4282. Acesso: 15 nov. 2011.

ATVC. El Gobierno pretende digitar qué tenemos qué ver y en qué orden. 8 set. 2010. Disponível: http://www.atvc.org.ar/?pagina=2daGacetilla_2010. Acesso: 28 nov. 2011

BOLÍVIA tiene el 5% de las acciones de Telesur. **Bolpress**, 20 abr. 2006. Disponível: Disponível: http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2006042012. Acesso: 3 out. 2011.

CABLEVISIÓN modificó la grilla, pero sigue sin respetar la ley. **Canal Ar**, 15 mar. 2011. Disponível: http://www.canal-ar.com.ar/noticias/noticiamuestra.asp?Id=10429. Acesso: 15 nov. 2011.

CUBA se convierte en accionista con voto de TeleSUR. **El Nuevo Herald**, 15 out. 2009. Disponível: http://www.zonadenoticias.com/actualidad/cuba-se-convierte-en-accionista-con-voto-de-telesur. Acesso: 1° out. 2011.

DIPUTADOS uruguayos aprobaron la ley de Servicios de Comunicación Audiovisual. **Telam**, 22 dez. 2014. Disponível: http://www.telam.com.ar/notas/201412/89772-uruguay-aprobacion-diputados-ley-de-servicios-de-comunicacion-audiovisual.html. Acesso: 15 jan.2015.

MARIOTTO: "Cablevisión puede perder la licencia por incumplir la ley", **Tiempo Argentino**, 5 abr. 2011. Disponível: http://tiempo.elargentino.com/notas/mariotto-cablevision-puede-perder-licencia-incumplir-ley. Acesso: 29 set. 2011

REQUIÃO defende parceria da TV Educativa com Telesur de Chávez. **O Estado de S. Paulo**. 12 out. 2007. Disponível: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,requiao-defende-parceria-da-tv-educativa-com-telesur-de-chavez,64091,0.htm. Acesso: 15 set. 2009.

UN JUEZ de Dolores frena el cambio de grilla de televisión. **Centro de Información Judicial**, 25 set. 2009. Disponível: http://www.cij.gov.ar/nota-5072-Un-juez-de-Dolores-

frena-el-cambio-de-grilla-de-television.html. Acesso: 29 nov. 2011.

URUGUAY y su integración a Telesur: Señal con interferencias, 11 mar. 2006. Disponível: http://revista-zoom.com.ar/articulo861.html. Acesso: 28 set. 2011.

TELESUR amplió su llegada em Ecuador. **Voltaire Net**. 4 maio 2006. Disponível: http://www.voltairenet.org/TELESUR-amplio-su-llegada-en. Acesso: 29 set. 2011.

14 MIL toneladas de ureia chegaram da Venezuela, 20 set. 2012.

6.5 NOTÍCIAS ANALISADAS

6.5.1 Argentina

GOVERNO procura evitar demora em abortos puníveis, 28 jul. 2010.

CAMPANHA “Homens contra o machismo”, 14 mar. 2011.

APROVADA lei de morte digna, 11 maio 2012.

GOVERNO cria programa de crédito para habitação, 12 jun. 2012.

POPULAÇÃO saúda anúncio de créditos para a habitação, 20 jun. 2012.

CINQUENTA anos de prisão a ditadores por roubo de bebês, 05 jul. 2012.

DESCOBREM atas secretas da ditadura, 06 nov. 2013.

REPRIMIDOS pela ditadura dialogaram com a comunidade, 03 dez. 2013.

MARCHA em memória da verdade e da justiça, 25 mar. 2012.

ARGENTINOS celebram 30 anos de democracia, 10 dez. 2013.

ARGENTINA celebra 30 anos de democracia, 10 dez. 2013.

TRINTA mil desaparecidos durante a ditadura militar, 2set. 2011.

ORIGEM da presença militar britânica nas Ilhas Malvinas, 05 abr. 2012.

REINO Unido autorizou busca de petróleo a 150Km do norte das Ilhas Malvinas, 15 fev. 2010.

GOVERNO declara de utilidade pública atividade de YPF, 17 abr. 2012.

SENADORES votam a favor da recuperação de YPF, 26 abr. 2012.

ARGENTINOS e sulamericanos reivindicam soberania das Ilhas Malvinas, 04 abr. 2012.

EM 1917 apareceu a primeira jazida de hidrocarboneto, 20 abr. 2012.

APROVADO projeto de identidade de gênero, 10 maio 2012.

GOBIERNO argentino trabalha na justiça contra os crimes da ditadura, 10 dez. 2010.

6.5.2 Uruguai

PRESIDENTE eleito deve continuar reforma do Estado, 18 dez. 2009.

COMEÇOU o debate para a reforma do Estado, 17 jul. 2010.

LEI de Caducidade em discussão, 20 out. 2010.

REITERAM inconstitucionalidade da Lei de Caducidade, 03 nov. 2010.

GENERAL ativo é processado por crimes durante a ditadura, 09 nov. 2010.

MUJICA pediu Semproni que vote anulação da Lei de Caducidade, 19 maio 2011.

FRACASSA anulação de artigos da Lei de Caducidade, 20 maio 2011.

DÉCIMA oitava marcha do silêncio pelas vítimas da ditadura, 21 maio 2013.

EMPRESA cooperativa celebra dois anos de atividades, 28 ago. 2010.

PARLAMENTO estuda permitir matrimônio entre homossexuais, 10 ago. 2011.

JUSTIÇA reconhece matrimônio homossexual, 20 jun. 2012.

EXECUTIVO antecipa que lei de despenalização do aborto não será vetada, 16 nov. 2011.

DESPENALIZAÇÃO do aborto foi uma reivindicação de 30 anos, 25 dez. 2012.

TRABALHADORES paralisam em busca de melhoras salariais, 10 jun. 2010.

SEGUNDA paralisação geral de atividades: trabalhadores exigem melhoras salariais, 19 ago. 2010.

TRABALHADORES reivindicam melhoras salariais, 26 ago. 2010.

ANÚNCIO de greve causar discrepância em setores sindicais, 1° out. 2010.

URUTRANSFOR aposta em crescimento na região, 15 maio 2013.

VENEZUELA e Uruguai subscrevem acordos em várias matérias, 7 maio 2013.

LAÇOS políticos entre Caracas e Montevidéu se estreitam, 09 mar. 2013.

URUTRANSFOR é uma empresa de origem familiar, 15 maio 2013.

6.5.3 Venezuela

A CINCO anos do início da nacionalização da Faixa, 26 fev. 2012.

TRABALHADORES respaldam nacionalização de taladros, 1° jul. 2010.

PETRÓLEOS de Venezuela, pilar do desenvolvimento, 28 maio 2012.

BRASIL reitera apoio a Caracas para construção de habitações, 11 jul. 2011.

CENTO e vinte pessoas iniciaram primeiro dia de formação, 13 mar. 2012.

MODELO econômico dá garantias aos trabalhadores, 24 abr. 2013.

AUMENTA intercâmbio e cooperação com o Uruguai, 7 abr. 2010.

EMPRESAS de produção social: novo modelo econômico, 13 nov. 2013.

EMPRESAS de propriedade social materializam fortaleza econômica, 19 maio 2011.

CHÁVEZ e Morales inauguram núcleo de produção socialista, 29 abr. 2010.

PRESIDENTE anuncia lançamento de Textiles del Alba, 06 mar. 2010.

ALBAPESCA nasce para integrar exploração sustentável do mar, 14 mar. 2010.

CARACAS e La Paz firmam novos acordos de cooperação binacional, 30 abr. 2010.

AUMENTA produção agrícola nacional, 18 jul. 2012.

ARGENTINA e Venezuela assinam 24 acordos de cooperação, 14 set. 2012.

CRESCIMENTO do setor de construção disparou no terceiro trimestre de 2011, 17 nov. 2011.

PRONUNCIAMENTO do chanceler Maduro, 14 set. 2012.